

Revista de História Oral

# Oralidades

Jan-Dez 2015 - Nº 14



Espaços Ambientais e usos da terra

ISSN - 2317-0301



Revista de História Oral  
**ORALIDADES**

*ANO 9 N. 14 - JAN-DEZ/2015*

Núcleo de Estudos em História Oral - USP

## **Universidade de São Paulo**

Reitor: Marco Antônio Zago

Vice-reitor: Vahan Agrophian

## **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

Diretor: Sérgio Adorno

Vice-diretor: João Roberto Gomes de Farias

## **Departamento de História**

Chefe: Oswaldo Luís Angel Coggiola

Vice-chefe: Sara Albiéri

## **Programa de Pós-graduação em História Social**

Coordenador: Marcelo Cândido da Silva

Vice-coordenador: Gabriela Pellegrino Soares

## **DIVERSITAS FFLCH/USP**

Coordenador: Antônio Ribeiro de Almeida Junior

Vice-coordenador: a Sandra Regina Chaves Nunes

## **Núcleo de Estudos em História Oral - USP**

Av. Professor Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária

CEP 05508-900 - São Paulo, SP - Brasil

Tel: (11) 3091-3331 (ramal 238)

E-mail: oralidades.neho@gmail.com

## **Coordenador do Necho**

José Carlos Sebe Bom Meihy

## **Docentes**

Alfredo Oscar Salun, Andrea Paula dos Santos, Fabíola Holanda, Glauber Cícero Ferreira Biazio, Juniele Rabêlo de Almeida, Leland McCleary, Lourival dos Santos, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Maurício Barros de Castro, Samira Adel Osman, Sara Albiéri, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Zilda Márcia Gricoli Iokoi.

## **Pesquisadores**

Cássia Milena Nunes de Oliveira, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fernanda Paiva Guimarães, Glauber Cícero Ferreira Biazio, Gustavo Esteves Lopes, João Mauro Barreto de Araújo, Leandro Seawright Alonso, Márcia Nunes Maciel, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Natanael Francisco de Souza, Ricardo Sorgon Pires, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Thomas Machado Monteiro, Vanessa Generoso Paes, Vanessa Paola Rojas Fernandez, Xênia de Castro Barbosa.

## **Oralidades - Revista de História Oral**

Número 14 - jan-dez/2015

ISSN - 2317-0301

Site: [oralid.vitis.uspnet.usp.br](http://oralid.vitis.uspnet.usp.br)

E-mail: [oralidades.neho@gmail.com](mailto:oralidades.neho@gmail.com)

### **Editor**

José Carlos Sebe Bom Meihy

### **Editores executivos**

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fabíola Holanda Barbosa, Juniele Rabêlo de Almeida, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Márcia Nunes Maciel, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Maurício Barros de Castro, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Vanessa Generoso Paes, Vanessa Paola Rojas Fernandes.

### **Dossiê - Responsáveis**

Vanessa Generoso Paes, Cássia Milena Nunes Oliveira

### **Conselho editorial**

André Castanheira Gattaz (NEHO – USP), Andrea Paula dos Santos (UFABC), Claudia Moraes de Souza (Diversitas – USP), Sandra Nunes (Diversitas – USP), Hélio Braga da Silveira Filho (Diversitas – USP), Glauber Cícero Ferreira Biazio (UFAM), Gustavo Esteves Lopes (Porto), Júlio César Suzuki (USP), Juniele Rabêlo de Almeida (UFF), Leland McCleary (USP), Marcela Boni Evangelista (NEHO – USP), Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UFAL), Maurício Barros de Castro (UERJ), Renato da Silva Queiroz (Diversitas – USP), Rodrigo Casali (Diversitas – USP), Samira Adel Osman (UNIFESP), Sara Albieri (USP), Suzana Lopes Salgado Ribeiro (UNITAL), Teresa Cristina Teles (Diversitas – USP), Zilda Márcia Gricoli Iokoi (Diversitas – USP), , Vanessa Generoso Paes (NEHO-USP), Vanessa Paola Rojas Fernandez (UNICAMP), Xênia de Castro Barbosa (IFRO)

### **Conselho consultivo**

Alessandro Portelli (Università La Sapienza di Roma), Alberto Lins Caldas (Universidade Federal de Alagoas – UFAL), André Castanheira Gattaz (FIB – BA), Aurora Ferreira (Universidade Agostinho Neto, Angola), Dante Marcello Claramonte Gallian (UNIFESP), Dolores Pla Blugat (Instituto Nacional de Antropología e Historia, México), Jacqueline Ellis (Jersey City University, EUA), Lucília de Almeida Neves (UNB), Michael LaRosa (Rhodes College, EUA), Mary Marshall Clark (Columbia University, EUA), Steven Butterman (Universidade de Miami, EUA), Yara Dulce Bandeira de Ataíde (UNEB – BA), Yvone Dias Avelino (PUC – SP)

### **Consultores *ad-hoc***

Agradecemos a gentileza e trabalho de todos que contribuíram para a avaliação dos artigos deste dossiê.

### **Produção executiva**

Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Teresa da Silva Teles, Vanessa Generoso Paes, Vanessa Paola Rojas Fernandez, Michelle Odete dos Santos

### **Projeto gráfico**

Michelle O. Santos e Felipe Bartolleti Sartori

### **Projeto de capa**

Michelle O. Santos e Felipe Bartolleti Sartori

### **Imagem da capa**

Título: ribeirinhos; Técnica: acrílica s/ tela; Tamanho: 75X50; Ano 1997; Autor: Joesér Alvarez

**SOLICITA-SE PERMUTA**

---

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Oralidades : Revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. — Ano 9, n. 14 (jan./dez. 2015). — São Paulo : NEHO, 2007 -

Annual.

ISSN - 2317-0301

1. História oral. 2. Oralidade. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Núcleo de Estudos em História Oral.

21ª, CDD 907.2

---

# {Sumário

## {Dossiê

Desafios do etnodesenvolvimento do povo indígena Cinta-Larga frente aos novos usos do solo na terra indígena Roosevelt— 20

*Challenges in the ethnodevelopment of indigeneous people Cinta-Larga as for the new uses of the soil on Roosevelt indigeneous land*

**Xênia de Castro Barbosa, Tiago Lins de Lima e Thauany G. D. de Castro**

O território de Itapicuru: ocupação, identidades e territorialidades pré-existentes à mineração— 39

*The territory of Itapicuru: occupation, identity and territoriality existing mining*

**Maria Aparecida de Jesus Silva e Regina Coelly Fernandes Saraiva**

Representações do campo em verso e prosa: uso da terra como referência para a produção cultural e identitária— 67

*Field offices in verse and prose: land use as a reference for cultural production and identity*

**Andrea Paula dos Santos e Suzana Lopes Salgado Ribeiro**

Olhares sobre uma Floresta Amazônica habitada milenarmente e desmatada no presente. o patrimônio arqueológico como propulsor de uma possível nova ética— 87

*Perspectives on a millennially inhabited and recently deforested Amazonian forest. The archaeological heritage as booster of a possible new ethics*

**Maurício André Silva**

Ideologias ambientalistas e a participação das classes sociais nas decisões ambientais— 107

*Environmentalist ideologies and the participation of the social classes in environmental decisions*

**Suzana Cristina Lourenço**

Belterra: a herança de uma cidade norte-americana na Amazônia— 131

*Belterra: the legacy of an American city in the Brazilian Amazon*

**Beatriz Dias F. Gregório, Suzana Cesar G. Fernandes, Myriam Elizabeth Velloso Calleffo e Cibele Cintia Barbarini<sup>d</sup>**

A geografia da invisibilidade dos catadores de materiais recicláveis: lixo como luxo— 153

*The invisibility geography of whaste pickers: waste or recyclable materials?*

**Luciana Ziglio e Michael Dias de Jesus**

{Provocações

Autoria em oralidade: em busca de um protocolo— 169

**José Carlos Sebe Bom Meihy**

Uso da terra e espaços ambientais. Jaexa, Nhembiaço, Guarani - Visão e experiências Guarani— 173

*Land use and environmental spaces. Jaexa, Nenbiapo, Guarani - Vision and experiences Guarani*

**Cristiane dos Santos Lourenço (Organizadora)**

{Linha e Ponto

Entre a história oral como “disciplina”, o “testemunho” e a “memória coletiva”: elementos conceituais para estudos de religião e política— 195

*Between oral history as “discipline”, the “testimony” and “collective memory”:  
conceptual elements for studies of religion and politics*

**Leandro Seawright Alonso**

{História Oral de Vida ou Entrevista

História de vida e ambientalismo: narrativas de um homem público da cidade de Niterói— 219

*Life history and environmentalism: Narratives of a public official in the city of  
Niterói*

**Juniele Rabêlo de Almeida e Cainã Carneiro Gusmão**

{Resenhas

Família, seringal e pesquisa: amazonas construtoras de narrativas— 241

**Diógenes Nicolau Lawand**

Resenha do filme Interstellar— 247

**Michel Gomes da Rocha**

{Normas de Publicação

{Editorial



---

O dossiê “Espaços Ambientais e usos da terra”, que compõe a 14ª edição da Oralidades: Revista de História Oral, traz uma abordagem diversificada e ampliada sobre um assunto que constitui uma constante presença nos estudos sobre a realidade brasileira: a questão agrária. Por muito tempo, a questão agrária brasileira foi vista essencialmente como uma crítica ao latifúndio monocultor que tradicionalmente representa a base de nossa economia. Foi, portanto, uma questão pensada inicialmente sob a lógica da redistribuição de terra ou da extensão dos direitos trabalhistas à população do campo. A emergência de diversos movimentos sociais que lutam pelo acesso e permanência na terra, a partir dos anos de 1980, alimentou a prática e a discussão em torno da ocupação e manutenção dos trabalhadores nos territórios conquistados ou ancestralmente ocupados. A chamada “questão agrária” foi adquirindo outros contornos, que partem de especificidades históricas e espaciais. Além do conhecido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), temos o surgimento de demandas ligadas a outros conflitos territoriais, normalmente atrelados à necessidade de preservação ambiental. Portanto, se num primeiro momento a problemática agrária é vista como algo ligada aos trabalhadores expulsos do campo (seja pela perda do assalariamento ou pela perda da terra), nos últimos anos esse debate foi acrescido de novas perspectivas, ocasionadas pelo conhecimento e visibilidade, conquistadas por outros grupos que também lutam pelo seu território de trabalho, vida e moradia, além da luta pela permanência no território e o direito de manter seus usos e costumes. Dentre esses novos sujeitos sociais, podemos destacar os povos extrativistas, as populações indígenas, os atingidos por barragens, os pequenos agricultores, os caçaras, os ribeirinhos, os faxinais, entre tantos outros. Graças a esses trabalhadores, diversas formas de ocupação e uso da terra passaram a ser consideradas como portadoras de direitos de permanência, um primeiro passo para garantir de fato a posse do território. Detentores de novos direitos, tais povos passaram a ser reconhecidos legalmente como “populações tradicionais”:

“Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam ter-

---

ritórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto Federal Nº6.040 de 7 de fevereiro de 2000).

Essa nova perspectiva de preservação ambiental aliada aos direitos territoriais das populações envolve problemas de ordem fundiária, como conflitos com grileiros, projetos estatais baseados em grandes obras desenvolvimentistas, especulação imobiliária, dificuldade de reconhecimento e regulação do território, sobreposição de territórios tradicionais e unidades de conservação. Dessa forma, muitas populações consideradas “primitivas” pelo senso comum da noção de desenvolvimento apresentado como um projeto evolutivo, urbano e industrial, estão retomando seu direito à existência e diversidade, estando longe de serem extintas ou simplesmente incorporadas de forma massiva ao capital, como se acreditava anteriormente. Representam, nos mais variados biomas e ecossistemas brasileiros, protagonismos da luta pela terra de forma amplificada. Trata-se também da luta pela biodiversidade, pela preservação de conhecimentos tradicionais, pelo reconhecimento de novas racionalidades que não podem ser enquadradas pelos modelos científicos europeu e ocidental. Trazem-nos grandes aprendizados e vivências que, passados de geração a geração, podem hoje nos ensinar a trazer a natureza para o centro de nossas preocupações, chamando-nos à reflexão sobre formas mais sustentáveis de convivência entre homem e meio ambiente.

Desta forma, o artigo de *Xênia de Castro Barbosa, Tiago Lins de Lima, Thauany Gomes Deboni de Castro* nos aponta a problemática socioambiental do povo indígena Cinta-Larga, no Estado de Rondônia com delimitações no Estado do Mato Grosso. Este grupo étnico enfrenta uma história de violações de seus direitos desde o início do século XX, chegando ao novo século com a invasão de suas terras para implementação de projetos desenvolvimentistas, garimpagem, exploração de minério, extração de madeira, o que aprofunda, cada vez mais, o enfraquecimento de sua cultura e modos de vida, além do enfraquecimento do solo da Terra Indígena. Os conflitos agrários aí vivenciados ocasionaram um aumento em casos de prostituição, exploração sexual de adolescentes, violência,

---

assassinatos no campo e também dos aglomerados urbanos sem infraestrutura, localizados em suas circunvizinhanças. A catástrofe e o apagamento cultural que os povos indígenas enfrentaram, e que ainda vivem no presente, traz à tona para discussão a questão do etnodesenvolvimento como um campo capaz de pôr em pauta o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado-Nação, e desperta para alternativas cidadãs que levem em conta a autonomia dos povos indígenas e perpetuação cultural de suas tradições.

Na mesma linha de ação, o artigo de *Maria Aparecida de Jesus Silva* e *Regina Coelly Fernandes Saraiva* aponta os impactos à biodiversidade do território de Itapicuru, na Bahia, relacionados à atividade de mineração desenvolvida por multinacionais implantadas na região. Os moradores do lugar, em sua maioria, herdeiros de hábitos de cultivos ao mundo rural, incluindo agricultores familiares, em grande parte, descendentes de povos indígenas que habitavam essa região, ainda mantém resquícios de práticas do cultivo da terra e da cultura como formas de resistência às redes de apropriação capitalista do território. As pesquisadoras fazem uso dos relatos dos moradores da região, mostrando como o território é apropriado pelos sujeitos do lugar por meio das reinvenções cotidianas que se perpetuaram com o tempo e com suas tradições afro-indígenas. Isso nos mostra como o território amalgamado às experiências de vidas e lutas das pessoas são armas resistentes às forças nada ocultas do capital global.

Em artigo sobre o MST, *Suzana Lopes Salgado Ribeiro* e *Andrea Paula dos Santos* apresentam os resultados de uma pesquisa sobre a música e a narrativa de camponeses que cantam os modos ser e viver no campo como uma atividade inseparável da problemática do trabalho, uma vez que o direito à terra e compartilhamento da luta em assentamentos não se descolam das expressões artísticas. O trabalho de devolução do projeto de história oral com esta comunidade deu-se a partir da gravação de um CD, mídia que materializou o desejo dos compositores de ouvirem as cantorias relacionadas a luta pela terra e poderem partilhar sua expressão artística com os demais integrantes da comunidade. Fazer a devolução em história oral não só significa o reconhecimento do trabalho por parte da comunidade

---

que o ajudou a construir, mas permite trocas, reconhecimento político de um trabalho que é construído por muitas mãos.

Em artigo sobre o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, *Maurício André Silva* analisa os relatos de pessoas que participaram das frentes de colonização do município de Presidente Médici/RO, agregando conflitos entre diferentes povos e etnias que coabitavam no território e que, em dias atuais, ainda disputam representatividade nos espaços de poder do Estado. Pluralidade de vozes de povos indígenas, seringueiros e seus descendentes, ribeirinhos, migrantes e afro-brasileiros apontam o processo de ocupação do território na região norte do Brasil. As memórias propagadas pelo museu evocam a problemática da preservação ambiental e a implementação de tais políticas no espaço amazônico, uma vez que os projetos de colonização do território mobilizam discursos que se chocam frente às demandas da megadiversidade da região e aos modos de vida das populações que lá habitam. Provocar uma ação mais consciente do lugar pela educação museológica é tarefa de cidadania, além de dever imagético destes espaços socioeducativos.

Em reflexão sobre a ideologia ambiental implementada no Brasil após a Constituição Federal de 1988, *Suzana Cristina Lourenço* aponta as contradições dos direcionamentos sobre a política ambientalista que mesmo incorporando a diversidade dos agentes sociais brasileiros no campo, tais como etnias indígenas, populações ribeirinhas, pequenos agricultores familiares, populações quilombolas, continuam reproduzindo ideologias de classe, uma vez que a gestão do meio ambiente realizada pelo Estado é resultante de disputas políticas de grandes corporações econômicas. Tal dinâmica agrava disputas e faz eclodir conflitos no campo que são frutos de uma grande disparidade de poderes dentro da esfera política republicana. Assim, o discurso ambiental é atravessado por variados agentes, que muitas vezes não dialogam com os setores sociais, fazendo com que as políticas ambientais sejam cada vez mais pressionadas pelas forças privadas do capital.

Na sequência, em artigo sobre a herança de uma cidade norte-americana na Amazônia, as autoras *Beatriz Dias Ferraz Gregório*, *Suzana Cesar Gouveia Fernandes*, *Myriam Elizabeth Velloso Calleffo*,

---

*Cibele Cintia Barbarini* analisam a fundação da cidade de Belterra, no Estado do Pará, que foi planejada dentro de uma lógica fordista de produtividade para o escoamento da extração do látex da região. Mediante relatos dos residentes de Belterra, as autoras destacam as memórias que atravessam o tempo dos seringais, mas, também, apontam as demandas atuais quanto a educação formal, acesso à saúde e a problemática da soja que cresce, assustadoramente, na região Amazônica, ameaçando biomas e tradições.

Em artigo sobre a geografia da invisibilidade, *Luciana Ziglio* e *Michel Dias de Jesus* descrevem o processo de trabalho de um catador de material reciclável no Brasil, apontando que o modo de produção capitalista legitima a exclusão desses sujeitos, uma vez que o círculo do consumo fetichiza a mercadoria e engessa a consciência das pessoas sobre o processo mercadológico. Os catadores de materiais recicláveis sofrem uma dupla estigmatização social; primeiro por serem sujeitos que somam experiências de desigualdade e exclusão; segundo por serem pessoas invisíveis dentro de um sistema de produção que os apaga enquanto agentes que cumprem um papel social para equilibrar o cenário de obsolescência da sociedade de consumo.

Em provocações, temos um texto coletivo, costurado por muitas mãos: educadores, lideranças, caciques da etnia Guarani Mbyá de aldeias do Estado de São Paulo. É um texto pautado nas tradições e que versa sobre o modo de vida de ser dos indígenas guarani, que mesmo inseridos em cenários permeados de conflitos e ameaças externas, resistem à assimilação do Estado. O que se mantém é a tradição e a resistência de povos que lutam diariamente para manter o pouco que resta de território, pautando em relações ancestrais com os elementos de cunho sagrado com a terra, a água, a floresta e tudo que os mantém vivos, pois eles também são parte da natureza. Daí o ecoar de vozes que clamam pela demarcação de terras indígenas.

Na sessão linha e ponto, a *Oralidades: Revista de História Oral* tem sempre apresentado um texto de fundamentação teórica onde novas questões são abordadas. Assim, *Leandro Seawright Alonso* analisa o campo epistemológico da história oral no Brasil, apontando na constituição de um lugar para este *métier* para além dos usos

---

técnicos apropriados pelos pesquisadores em diversos campos do conhecimento. Suas indagações de campo apontam para a prática da história oral testemunhal como um gênero de entrevista que privilegia experiências traumáticas vivenciadas por diversos grupos sociais, criando especificidades analíticas e de interlocução de trabalho para o pesquisador. Além disso, relatou, por meio da técnica de “artesanato intelectual” de Charles Wright Mills, a produção de etnografias alinhavadas à costura hermenêutica para análise das entrevistas confeccionadas em sua tese de doutorado.

Na sessão história oral de vida ou entrevista, *Juniele Rabêlo de Almeida* e *Cainã Carneiro Gusmão* nos revelam a trajetória do ambientalista de Niterói, Axel Graef, ativista que no início da década de 1980 despontou junto a um coletivo com táticas e mobilizações em defesa do meio ambiente, agindo de forma localizada, propondo ações específicas e diferenciadas sobre a natureza. Dentre elas, uma campanha que ganhou notória repercussão à época sobre a despoluição da Baía de Guanabara.

Finalizando a revista, seguem duas resenhas. A primeira, escrita por *Diógenes Nicolau Lawand*, sobre a pesquisa *O espaço lembrado: experiências de vida em seringais da Amazônia*, em que a autora Márcia Nunes Maciel apresenta as histórias de quatro mulheres que viveram em espaços de seringais da Amazônia e, que por meio de suas memórias, recriam e dão sentido às experiências afetivas e de trabalho em variados contextos amazônicos, sendo eles urbanos e rurais. A análise se sedimenta nas razões subjetivas das experiências individuais e na memória coletiva do grupo, apontando as frestas existentes na história oficial que insere estes sujeitos em posições subjugadas. As pessoas são convidadas a ler o livro justamente por apontar vieses de mulheres que subverteram a dinâmica do trabalho e criaram uma comunidade afetiva em contextos de exploração, mas também de fartura. A outra resenha é escrita por *Michel Gomes da Rocha*, sobre o filme de ficção do diretor Christopher Nolan, *Interstellar*. O filme recria cenários distópicos, onde o humano alcançou o limite da dita civilização e os recursos naturais do planeta se esgotaram, tanto por guerras quanto pela exploração desenfreada de grupos humanos. A ficção é um mecanismo discursivo que pode

---

gerar um debate sobre os modos de vida dos terráqueos e causar, se possível, uma transformação de hábitos de obsolescência em práticas mais responsáveis.

Tendo em vista os diferenciados aspectos e reflexões sobre *espaços ambientais e os usos da terra* apresentados nesta edição, a revista *Oralidades* deseja que os leitores apreciem o conjunto de textos aqui reunidos. Registramos nossos agradecimentos aos colaboradores e ao corpo de pareceristas envolvidos na avaliação dos artigos. Boa leitura!

*Vanessa Generoso Paes*

*Cássia Milena Nunes Oliveira*

{Dossiê



# Desafios do etnodesenvolvimento do povo indígena Cinta-Larga frente aos novos usos do solo na terra indígena Roosevelt

*Xênia de Castro Barbosa*<sup>1</sup>

*Tiago Lins de Lima*<sup>2</sup>

*Thauany Gomes Deboni de Castro*<sup>3</sup>

## Resumo

O presente trabalho versa sobre desafios socioambientais e do etnodesenvolvimento do povo indígena Cinta-Larga, habitante da Terra Indígena Roosevelt, localizada na região norte do Brasil. A Terra Indígena Roosevelt (TI Roosevelt) se estende por uma área de 230.826,3008 hectares (FUNAI, 2015), que perpassa os municípios de Espigão do Oeste (RO), Pimenta Bueno (RO) e Rondolândia (MT). O recorte aqui apresentado refere-se às ações desenvolvidas no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, sob a égide do projeto “Gênero e desenvolvimento rural sustentável: uma proposta de pesquisa e extensão para o Território Rural Rio Machado, com ênfase na TI Roosevelt”, desenvolvido com recursos do CNPq, MDA e SPM. O estudo foi procedido em abordagem qualitativa, com suporte no método etnográfico e da pesquisa bibliográfico-documental, bem como do procedimento de diagnóstico participativo.

## Palavras-chave

meio ambiente, Cinta-Larga, etnodesenvolvimento.

1 Doutora em Geografia pela UFPR. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Coordenadora do projeto “Gênero e desenvolvimento rural sustentável: uma proposta de pesquisa e extensão para o Território Rural Rio Machado, com ênfase na TI Roosevelt”.

2 Mestrando em Geografia pela UNIR. Colaborador da pesquisa “Gênero e desenvolvimento rural sustentável: uma proposta de pesquisa e extensão para o Território Rural Rio Machado, com ênfase na TI Roosevelt”.

3 Especialista em Gestão Ambiental. Bolsista ATGS no projeto “Gênero e desenvolvimento rural sustentável: uma proposta de pesquisa e extensão para o Território Rural Rio Machado, com ênfase na TI Roosevelt”.

## *Challenges in the ethnodevelopment of indigenous people Cinta-Larga as for the uses of the soil on Roosevelt indigenous land*

### **Abstract**

This study relates to socioenvironmental challenges and the ethnodevelopment experienced by indigenous people Cinta-Larga, who inhabit Terra Indígena Roosevelt, located in the northern region of Brazil. Terra Indígena Roosevelt (TI Roosevelt) expands across an area of 230,806,3008 ha (FUNAI, 2015), which crosses the municipalities of Espigão do Oeste (RO), Pimenta Bueno (RO) and Rondolândia (MT). The excerpt presented herein is the phase developed in the period from December, 2014 to December, 2015, under the aegis of the project called “Gender and sustainable rural development: a research and extension proposal for Território Rural Rio Machado, highlighting TI Roosevelt”, developed with resources from CNPq, MDA and SPM. The study was performed in qualitative approach, with support in ethnographic methodology and documental bibliographic research, as well as the support from participative diagnosis.

### **Keywords**

environment, Cinta-Larga, ethnodevelopment.

## Introdução

Este trabalho aborda a problemática do etnodesenvolvimento no Território Rural de Identidade Rio Machado, em Rondônia, a partir das experiências e interpretações estabelecidas sob o escopo do projeto “Gênero e desenvolvimento Rural Sustentável: uma proposta de pesquisa e extensão para o Território Rural Rio Machado, com ênfase para o entorno da TI Roosevelt”. O Objetivo central do trabalho é contribuir para a reflexão sobre os desafios do etnodesenvolvimento dos Cinta-Larga, frente aos novos usos do solo, operacionalizados na TI Roosevelt, considerando o período de 2000 a 2015.

Entende-se o Território Rio Machado como “síntese contraditória, totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação” (OLIVERA, 2004, p. 40). No caso em tela, essa regulação é acompanhada pela SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela Delegacia Federal do MDA, em Rondônia, pela Rede Estadual de Colegiados, dentre outros órgãos públicos.

Trata-se de um Território complexo, multiétnico e multicultural, localizado no sudoeste de Rondônia, que abrange os municípios de Ministro Andreazza, Cacoal, Espigão D’Oeste, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe d’Oeste e Parecis, perfazendo uma área de 19.045, 80 Km<sup>2</sup>. Um dos elementos que destaca a complexidade e diversidade étnica deste território é a existência da Terra Indígena - TI Roosevelt, na qual novos usos do solo têm impactado, de modo profundo, a cultura dos indígenas da etnia Cinta-Larga, bem como apontado novos desafios para seu etnodesenvolvimento. Embora o Território seja composto também por indígenas das etnias Suruí e Kwazá, e por pomeranos, seringueiros e migrantes das diversas regiões do país, enfatizaremos, neste momento, tão somente a problemática referente aos Cinta-Larga.

A demarcação de TI é um recurso jurídico com fito de assegurar a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, em conformidade com seus usos e costumes (BRASIL, 2012, Art. 231), assim

como promover a preservação ambiental e favorecer a restauração dos processos ecológicos essenciais à conservação da biodiversidade e do patrimônio genético do país (BRASIL, 2012, art. 225, *caput*, e § 1º). Trata-se, portanto, de áreas especialmente protegidas e cujo sentido de criação é a preservação da vida, ameaçada pelas ações antrópicas. Tais processos têm se intensificado, na vida moderna, com a aceleração dos processos produtivos e de consumo e têm feito emergir cenários e sociedades de risco (BECK, 1997). Pensar os desafios do etnodesenvolvimento dos Cinta-Larga e os novos usos e apropriações do solo, na TI, em que habitam implica considerar, ainda que de forma breve, o modelo vigente de desenvolvimento.

### **Perspectivas metodológicas**

Os métodos que fundamentaram a pesquisa “Gênero e desenvolvimento rural sustentável: uma proposta de pesquisa e extensão para o Território Rural Rio Machado, com ênfase para o entorno da TI Roosevelt” foram o da pesquisa documental (GIL, 2002; PÁDUA, 1997) e o método etnográfico (SPRADLEY; MCCURDY, 1984). A articulação desses dois métodos se deu em função de que o estudo nos desafiou a trabalhar tanto com documentos oficiais, referentes às políticas públicas de viés rural, como com a cultura das populações desse território, a fim de elaborar um diagnóstico situacional, qualificar suas demandas e ampliar a avaliação das políticas públicas efetivadas no meio rural, especialmente em relação ao PROINF - Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa Mais Médicos.

As fontes escritas foram coletadas em sites governamentais e órgãos públicos do Estado de Rondônia e dos municípios que compõem o Território Rio Machado. Em todo o processo, tivemos o apoio da diretoria do Colegiado, que muito nos auxiliou com seu saber vernacular, acompanhando-nos, inclusive, em parte do trabalho de campo e, mostrando-se aberta ao diálogo.

O trabalho etnográfico vem ocorrendo desde janeiro de 2015, mediante procedimentos da Observação Participante (MAGNANI, 2002), com imersões em campo para registro de entrevistas, visitas

às comunidades rurais, participação em reuniões, cerimônias religiosas, feiras e festas. Estas atividades foram registradas por meio de fotografias e vídeos.

Todos os dados coletados, sejam os provenientes das fontes oficiais, sejam os provenientes da pesquisa exploratória foram serializados, classificados por tipo e assunto e analisados à luz de literatura concernente, não sem antes serem debatidos em reuniões envolvendo a equipe técnica do projeto (denominada NEDET) e a diretoria do Colegiado Territorial do Rio Machado.

As reflexões referentes aos usos e posse da terra e aos conflitos agrários foram tecidas com base em Abramovay (1990), Oliveira e Marques (2004) e Martins (1981, 1986). Para a compreensão da problemática da etnia e das projeções sobre o outro foram de suma importância os estudos de Barth (1969), Cirqueira e Correa (2012), Said (2007) e Souza Santos (2003).

A ideia de desenvolvimento foi pensada com o suporte de Easterly (2001, 2006) e Arndt (1989), dentre outros, e a de etnodesenvolvimento com base em Stavenhagen (1985) e Bonfil Batalla (1981).

Arndt (*op. cit.*) aponta para o surgimento do conceito de “desenvolvimento” nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial e sua vinculação a uma política econômica pensada e imposta pelos países desenvolvidos sobre os países do chamado Terceiro Mundo. Essa concepção vincula desenvolvimento à ideia de crescimento econômico. Não há, nesse período, a preocupação com um modelo de desenvolvimento assentado em bases ecologicamente responsáveis e racionais ou atento às demandas étnicas e culturais. Easterly (*op. cit.*) elucida ainda que a noção de desenvolvimento é um produto da Guerra Fria que visava intervenções diretas nos países pobres, sobre os quais Capitalismo e Socialismo disputavam influência. Essas intervenções foram feitas mediante planos econômicos exógenos às lógicas, culturas e reais necessidades dos países periféricos, aumentando, em muitos casos a pobreza e a dependência desses países.

A noção e as demandas de etnodesenvolvimento surgiram a partir dos anos 1970 (ganhando força a partir dos 1990), justamente em contraposição às políticas desenvolvimentistas de cunho

meramente econômico. Para Bonfil Batalla (1982), o etnodesenvolvimento se refere ao exercício da capacidade social dos povos tradicionais de definirem os rumos de seu destino coletivo com base em suas experiências e recursos materiais e culturais, sendo o incremento econômico apenas uma das faces desse processo, delineado com base no controle dessas populações. Se a presença de grupos étnicos diferenciados (comumente chamados de minorias étnicas) apresenta, por si só, uma relação conflituosa com a sociedade nacional hegemônica, pensar a conflitualidade referente aos processos de etnodesenvolvimento e desenvolvimento é uma tarefa desafiadora e necessária. Este não é, portanto, um elemento que deve ser excluído por sua negatividade, mas compreendido na medida em que retrata o confronto de forças antagônicas (FERNANDES, 2013).

## Resultados e discussão

Os indígenas e seus territórios tradicionais em Rondônia têm sido agredidos pelas frentes colonizadoras e de expansão da fronteira política do país, desde o século XVII, quando Jesuítas instalaram missões religiosas na região Amazônica para proceder ao aldeamento de indígenas, a fim de convertê-los à fé católica e torná-los trabalhadores eficientes na coleta de drogas do sertão e nos trabalhos das fazendas dos religiosos. Resulta desse período a dizimação de milhares de indígenas, em função do preamento, de guerras intertribais, de fome, fuga para territórios, cujos recursos eram desconhecidos e, em função da exposição a agentes patogênicos como vírus e bactérias, para os quais os indígenas não possuíam defesas imunológicas. Carneiro da Cunha (2012) explica que a política de concentração da população indígena por missionários e órgãos oficiais foi nefasta, na medida em que favoreceu o contágio de doenças e não dispôs de recursos básicos de saúde o tratamento dessas populações, não se pode atribuir, contudo, aos microorganismos, as responsabilidades pelo genocídio praticado:

[...] Não foram só os micro-organismos os responsáveis pela catástrofe demográfica da América. O exacerbamento da guerra indígena, provocado pela sede de escravos, as guerras de conquistas e de apresamento em que os

índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, destruturação social, a fuga para novas regiões das quais se desconheciam os recursos, a exploração do trabalho indígena, tudo isso pesou decisivamente na dizimação dos índios (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 15).

No início do século XVIII, a descoberta de ouro em Cuiabá levou à construção de uma fortificação militar de defesa do território português na colônia. O fortim, conhecido como Real Forte Príncipe da Beira começou a ser construído em 1776, sob ordens do rei de Portugal, Dom José I. Foi edificado cerca de três quilômetros acima do fortim de Conceição que, no ano de 1771 foi destruído por uma enchente. O Novo Forte, em posição geográfica mais favorável e de perfil imponente, visava marcar a presença portuguesa na região e intimidar os espanhóis e possíveis contrabandistas de ouro. O empreendimento contou com o trabalho de escravos africanos e de indígenas, mas se desconhecem registros que analisem o impacto do empreendimento sobre as populações indígenas do lugar. Estima-se, contudo, que o processo tenha sido violento e de alto impacto sobre as comunidades indígenas da região.

Ao final do XIX e início do século XX, mais precisamente entre os anos de 1879 a 1912, a região viveu forte dinamismo econômico e a intensificação de seu povoamento por nordestinos, período que ficou conhecido como Primeiro Ciclo da Borracha. A valorização desse produto no mercado internacional, em um momento de desenvolvimento da indústria automobilística, transformou muitos indígenas em seringueiros, alterando seu modo de vida e suas relações econômicas. A necessidade de agilizar o escoamento do látex, extraído dos seringais de Rondônia, Acre e da Bolívia, e os compromissos firmados no Tratado de Petrópolis (1903) levaram o Estado brasileiro a empreender a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Esta teve início em 1872, sob a administração da empresa estadunidense *Madeira & Mamore Rail Company Limited*, e execução por parte da empresa britânica *Public Works*, no entanto, dificuldades econômicas decorrentes da guerra franco-prussiana teriam ocasionado a interrupção da obra, que foi retomada no período de 1907 a 1912, sob a coordenação de Percival Farquhar (FER-

REIRA, 2005), que conseguiu concluí-la, mas em um período em que a borracha já não tinha grande valor econômico e sofria com a concorrência do produto cultivado no sudeste asiático.

A ferrovia Madeira-Mamoré tornou-se conhecida como “Ferrovia do Diabo”, em função das mortes de trabalhadores de mais de 50 países envolvidos em sua construção. Pouco se fala, contudo, das mortes dos indígenas, especialmente os Karitiana, eliminados no processo, ou afastados para territórios distantes. A empresa registrou tão somente as mortes de seus operários e, provavelmente, estas estejam subquantificadas.

As atividades acima citadas foram desenvolvidas sobre territórios habitados por indígenas de diversas etnias desde o período pré-colombiano. A presença desses novos atores não ocasionou grande destruição da floresta (se comparada com as frentes agropecuárias que viriam), possibilitando à maioria dos grupos étnicos alguma resistência e defesa de seus territórios.

A partir da década de 1970, todavia, uma nova geopolítica foi pensada para a Amazônia, que sob a doutrina militar, passou a receber grande quantidade de colonos necessitados de terra e trabalho. Provenientes das diversas regiões do país, esses migrantes desconheciam a capacidade produtiva dos solos e a capacidade de resiliência dos ecossistemas amazônicos. Na tentativa de aumentar a produção e obter vantagens econômicas, procederam rapidamente à retirada e comércio da madeira e a formação de pastagens, uma das poucas atividades economicamente viáveis, em função da pobreza dos solos de Rondônia, da falta de recursos para corrigi-los e da ausência de assistência técnica para o trabalho rural.

A inviabilidade econômica da produção, em pequena escala, e a ausência do Estado em prover de modo eficiente o acesso à saúde e à educação levou muitos agricultores familiares a venderem suas terras para grandes fazendeiros ou para madeireiras, mineradoras e empresas de colonização, deslocando-se para as periferias dos núcleos urbanos ou para novas frentes de colonização, reiniciando o ciclo. Se a falta de recursos e as condições do solo dificultaram a fixação de camponeses tradicionais no campo, isso não foi um problema para os que, dispondo de grades extensões de terra e subsídios públicos,

puderam explorar o comércio de madeiras, a criação de bovinos e, recentemente, de soja.

Desse modo, a ampliação do agronegócio, que se expandiu muito após a década de 1970, impôs-se como modelo “exitoso” de desenvolvimento, um modelo desejado de ser seguido por muitos agricultores e também por indígenas. Por outro lado, o acesso desses latifundiários ao poder político local e a demanda crescente por terra para a ampliação do negócio têm ocasionado forte pressão sobre os poucos agricultores e grupos tradicionais que resistem a esse modelo. As mortes de pequenos agricultores, de trabalhadores sem terra e lideranças de movimentos ambientais é um reflexo desse processo. Em Rondônia, acreditava-se que o pico dessa violência teria se dado durante os Massacres de Corumbiara, o primeiro durante a década de 1980, que teria praticamente extinguido a etnia Corumbiara, e o segundo em agosto de 1995, que resultou no assassinato de 16 pessoas, segundo dados da Polícia Militar do Estado de Rondônia (CPT, 1995). Para habitantes da cidade de Corumbiara e movimentos sociais da região, esse número, somado ao dos que morreram após o Massacre, em função de ferimentos físicos e adoecimento psicológico ultrapassa os cem. Moradores de Corumbiara informam ter visto corpos boiando nos rios Corumbiara e Pimenta Bueno, dias após a tragédia, e outros morreram nos hospitais das cidades próximas.

Passados 20 anos do Massacre de Corumbiara, quando se acreditava que a violência no campo estivesse retrocedendo, a Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e a Comissão Pastoral da Terra denunciaram a morte silenciosa de 25 camponeses e lideranças de movimentos ambientais:

No ano de 2015, Rondônia despontou no cenário nacional como o estado com o maior número de mortes em conflitos no campo no país. Foram 21 trabalhadores assassinados, muitos com características de execução. É o número mais elevado de assassinatos de camponeses e sem terra já registrado no estado desde 1985, quando a CPT começou a divulgar os registros destes fatos.

O mais grave, porém, é que essa onda de violência continua. Só nos primeiros dias deste ano [2016], outras quatro pessoas foram assassinadas (CPT, 2016, p. 1).

O modelo de desenvolvimento adotado no Estado de Rondônia pautou-se na concentração fundiária e na exploração irracional de recursos naturais, efetuada na maioria das vezes sem projetos de manejo. Contribuiu para isso a construção de grandes rodovias, que desde o período militar tem cruzado esse território. Conforme Carneiro Filho e Souza (2009, p. 14),

A construção de grandes rodovias pelo governo militar, a partir dos anos 1960, interiorizou a ocupação não indígena, que até então se concentrava ao longo dos principais rios, e mudou a feição do Bioma Amazônico. A abertura da BR-153 (Belém-Brasília), da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), da Transamazônica (Norte-Nordeste) e da BR-163 configurou o chamado “arco do desmatamento”, a grande faixa que margeia a área central da Região Norte, onde ocorrem os maiores índices de desflorestamento e a fronteira agrícola avança a partir do leste do Pará, norte de Tocantins, do Mato Grosso e Rondônia rumo ao coração da Floresta Amazônica. Em 1975, a Amazônia Brasileira tinha 29,4 mil quilômetros de estradas, dos quais 5,2 mil quilômetros asfaltados. Em 2004, a extensão da malha rodoviária multiplicou-se quase dez vezes e passou para 268,9 mil quilômetros (menos de 10% pavimentados).

É notável o fato de que boa parte dessas estradas é construída de forma irregular, sem as licenças devidas e os estudos de impacto ambiental necessários. Parte dessas estradas invade terras públicas e áreas protegidas, aumentando a pressão sobre povos e comunidades tradicionais.

Com a chegada do não-índio, novos entendimentos culturais e novas práticas passam a ser desenvolvidas por eles, transformando, de modo irreversível, seus modos de vida e suas relações com o meio ambiente.

No caso da etnia Cinta-Larga, seu contato com não-indígenas vem ocorrendo desde 1920, quando seringueiros adentraram seu território em busca do “ouro branco”. Data, portanto, desse período, a invasão específica de seus territórios (VILLAS BÔAS, 2005). Com a abertura da BR-364, na década de 1960, e a intensificação da exploração da borracha na área por eles habitada, os Cita Larga foram vítimas de um dos mais conhecidos processos de genocídio da vida republicana do Brasil: o Massacre do Paralelo 11, ocorrido em 1963, no qual um número incalculável de indígenas daquela et-

nia foi assassinado. O episódio, de ampla repercussão internacional, gerou críticas contundentes ao Estado brasileiro, forçando-o a extinguir o SPI e a criar a FUNAI. Servidores do antigo SPI – Serviço de Proteção ao Índio estiveram envolvidos diretamente nos crimes e/ou foram coniventes com eles: “134 funcionários foram acusados de mais de 1.000 crimes. 38 funcionários foram demitidos, mas ninguém foi preso pelas atrocidades” (SURVIVAL, 2013, p. 1).

Infelizmente, a criação do novo órgão de defesa indígena não foi suficiente para conter o avanço de madeireiros, fazendeiros, garimpeiros e mineradoras sobre a TI Roosevelt. As relações interétnicas estabelecidas, ao longo dos anos, levaram os indígenas a forjarem novas necessidades, como o acesso a carros, televisão e telefones celulares, bem como a necessidades menos criticadas como o acesso à educação superior, registrada pelo cacique Nacoça Pio Cinta-Larga em entrevista concedida à repórter Ana Aranda (AMAZÔNIA REAL, 2015). O líder tem consciência das transformações ocorridas ao longo do tempo, sabe da importância da sustentabilidade, mas reconhece que diante das novas necessidades, construídas com as mudanças no modo de vida, as atividades tradicionais como a pesca, a caça e o cultivo de mandioca já não satisfazem ao grupo.

Essas novas necessidades e as expectativas de uma vida mais confortável, aliadas à pressão, exercida pelo agronegócio, madeireiras e empresas mineradoras, tem contribuído para que os Cinta-Larga estabeleçam novos usos do solo em sua TI. Dentre os usos, o arrendamento, formal ou informal da terra para madeireiros, fazendeiros, garimpeiros e empresários do setor de mineração tem se destacado. Essa prática ocorre sob o signo da ilegalidade, ferindo o Art. 231, § 6º da Constituição da República, e embora a lei declare nulos e extintos os efeitos jurídicos de arrendamento, ou outros atos referentes à ocupação, domínio, posse e exploração das riquezas das Terras Indígenas, essas continuam a ocorrer, nas franjas da fiscalização.

Entre 1990 e 2000, os Cinta-Larga praticaram intensamente o comércio de madeiras, concedendo a madeireiras a extração das árvores mediante repasse financeiro. De acordo com o monitoramento do INPE (2014), mediante o projeto PRODES, mais de 2% da área já foi desmatada, e a taxa de desflorestamento naquela TI

cresceu 26,78% no período compreendido entre 1997 e 2014. O INPE esclarece que o projeto PRODES

realiza monitoramento via satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal. As imagens de satélites utilizadas são da classe Landsat (20 a 30 metros de resolução espacial e taxa de revisita de 16 dias) numa combinação que busca minimizar o problema da cobertura de nuvens e garantir critérios de interoperabilidade. As imagens TM, do satélite americano Landsat-5, foram, historicamente, as mais utilizadas pelo projeto, mas as imagens CCD do CBERS-2 e do CBERS-2B, satélites do programa sino-brasileiro de sensoriamento remoto, foram bastante usadas. O PRODES também fez uso de imagens LISS-3, do satélite indiano Resourcesat-1, e de imagens do satélite inglês UK-DMC2. Com essas imagens, a área mínima mapeada pelo PRODES é de 6,25 hectares (INPE/OBT, 2015).

Do ponto de vista ambiental, o desflorestamento provocou a degradação dos solos, o assoreamento de rios e alterações climáticas, além de afetar as condições de etnodesenvolvimento dos Cinta-Larga, uma vez que a existência de recursos florestais é necessária para a manutenção de sua cultura e sobrevivência física. É equivocado pensar que todos os Cinta-Larga vendem madeira e compram seus alimentos no comércio das cidades próximas. Boa parte ainda sobrevive da caça, da pesca, de pequenas plantações e de seu delicado artesanato.

Novos impactos socioambientais, em acréscimo aos primeiros, avolumaram-se, a partir do ano de 1999, com a descoberta das jazidas de kimberlito na TI Roosevelt. Esta está disposta em uma zona cratônica, propícia à ocorrência de intrusões kimberlíticas, de onde se pode extrair o mineral conhecido como diamante (CURI, 2005). As pedras preciosas foram encontradas em depósitos aluvionares na bacia do Rio Roosevelt, em Espigão do Oeste/RO, entre as latitudes  $11^{\circ}30'12''S$  –  $10^{\circ}59'37''S$  e longitudes  $60^{\circ}31'18''W$  –  $60^{\circ}45'10''W$ , e nesses depósitos também é possível encontrar ouro, cassiterita, pirolo, ilmenita e rutilo (CURI, 2005). Foi o diamante, entretanto, o que mais atraiu a cobiça dos homens, devido a sua cotação no mercado internacional, estabelecida com base em sua raridade.

A intrusão desordenada de garimpeiros, profissionais do sexo e atravessadores, inclusive de países como Israel, Emirados Árabes,

Canadá e Estados Unidos, resultou em sérios conflitos sociais, desestabilizando a vida da pequena cidade de Espigão do Oeste, a vida dos agricultores familiares residentes próximos à aldeia e, é claro, à vida dos indígenas, que se viram diante da possibilidade de acúmulo de riquezas fabulosas. O enriquecimento, maior, efetivou-se, contudo, entre empresários e atravessadores, cabendo aos garimpeiros contornar a difícil relação com os indígenas, para poder permanecer na área em busca de seu Eldorado, e cabendo aos indígenas lidar com as críticas a eles direcionadas, os conflitos internos, a desintegração do grupo e os passivos ambientais.

O garimpo na TI Roosevelt, ilegal e clandestino, movimenta cerca de 20 milhões de dólares por ano, riqueza essa que é evadida sem deixar grandes benefícios na vida dos Cinta-Larga. Em entrevista realizada com o senhor Junior Cinta-Larga (ex-cacique da etnia), fomos informados de que:

o garimpo não traz benefício para o nosso povo. O dinheiro, do jeito que vem vai, e a nossa cultura está se perdendo, as nossas tradições estão se perdendo. Muitas crianças e jovens já não querem mais ir para a escola, já não querem mais ouvir aos mais velhos, só pensam em ir para o garimpo (Júnior CINTA-LARGA, entrevista concedida a Xênia de Castro Barbosa em 15/12/2015).

No ano de 2004, 29 garimpeiros foram assassinados pelos indígenas, que os consideraram como invasores e ladrões. Uma liderança Cinta-Larga, acusada de ter sido o mentor da chacina, foi estuprada e amarrada em uma praça de Espigão do Oeste, onde sofreu vários castigos físicos e humilhações, na frente de moradores e autoridades, que assistiram passivamente à cena. Dias depois, seu filho de 14 anos foi assassinado com um tiro à queima-roupa, quando retornava para a aldeia.

Indígenas e garimpeiros mostram-se os elos mais frágeis dessa cadeia de exploração econômica e degradação ambiental e humana, intensificada por esse novo uso social do solo e subsolo.

O garimpo trouxe aos Cinta-Larga o estabelecimento de relações capitalistas, a dependência econômica a um único produto, o abandono de atividades tradicionais e de elementos importantes de sua cultura, além de aumentar a violência em geral, e a violência contra mulheres e meninas, em particular. Estas passaram a sofrer violência

sexual e a contrair, contra sua vontade, matrimônio com homens de outras etnias, para favorecer a eles o acesso à TI e à exploração do minério. Dados da Secretaria Municipal de Saúde de Espigão do Oeste indicam ainda o aumento da incidência de doenças sexualmente transmissíveis, inclusive AIDS, e de mortes por homicídio. A garimpagem ocasionou ainda a erosão do solo, o assoreamento do igarapé Laje e a poluição e turbidez de sua água.

Destaca-se que as Terras Indígenas são áreas especialmente protegidas, nas quais é vedado qualquer uso que “comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção” (BRASIL, 2012, art. 225, §1º, I II). O caráter protetivo dessas áreas foi reforçado pelo Decreto 5.758/2006, que instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Por meio deste Plano, as TI, assim como as UC – Unidades de Conservação e as terras remanescentes de quilombolas foram definidas como espaços especiais que cumprem a função de assegurar a existência física e cultural de populações tradicionais e a conservação da biodiversidade.

Os usos do solo acima apresentados representam, desta forma, ameaças às condições de sobrevivência da etnia Cinta-Larga e à preservação de recursos ambientais, que são necessários para um meio ambiente equilibrado (meio este que, de resto, interessa também a não-indígenas).

Há ainda um aspecto específico no conjunto da problemática em tela, que carece de reflexões sistematizadas, a saber, os impactos do diamante no processo de etnodesenvolvimento do grupo que, diferente de outros, reivindica o direito de poder explorar e comercializar o produto. O direito de tê-lo, portanto, como um recurso adicional para seu etnodesenvolvimento. Não se trata de deixar de ser indígena para se tornar garimpeiro ou empresário, mas de gerir um recurso e, no limite, gerir seu próprio território, sem tutelas e também sem abandono. Sem dúvidas, isso contraria o sistema jurídico nacional e as expectativas que a sociedade brasileira tem em relação a como deve ser e como se comporta um povo indígena, mas este é um problema que precisa ser considerado.

Primeiramente, a inserção da temática do etnodesenvolvimento nos estudos acadêmicos brasileiros é fator positivo e relevante no

enfrentamento do mito da democracia racial e das formas veladas de discriminação étnica e racial que desenvolvemos ao longo da história.

A emergência das discussões sobre etnodesenvolvimento implicam, pelo menos, três coisas: (1) o reconhecimento de que há uma diversidade cultural, a qual se expressa por meio de formas variadas de relações territoriais, sociabilidades, religiões, festas e relações com o meio ambiente. Vivemos, portanto, uma cultura dinâmica e não homogênea; (2) os povos e comunidades tradicionais têm uma ampla demanda reprimida, em função de séculos de discursos e práticas homogeneizantes, que os tornaram marginais e invisíveis aos olhos da sociedade, ou que os tornaram um estereótipo que não corresponde à realidade de suas identidades. Esse processo ocorreu sob o rótulo da miscigenação e da democracia racial; (3) há novas expectativas em relação ao papel do Estado, que agora exerce uma soberania compartilhada com sua população (que lhe apresenta demandas complexas) e com as comunidades políticas internacionais com as quais se relaciona, a maioria signatária das declarações e acordos que exigem a observância aos direitos humanos. Vivemos o que Milton Santos chamou de “transnacionalização do Estado-Nação” (SANTOS, 1994, p. 15), Estado esse que experimenta a dialética entre as forças globais e as locais.

Reconhecidas as demandas e os novos quadros culturais sobre os quais transitamos, resta ao Estado brasileiro o desafio de identificar as expectativas de etnodesenvolvimento e definir estratégias para contribuir, respeitando-se as iniciativas do próprio grupo. Questionam-se as velhas estratégias paternalistas e unilaterais do Estado. E a nós, pesquisadores, cabe contribuir, no limite de nossas possibilidades, com a reflexão acerca desses desafios, o registro dessas demandas e, quiçá, apontar caminhos possíveis, mas não universais.

Um passo importante foi dado pelo Estado brasileiro ao instituir a Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, pelo Decreto n. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Esta define como povos e comunidades tradicionais

Art. 3 - grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos

naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No bojo do respeito ao autorreconhecimento e à autodeclaração, o Estado brasileiro manifestou também a preocupação em definir e, progressivamente, regularizar seus territórios tradicionais, ou seja, aqueles tradicionalmente ocupados ou que são necessários para a reprodução física e cultural dos povos e comunidades tradicionais. Mas, como vimos, a demarcação territorial não torna esses territórios e sujeitos impermeáveis aos discursos, lógicos e práticas do capital, que avançam rapidamente sobre essas áreas, a olhos vistos (ou a olhos cegos).

Pensamos o etnodesenvolvimento como chave para a construção e fortalecimento da cidadania. Somos favoráveis a que esses grupos étnicos tenham liberdade para escolher as formas e estratégias de seu etnodesenvolvimento, consideramos que a educação formal, intercultural, aberta ao diálogo e à aprendizagem mútua é um recurso importante para o empoderamento, a definição de projetos e o fortalecimento da cultura. A educação é necessária, inclusive, para esclarecer quanto aos interesses capitalistas que colocam o rendimento econômico como padrão de felicidade e desenvolvimento.

Entendemos, com Little (2002), que autonomia cultural consiste em ter uma participação direta nas decisões sobre o destino dos recursos naturais contidos no território e controle sobre os recursos culturais do grupo, dentre os quais a língua, a organização social e os processos produtivos. Entendemos ainda que é preciso favorecer essa autonomia cultural, não como prática paternalista, mas como responsabilidade ética frente a processos históricos que espoliaram esses povos e comunidades tradicionais das condições de acesso às diversas formas de autonomia. É preciso reconhecer a marginalização e a interdição de direitos e espaços a que esses grupos foram vítimas, bem como a tutela e dependência que forjamos. Tal reconhecimento, livre de sentimento de culpa, expressa maturidade para contribuir para que o outro possa ser ele mesmo e viver segundo seus entendimentos, lógicas e cultura.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. De camponeses a agricultores familiares: Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. Campinas, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).

AMAZÔNIA REAL. Diamantes de sangue na Amazônia (20/12/2015). Jornal Amazônia Real. Disponível em <http://amazoniareal.com.br/diamantes-de-sangue-na-amazonia/> Acesso em 14/02/2016.

ARNDT, H.W. Economic Development: The History of an Idea. Chicago, IL:

University of Chicago Press, 1989.

BARBOSA, X. de C. Relatório técnico-científico da pesquisa Gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável: uma proposta de pesquisa e extensão para o Território Rio Machado com ênfase na TI Roosevelt. Porto Velho: 2015.

BARTH, F. Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of culture difference. Bergen-Oslo, Universitates Forlaget/London, George Aleen & Unwin, 1969.

BECK, U. Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BONFIL Batalla, G. Do indigenismo da revolução à Antropología crítica". Em JUNQUEIRA, C. & CARVALHO, E. (orgs.). Antropología e Indigenismo na América Latina. São Paulo: Cortez, 1981.

\_\_\_\_\_, G. América Latina: Etnodesarrollo, Etnocidio. Costa Rica: Ediciones FLACSO, 1982.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 35ª Ed. Brasília: Congresso Nacional, 2012.

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. Decreto n. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Brasília: Congresso Nacional, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claroenigma, 2012.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo; SOUZA, O. B. de. ATLAS de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. São Paulo, 2009. Disponível em: [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Atlas.pdf.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Atlas.pdf.pdf) Acesso em 14/02/2016.

CIRQUEIRA, D. M.; CORREA, G. S. A questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-D-Marcal.pdf> acesso em 14/02/2016.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Dossiê Corumbiara. Porto Velho, 1995.

\_\_\_\_\_. Comissão Pastoral da Terra. Nota pública: O campo em Rondônia, um barril de pólvora. Porto Velho, 2016.

EASTERLY, W. *The Elusive Quest for Growth*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good*. London, UK: Penguin Press, 2006.

CURI, M. V. *Mineração em Terras Indígenas: Caso Terra Indígena Roosevelt*, Nov. Dissertação (Mestrado) em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SURVIVAL. Relatório 'perdido' expõe genocídio de índios brasileiros. 2013. Disponível em: <http://www.survivalinternational.org/ultimas-noticias/9197> Acesso em 12/02/2016.

FERREIRA, M. R. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FERNANDES, B. M. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In STEDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. *Terra Indígena Roosevelt*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> Acesso em 13/02/2016.

GIL, A. C. (2002) *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Desflorestamento nas Unidades de Conservação da Amazônia Legal*. PRODES, 2014. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php> Acesso em 30/12/2015.

LIMA, A. C. de S.; HOFFMANN, M. B. Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 2008. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/etnodesenvolvimento-e-polit/> Acesso em 12/02/2016.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2/n.3/p.33-52/OUT, 2002.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana. *RBCS*, vol. 17, n.49, Junho de 2002.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. *Petrópolis: Vozes*, 1981.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_, A. U. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: MARQUES, M. I. M.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

PÁDUA, E. M. M de (1997). Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

RATTZ, A. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. *Espaço e Cultura: UERJ*, n. 17-18, p. 77-88, jan./dez., 2014.

SAID, E. Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências In: SANTOS, B, de S. Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2003.

SPRADLEY, J., MC CURDY, D. The cultural experience: etnografy in complex society. Palo Alto : SRR, 1984.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico/84*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

# O território de Itapicuru: ocupação, identidades e territorialidades pré-existentes à mineração<sup>1</sup>

*Maria Aparecida de Jesus Silva*<sup>2</sup>

*Regina Coelly Fernandes Saraiva*<sup>3</sup>

## **Resumo:**

Moradores da comunidade de Itapicuru, Jacobina, Bahia, residem e usam o território a muitas gerações para o plantio, para o garimpo do ouro e para pequenos comércios. Com a chegada de empresas mineradoras na região, sobretudo a partir da década de 1970, a comunidade começou a perder autonomia no acesso à terra e no uso dos recursos naturais, considerados imprescindíveis para sua sobrevivência e reprodução da vida. Por meio de entrevistas realizadas com antigos moradores e lideranças de Itapicuru, foi possível identificar que as formas de ocupação, o uso e os significados atribuídos ao território, embora fragilizados pelos processos de desterritorialização causados pelas mineradoras, constituem fatores de resistência e defesa do território, compreendidos por seus moradores como matriz da vida social e não somente como recurso a ser explorado para acumulação do capital privado. A oralidade se revelou como elemento essencial para registros de pesquisas que desejem reconhecer processos identitários construídos a partir da relação com o território e o uso da terra.

## **Palavras-chave**

Territorialidade, desterritorialização, mineração, resistência, Itapicuru.

---

1 Este artigo é parte do trabalho final da especialização em Desenvolvimento e Relações Sociais no Campo: Diversidade e Interculturalidade dos Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Camponesas do Brasil, pela Universidade de Brasília (2015), cujo título é *Territorialidades, conflitos e resistências frente à mineração na comunidade Itapicuru, Jacobina, Bahia*.

2 Pedagoga, teóloga e especialista em Desenvolvimento e Relações Sociais no Campo: Diversidade e Interculturalidade dos Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Camponesas do Brasil, pela Universidade de Brasília. Agente da Comissão Pastoral da Terra Centro Norte, Diocese de Bonfim, Bahia.

3 Doutora em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), professora de história ambiental da Universidade de Brasília.

## *The territory of Itapicuru: occupation, identity and territoriality existing mining*

### **Abstract**

Residents of the community of Itapicuru, in Jacobina in the Brazilian state of Bahia, have lived in and used the territory for many generations for planting, artisanal gold mining and small business. With the arrival of mining companies in the territory, especially from the 1970s on, the community began to lose its autonomy to access and use the natural resources that were essential for its survival and reproduction of its way of life. Through interviews carried out with old residents and leaders of Itapicuru, it was possible to confirm that these occupations, the use of and meaning attributed to the territory, although weakened by the processes of deterritorialization caused by mining companies, constitutes a means of resistance and defense of the territory, understood by residents as a social network and not just a resource to be exploited for the accumulation of private capital. Oral history revealed itself as an essential element for the preservation of research that seeks to recognize the processes of identity built from the relationship between the territory and the use of the land.

### **Keywords**

Territoriality, deterritorialization, mining, resistance, Itapicuru

O povoado de Itapicuru está localizado a 340 km de Salvador e fica a 10 km da sede do município de Jacobina, Bahia, na porção norte da Chapada Diamantina. A população local é de 96 famílias. O povoado abriga as principais nascentes do Rio Itapicuru-Mirim que compõe a bacia hidrográfica do Rio Itapicuru responsável pelo abastecimento de água para aproximadamente um milhão de pessoas no estado da Bahia.

O povoamento de Jacobina se deu nos primórdios do século XVII, a partir da descoberta do ouro, embora indícios de exploração do território remontem a 1572 (SILVA, 1988). Melchior Dias Moreira, Antônio Brito Correia e os Guedes de Brito, acompanhados de colonos e negros escravizados foram os primeiros a ocupar as terras de Jacobina. Veios auríferos na serra de Jacobina e os riachos adjacentes foram lugares inicialmente explorados na região (PONTE NETO, 1998).

Naquele período, a Coroa Portuguesa não permitia a ocupação das minas da Bahia devido à proximidade com a costa e sua influência na produção de açúcar e tabaco. Essa proibição foi reiterada pelas Cartas Régias de 1713 e de 1714 (PONTE NETO, 1998). Entretanto, desde o descobrimento das primeiras minas, já havia registro da presença de um contingente significativo de garimpeiros que realizavam a atividade na região, ainda que proibida pela Corte.

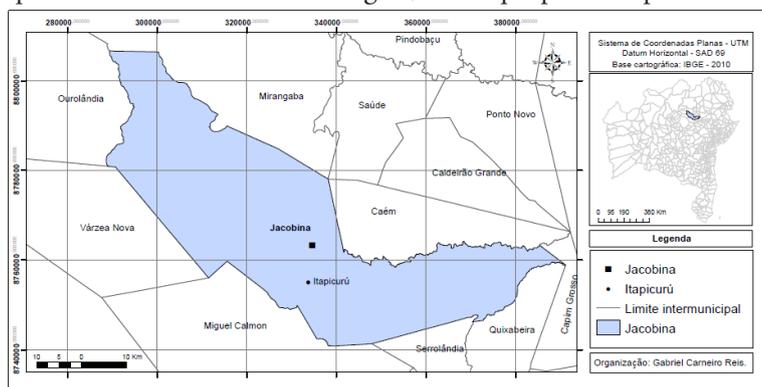


Figura 1: Mapa da Comunidade Itapicuru, Jacobina - Bahia. Fonte: Base cartográfica do IBGE (2010).

A notícia da descoberta de ouro em Jacobina atraiu o interesse de bandeirantes e aventureiros que se voltavam para a região, ge-

rando a criação de um arraial às margens do Rio Itapicuru-Mirim, onde se aglomerou rapidamente grande número de garimpeiros (A TARDE, 1986). Esse fato foi determinante para que, em 1720, o Rei Dom João VI liberasse a concessão para minerar nas terras de Jacobina (ARQUIVO MUNICIPAL DE JACOBINA, 1999-2003).

O nome Itapicuru, de origem Tupi-Guarani, quer dizer *laje ca-roçuda*. A origem do nome da localidade, assim como a origem de Jacobina, remete-nos a ocupação originária do território quando toda a região da Serra da Jacobina era habitada pelos Kariri, Payayá e Tupinambá. “A taba dos índios Payayá era localizada na embocadura do Rio do Ouro e do Rio Itapicuru” (CENTRO CULTURAL DE JACOBINA, 1999-2003).

Ainda hoje, características físicas e culturais de moradores de Itapicuru, principalmente dos mais velhos, têm como referência sua origem indígena. A marca da presença dos negros escravizados, que ajudaram no processo de ocupação e povoamento da região, também é visível, seja entre os mais velhos, seja entre os mais jovens da comunidade.

A história de Itapicuru é marcada pela exploração do ouro desde os primórdios da formação do povoado, até os dias atuais. Esse processo de exploração foi assumindo, ao longo do tempo, formas diferenciadas, gerando conflitos principalmente em torno do uso da terra. Para o contexto deste artigo interessa: 1. identificar traços da ocupação do território e a construção de territorialidades entre seus moradores por meio da intrincada relação com as gerações passadas (que deixaram suas marcas no território e ainda estão vivas nas memórias e tradição da comunidade); e 2. (re)conhecer processos de desterritorialização, resultantes da ação de empresas mineradoras em Itapicuru, especialmente a partir da década de 70, e como a comunidade vem se mobilizando para resistir a esses processos.

São recorrentes discursos que relacionam a mineração ao progresso, sem considerar a realidade das populações que vivem no entono das minas, especialmente sua relação com a terra. Carlos Flávio (2013, p. 126-127), afirma que “discursos e imagens são construídos para convencer e legitimar ações e práticas de domínios

territoriais ocorridas na história, desde tempos passados”; por isso, ele considera que, “é importante percebermos o potencial produtivo que acompanha as imagens/representações criadas, produzidas, *inventadas* sobre os lugares, uma vez que as forças dominantes têm interesse em ‘encobrir’ os fatos, acontecimentos e processos históricos permeados de contradições e conflitos sociais”.

## Entrevistas na (re)construção de territorialidades

Para permear o campo da (re)construção de territorialidades (e processos de desterritorialização) em Itapicuru, foram realizadas, entre setembro de 2014 e março de 2015, quinze entrevistas com antigos moradores e moradoras da localidade<sup>4</sup> e com lideranças que atuam na região.

As pessoas mais velhas da comunidade foram escolhidas pelo fato de terem raízes tradicionais *com* e *no* território. São pessoas que conhecem bem a história do lugar; guardam memórias das formas de ocupação e uso do território antes e depois da chegada das empresas mineradoras; reconhecem os conflitos existentes; e também atuam, cada uma a seu modo, dos processos de resistência diante da perda do território motivada pela mineração; essas pessoas são importantes sujeitos da identidade *com* e *no* território.

São lavradores e lavradoras, aposentados, que ainda praticam a agricultura de subsistência e o extrativismo de recursos naturais ainda existentes na região. São também ex-garimpeiros e ex-garimpeiras, que nasceram ou se deslocaram ainda jovens para Itapicuru e que, na relação com o território, cultivaram a terra, mas também praticaram o garimpo do ouro, como alternativa de sobrevivência. Os recursos da terra para o plantio ou exploração do ouro foram os elementos que permitiram, ao longo do tempo, a reprodução das

<sup>4</sup> Entre os mais velhos da comunidade, foram entrevistadas pessoas entre 50 e 109 anos. Destaca-se entre as entrevistadas Dona Judite Simoa, uma das moradoras mais antigas de Itapicuru, hoje com 109 anos. Foram entrevistadas 8 mulheres e 7 homens. Devido à idade avançada de alguns moradores, muitas entrevistas foram realizadas por etapas, para não se tornarem exaustivas e para poder garantir que o registro pudesse representar bem o interesse da pesquisa de identificar os elementos de territorialidades/desterritorialização em Itapicuru. Algumas pessoas entrevistadas não permitiram que seus nomes reais fossem divulgados, por isso, em alguns relatos aparecem aqui apenas como moradores da comunidade. As fotos de pessoas e depoimentos identificados neste trabalho foram devidamente autorizadas.

famílias em Itapicuru.

As mulheres tiveram papel destacado entre os entrevistados: são reconhecidas como lideranças e protagonistas da resistência pelo território. Muitas delas, especialmente, as mais velhas ainda atuam como guardiãs de práticas tradicionais do extrativismo ou de antigos modos de plantio, mesmo diante da pressão de que esse conhecimento/prática desapareça.

Também foram entrevistadas lideranças, tanto de Itapicuru, quanto de comunidades próximas, especialmente Canavieiras e Jabuticaba<sup>5</sup>. Essas lideranças estão à frente de processos de luta e reivindicações pelo direito ao território, diante de processos de desterritorialização da comunidade causados pela presença das mineradoras. São membros de associações comunitárias, membros da Comissão Permanente de Monitoramento dos Conflitos relacionados à mineração em Jacobina, representantes das comunidades nas negociações com a empresa, nas audiências com o Ministério Público e nos espaços de troca de experiência com outras comunidades impactadas pela mineração.

Foram entrevistados também agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT/Centro Norte (Diocese de Bonfim), pois, desde o ano de 2010, a CPT tem apoiado sistematicamente as comunidades impactadas pela mineração, em seus processos organizativos e de luta por direitos. Além de prestar assessoria jurídica, os agentes da CPT atuam nas comunidades, realizando visitas e promovendo atividades de formação, avaliação e planejamento de ações, acompanham os momentos de mobilizações e manifestações coletivas, participam de reuniões e têm participação política ativa na região.<sup>6</sup> As considerações dos membros da CPT são frutos de uma reflexão crítica do conjunto da CPT a partir da sua práxis,<sup>7</sup> significa um olhar externo

5 A maioria das lideranças (7) apresenta idade média de 30 a 40 anos. São trabalhadores (as) do comércio, técnica em enfermagem, donas de casa e agricultores (as). Alguns têm familiares que trabalham nas empresas de mineração em Itapicuru.

6 Os agentes da CPT entrevistados têm entre 30 e 60 anos de idade, sendo um advogado que acompanhou o processo de negociação da remoção das famílias de Canavieiras e hoje não atua mais diretamente na CPT e um gestor ambiental, membro do Comitê da Bacia do Rio São Francisco morador da cidade de Jacobina que acompanha diretamente o conflito relacionado à mineração em Jacobina.

7 A práxis (inspirada por Marx) não é simplesmente, a unidade da teoria e da prática, entendidas como duas entidades originais e autônomas preexistentes. Sempre há práxis,

(e ao mesmo tempo próximo) sobre os processos de luta das comunidades face à mineração.

As entrevistas não foram tratadas apenas como “fontes de pesquisa” ou “dados da pesquisa”. A intenção do registro oral foi além disso, e pretendeu situar os “sujeitos do território” de Itapicuru (aqueles que ocupam a terra tradicionalmente); dar-lhes escuta para os registros de suas histórias, memórias e resistências diante da presença do capital, representado pelas empresas mineradoras.

Ao dar escuta a homens e mulheres, a história oral traz para o campo da história aquilo que foi silenciado; desvenda identidades, saberes e fazeres anteriormente relegados. Reconhece nas narrativas o elemento capaz de permitir a compreensão do processo ativo de construção de significados sociais que são dados pelos diferentes sujeitos (SARAIVA, 2010).

Saraiva (2010) salienta que houve um processo de ampliação da história para além dos sujeitos hegemônicos. O sentido de desconstruir “discursos e imagens” sobre o território foi fortemente ampliado pelo uso da oralidade como ferramenta de investigação e empoderamento de grupos não-hegemônicos. “Sujeitos do território” passam a ser os porta-vozes de histórias, da cultura, das tradições e das lutas vividas nos territórios, deslocando sentidos que desejam impor “outras realidades”. Em Itapicuru, as vozes (e luta) de seus moradores trazem especialmente o direito à terra (às roças), como elementos marcadores de sua identidade com o território.

Magalhães et all (1997), Montenegro (1992) e Saraiva (2010) chamam a atenção para a importância da história oral como metodologia fundamental na “busca para (re)construir o passado” e como campo de inserção de outros sujeitos históricos. A oralidade se constitui como importante instrumento contra o processo de dominação de memórias em favor dos poderes hegemônicos (SARAIVA, 2010; CARLOS FLÁVIO, 2013). Neste sentido, a oralidade é uma “ferramenta de poder” indispensável em pesquisas que desejam (re)conhecer processos identitários (dar a voz aos sujeitos), em territórios marcados por conflitos, tal como registra a história recente

---

porque a ação é condição do conhecimento e vice-versa, porque ambos pólos estão constitutivamente co-implicados, no interior de um mesmo movimento, nem do puro pensamento teórico, nem da pura ação prática (AMADEU, Javier. et. al., 2006).

de Itapicuru.

O registro oral, neste sentido, apresenta forte componente político, sem perder a possibilidade de registrar também sentimentos e sensibilidades de quem vive *do* e *no* território. A política é uma forma de situar no mundo, que somada aos sentimentos e sensibilidades na relação com o território, permitem que se elaborem e fortaleçam resistências diante da possibilidade de desterritorialização.

As entrevistas orais realizadas com moradores de Itapicuru permitiram reconstruir narrativas sob o ponto de vista dos sujeitos locais, fazendo surgir aspectos importantes do cotidiano das famílias na luta pela sobrevivência e a afirmação de identidades. As narrativas trazidas, através das vozes de pessoas de diferentes idades e atuações, contradizem discursos do desenvolvimento que se articula em torno da mineração, desvenda conflitos e tensões na relação com as mineradoras e denuncia graves impactos socioambientais e violações de direitos praticados pelas empresas.

O relato se transforma em um “documento de denúncia” que registra aquilo que é vivenciado pela comunidade no presente e no passado. A fala tem o poder de conduzir esse caminho, porque pertence a ela a possibilidade de ir e vir no tempo. É esse ir e vir que dá riqueza ao uso da oralidade em pesquisas, porque o vivido (o passado) dialoga com o presente na construção política de se posicionar como sujeito histórico (sujeito *no* e *do* território).

Nas falas, foram observados o modo de se expressar e os sentimentos implícitos (subjetividades, possíveis de serem percebidos durante as entrevistas orais que se comportaram mais como conversas<sup>8</sup>, embora um roteiro, antecipadamente elaborado, tenha sido a base para o registro). Além das falas, também foram observadas expressões corporais (sorrisos, choros, gestos, etc) como procedimento de observação complementar do registro oral (NEVES, 2006). Em Itapicuru, a gesto simplório de Dona Judite, que traz suas sementes nas mãos pois *“onde anda, planta... enterra uma semente aqui, outra ali... se chove nasce”*, revela em sua fala (e no seu ato) que o embate

8 Na maioria das entrevistas, no primeiro contato para facilitar o acesso e a confiança de quem seria entrevistado, estive acompanhada por alguma pessoa conhecida na comunidade. As entrevistas foram gravadas com o consentimento das pessoas, isso inicialmente as deixava tensas, mas com o decorrer da conversa e o distanciamento do gravador as pessoas passavam a se sentir mais seguras, tornando a conversa mais fluida.

entre a tradição de plantar e cultivar (marca de sua identidade) ainda resiste ao poder das empresas de mineração.



*Figura 2 – Sementes nas mãos de Dona Judite Simoa, 7/1/2015. Foto: Maria Aparecida de J. Silva.*

Esse aspecto permitiu compreender como relações de poder se estabelecem no território. Privilegiou-se o ouvir numa perspectiva de trazer territorialidades existentes mas que, ao mesmo tempo, traduz-se como resistência à desterritorialização.

As entrevistas com a comunidade se somaram ao trabalho de campo, realizado em março de 2015, junto com alguns moradores de Itapicuru. Durante dois dias, foi percorrido o território utilizado pela comunidade, antes das barreiras impostas pela presença de empresas mineradoras no local. Pontos foram marcados (com GPS) para ser (re)construído o mapa dessa configuração territorial: serras, nascentes, rios, antigas áreas de uso comum para plantio da comunidade; antigos garimpos; locais de coleta de “produtos da serra”; bem como, pontos de pesquisa mineral, locais de domínio das empresas; identificando formas de utilização do território antes e depois das empresas mineradoras e os impactos causados com a mineração.

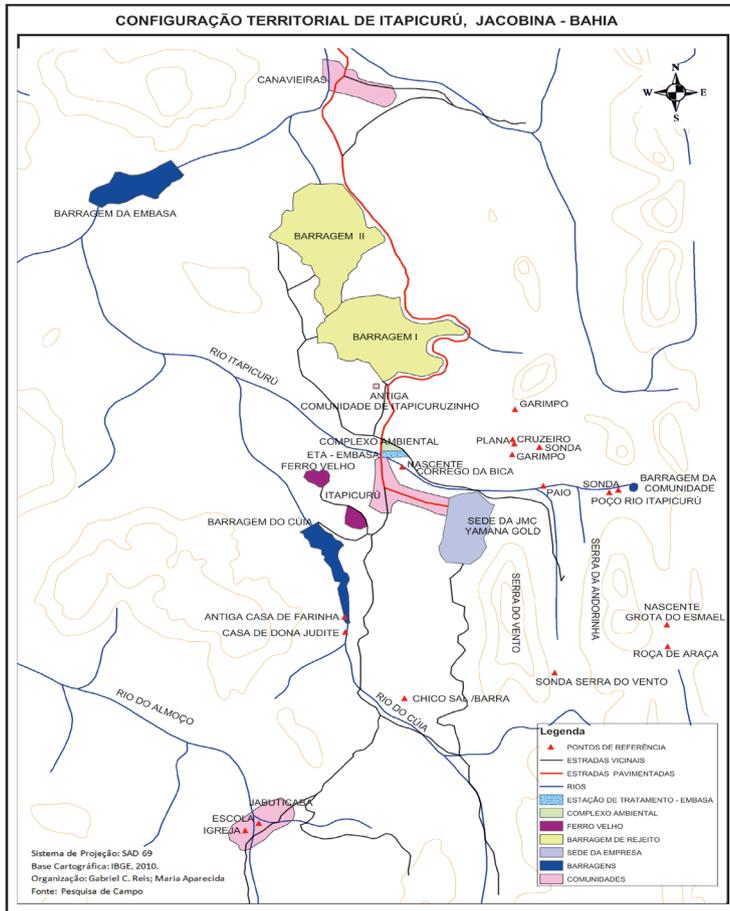


Figura 3: Mapa da configuração territorial de Itapicurú, Jacobina-BA.  
Fonte: Gabriel Carneiro Reis e Maria Aparecida J. Silva.

## Território e territorialidades em Itapicurú

Para compreender a ideia de territorialidade trazida neste artigo, primeiro é preciso compreender qual concepção de território estamos nos referindo. O conceito de território, de acordo com Schneider e Tartaruga (2005), tem como base as formulações de Friedrich Ratzel, elaboradas no contexto histórico da unificação alemã em

1871:

O território, para ele, é uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, coletividade esta que teria uma necessidade imperativa de um território, com recursos naturais suficientes para sua população, recursos que seriam utilizados a partir das capacidades tecnológicas existentes. E mais importante, o conceito de território ratzeliano tem por referência o Estado (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p. 101).

Segundo Saquet (2013, p. 15), “novas abordagens foram efetivadas por diversos autores e obras, a partir dos anos de 1950-1970, quando o conceito passou a ter novas interpretações relacionais, processuais, materiais e imateriais”, que ultrapassam seu sentido mais restrito referente à extensão de um país ou território estatal.

Nessa perspectiva, os territórios são construções históricas e sociais, essencialmente dinâmicos, podendo ser sempre criados e recriados pelos sujeitos que o constituem. Para tratar da questão do território, é preciso desnaturalizar o conceito e superar a visão dicotômica própria das matrizes de racionalidade “que tende a separar natureza de sociedade” (GONÇALVES, 2006, p. 163).

O conceito de território apresenta múltipla significação, com uma dimensão material e imaterial, como explicita Fernandes (2004, p. 42):

O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas: desde o espaço geográfico de uma nação, de uma região, de um estado, de uma microrregião, de um município, de um bairro, de uma rua, de uma propriedade, e de partes de uma moradia. Esse é seu sentido absoluto, objetivo, concreto, material e localizado. O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, histórica, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade, inclusive no plano das ideias, da construção de conhecimentos e suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e das convergências, do diálogo e do conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado, portanto, temos territórios em movimento.

Este trabalho fundamenta-se na concepção de território como “*espaço social*” (FERNANDES, 2004) e na ideia de *território usado*,

conforme Santos (1999):

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como *o território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

O território de Itapicuru e sua ocupação são trazidos por antigos moradores ao lembrar a chegada das primeiras famílias que se instalavam próximo à Serra dos Ventos, nas proximidades do Rio Itapicuru-Mirim. Essas famílias construíam barracos e abriam roças conforme o que podiam cultivar. As terras eram livres, terras públicas devolutas do Estado e com o tempo, parte foi cercada pelos próprios moradores e outras deixadas soltas para uso comum das famílias, que em períodos de estiagem soltavam o gado.

*Nós não sabemos dizer o tamanho das terras porque ninguém media. Aqui você metia a foice onde você queria, um botava roça aqui, outro botava ali... Tinha lugar, como a nossa roça mesmo, que tem bananeira, jaqueira, manga, pés de abacaxi... o que não cercou, eles tomou conta mesmo* (Relato de moradora de Itapicuru, Setembro de 2014).

No relato e memória de Dona Judite Simoa, moradora mais antiga da comunidade, está presente a chegada dos primeiros povoadores do território de Itapicuru, na década de 1930, vindos de regiões da Bahia como Campo Limpo, Ventura e Formosa do Rio Preto. *“E tudo veio alicerçar essa Serra”*.



Figura 4 – Judite Simoa, moradora da comunidade Itapicuru, 7/11/2015.

Foto: Maria Aparecida de J. Silva.

A formação de Itapicuru está fortemente vinculada ao garimpo. A historiografia local reconhece essa condição, mas os relatos identificam outros elementos que permitiram que o território fosse sendo *usado* e a apropriação da terra para a formação de roças é reavivada como condição de existência e identidade *com* e *no* território. A força dessa relação é reforçada ao reconhecerem inclusive a ligação original com os povos originários nativos da região:

*Os garimpeiros vinham garimpendo do rio de Caem até chegar aqui, e essa comunidade, essa região toda foi se formando com garimpos e roças. Na região tinha muito índio. A minha avó e a minha bisavó era índia e ela falava que esse pessoal branco roubou ela e trouxe pra cá ainda menina. Com a explosão do ouro, o povo garimpava muito no rio, era muito ouro, pegava era de mão, como se fosse na Serra Pelada... aí foi crescendo, passou a ter feira e o pessoal todo passava direto para cá* (Relato de morador de Itapicuru, novembro de 2014).

As famílias de Itapicuru sempre viveram da pluriatividade, autoidentificando-se como lavradores ou garimpeiros que tinham a posse da terra antes de serem expropriados pelas empresas mineadoras, sobretudo a partir da década de 1970, época de intensa exploração de ouro na região. “*Nós era lavradores e garimpeiros, porque uma semana trabalhava na roça, outra trabalhava na serra e todo mundo tinha seus ‘trem’ e agora não tem mais nem garimpo nem nada,*

*porque até as terras eles tomou.*” (relato de moradora de Itapicuru, setembro de 2014).

Mandioca, café, milho, feijão, arroz, frutas diversas e outras culturas eram produzidas em Itapicuru. Frequentemente, muitas pessoas de Itapicuru se juntavam e subiam a serra para extrair a palha de ouricuri e ariri (palmeiras típicas da região), utilizadas na produção de artesanato e utensílios domésticos; bem como para coletar a plana (tipo de algodão), que era usada para o enchimento de cangaias, colchões, almofadas e travesseiros produzidos principalmente por mulheres da comunidade; além da coleta de flores silvestres (botões, hortências etc.) e frutas (caju, araçá, cambuí etc.) que eram comercializadas na própria comunidade, onde acontecia uma das maiores feiras da região.

Na comunidade, era constante a prática de mutirão para a colheita e para a produção de farinha de mandioca e o beiju de tapioca, conforme relatam antigos moradores:

*Nunca precisavam pagar para mexer a farinha, porque ajudavam uns aos outros. A casa de farinha que existia na comunidade ficava sempre cheia; como todo mundo plantava, sempre tinha mandioca e sempre se fazia farinha. Era possível comer o beiju de massa, quentinho, feito na hora.* (Relato de moradora de Itapicuru, setembro de 2014).

A casa de farinha era um espaço de trabalho, mas também servia para trocar histórias e “causos” e compartilhar problemas e outras situações da comunidade. Em Itapicuru, ainda existem resquícios da antiga casa de farinha, mas as plantações de mandioca não existem mais, porque as terras foram apropriadas pelas empresas mineradoras.

O garimpo também era uma prática tradicional exercida por homens e mulheres em Itapicuru. A garimpagem era praticada de forma artesanal em pequenos e rasos aluviões. Bica, ralo, canoa, marreta, bateia e carpetes (para a apuração e lavagem do minério) era alguns dos instrumentos utilizados na prática manual do garimpo, que se diferenciava da mineração empresarial. De início, segundo relatos de antigos garimpeiros, não era utilizado produto químico para o processo de apuração do ouro, depois, passaram a utilizar o

“azogue” (mercúrio).

*Quem descobriu o garimpo aqui foi o pessoal mais velho que trabalhava em cima da Serra do Vento e na Serra da Jabuticaba. As mulheres garimpavam também. Lá na Jabuticaba as mulheres subiam a serra com café, cusuz feito pra vender; era uma influência do pessoal trabalhando no garimpo e todo mundo vivia. Trabalhava tudo manual, furando, batendo de marreta, pra furar os pinos, pra detonar. O jeito que eles trabalhavam não maltratava a Serra, eles não desmatavam árvores de jeito nenhum, não afundava para puxar as águas de nascentes, não tinha destruição nenhuma naquele tempo, um monte de homem pegava um serviço pequeno, era tudo no braço, então o garimpeiro trabalhava no quente sol – no raso. Hoje é que a firma tem preparo e tem máquina e trabalha nessa fundura toda. No início, antes do motor, pisava aquele cascalho nos pilão de pedra que já tinha na serra mesmo, peneirava, ensacava e levava pra lavar de bateia. Ali tinha o mercúrio e jogava na bateia e lavava o dia todo, aí quando era de tarde, espremia aquela areia e trazia pra casa. O mercúrio eles sempre condenam, mas o cianeto é pior. Até hoje o povo que trabalhava com mercúrio está vivo que nem eu, agora com o cianeto não, porque você está lá longe e sente que ele está prejudicando. (Relato de antigo garimpeiro, morador de Itapicuru, novembro de 2014).*

O garimpo cumpria importante função socioeconômica e cultural na comunidade e na região de Jacobina. Na época dos garimpos, apesar de todas as dificuldades, as relações na comunidade eram de cooperação e solidariedade. Embora o garimpeiro fosse quem pagava menos dinheiro, como afirmam antigos garimpeiros, porque o ouro era comercializado a preços muito baixos com os atravessadores de Jacobina, todos tinham trabalho, autonomia e ninguém passava necessidade entre eles.

*No garimpo era muita gente, porque acontecia de um abrir uma boca de garimpo e ter 8, 10 pessoas; outro abrir mais adiante e ter 20-30 pessoas e quando o garimpo tava arroiado, se juntar tudo num só. Quando achava algum ouro aquele que tinha o seu serviço produzindo fornecia para aquele que o serviço estava parado até ele começar a ir rompendo também, e aí alicerçava todo mundo. Naquele tempo ninguém passava necessidade. Naquele tempo era um povo mais unido [...]. Depois que acabou o garimpo ficou todo mundo descalçueado e quem comprou alguma arinha de terra começou a fazer uma rocinha, ir plantando; e quem não comprou, ficou dando um dia pra aqui, um dia pra aculá, até que ficou essa situação que está aqui hoje, quem não está empregado na*

*firma está desempregado porque não é pra todo mundo.* (Relato de antigo garimpeiro, morador de Itapicuru, novembro de 2014).

Segundo moradores de Itapicuru<sup>9</sup>, a intensa presença de garimpeiros na região de Jacobina, levou o lugar a se tornar uma espécie de “centro econômico e comercial” por causa do comércio, açougues, delegacia, cabarés e outras atividades. Na região, acontecia semanalmente feiras livres que atraíam gente de vários lugares para a venda de produtos da região.



Figura 5 – Feira livre na praça central de Itapicuru entre 1935-1940 (arquivo de moradores da comunidade).

O *território usado*, segundo Silveira (2011, p. 154), envolve todos os aspectos (econômico, físico, ecológico, social, político, cultural) do espaço, todos os atores (indivíduos, comunidades, instituições, empresas), as relações sociais e de poder, bem como os sentidos que constituem o lugar – espaço de todas as existências e as ações presentes e passadas, que nos permite compreender a história dos territórios. Logo, “o *território usado* é entendido como a matriz da vida social”, onde se constitui a territorialidade.

Little (2002, p. 3) define a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a em seu território”.

<sup>9</sup> Entrevista realizada no mês de novembro de 2014, com um morador da comunidade de Itapicuru.

Haesbaert (2005) salienta que: “Além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2005 p. 676).

Segundo Soja (2001 *apud* Gil, 2004), a territorialidade é composta por três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. A autora destaca que, para compreender os territórios, é preciso “conhecer boa parte das suas territorialidades e estas estão imbricadas na subjetividade dos sujeitos” (GIL, 2004, p. 7).

### **Desterritorialização em Itapicuru**

Outra maneira de compreender o território e as territorialidades é a partir das categorias analíticas de *território dominado* e *território apropriado*, desenvolvidas por Haesbaert (2005) a partir do pensamento de Lefebvre, para explicar o processo de desenvolvimento capitalista. Para Lefebvre, a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a dominação sobrepujasse a apropriação, sufocando possibilidades de “reapropriação” dos espaços.

Podemos afirmar que o território imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2005, p. 95-96).

Santos (1999) distingue o território a partir de diferentes formas de uso, seja como recurso para os “atores hegemônicos” ou como abrigo para os “atores hegemonzados”. Para Haesbaert (2005, p. 4), o território é sempre produzido enquanto recurso, mas a partir de duas formas distintas: “os dominantes, privilegiando seu caráter funcional e mercantil, e os dominados valorizando-o, enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana”.

Para os “hegemonzados” o território adquire, muitas vezes, tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (recurso) e identidade (símbolo). Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaïson e Cambrézy (1996), “per-

der seu território é desaparecer”. O território, neste caso, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. É interessante como essas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica *a priori* para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais (HAESBAERT, 2005, p. 4).

O território como espaço onde o capital se reproduz assume relações sociais e econômicas que “culminam na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida” (TOMIASI et al., 2008, p. 214). Santos (1999) observa que o território sofre grandes modificações com a chegada do dinheiro, que causa enorme mudança nas relações e na vida dos lugares e do mundo, pois “o valor de troca passa a regular a vida das pessoas e não mais o valor de uso” (p. 9). O território é utilizado por forças econômicas e políticas, sob duas ditaduras, a ditadura do dinheiro e a ditadura da informação, que funciona como “instrumento ideológico para a conformação das pessoas”:

Na região de Itapicuru, a presença de empresas mineradoras de ouro mudou a condição de uso do território, deslocando territorialidades. A exploração do ouro por meio de empresas na Serra de Jacobina teve início no século XIX.

Farias (2008) destaca que a retomada das atividades de exploração coincide com a fundação do povoado de Itapicuru na década de 1930, quando chegou a região “um comerciante chamado Leonildo Miranda que se tornou um dos grandes exploradores do serviço do ouro, trazendo consigo cerca de 300 garimpeiros a título de faiscação do ouro”. Nesta época, o ouro era explorado por toda a Serra de Jacobina, em pequenos e rasos aluviões.

No final do século XIX e início do século XX, há uma intensificação dos garimpos na região de Rio de Contas e na Chapada Diamantina, destacando-se a região de Jacobina, onde a presença de garimpeiros crescia, com destaque para a região de Itapicuru e Canavieiras.

*Quadro 1 – Empresas mineradoras na região de Jacobina, Bahia.*

Presença da mineração/Empresa	Período
Jacobina Mineração e Comércio	1884 - 1897
Jacobina Mineração e Comércio	1930 – 1947
Mineração de Ouro de Jacobina	1947 – 1950
Mineração Canadense Northfield Ltda	1950 – 1960
Unigeo Geologia e Mineração	1973 – 1979
Anglo American	1973
Jacobina Mineração e Comércio S/A – JMC – Morro Velho	1980- 1998
Desert Sun Mining	2004 – 2006
Yamana Gold	2006

*Fonte: Elaboração a partir de Farias (2008).*

Farias (2008) destaca a década de 1970 como a retomada do desenvolvimento aurífero na região de Jacobina por conta do aumento do preço do ouro no mercado. Nesse período, o discurso que liga mineração e progresso também é fortalecido.

O futuro promissor da cidade foi a tônica desse período, associando a exploração do ouro às características naturais das pessoas do lugar, “povo empreendedor e dinâmico”. Nesse sentido, não havia dúvidas de que a riqueza chegaria, fazendo ecoar que o desenvolvimento estava sendo trilhado pela centenária cidade, guiada obviamente pelo poder público municipal. O discurso solene da origem, mais uma vez, era produzido para atender às redes de interesses em jogo e sedimentar, na memória das pessoas, a cidade do ouro como lugar de prosperidade e riqueza, instituindo significados para fortalecer as relações de poder, ao produzir verdades, tramar discursos, deslocar o significado das práticas sociais e culturais de seus moradores (FARIAS, 2008, p. 61).

A condição empresarial e capitalista da exploração do ouro, a partir dos anos 1970, deu outro sentido ao território de Itapicuru. Em 2006, a Jacobina Mineração e Comércio foi adquirida pela empresa Canadense *Yamana Gold*, que se tornou detentora de várias concessões de lavra nos municípios de Jacobina e Miguel Calmon, envolvendo as minas de Canavieiras, Morro do Vento, além de ter ganhado vários alvarás de pesquisa por toda a Serra de Jacobina (Ministério Público da Bahia – Jacobina, 2008).<sup>10</sup>

<sup>10</sup> A área total ocupada pela mineração em Jacobina é de 5.998 há com capacidade nominal da planta equivalente a 1.500.000 t/ano, através do método de lavra: *Sublevel stop-ping*. Para a produção do ouro é preciso uma grande quantidade de água e são utilizados produtos químicos como o cianeto cuja técnica tem sido apresentada como substituição ao mercúrio e leva à liberação de arsênio. O arsênio é uma substância naturalmente presente na

A chegada das empresas mineradoras passou a pressionar as famílias do local; muitas venderam suas terras a preços irrisórios, por medo de perder tudo (inclusive a vida), que era ameaçada cotidianamente com os perigos das detonações próximas às casas, o transporte de materiais tóxicos e a contaminação das águas por cianeto e outros produtos químicos lançados no rio que abastecia as cidades da região Jacobina.<sup>11</sup>

Famílias que moravam no “pé da Serra” foram forçadas a deixar suas casas, terras e plantações, pois, com as detonações da mina, voavam pedras sobre as casas, pondo em risco a integridade física e a vida das pessoas.

*Eu sai da Jabuticaba por causa da firma, porque vinha pedra deste tamanho pra riba da casa quando estava desmontando aquele morro. Eu pegava colchão, pegava tudo, botava em cima da mesa e entrava pra debaixo mais os meninos. Eu fiquei doida... quando Vane chegou lá eu mostrei a ele uma pedra com seis quilos, que desceu da serra e quebrou a galha de abacate e enfincou no chão. Ele falou: olha dona Judite, eu vou fazer assim pra senhora, lá eu tenho a frente da minha fazenda e vendo pra eles, e agora a senhora pega esse seu e troca com eles porque senão a senhora morre, não tem colchão, não tem nada, a pedra vai, passa e mata vocês tudo. Quando Nilo vendeu as 4 tarefas por 300 contos, eu chorei. Deu de graça... Porque esse dinheiro não dava para comprar a frente da fazenda de Vando. “Eu tô é na rua”. (Relato de Judite Simoa, moradora de Itapicuru, setembro de 2014).*

Em 1974, a empresa Unigeo era denunciada por “danos causa-

crosta terrestre. Quando aprisionado nas rochas não faz mal, porém se ele é liberado para o ambiente, torna-se um dos venenos poderosos mais conhecidos. Uma das principais causas humanas para a liberação do arsênio é a mineração de ouro. Estudos recentes indicam que concentrações de arsênio na água de beber acima de 0,5 ppb já causam aumento no risco de morrer de câncer e pode afetar o desenvolvimento das crianças ainda na gestação (Sergio Ulhoa Dani, de Gottigen, Alemanha, 22 de maio de 2010). Quanto ao cianeto, pode causar a morte de peixes, a contaminação das águas e jusantes das instalações auríferas e de outros locais do líquido, além de outros danos ecológicos (Alier, 2009, pp. 147-148). Para extrair um quilo de ouro, leva em média 140-160 quilos de cianeto de sódio. Por meio de uma fazenda que produz 25 quilos de ouro por dia, precisa de 4 toneladas de cianeto por dia. No entanto, esse consumo pode aumentar consideravelmente, podendo chegar a 30 toneladas diárias, a depender do tipo de rocha (Poluição de cianeto: OCMAL - Observatório de Conflitos Minerais da América Latina).

<sup>11</sup> A *Yamana Gold* também adquiriu a mina de ouro da Fazenda Brasileiro em Teofilândia, Bahia, e tem gerado conflitos com o Assentamento Nova Esperança, localizado no município de Cansanção-Bahia. Por conta dos impactos sobretudo das detonações e da poeira, a mineradora está deslocando as casas da agrovilá para outro local, mais distante da área de exploração da mina.

dos aos pequenos proprietários de terra”, com danificações de cercas, construções, roças, sem que nenhuma providência fosse tomada (FARIAS, 2008, p. 49).

No povoado existia uma pequena vila chamada Itapicuruzinho, onde moravam 12 famílias. De acordo com moradores, nessa localidade brotava uma água cristalina que acabou por causa da mineração. Devido aos impactos causados pela primeira barragem de rejeitos da mineradora (construída próxima às casas das famílias), no ano de 2004, a vila foi destruída e os moradores deslocados para outras casas, na própria comunidade de Itapicuru e outras localidades.

A mesma coisa aconteceu com duas vezes com famílias de Canavieiras, removidas de um lugar chamado Canavieiras de Dentro. A primeira expulsão foi por causa da abertura de uma mina conhecida como Basal; a segunda devido aos impactos da segunda barragem de rejeitos<sup>12</sup> construída pela *Yamana Gold*, em 2010 (a menos de um quilômetro da comunidade), de onde 105 famílias foram realocadas pela empresa; a maioria removida para a periferia da cidade de Jacobina.

No relato de moradores de Canavieiras, é possível reconhecer o desrespeito da empresa e o “uso de má fé” no processo de remoção de famílias para a construção da barragem:

*O processo de remoção foi uma coisa difícil para a comunidade. Tudo começou quando eles fizeram a barragem de rejeitos. É tanto que eles usaram de má-fé para a construção dessa barragem; quando estavam para construir, eles fizeram uma reunião na Actija e, de preferência, disseram que poderia ser até as mulheres, se os esposos não pudessem ir. Muitas pessoas que estavam disseram que eles pegaram uma lista, como se fosse uma lista de presença, e muita gente não leu, e meteram a caneta, pensando que era uma lista de presença. Eles pegaram essa lista e usaram como se fosse a comunidade concordando em fazer a barragem de rejeito. Então com tudo isso aí, em 2010 foi quando eles contaminaram a água da comunidade. Começou o processo de-*

12 A barragem de rejeitos foi construída para receber um total de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos gerados pela planta de beneficiamento de minério de ouro da Jacobina Mineração e Comércio – *Yamana Gold*, no ano de 2010, com perspectiva de vida útil de 20 anos. Os rejeitos são materiais remanescentes do processo de beneficiamento e concentração de minérios em instalações industriais. Sua característica granulométrica encontra-se diretamente dependente do tipo de minério bruto lavrado e do processo industrial de beneficiamento utilizado (Ministério Público da Bahia, Jacobina, FPI. Abril de 2008).

*les retirarem a comunidade. Eles fizeram uma pesquisa perguntando como era a vida da comunidade, se alguém tinha vontade de sair [...]. Ai muitas pessoas não tinham um meio de viver na comunidade, porque já não tinham mais a água, tinham perdido os garimpos, não tiveram outra alternativa a não ser aceitar a proposta da empresa de vender as suas casas e tiveram que sair... Isso custou um preço muito caro para as famílias com relação à sobrevivência em outros locais (Relato de ex-morador da antiga Canavieiras, janeiro de 2015).*

Moradores de Itapicuru e da região de Jacobina têm passado, ao longo do tempo, pelo que Saquet (2013) chama de desterritorialização, entendida como a perda do território. Isso pode ser verificado no seguinte relato de um dos moradores mais antigos de Itapicuru:

*O pessoal mais velho, os primeiros que tinham terreno aqui venderam pra mineração. O primeiro que tinha terreno aqui se chamava Isauí, esse foi o primeiro que vendeu e eles foram apertando ele para vender por preço pouco... Ele foi embora pra rua e se “apaixanou”, morreu antes do tempo. Ele morreu novo, com cinquenta e poucos anos, de impressão que ele tinha, porque ele tinha tudo nas mãos aqui dentro. Ali onde é aquele acampamento (sede da empresa), ele tinha água de regra, tinha laranja-de-umbigo, laranja-cravo, laranja-pocan, tangerina, de tudo ele tinha, então eles foi tomando, foi tomando... A casa dele ficou numa altura imensa, a estrada lá embaixo... Com poucos tempos o pessoal da mineração passava na estrada e a lama entrava numa porta da casa dele e saía pela outra, porque eles foram aterrando e com o tempo de chuva aquela casa foi ficando rásinha e quando ele não aguentou mais ele deu tudo a eles de graça e foi pra rua. (Relato de morador de Itapicuru, novembro de 2014).*

Para Hasbaert (1999), apud Medeiros (2006, p. 172), “o processo de desterritorialização nega a fixação do grupo social, da população, do indivíduo a uma base física, além de fazer com que percam, ou pelo menos deixem adormecidos seus costumes, suas relações interpessoais, seu cotidiano”.

As famílias de Itapicuru temem a total desterritorialização, como aconteceu com famílias de Canavieiras. A expulsão das famílias tem ocorrido por meio de estratégias que vai desde os problemas que enfrentam diariamente em decorrência da explosão das minas, como a contaminação das águas, ou manipulação das famílias para vender suas terras. A atuação das empresas caracteriza-se pelo total desrespeito com as comunidades que vivem no entorno das minas, com

recorrente violação do direito humano à vida.

Ainda hoje, esses projetos de modernização “veem o campesinato como uma categoria subordinada à perspectiva e ao jogo de interesses de outra classe social” (MARTINS, 1983, p. 12). Esses projetos, segundo Martins (1983), têm total apoio do Estado, que sempre legitimou diversas formas de violência contra as classes economicamente mais fracas. “Muitas violências que essas populações vêm sofrendo atualmente são decorrentes de uma concepção de mundo que não reconhece a humanidade do índio, do pobre e tampouco do camponês” (p. 113).

Para Leroy et al. (2013), a mineração, por ser uma atividade de natureza degradadora, é incompatível com a agricultura e com outras atividades que dependem diretamente da terra, da água e do equilíbrio dos ecossistemas para se reproduzir. Dessa forma, a presença de empresas mineradoras ameaça a posse da terra dos camponeses e representa, conseqüentemente, uma ameaça também ao modo de vida das comunidades tradicionais, que passam a disputar o território com os empreendimentos.

O discurso do progresso e riqueza se contradiz com a realidade de pobreza e violação de direitos da população em seu território, obrigadas a conviver com impactos socioambientais da exploração, caracterizando situações de injustiça ambiental (ACSELRAD et al., 2004):

“[...] entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais que esperam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (ACSELRAD et al, 2004. p. 10).

Situações de injustiça ambiental são compreendidas, nessa perspectiva, como “consequência de disputas políticas e simbólicas envolvendo os distintos projetos e aplicação dos recursos no território, assim como o uso do poder para impor esses projetos” (ACSELRAD et al, 2004)

O que está em jogo nesse caso não é apenas a evitação dos prejuízos decorrentes de certos impactos ambien-

tais, como a poluição, mas a manutenção de valores, tradição, práticas sociais e relações com a natureza que foram ou serão perdidos diante do ‘progresso’ econômico no aproveitamento de recursos naturais e na disputa por território (p.17).

Para Almeida (2004, p. 10), as territorialidades são exercidas sobre um espaço concreto de vida e “funcionam como fator de identificação, defesa e força”, constituindo importantes estratégias de luta diante do poder dominante. Assim, é imprescindível a valorização e mobilização pela identidade e pelo território em Itapicuru, no sentido de reverter o quadro identificado de ameaças aos direitos de seus moradores. Nessa perspectiva, a territorialidade é um elemento de poder.

Para Gonçalves (2006, p. 165), o território vem sendo incorporado às lutas de resistência emancipatória em confronto ao capital, devido ao “significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade”. Santos (1999, p. 7) comunga da mesma ideia quando afirma que o território é uma possibilidade de resistência, pois, mesmo vivendo sob a ditadura do dinheiro, “o dinheiro que tudo busca desmanchar, o território mostra que há coisas que não se podem desmanchar”.

## Referências bibliográficas

- AMADEU, Javier et. al., A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas. Buenos Aires, Argentina: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO. 2006.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002. Ouro Preto, MG.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PADUA, J. A. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, maio de 2004.
- ARQUIVO PÚBLICO DE JACOBINA. História de Jacobina - Documentos diversos. Texto: Povoadores de Jacobina, 1999-2003.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BURSZTYN, M. A. A.; NASCIMENTO, D. T. Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Permanente. Desenvolvimento e meio ambiente, UFPR, n. 22, p. 65-82, jul/dez. 2010.
- FARIAS, S. O. Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina. Recife: UFPE, 2008.
- FONTES, V. Capítulo I – Pata pensar o capital imperialismo: concentração de recursos sociais de produção e expropriações. In: FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora; UFRJ, 2010. (Pensamento Crítico, 15)
- GIL, I. C. Territorialidades e desenvolvimento contemporâneo. Revista Nera, Presidente Prudente, v. 7, n. 4, p. 5-19, Janeiro/Julho de 2004.
- GONÇALVES, C. W. P. A Reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Red de Bibliotecas Virtuales de Ciências Sociales de América Latina Y el Caribe de la red - CLACSO. Argentina. 2006.
- HASBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: EN-

CONTRO DE GEOGRÁFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. Anais... Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

LEROY, J. P.; PACHECO, T.; PORTO, M. F. (Org.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. (Serie Antropológica, n° 322)

MAGALHÃES, Nancy A.; NUNES, José Walter; PAIVA-CHAVES, Teresa. “Memória e história: diálogo entre saberes”. Revista Participação, no. 02, Brasília: Decanato de Extensão/UnB, 1997.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória. A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1983.

MEDEIROS, R. M. V. Desterritorialização e (re)territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra na campanha gaúcha. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

NEVES, Lucília de A. História e memória: metodologia da história oral. In: NEVES, Lucília de A. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Org.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2013.

PONTE NETO, O. A evolução da produção de ouro no estado da Bahia. Campinas/SP, 1998. 13 4f. Dissertação. (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. GEOgrafia, USP, v. 1, n. 1, 1999. 13 p.

SARAIVA, R. C. F. História, Memória e Identidade. 2010, Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

SAQUET, M. A. (Org.). Abordagem e concepção sobre território. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 99-116, Jan/dez., 2004.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século 21: a história de um livro. *Acta Geográfica*, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. p. 151-163.

SILVA, I. R. R. da. Bacia do Itapicuru. 2002. Disponível em: <[http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/Os\\_Trabalhadores\\_da\\_Anglo\\_American\\_Corporation\\_em\\_Jacobina.pdf](http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/Os_Trabalhadores_da_Anglo_American_Corporation_em_Jacobina.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2014.

SILVA, A. P. C. Jacobina Sim. Jacobina/BA, 1988.

A TARDE, Jornal. 29/07/1986. In: CENTRO CULTURAL DE JACOBINA. Jacobina diversos assuntos.

TOMIASI, E.; KATUTA, A. M.; ELY, D. F.; CUNHA, F. C. A.; ANTONELLO, I. T. (Geo)grafando o território: a mídia impressa no ensino de geografia. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20.; Processos sociais agrários. Caxambu/MG, 1996.

## Entrevistas

Ana Maria Simoa de Jesus, 75 anos, moradora de Itapicuru, lavradora e ex. garimpeira.

Almacks Luís Silva, 59 anos, morador de Jacobina, Gestor ambiental. Militante na região do norte da Bahia, Bacia do São Francisco envolvendo Salitre.

André Santos da Silva, 33 anos de idade, morador da comunidade de Itapicuru Motorista.

Amélia Silva Alves Marques, 36 anos de idade, ex. moradora de Canavieiras.

Benedito Santo Veloso, 31 anos, morador da comunidade de Jabuticaba.

Claudiana dos Santos Pereira Silva, 31 anos de idade, comunidade de Itapicuru em Jacobina, técnica de enfermagem. Liderança da comunidade.

Edna Teresa Farias, Agente Comunitária de Saúde, 51 anos de idade, moradora da comunidade Itapicuru.

Eliete Santos Barreto, doméstica, ex moradora da comunidade Canavieiras.

Evangelilson Santos Barreto, auxiliar de serviços gerais, ex. garimpeiro, morador da comunidade Canavieiras.

Judite Simoa, 109 anos de idade, lavradora e ex. garimpeira, moradora antiga de Itapicuru.

Lídio Machado Evangelista, 74 anos de idade, lavrador, ex. garimpeiro, morador da comunidade Itapicuru.

Maria Conceição de Jesus, 28 anos de idade, moradora da comunidade Itapicuru – vice presidente da associação.

Pedro José de Souza, 48 anos de idade, ex. morador da comunidade de Canavieiras, membro da Comissão Permanente de Monitoramento de Conflitos frente à mineração.

Rita de Cassia Alencar do Nascimento, ex. moradora de Canavieiras, membro da Comissão Permanente de Monitoramento de Conflitos frente à mineração.

Sander Prates Viana, 32 anos de idade, advogado, ex. Agente da CPT.

Pedro José de Souza, 48 anos de idade, ex. morador da comunidade de Canavieiras, membro da Comissão Permanente de Monitoramento de Conflitos frente à mineração.

# Representações do campo em verso e prosa: uso da terra como referência para a produção cultural e identitária

*Andrea Paula dos Santos*<sup>1</sup>

*Suzana Lopes Salgado Ribeiro*<sup>2</sup>

## **Resumo**

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a luta pela conquista da terra e sua relação com a produção cultural e identitária. Para tanto abordaremos a questão do significado do retorno ao campo nas letras de oito músicas e nas cinco entrevistas de história de vida. A documentação apresentada e analisada é resultante de três trabalhos de pesquisa, realizados ao longo de quase uma década. Todos estes trabalhos registraram e estudaram narrativas de diversos componentes do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As entrevistas foram realizadas com base nos procedimentos éticos e metodológicos da história oral. Entendemos que as músicas e as narrativas representam o universo cultural desses assentados. Ambas expressam discursos, práticas e hábitos, são representações que cantadores e narradores fazem de seu próprio mundo e que explicam o cotidiano vivido.

## **Palavras-chave**

História oral, narrativa, música, identidade, cultura camponesa.

---

1 Professora Adjunta na Universidade Federal do ABC

2 Professora na Universidade de Taubaté

*Field offices in verse and prose: land use as a reference for cultural production and identity*

**Abstract**

This article aims to reflect on the struggle for land and its relationship to culture and identity production. Therefore we will address the question of the meaning of the return to the field in the lyrics of eight songs and the five life history interviews. The documentation provided and analyzed results from three studies of research conducted over nearly a decade. All these works recorded and studied narratives of various components of the MST - the Landless Movement. Interviews were conducted based on the ethical and methodological procedures of oral history. We understand that the songs and narratives represent the cultural universe of these settlers. Both express discourses, practices and habits, are representations singers and narrators make their own world and explain the lived everyday .

**Keywords**

Oral History, Storytelling, Music, Identity, peasant culture.

A proposta deste artigo é refletir sobre a luta pela conquista da terra e seu uso como referência para a produção cultural e identitária. Além disso, como pano de fundo, abordaremos a questão do significado do retorno ao campo, pois este é momento chave para o surgimento de um universo de produção de cultura retratado nas entrevistas e conversas que compõem este artigo.

Destacamos que as cinco entrevistas e as oito letras de músicas apresentadas para as análises presentes neste artigo são resultados de três trabalhos de pesquisa, realizados ao longo de quase uma década de parcerias entre duas professoras Andrea Paula dos Santos e Suzana Lopes Salgado Ribeiro. Estes trabalhos tiveram como objetivo estudar narrativas de diversos componentes do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O primeiro deles teve início em 1997, momento em que acompanhamos a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada pelo Movimento. Quando o massacre de Eldorado dos Carajás (PA) completou um ano. Este trabalho resultou, um ano depois, na publicação do livro “Vozes da marcha pela terra” (SANTOS, RIBEIRO e MEIHY, 1998). O livro publicado em um momento de vasto apoio social reuniu as narrativas de 16 integrantes do Movimento, que se encontravam em diferentes estágios da luta pela terra, vindas dos estados brasileiros representados no acampamento nacional, em Brasília.

Da cidade para o campo e acompanhadas pela história oral, fizemos outras pesquisas. Outros dois trabalhos, cujos resultados serão abordados neste texto. Ambos foram realizados no assentamento “Pirituba II”, sudoeste do estado de São Paulo. Uma pesquisa de campo acompanhou o cotidiano de uma família de trabalhadores rurais assentados na área III do assentamento abordando processos de mudança da estrutura familiar em torno dos temas: a terra, a casa, a família e a cooperativa. Tal pesquisa gerou a dissertação intitulada “Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada” (RIBEIRO, 2002) texto em que analisamos as narrativas de três colaboradores.

O que inicialmente era uma pesquisa em nível de mestrado na área de História Social, desdobrou-se no registro de histórias de vida

e gravação de músicas dos cantadores das seis áreas do Assentamento Pirituba II, localizado na divisa entre os municípios de Itapeva, Itaberá e Itararé, interior paulista. Para realização desse segundo projeto, em 1999, um grupo de pesquisadores de diferentes cursos da Universidade de São Paulo (História, Rádio e TV, Cinema) foi a campo para acompanhar o dia a dia de assentados.

Esse trabalho teve desdobramentos. Um projeto desenvolvido em conjunto com Rodrigo Garcez resultou na elaboração do CD “Movimento no ar” (GARCEZ, SANTOS e RIBEIRO, 2001), que foi gravado no estúdio da Rádio Camponesa e lançado durante a Semana Olímpica, em maio de 2001. O CD foi parte do trabalho de conclusão de curso do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da ECA-USP (GARCEZ, 2001).

Assim, o que ora se apresenta é uma leitura dos usos da terra e do valor do retorno ao campo, expressos em excertos 19 narrativas e 21 canções compostas por sete diferentes pessoas, e cantadas por homens e mulheres de diversas idades moradores do assentamento. Tais narrativas são resultantes de uma trajetória que provocou também um deslocamento de pesquisadores da cidade para o campo.

É importante marcar que a base para essa pesquisa foram os procedimentos éticos e metodológicos da história oral, com entrevistas não diretivas. Por isso nesse texto estaremos utilizando trechos das entrevistas e das músicas, narrativas que contam e cantam o universo do campo, sob o ponto de vista dos narradores.

Entendemos que este trabalho também teve papel de produzir um diálogo. Pudemos mergulhar no universo das comunidades de forma a produzir saberes para a academia, mas pudemos também produzir registro para que suas formas de organização e suas ideias fossem conhecidas para além de suas fronteiras. Nesse sentido, destacamos que houve uma articulação entre comunidade de “pesquisadores” e comunidade de “pesquisados” e, portanto, apresentamos aqui uma integração entre teoria e prática, que se coloca a serviço da reflexão da realidade na medida em que se firmou um compromisso e um cuidado com os argumentos e versões produzidas pelos colaboradores.

## Da cidade para o campo

Os sujeitos que contam e cantam histórias analisadas por este artigo nasceram na terra, nela criaram vínculos de pertencimento e identidades e dela foram afastados no decorrer de suas vidas. Assim, o movimento migratório do qual falamos aqui, da cidade para o campo pode ser caracterizado como um retorno e pode representar um novo uso para a terra, agora relacionado ao retomar de uma identidade e deu uma cultura camponesa.

Isso pode ser reforçado pela fala de Marlene:

A briga não é só pela terra... A gente quer terra, emprego, justiça, moradia, escola para os nossos filhos... O trabalhador da roça não iria para a cidade, se tivesse condições de sobreviver bem na terra. Dou a vida para ficar no nosso assentamento... É uma maravilha! (SANTOS, RIBEIRO e MEIHY, 1998. P.114)

Neste sentido o uso da terra é associado ao exercício profissional, à possibilidade de justiça social, à condição de moradia fixa, ao acesso à escola. Este conjunto de fatores citados por Marlene, nos remetem a pensar sobre a construção de algo mais complexo e maior. A terra é, portanto, chão por onde se enraízam pertencimentos.

Importa dizer que a identidade destes narradores por vezes pareceu cindida frente ao forte processo migratório de êxodo rural, vivenciado mais fortemente ao longo dos anos de 1950 a 1970, no Brasil. Durante esse período podem ser caracterizadas duas situações: a primeira de adaptação na vida urbana, a medida em que ocorre a absorção de sua mão de obra nas fábricas ou em trabalhos informais nos centros urbanos; a segunda de vivência ainda dividida entre campo e cidade, a medida em que consegue trabalho no campo nas épocas da safra, porém dada a sazonalidade dessas tarefas, preenche seu tempo assumindo outros empregos na cidade para se manter durante o ano.

Com isso, podemos perceber que aconteceu uma urbanização do trabalhador rural, que passa a ser incorporado na realização de trabalhos de pequena especialização. Esta realidade é descrita nos trabalhos de Iokoi, quando escreve que:

(...) depois de anos de resistência ao modelo híbrido que lhes havia sido imposto pelo padrão capi-

talista brasileiro: parte do tempo camponês, parte boia-fria, tendo sua identidade dividida em dois mundos.

O mundo camponês com seu tempo cíclico, tempo da comunidade, tempo da religião; o mundo assalariado, com determinação do tempo linear da lógica da fábrica. Esse dilema obrigou a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a enfrentar um diálogo, muitas vezes tenso e incompreensível, com os sindicatos dos trabalhadores rurais e a reinventar formas organizativas. (IOKOI, 1991. P.68-69)

Por outro lado, a mão de obra urbana, por vezes, passa a trabalhar no meio rural para executar tarefas também eventuais como tratoristas e operadores de máquinas. Desta maneira há uma disputa pelas vagas que poderiam ser preenchidas pelos trabalhadores do campo. Tais vagas são ocupadas na maioria das vezes por pessoas advindas da cidade, por serem interpretadas como tarefas que exigiam uma mão de obra um pouco mais qualificada. Prejudicando dessa maneira uma ascensão social do trabalhador rural.

Evidencia-se um contrassenso, pois esse trabalhador, que veio do campo, mora na cidade e trabalha durante o período de entressafra no meio urbano. Não há mais uma diferenciação nítida entre a pessoa que realiza a atividade rural e a urbana, pois ambas moram na cidade e podem trabalhar juntas na época da colheita no campo e na entressafra nas cidades.

Hoje, essa diferenciação é ainda mais confusa. Esses trabalhadores migrantes da década de 1970 tiveram seus filhos na cidade, o que fez com que esses jovens nunca tenham vivido no campo, mas também podem não se identificar com o modo de vida urbano, por questões de tradição cultural. (RIBEIRO, 2002, p.48)

Em meio a esse cenário de intersecção de identidades e de elementos que se entrecruzam em vivências que não são mais “puramente” do campo ou da cidade, é que ocorre a articulação de movimentos sociais que propõem lutas e conquistam direitos de acesso à permanência e possibilidade de produção na terra. Destaca-se que compreendemos que produção aqui pode ser relacionada também a um novo uso do lugar “terra” como referência para a produção cultural e de reorganização de elos de identidade.

## Natureza e cultura produzindo sentidos e significados

Quando se fala de vida no campo, é recorrente a referência ao par natureza e cultura. Essas ideias estão entrelaçadas na própria condição do lavrador, que tem como resultado de seu trabalho junto à terra, seu cultivo, ou como também se diz, sua cultura. Ou seja, suas ações como transformador da natureza e produtor de cultura são muito mais facilmente percebidas, entretanto, dificilmente analisadas em separado.

Retomando uma reflexão geral, mas útil para essa argumentação do texto:

Cultura é palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino colere, que quer dizer cultivar. Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e a usaram para se referir ao refinamento pessoal, e isso está presente na expressão cultura da alma. (SANTOS, 1997. P.26-28)

Mas estes homens e mulheres do campo imersos no cotidiano de atividades agrícolas, são produtores de reflexões sobre seus lugares. Reflexões estas que se expressam em canções e narrativas que chamam uma interpretação sobre seus pontos de encontro e de desencontro de distintos modos de narrar (HOLANDA, 2006. P.117). A análise conjunta desses dois modos de contar histórias interessa particularmente a medida que “sabemos que numa entrevista os temas, dúvidas e questões que surgem podem ser aprofundados e discutidos, mas na música, as escolhas são mais nítidas, mais demarcadas” (HOLANDA, 2006. P.157).

Em conversa com Antônio Ramos, ou, Seu Toninho como é conhecido, um dos colaboradores desse processo de pesquisa, a paixão pela música apareceu expressa nas seguintes palavras:

Desde os tempos de garoto sempre gostei de tocar viola! E continua sendo o que mais gosto de fazer!! Aprendi tocar com 17 anos. Quase ninguém ensinou, só de ver as pessoas fazer, fui praticando dentro de casa...

Vendo o meu sogro tocar aprendi a fazer solo no violão. [...] Não que ele falasse “faça assim, faça assim”, nunca ouvi ele falar nada para me corrigir. Vendo ele fazer eu aprendi. [...]

Muitas vezes pensei em deixar de ser agricultor para

ser violeiro. Ah! Esse pensamento eu tinha muito! Mas não tem condições de deixar a agricultura, principalmente para quem como eu plantava a meia. (RIBEIRO, 2002. P.96)

Seu Toninho compõe modas de viola, em várias ocasiões ouvimos tocar e cantar suas músicas. Algumas vezes tocava para alguém, outras ensaiava sozinho no quarto, durante horas, sempre depois de voltar do serviço da roça. Em alguns dias, seu irmão caçula, Zezinho, vinha treinar também, era quando aconteciam verdadeiros saraus na pequena varanda da casa.

Em um desses eventos, perguntamos para Seu Toninho se ele gostaria de ter gravadas suas composições. A resposta veio de imediato: “Todo compositor sonha em ter suas músicas gravadas, nem que seja em fita”. Gravamos a fita ali mesmo, mas, naquele momento, surgiu a ideia de que como Seu Toninho poderiam haver muitos outros cantadores no assentamento.

Esta suspeita se baseava na fala que anos antes tínhamos ouvido de outro cantador. João, entrevistado em 1997, durante a Marcha Nacional, já tinha nos contado da importância da música e das composições poéticas para a construção de sua identidade:

Gosto muito de música sertaneja. Mas lá a gente divulga as nossas músicas, as nossas poesias... Porque tem espaço de poesias também! ... Gosto de escrever umas poesias, umas músicas. Só que até hoje, pelo problema de ser pobre financeiramente, nunca pude registrar minhas músicas e poesias. Mas ainda sonho em um dia conseguir.” (SANTOS, RIBEIRO e MEIHY, 1998. P.211)

O CD “Movimento no Ar” foi gravado no estúdio da Rádio Camponesa, uma rádio comunitária do assentamento. Foi lançado em um dia de festa, como parte da programação da semana olímpica, em maio 2001. Foram organizados também uma exposição de fotos e um baile. No baile se confundiam o som das músicas compostas pelos cantadores da comunidade e o som de outros artistas consagrados: assim, pelo menos ali, já não mais havia diferença entre eles. Todas as músicas serviam de embalo para os pares dançarem e se divertirem.

Consideramos que esta experiência de retorno de pesquisa seja especialmente interessante na medida em que uniu preocupações acadêmicas e respondeu ansiedades da comunidade. Isso porque o

retorno dos resultados de um trabalho, é compromisso ético assumido pela linha metodológica de história oral adotada. Nesse sentido, destaca-se as afirmações de MEIHY, ao dizer que um projeto de história oral é um conjunto de procedimentos que inicia com a elaboração do projeto e só finaliza com a devolução de seus resultados para a comunidade que o gerou (MeiHY, 1996). Ainda:

Cabe explicar o que se entende por devolução, pois é comum pessoas esgotarem o compromisso do retorno das entrevistas no ato de entrega do texto para os colaboradores. [...] Aqueles que se valem da anuência e adesão dos “convidados” para as gravações como suficientes devem avaliar que a plenitude do projeto pode reforçar argumentos para favorecimento de políticas públicas. Muito mais que esgotar a colaboração em um caso de entrevista, o projeto tem o comprometimento ético com o conjunto todo. (MEIHY e RIBEIRO, 2011. P. 39)

No momento do lançamento do CD, na festa produzida em parceria com os assentados, foi possível compreender a importância do registro de tais músicas para a comunidade. O CD foi apropriado pelos cantadores e por sua comunidade.

As canções passaram a ser amplamente tocadas na rádio comunitária local. E hoje, existe um plano de se fazer um segundo CD, com as músicas dos cantadores Toninho e Zezinho. Por meio das músicas que registramos foi possível visualizar o universo cultural e a importância dada pelo grupo à terra.

A história oral de vida, como dissemos, foi o meio pelo qual pode-se estabelecer uma relação de colaboração com a comunidade e somar ao processo de registro das duras experiências de vida do campo, a leveza dos versos das canções elaboradas pelos cantadores. No momento em que a história oral pensa no entrevistado, não apenas como um informante e sim como um colaborador, agente ativo de sua história, novos temas são propostos e novas reflexões se expressam em trabalhos de pesquisa.

### **Narrativas cantadas e contadas**

Evidentemente, em um esforço de análise é indispensável ver a entrevista e a música como um todo.

No que diz respeito à música pode-se dizer que esses cantado-

res não compõem qualquer tipo de canções, e isso é significativo. Como disse José Francisco Nunes, ou como é conhecido, Serraninho, lá no sertão “existe violeiro em toda a redondeza, a moda caipira tem muita grandeza”, mas nessa rápida apresentação dos temas gostaríamos de enfatizar que principalmente a narrativa, a letra das músicas, o texto. Procurando, dessa forma, compreender o conjunto de sentidos e significados que ela representa.

Serraninho explicou no início do CD que essas músicas foram compostas “na inspiração, pensando no sertão, nos passarinhos...” Esta explicação transcorreu de uma conversa registrada no CD:

*Garcez: Seu nome...*

*Serraninho: José Francisco Nunes.*

*Garcez: A música que você vai cantar?...*

*Serraninho: Lá no sertão!...*

*André: Como é essa música que você vai cantar?*

*Serraninho: É sertaneja.*

*Locutor da rádio camponesa: Como foi criada!?*

*Serraninho: Ah!? Criada a música? É que eu fui na inspiração pensando no sertão, nos passarinhos... e fiz a letra!*

Na sequência, Serraninho começa a cantar:

“Lá no Sertão”

*Lá no sertão, só tem alegria  
Os pássaros cantando fazendo harmonia  
Os galos cantando vai rompendo o dia  
Escuto a araponga lá na serra.*

*Lá no sertão, não existe tristeza  
A gente se alegra com a natureza,  
Existe violeiro, em toda a redondeza  
A moda caipira tem muita grandeza.*

*Lá no sertão, vai escurecendo  
Acorda com o pinho  
Eu já vou mexendo  
Com muita alegria, assim eu vou vivendo  
Minha serenata vou sempre fazendo.*

*Lá no sertão, de manhã cedinho  
Tinha o chororó na beira do caminho  
O nhabuguaçu, na beira do corguinho  
Lá no baixadão vinha o chitãozinho*

(GARCEZ, SANTOS e RIBEIRO, 2001. Faixa1)

Músicas como esta traduzem uma visão de campo desses agricultores. Nela está presente a temática de um campo belo de onde se tira a produção e onde se vive aparece nas várias composições. O dia a dia é representado nessas canções pelo trabalho e pela música. Não é raro a presença dos pássaros nas letras, pois eles parecem ser as figuras que unem natureza, beleza e música.

No belo sertão de Serraninho e de Toninho, o ar é puro, é bom de respirar. E embora haja trabalho duro, há “montanhas, lindos campos e florestas” (RIBEIRO, 2002. P.101), opções para onde se ir quando não se está trabalhando. Este é o lugar para onde esses sujeitos retornaram após anos de luta e onde agora podem produzir novamente. Esta produção se dá em grãos e em histórias e em canções.

As narrativas contadas e cantadas expõem a importância de elementos como: a relação campo cidade, a conquista da terra, a religiosidade e o trabalho sobre os quais falaremos a diante.

## **Campo e cidade**

Nesse momento, parece adequado pontuar um outro tema, o contraste figurado por campo e cidade. Nas letras a cidade não aparece explicitamente, mas ao ler a narrativa resultante das entrevistas pudemos perceber a exaltação do campo como o lugar de pertencimento se contrapõe a cidade, espaço em que tudo é caro, e nada lhe pertence, ou seja, espaço em que esse agricultor não tem lugar.

No entanto, esse trabalhador está sempre ameaçado pela perspectiva de ter de sair do campo. As dificuldades são muitas. E a possibilidade de uma “Má colheita” é constante.

*Hoje fiz minha colheita não deu pra pagar as contas  
Fiquei desacreditado vou deixar as malas prontas  
Vou embora qualquer hora se as coisas piorar  
Até no armazém da esquina já não posso mais comprar  
Caboclo já ficou triste  
Por isso não canto mais  
Família ficou nervosa  
Com a miséria que nós trás  
Eu levo todas pro eito  
Em cima de um pau de arara  
Para ganhar seu sustento  
O roceiro sua caro  
Pobre roceiro sem ter apoio de nada  
Já caído na calçada pelo sofrimento seu  
Diz que bebeu não foi por coisa qualquer  
Não foi por uma mulher  
Foi pela safra que perdeu*

(GARCEZ, SANTOS e RIBEIRO, 2001. Faixa 7).

Nesse sentido, para que não seja necessário ir ou voltar para a cidade é preciso lutar por políticas destinadas ao pequeno agricultor, e para isso, juntar-se em torno de um movimento social torna-se muito importante.

### **Conquista da terra**

A conquista da terra é sempre relacionada à ação do movimento social, mas nunca como um processo alheio à vivência do sujeito. O movimento não aparece nesses discursos como um agente externo, mas sim como parte do que se constituíram ao longo da vida e da luta. Percebemos que cada um dos colaboradores sente-se, um pouco “João sem medo lutando contra o gigante”, e estão cientes de que, se não fosse por seu engajamento pessoal na luta, as conquistas não teriam sido realizadas.

João sem medo e o gigante

*Num castelo assombrado onde tinha um guardado/muitos  
já tinham lutado, mas nada de conseguir  
Todos que lá foi tentar ele tinha que lutar/ que no fim ia  
apanhar e tinha que desistir  
Mas surgiu o João ninguém/ que não tinha quem por quem  
Hoje é homem de bem, sua missão lá foi cumprir.*

*Foi direto do castelo com um jeito tão singelo/ uma espada  
para o duelo/ muito logo prosseguir*

*Lá encontrou o gigantão/ com a espada na mão/ pois então  
seu valentão/ vamo lutando por aqui  
Mas o monstro respondeu/ tu não sabe quem sou eu/ muita  
gente já morreu/ e foi eu quem consumi.*

*O caboclo corajoso/ parecia bem teimoso/ vou tentar ser  
vitorioso/ e boa sorte te ofereço  
Pode ser que eu também caia/ eu vou virar cascaio/ mas se eu  
não me atrapaio/ eu te viro do avesso  
Seu cara de satanás/ vamos ver quem pode mais/ você medo  
não me faz/ porque de Deus eu não me esqueço.*

*A luta durou bastante/ até que o monstro elefante/ depois de  
apanhar bastante/ a vitória entregou  
Vai lá embaixo no porão/ lá tem um grande caixão/ dia-  
mante e ouro dos bom/ tudo pra você te dou  
Pois você foi vencedor eu fui o perdedor/ é o primeiro  
ganhador/ que agora me derrotou.*

*Nada disso eu aceito/ pois eu vou tirar proveito/ pega o  
enxada e vai pro eito/ vai logo desenterrar  
Se enterrou a muito tempo é para servir de exemplo/ mas  
para mim enquanto é tempo/ se não quer mais apanhar/*

*Ficou rico o senhor João e acabou a assombração/ hoje é ele  
tem nas mãos o que Deus queria dar.*

(GARCEZ, SANTOS e RIBEIRO, 2001. Faixa 6.)

Nessa música o duelo acontece em um castelo assombrado e o “monstro” avisa a João “muita gente já morreu e fui eu quem consumi”. A luta durou bastante, mas a exemplo de Davi e Golias, é João sem-medo (ou sem-terra) quem derrota o gigantão e com sua vitória consegue realizar a vontade de Deus.

Na entrevista a importância da luta pela terra para a concretização da conquista, também é tema recorrente em uma das passagens Seu Toninho fala de sua importância para a garantia de seu modo de vida:

Acho importante, porque se não lutasse não estava aqui. Não tinha esse pedaço de chão. A gente vê que as pessoas que não

lutaram, nem estão lutando, não estão no lugar certo. Esperam conseguir uma terra para comprar, mas a maioria está desempregada... só pode ir para o viaduto. (RIBEIRO, 2002. P.101)

A conquista da terra organiza a seleção da memória. Por isso, foi comum os narradores, com os quais convivemos, mencionarem este como o momento mais importante e significativo de suas histórias. Conquistar a terra simbolizou a possibilidade de enraizamento. Não é, portanto, momento de nova vida, mas sim de retorno a vida. Importa lembrarmos que a conquista da terra, não é processo simples ou rápido. A mobilização, a luta que possibilitaram a posterior conquista da terra marcaram as pessoas que por anos ficaram acampadas. No caso da família de Seu Toninho essa experiência pode gerar a música, “Classe falada”, que expõe as dificuldades enfrentadas nesta trajetória:

*Umás cercas de arame farpado  
Muitos campos sem ter produção  
Nós entramos de forças armadas  
Até Deus no coração  
Nos fecharam com armas de fogo  
Nos despejaram com os policiais  
Foi muitos truques e jogos  
Promessa e traição, foi demais  
Nossa classe foi muito falada  
Nas bocas dos grandes rivais  
Nossa terra ainda é quase nada  
Mas já temos bons capitais (...)*

(GARCEZ, SANTOS e RIBEIRO, 2001. Faixa 9.)

É a ação junto ao movimento que possibilitou a conquista desta nova vida. Nela em que é possível passar a conviver com outros – que partilham a mesma trajetória de história – em uma agrovila.

Esse lugar pode ser aproximado da noção de lugar antropológico, conceituado desde Mauss. Isto porque, simultaneamente é: lugar identitário, tanto de identificação, quanto de produção de identidade, por se caracterizar como lugar em que o colaborador sente seu pertencimento, celebra sua existência cotidiana pois é onde mora, trabalha e produz suas narrativas; lugar histórico, pois significado ao longo de um processo de luta, mas, para além disso, por ser uma forma de retomar contato com um modo de vida que

lhes tinha sido roubado; lugar relacional, ou seja, de estabelecimento de relações, em que acontecem encontros. Encontros entre os colaboradores e seus iguais – que conquistaram juntos a terra, e seus diferentes, outros, como pesquisadores que como nós fomos conhecer esta realidade. Por isso, Augé afirma que esse lugar “é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 1994. P. 51).

Neste lugar é histórico, mas não igual. As diferenças do campo anterior – em que tudo é distante – são visíveis. Há novas propostas de uso da terra, como a apresentada por Valdecir:

A gente não vive sozinho! Eu mesmo, se fosse ser assentado individual hoje, não queria; não vale a pena viver isolado das pessoas. Só com pessoas que se consegue viver!! As pessoas hoje perdem para os animais, que, onde andam, estão em grupo, elas pensam que cada um tem que viver sua vida... (SANTOS, RIBEIRO e MEIHY, 1998. P.235)

Na agrovila, a vida é compartilhada, a proximidade das casas possibilita que o camponês divida suas experiências e trabalho com outras pessoas. Resultado disso, é o fato de que, uma noite ou outra, na varanda das casas, as pessoas agrupam-se numa “roda de viola”. Cantam e tocam as músicas que os próprios cantadores compõem, retomando um pouco do que é visto tradicionalmente como cultura camponesa. Como é o caso da dupla “Toninho & Zezinho”. A música aparece, portanto, como um elemento aglutinador, um amálgama desse grupo.

## Religiosidade

A letra de Roceiro foi escolhida para mostrar a visão de Toninho sobre o cotidiano do agricultor. Roceiro é a 4ª música do CD Movimento no Ar.

Roceiro

*Todas as manhãs de madrugada,  
Pego a foice ou a enxada  
Vou para a roça trabalhar  
Preparo a terra mais fértil para pôr semente  
Onde o fruto dá para a gente  
Muitas forças para lutar*

*Refrão:*

*Que tudo isso que eu faço é por amor  
Peço a Nosso Senhor  
Que não deixe faltar a paz  
Que o lavrador tão feliz mexendo a terra  
Vem a noite, a tarde encerra  
Volta para casa e amanhã tem mais*

*No outro dia planto arroz, trigo e feijão  
Quero ver mais produção  
Pro fim do ano mais dinheiro  
E lá em casa tem uma horta e um pomar  
Muitos frutos para chupar  
Eta! Fartura de um roceiro*

*É o que eu lhe digo  
Daqui de tranquilidade  
Mais sempre a infelicidade  
Pega o cabra sem avisar  
Sua terrinha para o banco está perdendo  
Na cidade ele está sofrendo  
Já sem chance de voltar*

(GARCEZ, SANTOS e RIBEIRO, 2001. Faixa 4)

Esse campo idealizado, presente nas composições, é cenário para o desenvolvimento de muitos temas, como o amor, a família, a produção, as tradições, dentre muitas outras. Seleccionamos, para esse texto três deles: a religiosidade, o universo do trabalho, e a luta pela terra. Isso aconteceu, pois, ao ouvir o CD, apareceram como um bloco articulado, elos da corrente de uma história cantada. Assim, a fé permeia o fazer do trabalho e a prática religiosa foi catalisadora da conquista da terra.

Assim, embora a proposta aqui não seja fazer uma análise pormenorizada da cultura camponesa e sua relação com a religiosidade, vemos como importante ressaltar que a fé - não necessariamente a crença em uma ou outra religião - é filtro do vivido. Media relações, desde a produção até a vida familiar.

A fé é marca destas músicas. Em “Pai da Natureza” (faixa 02 do CD Movimento no Ar) Toninho chega a dizer “está no céu o criador de tudo isso, que é pai de Cristo, pai de toda a geração”. Esta afirmação nos conduz a pensar um pouco sobre essa questão. Deus

é o responsável pela chuva - evidenciado na música “Chuva gostosa” (faixa 3 do CD), mas especificamente no verso: “Chuva mandada por Deus nosso criador, que nunca escolhe para dar seu amor”, pela plantação, pelo crescimento de tudo e também pelo desejo de ver a terra redistribuída.

Na música e nas entrevistas essa religiosidade aparece como pano de fundo. Seu Toninho embora não seja “muito de ir à missa”, como ele próprio afirma, é um homem de fé. As atividades paroquiais aparecem nas narrativas das duas mulheres da Família Ramos como fator de agregação e sociabilidade para os moradores do assentamento.

A Igreja também é lembrada por Seu Toninho como mobilizadora de forças para mudança da condição social de sua família.

O pessoal começou a se organizar, pois naquela região tinha muita gente que só plantava a meia, ou já era boia-fria. O Jamil e o Zezinho [meus irmãos] sempre iam à igreja e os padres, naquela época, falavam da terra. Os dois se interessaram e entraram na luta. (RIBEIRO, 2002. P. 98-99)

A importância da religião na vida cotidiana dessas pessoas pode estar vinculada à ideia de que Deus gera a vida. Como camponeses, esses homens dependem do germinar de cada grão e do crescer de cada planta. Estão, em seu cotidiano ligados a vida propiciada por Deus.

## **Trabalho**

O trabalho é outro tema abordado por quase todas as músicas. É introduzido como um ato de amor, de troca permanente e contínua com a terra. Assim o agricultor pode voltar “para casa que amanhã tem mais”. No entanto, há muito o que fazer e embora o trabalho seja cíclico ele nunca é igual. Na narrativa e na música esse tempo não é monótono.

É o trabalho que garante ao roceiro uma vida de fartura, não apenas para ele, mas também para os que moram fora do campo. É por isso que Seu Toninho não entende a desvalorização de seu modo de vida e compõe “Pra que rir daquele moço”, destacando sua

força e sua atividade.

*Amigo para que rir daquele moço  
Não sabe que ele é um colosso  
Porque trabalha no sertão  
Pois este moço para você é uma beleza  
Por de trás de sua mesa o arroz e feijão  
Levanta de madrugada enfrentando capoeira  
Não tem medo de poeira e vive lavrando o chão  
Esse caboclo é tão firme é da roça  
Sua morada é uma choça e ninguém lhe dá atenção  
Este caboclo é bastante corajoso  
Tem que ver que ele é teimoso, forma outra plantação  
Voltando a tarde pro seu rancho bem cansado  
Dois amor apaixonado aprecia uma canção.*

(GARCEZ, SANTOS e RIBEIRO, 2001. Faixa 5.)

Mas o descaso ou desprezo com o trabalho do pequeno produtor não é sentido só pelo “rir” de algumas pessoas. Ele aparece também pela falta de políticas públicas destinadas a esse campo que faz com que uma seca, um temporal, ou uma geada mude a vida, e expulse o caboclo de seu “paraíso”. Os empréstimos são sempre algo arriscado, pois podem fazer com que os agricultores percam suas terras e sejam obrigados a ir para um outro espaço em que não encontram lugar: a cidade.

### **Considerações finais: música e narrativa como representações**

É preciso explicar que as músicas e as narrativas aqui analisadas representam o universo cultural desses assentados. Ambas expressam discursos, práticas e hábitos formando “uma realidade paralela à existência dos sujeitos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas” (PESAVENTO, 2003. P. 39.). Essas representações são as leituras que cantadores e narradores fazem de seu próprio mundo, são prismas que os fazem perceber sua realidade, sua existência e ao mesmo tempo explicam o cotidiano vivido.

Cabe, então, nesse exercício de análise perceber que a música pensa uma realidade, muitas vezes sem ser um reflexo exato dela. Lembrando aqui o que foi enfatizado por Chartier, que os histo-

riadores da cultura não devem substituir uma teoria que reduz a cultura a um reflexo da realidade social por um outro pressuposto igualmente redutivo de que os rituais e outras formas de ação simbólica simplesmente expressam um significado central, coerente e comunal.

Tem-se, então, que levar em conta que é “com o advento da História Cultural que o imaginário se torna um conceito central para a análise da realidade, ao traduzir a experiência do vivido e do não-vivido, ou seja do suposto, do desconhecido, do desejado, do temido, do intuído” (CHARTIER, R. IN: HUNT, 1992. P. 18).

O vivido (religiosidade, trabalho e luta pela terra) e o imaginado (campo idílico e duelo com o gigante) são base para a produção dos versos que foram cantados nas canções do CD “Movimento no Ar”.

As palavras analisadas neste texto têm relação com as memórias individuais de seus narradores e compositores, mas também a memórias coletivas de luta e de conquista. De maneira geral, tentamos apontar que as experiências coletivas que dialogam com as memórias individuais podem estar relacionadas a uma experiência de deslocamento e de desenraizamento provocada pela expulsão do campo e conformação de uma identidade cindida entre campo e cidade. Mas para além disso, pela experiência de um processo de ressignificação do retorno, mediado pela luta, pela conquista. Sem deixar de lado elementos cotidianos como a religiosidade e o trabalho.

Assim, as palavras cantadas e as palavras contadas não se contradizem, mesmo que tenham diferentes abordagens e construções. No caso das músicas e narrativas analisadas neste texto são discursos complementares que se reforçam. Ambas denúncias. Ambas com o objetivo de contar sobre a vida, as tradições e o trabalho no campo e lembrar a luta e a importância da conquista da terra para concretização de todo um novo modo de vida representado pelo retorno ao campo.

## Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

GARCEZ, R. “Movimento no Ar - Do Kinokaos à lama.” Trabalho de Conclusão de curso de graduação, São Paulo: Comunicação Social – Radialismo ECA/USP, 2001.

\_\_\_\_\_, SANTOS, A. P dos e RIBEIRO, S. L. S. Movimento no Ar. CD de música. São Paulo: MST, 2001.

HOLANDA, F. Experiência e Memória: a palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia. Tese de doutorado, São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2006.

HUNT, L. (org.) A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IOKOI, Z. M. G.. As lutas camponesas no Rio Grande do Sul e a Formação do MST. IN: Revista Brasileira de História 22, Estruturas agrárias e relações de poder. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, mar/ago de 1991, p. 68-69.

MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral, São Paulo: Loyola, 1996 (1a edição) e 2002 (4a edição).

\_\_\_\_\_, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. Guia prático de História Oral. São Paulo: Contexto, 2011.

PESAVENTO, S. J. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RIBEIRO, S. L. S. Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada. Dissertação de mestrado, São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2002.

SANTOS, J. L. dos. O que é Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SANTOS, A. P dos, RIBEIRO, S. L. S. e MEIHY, J. C. S. B. Vozes da Marcha pela Terra. São Paulo: Loyola, 1998.

WOORTMANN, K. Com parente não se negocia” O campesinato como ordem moral. IN: Anuário Antropológico, nº 87. Brasília; Tempo Brasileiro/ Ed. UnB, 1990, p.12.

# Olhares sobre uma Floresta Amazônica habitada milenarmente e desmatada no presente. o patrimônio arqueológico como propulsor de uma possível nova ética

Maurício André Silva<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo<sup>2</sup> reflete sobre diferentes percepções e usos da terra estabelecidos pela população de migrantes no sudoeste amazônico, estado de Rondônia, especificamente na cidade de Presidente Médici. A partir de uma vertente interdisciplinar entre arqueologia, história oral e patrimônio, podem-se evidenciar diferentes noções de usos do espaço. A floresta Amazônica interpretada pela arqueologia como habitada, manejada por diferentes populações durante milênios, foi construída por um projeto político no imaginário recente como vazio demográfico, floresta virgem a ser colonizada e tornada “produtiva economicamente”. Nesse contexto, os vestígios arqueológicos têm indicado outros possíveis futuros e visões a respeito do meio ambiente, para além do desmatamento e da monocultura.

## Palavras-chaves

Patrimônio arqueológico, história oral, arqueologia amazônica, museu.

---

1 Mestre em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Atua como educador no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Contato: mauricio.andre.silva@usp.br

2 O presente artigo apresenta algumas discussões produzidas pela dissertação *Memórias e Histórias no Sudoeste Amazônico: o Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia* defendida em março de 2015, no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

*Perspectives on a millennially inhabited  
and recently deforested Amazonian forest.  
The archaeological heritage as booster of a  
possible new ethics*

**Abstract**

This paper<sup>3</sup> considers different land uses and perceptions established by the migrant population in the southwestern Amazon, specifically the city of Presidente Médici in the state of Rondônia. From an interdisciplinary approach between archaeology, oral history and heritage studies, we can put in evidence different notions to the use of the space. The Amazon rainforest, interpreted by archaeologists as an anthropogenic forest managed over millennia, was constructed in the recent imaginary according to a political project as a demographic void and a pristine forest to be colonized and made “economically productive”. In this context the archaeological remains has indicate other possible futures and perspectives regarding the environment beyond the deforestation and monoculture plantation.

**Keywords**

Archaeological heritage, oral history, amazonian archaeology, museums.

---

3 This paper brings some discussions produced during the execution of the master's thesis *Memories and Histories in the Southwestern Amazon: the Research Center and Regional Archaeological Museum of Rondônia*, advocated in March 2015 in the Graduation Program of Archaeology of the Museum of Archaeology and Ethnology - University of São Paulo. E-mail: mauricio.andres.silva@usp.br

## Introdução

A floresta amazônica gerou nas populações humanas diferentes encantamentos ao longo do tempo, assim como interpretações e significações das mais diversas. Entretanto, o princípio da incompletude marca os olhares sobre esse território e sobre seus povos (NEVES, 2012, p. 267-269). Segundo o mesmo arqueólogo, diante de um ecossistema exuberante, rico e de grande porte, faltaria tudo, como história, agricultura, ciência, organizações sociais, estado com E maiúsculo, entre outros quesitos de “civilidade”. O autor chama atenção, de maneira pertinente, como o uso da preposição “sem” categoriza as análises sobre a região e sobre suas populações. Nessa concepção, a natureza teria se imposto à humanidade e determinado os seus rumos. Tais ideias, muito rediscutidas nas últimas décadas, e os avanços em diversas áreas têm mostrado o contrário. Esse tipo de interpretação ainda perpassa os olhares e o imaginário sobre a floresta e as políticas públicas para a Amazônia.

Não é por acaso que os projetos econômicos implementados na região ao longo do tempo, sobretudo nos séculos XX e XXI, não levaram em consideração a diversidade de relações entre populações humanas e natureza achatando o seu potencial em modelos produtivistas da agropecuária e de controversas obras de infraestrutura. Nos anos 2000, com o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, por exemplo, o estado de Rondônia recebeu uma série de obras em que se destacam a construção de duas hidrelétricas, Santo Antônio e Girau, ambas no rio Madeira. Essas por sua vez, geraram uma série de impactos sociais, econômicos, ambientais e simbólicos para populações ribeirinhas, indígenas, entre outras, (FERREIRA, MACIEL, 2012, p.173).

Criaram-se ao longo do tempo distintas tensões entre os modos de uso da terra, ao mesmo passo que se colocou em destaque o desmatamento da floresta como escolha de uso do espaço na contemporaneidade. Na segunda metade do século XX, o forte processo de migração em Rondônia, vinculada a uma política de Estado e dinamizado pelo governo militar a partir da década de 1960, buscou colonizá-la, modernizá-la e desenvolvê-la. Essa ação resultou em uma profunda transformação e destruição, em decorrência da

exploração e venda de madeira, e do desenvolvimento da agricultura e do agronegócio inserindo-a em outro momento do desenvolvimento (HAYES-BOHANAM, 1998; PEREIRA, 2010; SILBI-GER, 2003; SILVA, 2010).

Os novos habitantes que chegaram na localidade por diferentes motivações desenvolveram conflitos e aproximações com as populações indígenas<sup>4</sup>. Também ocorreram conflitos entre os ex-soldados da borracha, seringalistas, comunidades quilombolas e ribeirinhos apontando para uma série de questões problemáticas. O que ocorreu em Rondônia nas últimas cinco décadas é uma síntese do que se passou no Brasil em quinhentos anos.

A expansão da frente agrícola para o Estado reproduziu o mesmo modelo econômico do latifúndio e minifúndio de outras localidades. A criação de estradas e o incentivo para a colonização atraiu os especuladores conhecidos como grileiros. Esse padrão econômico de desenvolvimento propiciou a implantação de latifúndios e médias propriedades. No entanto, houve o crescimento de minifúndios que foram estratégias de sobrevivência adotadas pelos migrantes da região (HAYES-BOHANAM, 1998, p. 94).

Essa frente pioneira, segundo Silva (2010, p. 95) possibilitou que a terra se transformasse em mercadoria pela divisão dos espaços para os colonos. “Tem-se a inserção das relações capitalistas vinculadas à construção social da mercadoria, e uma forma de organização do espaço geográfico” (SILVA, 2010, p. 95). De modo geral, as pessoas foram mobilizadas pela ótica de um novo lugar regido pela racionalidade produtiva. O incentivo do governo na migração para Rondônia foi tão intenso, assim como as campanhas por rádio, que o fluxo migratório acabou sendo maior que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi capaz de assentar.

O município de Presidente Médici, abordado nesse trabalho, consolida-se nesse contexto na segunda metade do século XX, tendo recebido migrantes canalizados por Ji-Paraná, que se configura numa cidade de expansão e colonização (SILVA, 2010, p. 129). Ambas cresceram as margens da BR-364 que cortou e transformou rapidamente o Estado. Nesse período existiam dois seringais, o São

4 Segundo o Instituto Socioambiental – ISA, o atual estado de Rondônia possui 28 grupos indígenas relacionados a diferentes famílias linguísticas (ISA, 2012).

Pedro do Muqui e o Presidente Hermes, com a chegada de pessoas de todo país passaram a ter diferentes conflitos entre seringalistas, grileiros, posseiros e colonos. Posteriormente, com a emancipação, o município recebeu a atual denominação de Presidente Médici, em 1977, em homenagem ao presidente da época. Esse nome, atualmente, gera desconforto em parcelas da população, pois foi eleito como patrono da cidade um dos maiores ditadores da história do país.

O uso da terra, realizado pelas populações indígenas, ribeirinhas, caboclas, entre tantas outras, foi modificado bruscamente pelo advento de um processo “moderno” de desenvolvimento. Diante desse mesmo cenário, a população de migrantes que fundou a cidade de Presidente Médici (centro leste do Estado) foi influenciada pela dimensão dos “pioneiros”. De alguma forma, foram carregadas imagens e percepções de seus territórios e de suas paisagens de origem para a floresta amazônica, marcada por um projeto político pela *terra nullis* discutida por Gnecco (1999), espaço virgem, não habitado e, por isso, passível de dominação.

As pesquisas arqueológicas realizadas em Rondônia têm crescido e mostrado o contrário. Nas últimas décadas se tem construído uma importante história de longa duração (ALMEIDA, 2013; CRUZ, 2008; MILLER, 2009; MONGELO, 2015; OLIVEIRA, 2013; SUÑER, 2010; TRINDADE, 2015; ZIMPEL NETO, 2008; ZUZE, 2014, entre outros) que aponta para discussões de antigos processos de ocupação que remontam pelo menos 10 mil anos de história, para uma grande variabilidade cultural no passado e no presente, para formação de paisagens antropizadas, para diferentes tipos de manejos da floresta, entre muitas outras questões, potencializando assim, o entendimento das relações dos diferentes povos com a floresta e seus recursos. No mesmo sentido abrem-se caminhos interpretativos para as discussões em torno da conservação do meio ambiente, em que se percebe de forma dialética a presença humana na natureza, que não é inevitavelmente prejudicial<sup>5</sup>.

5 Estudos da Ecologia Histórica na Amazônia possibilitam análises alternativas para a reflexão das relações entre a humanidade e o meio ambiente (BALÉE, 1998, 2006). A área procura entender a atuação do homem em relação ao seu entorno mediante a dimensão da longa duração, contribuindo para a compreensão da heterogeneidade da formação das paisagens em âmbito local e global. Busca-se assim, romper com o determinismo cultural

Diante desse novo cenário para a localidade, os migrantes oriundos de distintas áreas do país em suas atividades de subsistência com a terra passaram a se deparar com diversificados vestígios arqueológicos. Em ações cotidianas como plantar alimento, colocar cerca, fazer poço artesiano, entre outras, encontraram gravuras rupestres, fragmentos de cerâmica, materiais líticos, terra preta de índio, urnas funerárias com as quais produziram diferentes interpretações e relações; parte dos vestígios, no entanto, foi descartada, alguns foram coletados e guardados formando coleções.

Esses materiais atuaram quase como um “erro de programação” no imaginário construído dessas populações de terras virgens, inexploradas, não habitadas. Os objetos foram ponto de partida para se repensar o que realmente foi e é essa região, assim como as relações ou não relações com as populações indígenas que viveram e ainda vivem nesse espaço. O desmatamento evidenciou sítios e objetos arqueológicos que passaram a ser alvo de ações de patrimonialização.



*Fotografias 1 e 2: Objetos arqueológicos encontrados por moradores na área rural de Presidente Médici e encaminhado ao Museu Regional de Arqueologia de Rondônia. Pingente no formato de lâmina de machado e conjunto de lâminas de machado polido. (Fotografia acervo pessoal, julho de 2011).*

A criação de coleções na Amazônia, assim como o estabelecimento de outras relações com a cultura material, tem apontado estímulos para discussões e gerenciamento do patrimônio arqueológico, exigindo uma reflexão da arqueologia quanto ao entendimento dessas nuances para além da falta de consciência patrimonial (BEZERRA, 2011, 2013, 2014; CARNEIRO, 2014).

As coleções formadas por objetos arqueológicos encontrados pe-

---

ou ambiental que marcaram os estudos anteriores. Dessa forma, os estudos complexificam as discussões a respeito dos processos de degradação e promoção da diversidade promovida pelos homens.

los novos moradores em suas atividades cotidianas, contribuíram para a criação do acervo do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, em 2008, na cidade de Presidente Médici. A população local teve papel importante na identificação e no colecionismo de objetos (destaque para atuação dos professores de história Maria Coimbra de Oliveira e José da Silva Garcia). Posteriormente, foi obtida a orientação e apoio do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) para a criação do espaço, com a participação da arqueóloga Maria Lúcia Franco Pardi e o apoio administrativo da Prefeitura Municipal da cidade. No ano de 2007 foi criada a lei municipal n. 1381, e o Museu foi inaugurado em 11 de junho de 2008, sendo mantido pela Prefeitura Municipal de Presidente Médici e vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Atualmente a instituição vem atuando de diferentes formas, a partir das exposições de longa duração e temporárias, assim como do trabalho educativo. A falta de profissionais no quadro efetivo do Museu prejudica o seu potencial. Ressalta-se a importância desse espaço na localidade, devido ao número escasso de aparelhos culturais nos municípios do entorno.

Uma questão ambígua fica evidente, ao mesmo tempo em que boa parte da floresta amazônica foi destruída e as populações indígenas foram afastadas para outras localidades, os objetos produzidos por essas mesmas populações no passado e considerados patrimônio arqueológico no presente passam a serem preservados por uma instituição museológica. Destruição e preservação aparecem como instâncias de um mesmo movimento, que amplia os debates a respeito do gerenciamento do patrimônio arqueológico e ambiental, assim como em relação ao papel das pesquisas arqueológicas que vêm sendo realizadas na região. Coloca-se em destaque, a partir dos vestígios arqueológicos que sobreviveram ao tempo, distintos modos de vidas e sobretudo distintas maneiras de se lidar com a terra e com o ambiente. Frente a isso, a história oral tem um importante papel ao apresentar as interpretações de diferentes pessoas e atores nesse processo de profundas e rápidas transformações do meio ambiente. Destaca-se outras vozes e olhares para ampliar o debate em torno da

preservação da floresta.

### **Arqueologia e história oral, a importância de dar ouvidos as interpretações locais.**

Os trabalhos de história oral na arqueologia vêm sendo desenvolvidos de muitas formas pelo mundo. No Brasil, atualmente, essas práticas estão fortalecendo a dimensão do uso e interpretação da memória, assim como a valorização da experiência de diferentes sujeitos. Do ponto de vista patrimonial, esses trabalhos possibilitam a discussão sobre outros pontos de vista que tencionam o campo da preservação e fruição dos bens. Cabe ressaltar que entrevistas são realizadas e discutidas pela antropologia há décadas, e que a arqueologia, por sua aproximação com a referida área, utiliza essas instrumentais. Entende-se a importância dessas etnografias, mas considera-se também a importância da aproximação com a história oral praticada pela Núcleo de Estudos em História Oral da USP (NEHO), que aponta novas contribuições.

As pesquisas em história oral realizadas em conjunto com os trabalhos arqueológicos mostram diferentes caminhos produtivos para a valorização de outros agentes no que tange à interpretação da história local. Se a arqueologia, ao se debruçar sobre o registro arqueológico, produz história (HOODER, 1986; 2009), esta pode ser apropriada pelas populações para diferentes usos, agendas e para a produção de distintas memórias. Ao se dar ouvidos às populações do presente, apresentam-se outras percepções de mundo, que podem ser tensionadas com as construídas por diferentes campos do conhecimento. Esses outros olhares, sobretudo sobre os vestígios arqueológicos, possibilitam uma aproximação maior dos trabalhos com as questões locais, sendo em si um ponto de partida para a discussão de outros aspectos e anseios da vida de populações intimamente relacionadas com tais pesquisas.

O entendimento do momento atual, mediante pontos de vistas imersos nas memórias e identidades dos sujeitos que vivem em um dado território, é a justificativa do sucesso dos trabalhos com entrevistas da história oral. Como aponta Meihy e Ribeiro (2011, p. 46): “Uma das melhores explicações para o bom resultado des-

ses empreendimentos é a requalificação do passado como artifício integrador dos indivíduos em processos históricos correntes”. As narrativas que afloram com a história oral, mais do que informar sobre um determinado acontecimento, fazem emergir uma visão de mundo (BOSI, 2003, p. 19). Esta pode interessar a arqueologia e a museologia, pois, ao procurar entender como as pessoas lidam com o que se chama de patrimônio arqueológico, é necessário considerar a maneira não só como elas se relacionam com objetos e demais elementos alvo de patrimonialização, mas como percebem a vida.

Trabalhos de história oral no campo da arqueologia vêm cumprindo distintos objetivos, tais como: qualificar as narrativas em torno do uso do espaço e das paisagens (ALMEIDA, 2012); materializar diferentes pontos de vistas e histórias para orientar as ações de educação patrimonial (WICHERS, SILVA e ALFONSO, 2012); mapear e levantar informações sobre árvores sagradas utilizadas em áreas remanescentes de quilombos, assim como mapear conhecimentos populares (CARVALHO, 2012); construir a própria história das pesquisas arqueológicas (THE PERSONAL HISTORIES PROJECT, 2012); entender a produção da memória das populações aborígenes em relação aos sítios arqueológicos (BECK, SOMERVILLE, 2005); desestabilizar as grandes narrativas e confrontar algumas questões epistemológicas da arqueologia, sendo proeminente o seu desenvolvimento no campo da arqueologia indígena e dos contextos pós-coloniais (JONES, RUSSELL, 2012); formular trabalhos mais democráticos (MOSHENSKA, 2007), contribuir na atuação em áreas de conflito (HATTORI, 2015), dentre muitos outros.

As pesquisas citadas acima dinamizam a compreensão da memória das populações locais, possibilitando que elas sejam consideradas de forma atuante no que tange à significação do passado. Favorece-se assim um entendimento maior sobre a apropriação dos vestígios arqueológicos, ao entender as noções de pertencimento, que conjuga território, paisagem e população, sendo uma chave para pensar, de maneira compartilhada, a dimensão da preservação. O território e os sítios arqueológicos se transformam em mecanismos ativos para se produzir novas memórias, bem como para ancorar aspectos da

própria tradição oral ou até mesmo para se repensar a prática arqueológica como área científica.

Dessa forma, consideram-se outras polissemias que os vestígios arqueológicos podem desempenhar nas populações, contribuindo para uma apropriação mais refinada do chamado patrimônio. Cabe ressaltar que esse é um caminho mais trabalhoso, pois, muitas vezes, as narrativas levantadas podem apontar para entendimentos de rupturas, de não identificação, de elaboração de outras histórias; necessitando, portanto, da construção de um espaço fórum para tais discussões, sendo o espaço do Museu apropriado para tais debates, reflexões e novos aprendizados.

### **Experiências e aprendizados sobre a floresta amazônica.**

Nesse contexto específico foram ouvidos diferentes colaboradores<sup>6</sup> no município de Presidente Médici que apresentam diferentes pontos e questões importantes para se refletir sobre o processo de desmatamento, os conflitos em torno da terra, as lições com a floresta, entre outros pontos. Destacam-se as narrativas dos colaboradores abaixo:

Arentino Monteiro da Costa, professor local e comerciante da área rural de Novo Riachuelo. José Ferreira Isidoro, proprietário de uma área próxima ao sítio arqueológico Rainha da Paz, trabalhador rural, deparou-se muitas vezes com material arqueológico em suas atividades cotidianas. José Ribeiro da Silva Filho, ex-prefeito do município, apoiou a consolidação do Museu em sua gestão e desenvolveu um grande interesse pela instituição. Maria Coimbra de Oliveira, professora de história e ex-diretora do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, atuou muito tempo no ensino e passou a se interessar pela arqueologia impulsionada pelos vestígios locais. Maurício Martins Alves trabalhou nos seringais e possui um vasto conhecimento sobre a história local. Raimundo Correa de Souza ex-seringueiro, nasceu e trabalhou nos seringais da região.

6 Cabe ressaltar que esses colaboradores fizeram parte de um projeto de pesquisa durante os anos de 2011 e 2014 relacionado a um mestrado que se pautou pela metodologia do NEHO-USP. Para ter acesso as histórias de vida, consultar a dissertação de mestrado *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia* no banco online de teses e dissertações da USP.

Wilson Modro, professor aposentado e pai do ex-prefeito Charles Seizi Modro, interessado pela história regional, possui em sua casa um pequeno museu com diferentes tipos de objetos, históricos, geológicos, arqueológicos. Vileuda Rodrigues da Silva, professora de geografia, acompanhou a criação do Museu; quando criança, trabalhou no seringal.

Esses diferentes colaboradores colocam questões importantes em torno das diferentes relações com a floresta amazônica. José Ferreira Isidoro (conhecido como seu Zezinho) comenta sobre o processo de aquisição de terras na localidade e a atual condição de ter permanecido nela, pois não quis explorar novas regiões quando era possível:

*Muita gente perdeu terra, pois elas já tinham dono, ali era uma grande fazenda do Zé Milton. Quando morreu muita gente, o INCRA veio e cortou a terra para o povo, mas liberou para o povo da BR para cá e para lá ficou com ele, e até hoje é dele pois vendeu umas partes, mas nós perdemos tudo na parte que ele ficou. Não teve jeito, teve que ser expulsos dali de dentro. Então naquela época você chegava e pegava um lote. Eu comprei esse aqui. Tem que derrubar, pois o documento era foice e machado mesmo. E hoje você não pode derrubar mais nada, fazer o quê? Tem que ficar então. Ficar por aqui mesmo. Minha família está tudo em São Paulo, e eu, besta velho, fiquei aqui. (José Ferreira Isidoro)*

A relação primeira, fomentada pelo governo nos migrantes em relação às paisagens, foi o desmatamento. O machado e a serra elétrica foram as certidões que garantiram a posse da terra dos colonos na nova região. Todo um espaço experimental de relações entre homens e natureza de longa duração, em poucos anos foi transformado em uso monocultor, desde a criação de gado até as atuais plantações de soja, por exemplo. O ex-seringueiro Maurício Martins Alves, que se criou em um seringal, reforça os problemas que a derrubada da floresta trouxe para a região:

*Hoje, depois que quebrou o mato, tem mais doenças do que antigamente. A exploração e o desenvolvimento derrubaram tudo. Quando tinha mato, não tinha um bicho para encher o saco. Se você plantava um pé de milho, crescia, hoje para crescer é no veneno. A natureza que matava os bichos, acabou a natureza, trouxe problema viu. O negócio mudou muito, mudou demais... A gente sabe hoje inclusive que, por exemplo: se você faz uma roça perto de alguma floresta, os próprios animais que tem na floresta impede que a praga*

*coma o milho, coma o feijão... Pois é desse jeito. Sem a floresta as pragas vêm tudo, vêm tudo. Você vê, depois que devastou a mata, tudo apareceu, a tal de lesma coisa que ninguém nunca via... Lesma que come um feijão assim um roçado de feijão se dá aqui de manhã de tarde tá só o toco, come tudo. Tal de lesma. Inseto. Dá um negócio na folha do feijão também, uma coisa branca assim, fica um negócio branco no meio do feijão, aquilo é um problema... Tanto que hoje eu não tenho mais roça aqui não.* (Maurício Martins Alves)

Fica evidente o papel que a floresta desempenhava e, hoje, sem ela, as pragas nos roçados aumentaram, assim como a necessidade do uso de venenos e pesticidas, a diminuição das chuvas, o assoreamento dos rios, entre outros problemas. Ao se tocar nesse assunto com os migrantes, de modo geral, gera-se um desconforto e, rapidamente, é lembrado por eles que somente desmataram apoiados pelo governo, pois vieram para a região em busca de sonhos e para isso tinham que derrubar e tornar o seu lote produtivo.

Milhares de pessoas participaram de um equivocado projeto governamental de aproveitamento dos recursos e da terra que deveria se assemelhar a outras regiões do país. Após a desastrosa experiência com os primeiros migrantes com a terra, que não conseguiram fazer vingar suas plantações de subsistência, a solução, em muitos casos, foi a introdução da braquiária, para a produção de gado. Entretanto, estudos mostram que a criação de animais nesses moldes, em termos de custo e benefício, é desvantajosa.

Segundo a Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG), o bioma amazônico continua sofrendo pressão por processos de desflorestamento, queimadas, implantação de hidrelétricas, mineração, entre outros, alterando a diversidade de suas paisagens para espaços homogêneos e degradados:

Las presiones y amenazas que pesan sobre la Amazonía muestran que los paisajes de selva, diversidad socioambiental y agua dulce están siendo reemplazados por paisajes degradados, sabanizados, zonas más secas y más homogéneas.

La selva húmeda más grande y compleja del planeta – con al menos 10 mil años de acción antrópica – continúa siendo un espacio de extracción y/o producción de insumos agroindustriales y materias primas no renovables (commodities de bajo valor agregado), para los mercados nacionales e internacionales, lo cual compromete su potencial futuro de desarrollo sostenible y afec-

ta la conservación de los espacios de vida. Se evidencia un arco de deforestación que se extiende desde Brasil hasta Bolivia, una zona de presión hídrica y exploración petrolera en la Amazonía andina y un anillo periférico minero amazónico. (RAISG, 2012)

É possível considerar que o desmatamento não somente destruiu a floresta, mas devastou histórias de relações com a própria paisagem. Segundo Ingold (2000), a paisagem é um registro da vida, é como uma obra de gerações passadas, uma espécie de crônica da vida das populações que habitaram e habitam um determinado lugar. Dessa forma, a transformação das paisagens formadas pela floresta em braquiária mudou radicalmente as relações dos habitantes com o próprio espaço e com suas próprias subjetividades.

Assim, a presença fantástica da floresta na vida das pessoas e a produção de determinadas experiências vem se perdendo, as memórias de quem viveu esse espaço são importantes para elucidar outras perspectivas. As histórias de seres que nela habitavam, por exemplo, como a caipora, a irara ou papa mel, faziam parte das do cotidiano de seus habitantes. Vileuda Rodrigues da Silva, professora da geografia local e migrante nordestina, relata sobre a floresta como agente ativa em sua vida:

*Uma vez nós, a molecada, estávamos saindo de um morro, uma descida bem grande, saíamos naquele carreador grandão. De repente escutamos um grito, um grito amedrontador do meio da mata. Olhamos para trás, eram árvores correndo atrás de nós. Elas andavam atrás de nós. Aqueles galhos tropeçavam mesmo, no carreador assim. Nunca vou esquecer essa cena, eu tinha uns nove anos. Aquela árvore andava, aquele tronco e nós oito meninos olhávamos pra trás, corríamos dizíamos: – Ela está falando. Ela está falando, gritava os pequenos de sete, oito, dez anos, onze anos. A árvore está falando, ela está vindo. Começamos a correr e a árvore corria, andava, enorme. Uma coisa muito louca. Quando nós chegamos na saída, sabe, ela deu um estouro, um estouro que toda região ouviu, mas ninguém sabia dizer o que foi aquilo. Contávamos isso e as pessoas diziam que nós estávamos alucinados, mas os oito meninos viram. (Vileuda Rodrigues da Silva)*

Nessa mesma direção, o ex-seringueiro, Raimundo Correa de Souza, (conhecido como senhor Dico), comenta os inúmeros encontros que teve com seres na mata e as aventuras pelas quais pas-

SOU:

*Cupim é o pai da mata, é aqui chama também de, é pai da mata eu conheço também como cupim, eu conheço como Saci e tem a... esqueci o outro nome que a gente fala. Lá no São Pedro todo caçador já sabe. Então no São Pedro tinha muita queixada na minha frente, estava com a espingarda muito boa, falei para os que estavam comigo, eram em três. Falei. Fica quieto vou matar uns porco para nós levar agora que já tá de tarde, aí eu fui. Quando eu cheguei que eu atirei PAU o porco gritou ia passando outro porco gritou de novo, eu falei não pode, aí eu corri saindo assim, por cima... eles tavam no baixão eu sai, fez fila, quando fez fila eu corri, onde ia fazer fila passando assim eu atirei, PA! Gritou de novo seguiu aí eu vi passar ele, olhando assim ó pequeno. A gente chama Cupim que ele é pequeno assim em cima do porco o porco correndo e ele em cima ah, já sei, não morre nenhum, não morre nenhum, não. A caipora tem um nome. Caipora, Caipora, Cupin, Negrin também chamo Negrin e também chamo o... tem diversos nomes sendo que uma criatura só que toma conta dos animais. (Raimundo Correa de Souza)*

Wilson Modro, professor aposentado e fotógrafo de orquídeas, mostra de maneira veemente, como a região do município de Presidente Médici foi devastada e discute como se perdeu um tipo de recurso, sendo que a floresta possuía centenas de outros que não foram aproveitados;

*Hoje nós temos aqui 95% da mata nativa derrubada. 95% acredito que no máximo pode chegar a 7% da mata primitiva que ainda existe em pé. Eu não conheço nenhum sítio que tenha 50% de mata na propriedade, não existe mata aqui. Você pega um GPS, pega aí um programa de computador e puxa pra ver onde é que está o mato, não existe. Foi o povo que veio aqui para trabalhar... povo trabalhador mas...*

*Isso é lugar de terra ruim, terra fraca, muito arenosa, então não criou mata, floresta. Então criou a vegetação mas igual a essa do Mato Grosso, esse Cerrado do Mato Grosso, a savana. Então nós tínhamos aqui uns 3 biomas diferentes, a riqueza das espécies é muito grande porque as espécies incidem no Cerrado, outras incidem nas matas ciliares, lugares de incidência de água maior e outros lugares, espécies que incidem em mata mesmo, fechada. Então nós tínhamos tudo isso, mas foi acabando, desapareceu, derrubaram tudo, virou braquiária tanto a terra boa, quanto a terra ruim, virou tudo braquiária. Então dentro do nosso município hoje você não encontra mais quase nada.*

*É por isso que esse trabalho do museu carece de uma divulgação maior, chamar o povo para conhecer o museu e mostrar o valor disso, porque eles não conseguem captar as coisas. (Wilson Modro)*

Paradoxalmente, esse processo de desmatamento e destruição do meio ambiente local trouxe à tona diferentes sítios arqueológicos que passaram a ser alvo de curiosidade pelos migrantes, como comenta o professor de história Arentino Monteiro da Costa:

*Sobre a arqueologia aqui na região, sobre aquelas pedras lá em cima, eu não sei bem o ano, se foi em 1978, se foi 1979, que encontraram. Foi algum saudoso que mora aqui que acabou aquele primeiro núcleo de pedra com aquelas marcas, pois antes tinha mata, debaixo da folha e ninguém via. Acharam as primeiras marcas ali. Ah, tem uma marca de pé ali, do índio. Aí tinham me falado a respeito, pois eu já era professor na época, daí a gente ia lá, limpava, varria aquilo dentro da mata e olhava. Depois, logo em seguida, por curiosidade acharam essa daqui de cima, serrote aqui do mirante que eles falam. Foi logo em seguida, mais ou menos quando derrubaram as matas, com a queimada, depois choveu e limpou, lavou as cinzas, ficou as marcas. (Arentino Monteiro da Costa)*

Nesse sentido, o desmatamento e a entrada desenfreada de milhares de pessoas de outras partes do país colocaram em relação diferentes grupos em luta por um território. Os grupos indígenas foram os mais afetados, como comenta a professora Maria Coimbra de Oliveira:

*As populações não tinham noção do que era essa floresta. Quando chegaram aqui não tinha mais jeito, não tinha como voltar. A maioria delas gastaram todas as economias, outras se endividaram para chegar até aqui. Era ficar ou ficar. Muitas não conseguiram nem sobreviver aos primeiros anos. O confronto contínuo com os índios, com a própria dificuldade mesmo de viver fora de sua região... muito longe dos centros urbanos. Doenças que chegavam e vitimavam. Teve famílias que os filhos todos morreram de tétano, por exemplo. Então, assim, a dificuldade foi muito grande. Os que conseguiram permanecer e que conseguiram sobreviver, eles passaram as mesmas dificuldades talvez dos próprios indígenas da época. Só que de uma maneira mais... porque era própria luta pela sobrevivência. Ou era eles ou eram os índios. (Maria Coimbra de Oliveira)*

Esse recorte de visões sobre o processo de desmatamento da floresta amazônica ressalta uma diversidade de olhares e de problemáticas que podem ser consideradas pelas pesquisas arqueológicas e museológicas. Para a atuação do Museu esse é um rico caminho que pode ser trilhado e embasar as ações em prol da preservação no

qual se lida de maneira dialógica com as diversas parcelas, grupos e interesses do entorno da instituição. Dessa forma, pode-se criar um espaço propício para aproximar a instituição da população e das comunidades.

Esses outros olhares podem contribuir para mudanças efetivas na atuação da arqueologia na qual grupos marginalizados possam atuar e participar das pesquisas. Nesse sentido é latente a necessidade de se ouvir as populações indígenas, que têm muito a falar de todas essas problemáticas como o processo de modernização da região no século XX, entre outros temas. Os migrantes, de modo geral, também foram populações marginalizadas da sociedade dentro de um projeto problemático do país, ao serem levados para Rondônia. As populações indígenas sempre foram consideradas à margem do Estado brasileiro, assim, ambas populações possuem pontos comuns e bem distintos para serem debatidos e refletidos pelas ações arqueológicas e museológicas.

O Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, ao trabalhar a história de longa duração local em relação à história recente, pode colocar em evidência diferentes modelos de vida e de utilizações do meio ambiente. Se por um lado, a região durante 10 mil anos de ocupação humana ofereceu um espaço de experimentação entre a floresta e suas diversas populações, nas últimas décadas esmagou a sua bio e sóciodiversidade em atividades monocultoras. As histórias de vida dos migrantes, assim como as experiências de vida dos indígenas, ribeirinhos, entre outros, é fundamental para uma interpretação plural e afetiva do processo de ocupação. O levantamento dessas contribui para o trabalho museológico do Museu, uma vez que os museus e as pessoas que neles atuam são agentes da memória (BRUNO, 2000).

Assim, a instituição possui um papel ético diante da preservação e da promoção do patrimônio arqueológico e do meio ambiente. Dessa maneira, a arqueologia e o patrimônio arqueológico podem ampliar o potencial social ao colocar em saliência elementos para que as pessoas do presente possam olhar para o passado e refletir sobre os processos enfrentados pela humanidade ao longo do tempo, assim como criar novos modelos de vida e projetar um futuro distinto para a região.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Fábio Guaraldo. Terra de Quilombo: Arqueologia da Resistência e Etnoarqueologia no Território Mandira. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALMEIDA, Fernando Ozório. A tradição policroma no Alto rio Madeira. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BECK, Wendy; SOMERVILLE, Margaret. Conversations between disciplines: historical archaeology and oral history at Yarrowarra. *World Archaeology*, v. 37, n. 3, p. 468-83, 2005.
- BEZERRA, Márcia. “As Moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.-abr. 2011.
- BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: Reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública, Campinas: LAP/NEPAM/Unicamp*, n. 7, jul. 2013.
- BEZERRA, Márcia. Arqueologia e [Des]envolvimento: Patrimônio, Contrato e Comunidades Locais na Amazônia. Simpósio Patrimônio. In: ROSTAIN, Stéphen (Ed.). *Antes de Orellana. Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueologia Amazônica*. Instituto Francês de Estudios Andinos, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Embajada de EEUU, 2014.
- BALÉE, William (Ed.). *Advances in Historical Ecology*. New York: Columbia University Press, 1998.
- BALÉE, William. The Research Program of Historical Ecology. *Annual Review of Anthropology*, v. 35, p. 95-78, 2006.
- BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia: a luta pela perseguição ao abandono*. Tese (Livre-Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CARNEIRO, Carla Gibertoni. *Educação Patrimonial e Arqueologia: Al-*

guns Aspectos dessa Interface. *Amazônia. Revista de Antropologia* (Online), v. 6, n. 2, p. 442-458, 2014.

CARVALHO, Patrícia Marinho. *A travessia atlântica de árvores sagradas: Estudos de paisagens e arqueologia em áreas de remanescentes de quilombos em Vila Bela/MT*. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CRUZ, Daniel Gabriel. *Lar Doce Lar? Arqueologia Tupi na Bacia do Ji-Paraná (RO)*. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Iremar Antônio. MACIEL, Márcia Nunes. Um olhar sobre a Amazônia: história oral e debate de políticas desenvolvimentistas. In: *Oralidades : Revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*. — Ano 6, n. 11 (jan./jun. 2012).

GNECCO, Cristóbal. *Multivocalidade histórica: una cartografía postcolonial de la arqueología*. Bogotá: Universidad de los Andes, 1999.

Hayes-Bohanan, James Kezar IV. *Deforestation in Rondonia, Brazil: Frontier Urbanization and Landscape Change*. Dissertation – Faculty of the Department of Geography and Regional Development, University of Arizona, Arizona, 1998.

HATTORI, Márcia Lika. *Arqueologia em áreas de conflito: Cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidade*. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HODDER, Ian. *Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

HODDER, Ian. *Archaeology as long-term history*. Cambridge: Cambridge University, 2009.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. 2012. Disponível em: <[www.socioambiental.org.br](http://www.socioambiental.org.br)>. Acesso em: 10 outubro de 2012.

JONES, Sian; RUSSELL, Lynette. *Archaeology, Memory and Oral Tradition: An Introduction*. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 16, Issue 2, p. 267-283, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Guia prático de história oral para empresas, universidades, comunidades e família. São Paulo: Contexto, 2011.

MILLER, Eurico Theofilo. A Cultura Cerâmica do Tronco Tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 1, p. 35-136, 2009.

MONGELO, Guilherme Zdonek. O Formativo e os Modos de Produção: Ocupações Pré-ceramistas no Alto Rio Madeira – RO. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MOSHENSKA, Gabriel. Oral History in Historical Archaeology: Excavating Sites of Memory. *Oral History Society*, v. 35, n. 1, 2007.

NEVES, Eduardo Góes. Sob os tempos do equinócio: Oito Mil Anos de História na Amazônia Central (6.500 AC – 1500 DC). Tese (Livre-Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Maria Coimbra. Arte Rupestre em Rondônia. Presidente Médici: [s.n.], 2013.

PEREIRA, Milei Fachini Vicente. Modernidades e uso hierárquico do território no sudoeste da Amazônia: a atualização seletiva do consumo e dos equipamentos urbanos em Rondônia e Acre. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16º, Porto Alegre. Anais. 2010.

RAISG – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. *Amazonía bajo presión*. 2012. 68 p. Disponível em: <[www.raisg.socioambiental.org](http://www.raisg.socioambiental.org)>. Acesso em 12 de abril de 2012.:

SILBIGER, Lara. Amazônia Prometida – A colonização de Rondônia. Vídeo Cassete. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Dinâmicas Territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970 a 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SUÑER, Rodrigo. Estudo da Variabilidade Arqueológica no médio rio Ji-Paraná. Projeto de Doutorado – Museu de Arqueologia e Etnologia,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

THE PERSONAL Histories Project. Disponível em: <<http://www2.arch.cam.ac.uk/personal-histories/>>. Acesso em: 14 de julho de 2012.

TRINDADE, Thiago Berlanga. Implicações sobre os sítios do tipo geoglifo na calha do médio Rio Guaporé ? RO. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

WICHERS, Camila Azevedo Moraes; SILVA, Maurício André; ALFONSO, Louise Prado. Diálogos sobre o Patrimônio Cultural de Rondonópolis e Itiquira. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2012.

ZIMPEL NETO, Carlos Augusto. Na direção das periferias extremas da Amazônia: Estudo da Bacia do Rio Ji-Paraná, Rondônia. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZUSE, Silvana. Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no alto rio Madeira, Rondônia. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

# Ideologias ambientalistas e a participação das classes sociais nas decisões ambientais

*Suzana Cristina Lourenço*<sup>1</sup>

## **Resumo**

O presente trabalho trata das possibilidades de participação das diversas classes sociais incluídas nos processos decisórios ambientais. Utilizando a linha de análise gramsciana, avaliamos as relações das organizações da sociedade civil, em especial as ambientalistas com atuação na Amazônia e no Centro-Oeste, e suas redes. Neste contexto coexistem, conflituosamente, os biomas amazônico, o cerrado, o pantanal, a agroindústria e diversas representações sociais que incluem indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares. Demonstramos como a luta de classes e a consolidação da ideologia em sua dupla interpretação demonstrada por Gramsci, desenvolvida por Norberto Bobbio e aprofundada por István Mészáros se aplica à questão ambiental, reforçando a desigualdade da participação social e a distribuição equânime dos recursos.

## **Palavras-chave**

redes ambientalistas, política ambiental, OSC, representação, Estado.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. E-mail: [suzana.c.lourenco@gmail.com](mailto:suzana.c.lourenco@gmail.com).

*Environmentalist ideologies and the participation of the social classes in environmental decisions*

**Abstract**

This paper deals with the possibilities of participation of different social classes included in the environmental decision-making. Based on Gramscian analysis, we evaluate the relationship between civil society organizations, in particular the environmentalists and their networks performance in Amazon and in the Midwest. In this context coexist, conflicting way, the Amazon biome, savanna, wetland, agribusiness and various social representations that include indigenous riverine and family farmers. We demonstrate how the class struggle and the ideology of consolidation in its double interpretation demonstrated by Gramsci, developed by Norberto Bobbio and deepened by István Mészáros applies to environmental issues, reinforcing the inequality of social participation and equitable distribution of resources.

**Keywords**

environmental networks, environmental policy, CSOs, representation, State.

## Introdução

A partir da última década do século XX, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, temos presenciado a consolidação de uma institucionalização da participação da sociedade em espaços de interlocução com o Estado, notadamente conselhos e conferências. Contraditoriamente, a heterogeneidade de posicionamentos na questão ambiental acaba por confundir técnicos, cientistas e as próprias vertentes do movimento ambientalista. A falta de linhas epistemológicas claras na questão ambiental associada às múltiplas faces do Estado brasileiro – setorizado institucionalmente de maneira a conversar com as diferentes classes sociais - acaba por aprofundar os problemas de estabelecimento de uma política ambiental brasileira que responda às demandas sociais, garantindo a sustentabilidade dos sistemas ecológicos.

Neste trabalho demonstraremos que essa pulverização da ideologia ambientalista não como obra do acaso, mas dentro de um sentido ideológico mais amplo, reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Neste contexto, a “babel” de posicionamentos (Moraes, 1997, p.45) é, na verdade bastante útil à manutenção do *status quo* e reprodução das relações de classe. No entendimento da relação entre sociedade e Estado, utilizamos a linha de análise gramsciana, trabalhadas por Norberto Bobbio e István Mészáros. Posteriormente avaliaremos, dentro das experiências dos movimentos ambientalistas, as possibilidades da emergência de uma intelectualidade orgânica representativa dos grupos camponeses, das etnias indígenas, ribeirinhos, dentre outros. Finalmente abordamos também que, mesmo com algum avanço na diversidade da representação, os espaços políticos de participação e as limitações para mudanças estruturais e sistêmicas, calçadas na questão da ideologia, dificultam não somente a participação igualitária das classes como também um projeto ambientalista pautado na justiça ambiental que as contemple.

Sendo o espaço das relações do poder de fato enquanto o Estado é o espaço das relações do poder legítimo, a sociedade civil, a sociedade política e Estado existem em contínuo relacionamento. Para Gramsci (2002, p.139), esta unidade é “o resultado das

relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’. A categoria de sociedade política, como intermediação entre sociedade civil e Estado, é puramente metodológica e diz respeito ao âmbito político-administrativo ou institucional, ou seja, referente às instituições e o controle legal e constitucional, em relação com a sociedade civil por meio dos partidos e sindicatos. Já a sociedade civil é “a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais” (Bobbio, 1998, p.1210). Na visão gramsciana, na qual se sustenta este estudo, a sociedade civil é a arena de luta de classes, sendo, juntamente com a sociedade política, um momento constitutivo do Estado. Destas relações deriva o arranjo das relações, o qual se manifesta de um modo específico na transformação e utilização ambiente.

Com base nestas premissas, é de se esperar que esta luta de classes seja imperativa nas decisões que giram em torno à política ambiental. As organizações da sociedade civil dedicadas a esta temática, se reportam como representativas da heterogeneidade de classes e de perfis sociais e estruturadas muitas vezes em forma de redes e apoiadas pelos grupos dentro da sociedade política simpáticos aos eixos defendidos por tais organizações.

Nos processos decisórios e tal como é desenhado institucionalmente o modelo de participação no Brasil a articulação das organizações da sociedade civil por meio de redes na esfera ambientalista é positiva na medida em que os problemas socioambientais enfrentados são recorrentes em várias localidades na extensão de um mesmo bioma. Tais redes são compostas por membros de distintas naturezas (sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, Organizações Não Governamentais (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), movimentos sociais, etc.).

Apesar da grande mobilização social em torno das questões ambientais e da conformação em organizações e redes, a representatividade destas no processo da política ambiental não é inclusiva a todas as classes sociais. Isto porque as organizações e redes também são divididas em recortes de classe, com diferentes inserções nas de-

cisões políticas, definidas pelo seu poder econômico e político. Os problemas ambientais são sentidos e priorizados de maneiras diferentes entre as classes sociais que conformam estas organizações e redes e o que se chama amplamente de participação social, via audiências públicas, por exemplo, acaba por se tornar uma reafirmação ideológica, garantindo a hegemonia sobre as classes subalternas (Acsehrad, 2004, p. 7-11). A categoria “subalterno” em geral descreve as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna (Simionatto, 2009, p.42). Para Gramsci, entretanto, o conceito está entrelaçado à história da sociedade civil e recupera os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando “as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos” (BUTTIGIEG, 1999, p. 30).

Em suma, a estrutura institucional brasileira voltada à participação nas decisões ambientais, múltiplas em qualidades socioculturais, é ineficiente e ineficaz porque não garante a equidade de inserção das diferentes classes.

### **A estrutura de participação nas decisões ambientais**

Os espaços de participação nos processos decisórios e na construção de políticas públicas são problemáticos em sua natureza já que envolve, desbalanceadamente, a participação de diferentes atores ao longo das etapas de formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação de programas e políticas ambientais.

No estado da Bahia, por exemplo, Assunção et alli (2010) identifica graus de participação da sociedade na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) que variam em função da situação socioeconômica da população a ser afetada pelo empreendimento, da qualidade e do estoque dos recursos ambientais e das características das propriedades localizados nas áreas de influência do projeto. A participação das classes subalternas é inexistente ou simbólica e gira em torno das expectativas de melhora das condições econômicas e ambientais das áreas afetadas.

No estado do Mato Grosso, como prevê o Decreto no 8243

de 2014 (que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS), o espaço mais procurado pelas organizações para participação são os conselhos de políticas públicas (federais, estaduais e municipais), como o Conselho Nacional de Meio Ambiente e seus análogos estaduais e municipais, e as audiências públicas à decisões governamentais. Outras instâncias e mecanismos de participação social de negociação possíveis entre a administração pública federal e sociedade civil brasileira são as comissões de políticas públicas (como a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT), as conferências nacionais (como as Conferências Nacionais de Meio Ambiente - CNMA), a ouvidoria pública federal, mesas de diálogo, consultas pública; e ambientes virtuais de participação social. Os Fóruns Interconselhos incluem a participação de todos os conselhos nacionais, geralmente para decidir questões sobre os Planos Plurianuais e seu monitoramento.

Como estratégia para uma maior participação em todas as etapas de uma política ambiental, a atuação das redes ambientalistas amazônicas, pantaneiras e do cerrado tentam preencher estes espaços com o maior número possível de organizações vinculadas aos seus eixos de ação. Estas redes têm diferentes escopos de atuação e podem ser estruturadas por representantes de diversas classes sociais.

O tratamento da circulação das informações e a metodologia de tomada de decisões diferenciam as redes umas das outras, situando-as, por exemplo, como fóruns ou articulações.

Os fóruns são organizados em reuniões que têm o objetivo de discutir temas em comum, tendo em conta as estratégias de ação, prioridades na questão socioambiental e perspectivas de todos os participantes. Internamente, mesmo a mais progressista das redes funciona com hegemonias internas entre as organizações que a compõem. Assim, as organizações com maior entrada nas decisões governamentais e maior poder econômico media as demandas e, dadas as possibilidades do conjunto das organizações, define as prioridades e as estratégias de ação. São exemplos o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) e o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social (FMCJS). Entre estes, apesar da estrutura comum em

plenárias ou reuniões, há diferenças de forma e de escala de atuação. Também existem diferenças de reatividade de atores: o FBMC, por exemplo, é presidido pela Presidência da República Federativa do Brasil e é composto por 12 ministros de Estado, o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e grande representatividade empresarial. Já o FMCJS, sem liderança específica, é formado por organizações que reivindicam a reforma agrária, os direitos indígenas e a agricultura familiar.

Apesar de tratar dos mesmos temas, os dois fóruns são antagônicos em posicionamentos exatamente pela diferença das classes que as compõem, via seus representantes. Ambos dialogam com o governo federal em diferentes instâncias, sendo que o FBMC tem, por sua estrutura, maior poder de influência sobre as decisões políticas às mudanças climáticas.

As articulações possuem um escopo mais abrangente: as organizações conformadas em fóruns se elevam a uma posição já diretamente propositiva de políticas públicas referentes a escalas regionais que transcendem as esferas estaduais. É exemplo a Articulação Regional Amazônica (ARA), entre os países que compartilham a PanAmazônia. A ARA produz e difunde informações referentes a uso da terra e desmatamento da Pan-Amazônia, propondo ações articuladas entre seus membros e atores da região, visando a redução do desmatamento e alternativas ao modelo econômico.

No caso do Mato Grosso, redes como o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) e o Fórum de Direitos Humanos e da Terra Mato Grosso (FDHMT) se reportam às sociedades que lhes são base – notadamente minoritárias – mediante eixos de ação – que podem girar em torno de temas prioritários com o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), os impactos das grandes obras, demarcação de terras indígenas, etc.; outras redes giram em torno de grandes produtores rurais e indústrias, buscando medidas governamentais para fomento da produção e aumento nos lucros. Enquanto redes de organizações, ambas atuam de diferentes formas, considerando uma heterogeneidade temática ou estatutária entre as organizações que as conformam.

Também no Mato Grosso a Federação da Agricultura e Pecuária

do Estado de Mato Grosso (FAMATO) funciona como rede que congrega o sistema sindical rural do Estado, composto majoritariamente por grandes produtores do agronegócio. Em âmbito federal está ligada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que congrega também as federações dos demais estados brasileiros. Tem desproporcional força política no Mato Grosso, decorrente das ações representativas e institucionais que realiza tendo como norte o atendimento aos interesses da classe produtora rural do Estado e de seus mais de 33 mil produtores rurais associados.

As possibilidades de participação dos representantes dos indígenas, quilombolas, agricultores familiares e os grupos representados pelo FORMAD e pelo FDHMT são reportados como totalmente segregados, dada a dimensão de redes como a FAMATO e sua inserção no Estado. Esta heterogeneidade será tratada adiante, quando é problematizada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) como fator dispersor na tomada de decisões.

### **A consolidação da ideologia (e da ideologia ambientalista) como forma de poder**

A questão ambiental, como todas as políticas setoriais do país, está intrinsecamente relacionada com as duas acepções possíveis para ideologia. A primeira, dogmática e doutrinária, delimita um estilo (Bobbio, 1998, p. 585-596) e orienta comportamentos políticos coletivos. Tem como característica a defesa inflamada de ideias, conclamando a adesão popular. Algumas linhas do ambientalismo são defendidas nestes moldes absolutos que podem pender mais para o protecionismo ou a economia verde.

No entanto, é a segunda conotação, definida por Marx e que tem correlação com a primeira significação, que trata a ideologia como teorias socialmente determinadas e determinantes das dominações entre classes.

As organizações da sociedade civil tendem a se posicionar em ideologias em seu primeiro significado – alinhada ou de contestação ao *status quo* – porém dentro da segunda acepção de ideologia, pensada por Marx, dominante, erroneamente associada a uma pluralidade ideológica.

As ideologias, em seu primeiro significado, que interceptam os movimentos ambientalistas, suas organizações e redes (Vesentini, 1992, p.60) leva a que estas baseiem suas políticas e ações com base no pacifismo, com a governança e com o antiarmamentismo e contra a ação agressiva do capitalismo sobre o ambiente. Também de ordem geopolítica são as relações internas entre os membros das redes, seja qual for sua escala de ação: em uma relação ambígua com o Estado, as redes ora são cooptadas por este, atuando como parceiros na consolidação de políticas compensatórias, mas que pouco ou nada influem nas relações territoriais historicamente construídas; ora se distanciam, criticando sua legitimidade e exigindo reformas estruturais.

Para Mézaros (2004, p.58) o sistema ideológico socialmente estabelecido em nosso contexto liberal-conservador e dominante define suas próprias regras de seletividade, preconceito e distorção como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”, sendo é legitimada pela ciência (Mézaros, 2004, p. 243-273). Assim, a falsidade e a função social da ideologia estariam intrinsecamente relacionadas na medida em que se mascaram os aspectos mais antagônicos da dominação a fim de “facilitar a aceitação da situação de poder e a integração política e social” (Bobbio, 1998, p.586). No contexto ambiental amazônico, onde as práticas coercivas ainda são preponderantes nas relações entre os atores sociais, esta distorção é sentida pelo movimento ambientalista quando suas observações críticas em relação ao estabelecimento de grandes obras ou expansão das fronteiras agrícolas são deslegitimadas por não apresentarem argumentos técnicos que as sustentem. Quando existem elementos científicos que corroborem o posicionamento dos movimentos, diversas formas de coerção acompanham os mecanismos de participação acabam por inviabilizá-la nos processos de consulta pública, audiências ou mesas de negociação.

Os dois significados de ideologia são importantes para que entendamos a razão pela qual as organizações da sociedade civil, compostas e formadas a partir das necessidades das classes subalternas, não alterem em profundidade os rumos das decisões políticas ambientais protagonizadas pelo Estado.

Temos que, na primeira acepção, que as ideologias são baseadas em uma interpretação do passado, explicação do presente e visão para um futuro baseada em um programa para mudar ou manter a ordem política proposto, mantendo um grupo na luta política (Friedrich, 1963, p.89; Easton, 1965, p.290). A ideologia, nesta visão, pode ser ativista e transformadora total ou parcial da sociedade. Nesta significação de ideologias, Shils (1958) os principais traços nas variantes de “sistemas gerais de interpretações e de ideais morais concernentes ao homem e à sociedade” (Bobbio, 1998, p.588), que se elevam, sobretudo em momentos de crise estrutural, quando a visão dominante já não consegue responder aos anseios da sociedade.

O pluralismo de ideologias (da primeira concepção) não deixa de ser real, na medida em que várias doutrinas são compatíveis com os imperativos sociais da ordem estabelecida, esta última dentro da segunda interpretação da ideologia (Mészáros, 2004, p.243). Em última instância, esta ideologia leva a uma mobilização política das massas baseada na sua manipulação. Sem base pragmática e dentro do modelo econômico vigente este pluralismo não avança, pois seus parâmetros giram em torno de bases materiais e institucionais da vida social capitalista como tal, para a qual não existe alternativa.

O pluralismo alardeado, e o alardeado declínio das ideologias – esta também uma ideologia em si, já que é fundada sobre uma avaliação positiva da política pragmática e do Estado do bem-estar – tira do foco a legitimidade da contestação do ponto de vista da classe hegemônica alternativa e estruturalmente subordinada (Bobbio, 1998, p. 590; Mészáros, 2004, p. 243).

Aplicado à questão ambiental, o primeiro significado de ideologia poderia ser exemplificado pelas correntes do movimento ambientalista levantados por Alier (2010, p.21), oscilando entre o “culto ao silvestre”, que não questiona o modelo econômico e se centra na natureza intocada; o “evangelho da ecoeficiência”, focada na mitigação e adaptação caudada pelas diferentes frentes de industrialização na cidade e no campo (Visvanathan, 1997: 37) e o “ecologismo dos pobres”, a qual aponta a desigualdade geográfica da distribuição dos recursos e no descarte de resíduos (Alier, 2010)

A análise das ideologias de primeiro significado e onde se alo-

cam as ideologias do ambientalismo, entretanto, não é tão útil se não empregada na sua relação com o entendimento da ideologia em Marx, em sua influência estrutural, que centraliza o poder em vez de sua organização descentralizada, aprofundando as desigualdades. No que concerne a função da Ideologia, o centro da discussão está na dissimulação dos interesses dos detentores do poder em uma crença aceita por aqueles que estão a ela subordinados a fim de alcançar objetivos em curto e longo prazo satisfatórios a um determinado grupo, em detrimento de outros. Em longo prazo, a falsidade ideológica torna imperceptíveis fatos e processos que favorecem uma mudança na situação de poder das classes dominantes.

Na discussão ambiental brasileira estes delineamentos são evidentes quando pensamos no discurso da ecoeficiência que, mascarando a base dos problemas ambientais que se esconde atrás das relações econômicas, trata-a como medidas corretivas - com respaldo científico, apoio de recursos privados e do Estado – e praticamente ignorando as medidas de proteção. Estas poderiam, em longo prazo, ser um elemento de mudança de situação do poder e perturbador ao *status quo*.

No que concerne ao Estado brasileiro, a ideologia dominante promoveu, na questão ambiental, um progresso tecnológico e uma expansão do modelo econômico fundamentalmente tecnocrático, com forte base no militarismo. Autores como Vesentini (1992, p.60) atrelam a agressividade que o modelo econômico se expandiu no Brasil ao histórico de militarismo, sendo que as estratégias geopolíticas elaboradas durante todo o período ditatorial no Brasil deixaram profundas raízes na forma que se trata a política ambiental ainda nos dias de hoje: baseada no desenvolvimento tecnológico em vista a produtividade em escala industrial e controle social.

A impossibilidade fora do capitalismo exclui a emergência de uma intelectualidade orgânica cuja ideologia ultrapasse as barreiras do modelo econômico. Aí temos o impasse: com estruturas sociais e econômicas muitas vezes internamente distintas (sertanejos no nordeste e indígenas, por exemplo), as classes subalternas não só não conseguem se sustentar na agressividade do modelo econômico vigente como também não conseguem ter reconhecida a emergên-

cia de uma intelectualidade orgânica própria, pragmática, que se sobressaia à dominante, dentro deste modelo. Fundamentando-se na ciência legitimadora da ideologia dominante e nos processos tecnológicos (ou, muitas vezes, tecnocráticos) dela decorrente, estabelecem-se, em vez de uma mudança estrutural, alternativas compensatórias que pouco contribuem na superação da destruição ambiental.

Ainda que a Constituição Federal de 1988 tenha surgido como alternativa a um cenário potencialmente mais conservador, a agenda governamental que se consolida na esperança de ser maior progressista, acaba por não romper com a estrutura de poder anterior, mantendo quadros político partidários historicamente influentes, centrados em atores políticos representantes das classes dominantes como a ruralista e, em uma conformação recente, evangélica no *front* dos tomadores de decisão, elevando o agronegócio como alternativa econômica nacional, pautada na exportação massiva de oleaginosas em detrimento do manejo dos ecossistemas. A questão evangélica nos espaços de decisão política brasileira é secundária nesta análise, apesar de interessante na discussão da iminência de limitações de um Estado brasileiro laico.

Na compreensão gramsciana, os intelectuais orgânicos são formados dentro de suas classes e, juntamente com o partido, representa-a e conscientiza-a. Apesar de o momento político pós Constituição Federal ter aberto precedente para, em uma estrutura democrática, a consolidação desta intelectualidade, é ainda predominante o papel dos intelectuais tradicionais, ou seja, aqueles de origem pequeno-burguesa, sem compromisso político com a filosofia da práxis. O conjunto das relações sociais de produção define, por um lado, o segundo entendimento de ideologia e, por outro, as complexidade e contradição do bloco histórico. A formação de uma intelectualidade na práxis hegemônica dos subalternos buscaria a criação de outra ideologia (em seu primeiro significado) e outra política, superando a dominação e construindo um projeto democrático.

A grande questão, neste sentido, são as possibilidades de surgimento e consolidação de uma intelectualidade orgânica que emerge (ou deveria emergir) no seio das classes subalternas e como esta

pode ter condições de emergir à ideologia entendida por Marx, respaldada pelo Estado e pelo mercado, reproduzindo-se nos sucessivos governos.

### **As desigualdades socioambientais e a luta entre classes.**

Para delimitar a dimensão do problema estrutural da relação Estado-mercado e sociedade na questão socioambiental é necessária a compreensão de quem controla a produção e a distribuição da riqueza social total, sob quais critérios e quem é controlado neste sistema (Mészáros, 2004, p. 246).

No Brasil, a questão de quem controla os meios de produção se aplica, por um lado, como se consolida a concentração de terras e a expansão das monoculturas de exportação e, por outro, a resposta a esta pressão expressa em reivindicações das classes subalternas em eventos cada vez mais intensos, tanto na emergência e pluralidade das reivindicações quanto em sua contenção pelo aparelho repressor do Estado, quando estas se manifestam contra o *status quo*. As disputas fundiárias que pressionam todas as terras indígenas amazônicas, levando a conflitos entre latifundiários e etnias indígenas que frequentemente culminam em mortes (sobretudo destes segundos) são elucidativas de quem controla e quem é controlado socioambientalmente no âmbito rural.

O contexto fundiário brasileiro traz um complexo panorama nas relações dos atores no campo, a saber: 1) uma classe composta por grandes produtores rurais (empresários da agroindústria para exportação, apoiados pelo Estado) que evoluem sua atuação pela capilaridade na sociedade política por inúmeras combinações partidárias que conformam as coligações municipais; esta sociedade política ascende no seu grau de influência nas esferas estaduais e federais, garantindo seu protagonismo nas relações do campo. Articula-se de forma a inviabilizar uma reforma agrária que distribua igualmente a terra e a ascendência dos médios e pequenos produtores ao poder. Conformam a frente parlamentar popularmente chamada “bancada ruralista”, cuja capilaridade é ainda mais eficiente em termos de escala que as anteriores relações de coronelismo que a precederam. 2) uma classe média produtora, com inserção secundária

na política. Em geral esta categoria se adapta ao seu lugar nas relações do campo, ainda conseguindo manter-se neste cenário evitando grandes perdas. 3) uma classe desprovida dos bens de produção no campo, mantendo uma agricultura de subsistência com pouco apoio técnico e científico do Estado. Com o protagonismo dos dois primeiros casos, as instituições do Estado se fragmentam de forma poder atender estas três diferentes classes sociais no campo.

Sobre quem é controlado, o contexto amazônico guarda ainda um mosaico de identidades minoritárias. Os dados sobre a violência aos indígenas mostram um cenário que vai além da pressão às fronteiras das Terras Indígenas (TI), principalmente nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia, principais frentes de expansão. Os relatórios mostram que não é somente o uso da transgenia, dos pesticidas e fertilizantes que impactam os ecossistemas dentro das TI. Somente considerando a Amazônia, segundo relatório emitido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 2014, foram registrados 114 casos de violência ao patrimônio indígena (direitos territoriais, invasões possessórias e explorações ilegais de recursos naturais e omissão na regularização de terras), sendo 71 deles no Pará; 60 suicídios; 66 casos de violência à pessoa e; 120 casos de violência por omissão do poder público (Rangel, 2014).

Quanto aos ribeirinhos da região amazônica, além dos já deslocados em obras como a de Santo Antônio e Jirau, ambas no Rio Madeira, milhares estão na iminência de expropriação pelas 15 hidrelétricas em vias de construção na Amazônia das 34 previstas para o país segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, promovido pelo Governo Federal.

### **A ideologia como limite à participação social.**

A superação dos antagonismos materiais básicos da sociedade por meio da intervenção superestrutural é, para Mézaros (2004), uma das contradições da política do consenso. Tais contradições eclodiriam em reivindicações cada vez mais frequentes e intensas, resultantes da luta de classes cada vez mais acirrada. A manipulação do Estado, para evitar tais convulsões, se direciona eficazmente na criação de um consenso em relação às ideologias.

Neste panorama, as ideologias de consenso - sustentadas política e institucionalmente e cientificamente respaldadas por uma intelectualidade orgânica dominante por meio de conhecimento e técnicas científicas – têm maiores peso e poder de lobby que qualquer outro método coercivo, a que os indivíduos particulares e as classes sociais se “conscientizem” ou “revolucionem sua atitude” em vista a uma “cooperação fraterna” entre as classes, reforçando a tendência humana a um pensamento utópico, considerando a profundidade dos problemas estruturais das relações com o mercado. Grande parte do discurso ambientalista em vista a uma governança ambiental está, em grande medida, dentro desta linha de pensamento.

Atitudes “ecologicamente conscientes dos cidadãos” escondem o problema real da estrutura econômica, promotora da devastação ambiental em grande escala (grandes construtoras, grandes produtores rurais, complexos industriais, dentre outros), responsabilizando as classes que não detêm os meios de produção poluidores e, por isso, mesmo em sua totalidade não impacta tanto os ecossistemas como o pequeno conjunto de detentores dos meios de produção. Segue aí o princípio concentração dos ganhos e uma distribuição dos prejuízos, neste caso aplicada às relações com o ambiente.

No modelo de Estado que emerge no pós-guerra, surge uma utopia administrativa centrada neste. As aspirações “consensuais” da administração seriam premissa para as ações do Estado de Mészáros (2004), conferindo às aspirações promulgadas uma falsa universalidade. Nas prioridades da política ambiental, por exemplo, surge uma agenda emergencial mundial baseada em riscos a serem minimizados por meio de políticas formuladas e executadas de *cima para baixo* que, nesta lógica de universalidade de objetivos ambientais, conta com raras contribuições de *baixo para cima*.

Na unificação destes objetivos supostamente universais da sociedade, o Estado neocapitalista-intervencionista foi autenticado como única realização viável dentro de um suposto capitalismo livre de conflitos. O reforço a esta ideia é feito na construção diária das informações difundidas às massas baseadas na não existência de um problema estrutural nas relações entre as classes, entre estas e o Estado e entre todos estes e o mercado. O que há é a emergência de

insurgentes que dificultam a manutenção de um modelo econômico “organizado”.

Esperando representar classes subalternas, as organizações e redes no espaço político conformam a dita pluralidade de ideologias (perspectivas) que, por imersas em um contexto de dominância ideológica, dificilmente arranham a legitimidade da ideologia do Estado em suas críticas. Mesmo as que questionam o protagonismo do conjunto de atores das grandes empresas transnacionais e instituições do capital financeiro, beneficiárias do modelo de produção têm dificuldade de grande circulação de ideias, circunscrevendo-se a âmbitos locais de reivindicação.

Por meio de redes socioambientalistas e suas divergências internas, entretanto, traz-se a tona escalas de arenas políticas e às contestações ao modelo de produção, as alternativas de compensação e mitigação das mudanças ambientais e as consequências destes no cenário socioambiental, político e econômico.

Um dos exemplos mais emblemáticos e contraditórios na discussão da adaptação são os projetos de Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e a divergência de posicionamentos, entre a linha dos movimentos ambientalistas voltadas à governança e as organizações representantes de diversas etnias indígenas, em toda a América Latina. Por um lado, algumas organizações defendem que as medidas evitariam a redução de emissões em seus países. Contendo o desmatamento nos países tropicais ajudaria a reduzir em torno de 15% das emissões de CO<sup>2</sup> à atmosfera do planeta. O estabelecimento de florestas poderia absorver parte do gás emitido pela queima combustíveis fósseis.

Outro posicionamento (ideológico) defende que a proposta do REDD+ é inoperante porque, por um lado, não muda a estrutura do modelo de produção e consumismo. Por outro lado, parte do pressuposto que a redução de emissões oriundas do desmatamento seria suficiente para permitir a crescente queima de combustíveis fósseis. Estes grupos também apontam a ineficácia e ineficiência da entrada do REDD em áreas florestais por restringirem o uso destas a populações tradicionais que ocupam estes espaços historicamente. Projetos como o Carbono Florestal Suruí, iniciado em 2007,

assinados pelas lideranças etnia indígena, descumpriram os pactos estabelecidos e sofreram intervenção do Ministério Público Federal para sua interrupção.

Foi por meio da circulação de informações e idéias pelas redes que, em âmbito latino-americano, fez-se mostrar o descumprimento do reconhecimento dos territórios, a atenção aos direitos indígenas e as coerções a lideranças indígenas que questionam as políticas às mudanças climáticas em suas localidades. Estas evidências foram apontadas pela Aliança de Povos Indígenas e Comunidades Locais contra o REDD - na ocasião da 17ª Conferência das Partes da Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas (CMNUCC) - como uma violação de direitos individuais e coletivos consolidados na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUPI).

Os territórios indígenas da PanAmazônia estocam cerca de 32,8 % do carbono sobre o solo em 30% da área da região. A demarcação e a consolidação dos territórios indígenas e áreas protegidas na PanAmazônia, bem como o monitoramento das florestas e desenvolvimento de alternativas econômicas para as populações locais são prioritárias para garantir os estoques de carbono antes do estabelecimento de projetos de REDD+ (Walker et alli, 2014).

Em um contexto de pressão das terras indígenas pela construção de barragens e a expansão da agroindústria, o REDD+, em si, não é suficiente para reduzir os conflitos, os protagonismos na arena política ambiental e os impactos socioambientais decorrentes das incompletudes do planejamento territorial. Os projetos de redução das emissões seguem como temas protagonistas nas negociações ambientais, no entanto, a ação das redes ambientalistas, se não alcançam um status de maior inserção nos espaços de tomada de decisão, ao menos promovem a circulação de informações entre as organizações que se propõem a representar etnias indígenas ou outras identidades.

### **Instituições participativas e os pesos na participação cidadã**

Temos até aqui que o poder da ideologia, em seus dois significa-

dos, se reflete na elaboração da agenda ambiental brasileira de duas formas: 1) em uma pluralidade de discursos protecionistas, de eficiência e de equidade na distribuição de recursos; 2) apropriando-se de termos como sustentabilidade, adaptação e mitigação como forma de manutenção do poder, reproduzindo as relações sociais. A participação, neste contexto, é desigual ainda que garantidos espaços de participação social em conselhos e comissões.

Tomemos como exemplo a participação cidadã por meio de organizações ambientalistas atuantes em dois âmbitos do Governo Federal: a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Com atribuição de coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a CNPCT tem caráter deliberativo e consultivo. É presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em sua composição estão, por exemplo, outras organizações da sociedade civil como o Conselho Nacional dos Extrativistas (CNS), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia, a Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, a Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU) e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação (Rede Kôdya), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) dentre várias que lidam com diversidades ciganas, indígenas, quebradeiras de coco e caiçaras.

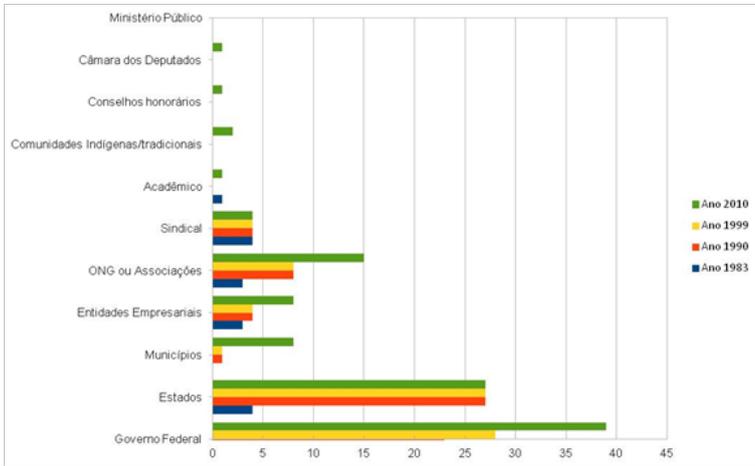
Internamente, a Comissão possui 84% de sua composição preenchida pela sociedade civil e 16% do poder público; distribuição de 68% e 32% de representantes do sexo masculino e feminino, respectivamente; 26% de brancos, 37% negros, 32% pardos e 5% declarados amarelos; 10% dos representantes têm ensino fundamental, 32% ensino médio; 16% com superior incompleto, 21% com superior completo e 21% com especialização. Cerca de 21% dos representantes da Comissão - cujos membros estão relativamente bem espalhados no país, com exceção apenas da região Sul, que

não tem representantes - tem renda mensal menor que R\$ 500 reais, 37% entre R\$ 501,00 e 1.500,00, 5% entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.500,00, 11% até R\$ 4.000,00 e 26% entre R\$ 4.00,00 e R\$8 mil (IPEA, 2012).

Apesar da diversidade de atores, a maior parte dos representantes do CNPCT vê sua influência sobre a agenda do Congresso Nacional como pouco significativa (58%) ou não tem nenhuma influência (11%). Apenas 10% disseram achar que o impacto é significativo e 21% optaram por não responder. Quando à influência sobre os ministérios, os representantes definiram como pouco significativo (53%), significativo (26%) e muito significativo (5%). Se a influência sobre as instituições do Estado é deficitária, os mesmos representantes definem que sua incidência obre as ações e iniciativas da sociedade civil é muito significativa (32%) significativa (42%), pouco significativa (10%).

Sendo órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. O Conselho é presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e sua Secretaria Executiva é exercida pelo Secretário-Executivo do MMA. De cunho estritamente ambiental, o CONAMA (assim como seus análogos conselhos estaduais e municipais) por tradição preservacionista ainda não incorpora adequadamente o princípio da diversidade em sua composição, elencando as organizações da sociedade civil não por sua representatividade de diversidade, mas por sua região.

Também segundo estatísticas do IPEA (2011), a composição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) inclui, no país da diversidade étnica e cultural, a maioria dos seus conselheiros do gênero masculino (75%), branca (86%). 94% possui ensino superior completo e 71% possui pós graduação. A renda mensal familiar é de um terço com renda acima de R\$ 12 mil, um terço com renda entre R\$ 8 e R\$ 12 mil. 64% destes participa em outros conselhos, sobretudo estaduais. Entre os conselheiros, 75% afirma a presença de uma base de apoio – formada pelo grupo de pessoas representadas pelo conselheiro –, com a qual declara manter contato frequente.



Fonte: Adaptado de Diniz (2010) e Conama (2010), IPEA (2011). Elaboração própria.

Lócus consultivo e deliberativo da política ambiental nacional e seus desdobramentos às populações intrínsecas aos ecossistemas há um desequilíbrio entre entidades governamentais e não governamentais e percebe-se um aumento desproporcional da representação dos governos estaduais e federal. Paralela e internamente na sociedade civil, as representações são vistas pelos conselheiros como muito díspares entre si (IPEA, 2011) exatamente pela divergência de posicionamentos ora mais construtivistas, ora mais realistas, sendo estes últimos minoritários, pela experiência da autora, nos espaços de Conselhos. Os setores acadêmicos, de comunidades tradicionais e do Ministério Público estão ainda em pior situação, com pífia evolução numérica desde o período ditatorial.

Entretanto, comparando a atuação do CONAMA e do é salutar o fato que o próprio Estado produz espaços institucionais para conversar com as classes sociais. Notadamente vimos nas estatísticas que o governo federal e os estaduais dominam a agenda política nacional, com quase nenhuma participação social relevante, ainda que existam espaços onde se tem a ilusão de que haverá influência igualitária de intervenção nos processos decisórios.

É de conhecimento das organizações da sociedade civil voltadas ao ambientalismo que a participação em Conselhos e Comissões,

no jogo político como um todo, pode ser positiva ou negativa, dependendo de sua composição interna. Igualmente a participação em mesas de negociação, audiências públicas ou conferências internacionais pode não trazer os resultados esperados. Em tese, é mais produtivo encontrar espaços de participação que prezam pela diversidade, fortalecendo-os frente às instituições do Estado – planejamento em longo prazo de uma rede ambientalista - que apostar naqueles espaços fechados aos grupos detentores do poder.

O poder das ideologias, o funcionamento das instituições políticas e a desigualdade da participação das classes sociais nos processos decisórios ambientais são, finalmente, uma construção de um projeto nacional com graves problemas estruturais, no que diz respeito à incorporação cidadã de sua diversidade social e ambiental e um profundo oportunismo político econômico que, em longo prazo, aprofunda os problemas ambientais.

## Conclusões

Neste estudo abordamos como a pluralidade de posicionamentos ambientais se conformam dentro de sistema político e econômico, reproduzindo as relações sociais no campo. A heterogeneidade sociocultural constitutiva de nossas também heterogêneas fitofisnomias não é eficaz e eficientemente representada nas instituições participativas e nem o será, a menos que se questione e se aja sobre as forças materiais e ideologias, enquanto conteúdo e forma do bloco histórico. A falsa noção de participação se explicita em seus espaços institucionais quando considera tal diversidade em conselhos, conferências e outros mecanismos de participação de menor relevância no processo decisório, apenas de forma a amalgamar os conflitos. O próprio Estado brasileiro separa suas instituições de forma a responder a esta diversidade. No entanto, a força destas instituições também é desigual, respondendo pouco satisfatoriamente às classes subalternas, aumentando o abismo de desigualdade de acesso aos recursos naturais no Brasil.

Apesar do esforço no sentido da construção de uma agenda baseada na governança ambiental, por parte de muitas vertentes das organizações da sociedade civil, vemos que não se pode escapar às

incongruências estruturais do modelo econômico e sua sinergia com o Estado, em detrimento das expectativas socioambientais e de conservação dos ecossistemas.

## Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. 2004. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 294 p.
- ALENCAR, Joana Luiza Oliveira; Fonseca, Igor Ferraz da (coord). 2012. *A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros. Relatório Técnico*. Brasília: Coordenação de Desenvolvimento Sustentável (Codes); Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 60 p.
- ALIER, Juan Martinez. 2010. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto. 379 p.
- BOBBIO, Norberto; Matteucci, Nicola, Pasquino, Gianfranco. 1998. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale et ai.; Coord. trad. João Ferreira; Rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, la ed., 1998, 1.330p.
- BUTTIGIEG, Joseph. Educação e hegemonia. In: Coutinho, Carlos Nelson; Teixeira, Andréia de Paula (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.
- EASTON, David. 1965 *A Systems Analysis of Political Life*. New York: John Wiley, 177 p.
- FONSECA, Igor Ferraz da (coord.) *Processo Político e Decisório no Âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)*. 2011. *Relatório Técnico*. Brasília: Coordenação de Desenvolvimento Sustentável (Codes); Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 100 p.
- FRIEDRICH, Carl Joachim. 1963. *The Philosophy of Law in Historical Perspective*. Chicago: University of Chicago Press, 296 p.
- GRAMSCI, Antonio. 2002. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 5.
- MÉSZÁROS, Istvan. 2004. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo. 566 p.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. 2016. *Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil*. Disponível: <[www.http://reporterbrasil.org.br](http://reporterbrasil.org.br)>, acessado em 05 de feve-

reiro de 2016.

MORAES, Antonio Robert de. 1997. Ciências Humanas e Meio Ambiente. 2ª Ed, São Paulo: Hucitec, 100 p.

RANGEL, Lúcia Helena. 2014. Relatório de Violências Contra os Povos Indígenas. Brasília: Conselho Indigenista Missionário. 175 p.

VECENTINI, José William. 1992. Geografia, natureza e sociedade. São Paulo: Contexto. 91p.

WALKER, Wayne; Baccini, Alessandro; Schwartzman, Stephan; Ríos, Sandra; Oliveira-Miranda, María A.; Augusto, Cicero; Ruiz, Milton Romero; Arrasco, Carla Soria; Ricardo, Beto; Smith, Richard; Meyer, Chris; Jintiach, Juan Carlos; Campos, Edwin Vasquez. 2014. "Forest carbon in Amazonia: the unrecognized contribution of indigenous territories and protected natural areas". Carbon Management. Volume 5, 5-6, p. 479-485.

SHILS, Edward. "Ideology and Civility: On the Politics of the Intellectual". The Sewanee Review. Vol. 66, No. 3, The University of the South 1858-1958: The Centennial Symposia (Summer, 1958), pp. 450-480

SIMIONATTO, Ivete. "Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana". Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49, jan./jun. 2009.

VISVANATHAN, Shiv. 1997 A Carnival for Science: Essays on Science, Technology and Development. Delhi: Oxford University Press, 249 p.

# Belterra: a herança de uma cidade norte-americana na Amazônia

*Beatriz Dias Ferraz Gregório*<sup>1</sup>

*Suzana Cesar Gouveia Fernandes*<sup>2</sup>

*Myriam Elizabeth Velloso Calleffo*<sup>3</sup>

*Cibele Cintia Barbarini*<sup>4</sup>

## **Resumo**

O artigo aborda o uso da terra na cidade de Belterra, localizada na região Oeste do Estado do Pará. Fundada no ano de 1934 como unidade produtora de borracha para a Companhia Ford, a cidade foi planejada e especialmente dividida sob a mais pura lógica fordista, tendo como objetivo a produtividade dos trabalhadores. O objetivo é compreender, a partir dos relatos de antigos moradores, como era a dinâmica entre trabalho e espaço numa cidade-modelo norte americana inserida em meio ao isolamento e à opulência da Amazônia.

## **Palavras- chave**

Amazônia, fordismo, Belterra, borracha.

---

1 Beatriz Dias Ferraz Gregório, bolsista PIBIC/CNPq pelo Instituto Butantan e aluna do bacharelado em História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: biagreg@usp.br

2 Historiadora, Núcleo de Documentação, Instituto Butantan. Orientadora.

3 Bióloga, Laboratório de Herpetologia, Instituto Butantan.

4 Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Cidade de São Paulo - UNICID, 1998.

*Belterra: the legacy of an American city in the  
Brazilian Amazon*

**Abstract**

The present article's focus is the territory division and its uses in the city of Belterra, located at the west region of Estado do Pará, Brazil. Built by Ford Motor Company in the year of 1934 as a rubber productive unit, the city has been planned and had its territory divided under the rules of Henry Ford's market logic, whose major goal was to obtain the maximum productivity from his employees. The authors' goal is to comprehend, through the words of elder inhabitants, how territory and work were related in an American model-city surrounded by the isolation and vastness of the Amazon Forest.

**Keywords**

Amazon, Fordism, Belterra, rubber.

## Os rincões da América do Sul

A ocupação do território amazônico é tema de grande interesse dos governantes do território brasileiro desde o período colonial, tanto devido aos recursos naturais e ao valor estratégico da área em si, quanto às diversas populações humanas lá presentes desde o período Pré-Cabralino.

Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, a região foi alvo do interesse econômico resultante do vertiginoso aumento da exportação de borracha para o mercado externo. Produzida a partir do látex retirado da árvore nativa *Hevea brasiliensis* em sistema extrativista tradicional, a demanda do mercado pela então denominada borracha-do-Pará causou um grande afluxo de mão-de-obra e capital, remodelando as relações de produção nas zonas produtoras. A região em que se encontravam essas árvores corresponde principalmente à margem direita do rio Amazonas, abrangendo os Estados do Pará, Acre, Rondônia e norte do Mato Grosso (DEAN, W. 1989 *apud* LOURENÇO, E. 1999. p. 16).

O remodelamento das relações de produção deu-se pela busca de mão-de-obra em grande quantidade e pouco qualificada, ou seja, de baixíssimo custo. A solução inicialmente adotada foi a imposição de um regime de trabalho semiescravo à população indígena local (WEISTEIN, B. 1993. p.30), alocada ao longo das estradas para a extração do látex. Mas, com o crescimento da demanda e a ampla margem de lucro proporcionada pela atividade, havia grande número de postos de trabalho disponíveis nos seringais que foram preenchidos, na maior parte das vezes, por nordestinos. Essa população de migrantes, originária majoritariamente do Ceará, foi empregada pelos empresários seringalistas por suprir suas necessidades de mão-de-obra e não ter condições de oferecer resistência às precárias condições de vida e de trabalho que lhes foram apresentadas. A união resultante do encontro da população indígena local e dos migrantes nordestinos constitui, tanto física quanto culturalmente, uma das figuras centrais do panorama amazônico no século XX, o seringueiro.

Após esta fase de grande crescimento econômico regional, que durou até próximo do ano de 1910 e é denominada Primeiro Ciclo

da Borracha, ocorreu um acentuado declínio da borracha brasileira no mercado devido à concorrência dos seringais asiáticos. Estes foram formados através de contrabando de sementes de *Hevea brasiliensis* feito principalmente por britânicos, que implantaram em suas colônias asiáticas um modelo de exploração da seringueira em escala industrial, com plantio sistemático, planejamento de colheita de látex e melhoramento genético. Com uma produtividade muito maior e sem os custos alfandegários inerentes comparados a outros países, os seringais asiáticos logo superaram os brasileiros em competitividade no mercado.

O fim do Primeiro Ciclo da Borracha transforma novamente as relações de trabalho na região, levando a uma retomada das antigas atividades de caça e coleta por parte dos indígenas, enquanto grande parte dos migrantes retorna às suas regiões de origem ou dirige-se às capitais. A região produtora de borracha divide-se então em dois quadros distintos: Acre, Amazonas e Alto Rio Madeira voltam-se à atividade extrativista em geral; enquanto Pará e Amapá mantêm uma economia mais capitalizada, com comércio, diversidade agrícola e alguma industrialização.

Diversas medidas foram adotadas para reverter a situação, todas sem sucesso. As mais significativas foram a criação do convênio Pará-Amazonas, baseada na criação de bancos para o financiamento da atividade, e que ao final foi indeferido pela União, e o Plano de Defesa da Borracha, que ambicionava promover o desenvolvimento de toda a região, mas na realidade deixou um legado incipiente (LOURENÇO, E.1999. p. 21).

Ocorre então, na década de 1920, uma reação dos industriais americanos ao que consideraram como uma manobra protecionista feita por Winston Churchill. Na época Churchill era Secretário das Colônias, e impôs medidas que regulavam a produção de borracha nas colônias asiáticas, de modo a evitar uma oferta excessiva e assim controlar os preços. Somando-se a isso, rumores renovados da possível formação de um cartel britânico (ao qual a medida supracitada dava força) fazem com que Henry Ford una-se à iniciativa encabeçada por Harvey Firestone de formar uma cooperativa industrial e produzir “borracha sob a bandeira americana”. Após a prospecção

de diversos possíveis locais para a instalação de unidades de extração de borracha bruta em escala industrial, incluindo algumas tentativas frustradas na Flórida, Ford segue a recomendação do Secretário de Comércio em relação à América Latina (GRANDIN, G. 2009. p.36). É enviada à cidade de Belém do Pará, no ano de 1923, a American Rubber Mission, expedição que visava verificar a viabilidade da implantação de seringais americanos; e que dá parecer favorável à viabilidade do empreendimento dois anos depois.

Por meio da articulação do representante brasileiro na negociação, José Custódio de Lima, e da atuação, em benefício próprio, de Jorge Dumont Villares, a Companhia Ford decide posicionar suas instalações para produção de borracha no Brasil. Adquirindo de Villares uma concessão de terras do Estado do Pará, com área total de um milhão de hectares e localizada à margem do rio Tapajós, tem início a fundação de Fordlândia. Esta se mostra um empreendimento grandioso que visava materializar não apenas a criação de um sistema de exploração industrial de borracha, mas também um modo de vida fordista (BARKEMEYER, R.&FIGGE, F. 2011. p. 71).

De proporções monstruosas, não só na extensão territorial, mas principalmente na quantidade de recursos financeiros e humanos ali aplicados, a construção da cidade de Fordlândia é iniciada oficialmente em dezembro de 1928. Entretanto, a implantação dos seringais não segue o ritmo esperado devido a múltiplos fatores, sendo um dos principais a dificuldade de desmatamento da área da concessão devido às características da floresta e ao empenho em coletar as madeiras de interesse comercial antes de iniciar a queimada dos locais de cultivo.

Devido a estes atrasos e ao altíssimo custo inicial, a viabilidade financeira do empreendimento mostra-se em risco apenas dois anos após sua implantação. A situação se agrava; em relação à conjuntura externa, os preços da borracha produzida nos seringais asiáticos sofreram uma queda após os boatos sobre a formação de um cartel não terem se concretizado. No âmbito interno, a produtividade dos seringais plantados é completamente decepcionante. Somando-se a isso fatores naturais da região, como o fato do rio Tapajós só ser na-

vegável por embarcações de grande porte durante a época de cheia, a topografia montanhosa do terreno tornando-o de difícil cultivo, e a disseminação de uma doença fúngica nos jovens seringais, denominada mal-das-folhas, fez de Fordlândia uma fonte de despesa para a matriz (DEAN, W. 1989.p. 114; GRANDIN, 2009, p. 53). Em 1933, Henry Ford contrata James Robert Weir, especialista em botânica com experiência nos seringais asiáticos, para avaliar os seringais amazônicos e oferecer soluções em busca da reversão do quadro desastroso em que se encontravam. Weir sugere a importação de clones das seringueiras asiáticas, pois, embora soubesse que dificilmente seriam resistentes ao mal-das-folhas, tinham uma alta produtividade comprovada. Mas estes clones não deveriam ser plantados em Fordlândia. Era consenso entre os especialistas da Ford que a *Hevea brasiliensis* teria um melhor desenvolvimento se fosse plantada em terras mais altas e de solo mais rico, o que por um lado dificultaria a propagação dos fungos, e por outro favoreceria a resistência das árvores.

Acatando a sugestão, Ford autoriza em maio de 1934 a troca de uma área de 281500 hectares da concessão de Fordlândia, por uma de tamanho equivalente localizada na mesma margem do rio Tapajós, distante 50 quilômetros da cidade de Santarém, mas com terreno de topografia plana e localizada a 150 metros de altitude. Assim é fundada Belterra. Esta segunda tentativa de produzir borracha em escala industrial e também uma cidade modelo no coração da Amazônia é o foco deste estudo (DEAN, W. 1989.p 117).

### **Aspectos metodológicos**

O envolvimento do Instituto Butantan com Belterra deu-se através do projeto de pesquisa do INCTTox (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Toxinas), que visava observar e participar das ações de saúde desenvolvidas pelos órgãos locais em comunidades ribeirinhas de Belterra e centros de pesquisa e ciência da região de Santarém, principal cidade da região (FERNANDES, S.C.G. et al. 2013. p. 93). Inserido no subprograma Ações em Saúde, o tema “Determinantes socioculturais e históricos das práticas populares de prevenção e cura dos acidentes por animais venenosos” consistia

numa abordagem direta da saúde e da relação dos moradores com animais venenosos e com os acidentes causados por eles. Direcionado para o âmbito social e inserido no subprograma Ações na Amazônia, o tema “A trajetória histórica da saúde em Belterra, Pará” relacionava-se de forma mais direta com a pesquisa histórica. Ambos os temas foram desenvolvidos simultaneamente entre os anos de 2008 e 2014, e contaram com a participação de equipe de pesquisa multidisciplinar, composta por biólogos, médicos e historiadores<sup>4</sup>. O envolvimento da autora com a equipe dá-se através de orientação de Iniciação Científica desde o ano de 2014, sendo o presente artigo um desdobramento dessa pesquisa.

Sendo o foco de ambos os temas a saúde no oeste do Pará, o ponto de partida para a pesquisa foi o Hospital Henry Ford de Belterra (há um homônimo localizado em Fordlândia), que foi uma referência no tema em toda a região durante seu longo período de atividade, de 1927 a 1992. Com a fundação do referido Hospital chegou à região o acesso à medicina erudita, até então indisponível à maioria da população devido à distância de outros centros urbanos e principalmente à precariedade de estradas e meios de transporte. Os antigos funcionários do estabelecimento foram o primeiro grupo entrevistado pela equipe. Entretanto, mesmo após a introdução da medicina erudita pelos americanos a presença das práticas de medicina tradicional mantém-se marcante na região; gerando uma diversidade de pontos de vista dos moradores sobre o conceito de saúde. Delineou-se assim um quadro social complexo que exigiu uma abordagem mais ampla da equipe de pesquisa, ficando claro para os pesquisadores que para obter um panorama da saúde na região os entrevistados deveriam pertencer ao maior número possível de categorias sociais. Foram então entrevistados também outros moradores como seringueiros, agricultores, pecuaristas e lideranças comunitárias.

A seleção dos informantes foi feita de acordo com a metodologia de *snowball sampling*, técnica de pesquisa sociológica do tipo qualitativo na qual os primeiros participantes indicam os próximos parti-

<sup>4</sup> A referida equipe de pesquisa era composta pelas coautoras do artigo, Fan Hui Wen, médica e coordenadora do subprograma Ações em Saúde, além de outros bolsistas; sob coordenação de Oswaldo Augusto Brazil Esteves Sant’Anna, responsável pelo INCTT ox.

cipantes, e estes indicam os próximos, sucessivamente. O objetivo é atingir o “ponto de saturação”, em que os novos participantes já não trazem novos informantes à pesquisa, apenas indicando novamente pessoas já citadas. Os principais critérios neste tipo de pesquisa referem-se à seleção dos primeiros informantes, que devem ser pessoas que detenham conhecimento sobre o local, os fatos que se deseja estudar e as pessoas que lá residem; e ao rigor quanto à prospecção de informação, de modo que o pesquisador não interrogue nenhuma pessoa que não tenha sido indicada por um dos integrantes da “cadeia” de entrevistados (BALDIN & MUNHOZ, 2011. p. 332).

Em razão do quadro social diverso apresentado anteriormente e dos critérios de seleção dos informantes, a imensa maioria dos entrevistados pertence à classe popular; e embora seja também expressiva a participação de integrantes da “classe média” como administradores e prefeitos, estes têm apenas expressividade local. Consideramos assim que o enfoque da pesquisa mantém-se alinhado à corrente da História Oral que busca trazer representatividade acadêmica às classes subalternas, porções da população que normalmente deixam poucos registros escritos de suas tradições e visões de mundo; sendo por isso tributária da tradição historiográfica britânica (FREITAS, S.M. 2002. p. 13). Ainda no que se refere à metodologia, o modo de abordagem das testemunhas pode ser classificado como História Oral Temática, em que as entrevistas não tratam de toda a existência das pessoas envolvidas, mas sobre um assunto específico. Este método foi escolhido deliberadamente por permitir um número maior de entrevistas e facilitar comparações e preenchimento de lacunas, permitindo uma visão mais clara do que seria uma memória coletiva (FREITAS, S.M. 2002.p. 8). Deste modo, buscou-se compreender as relações entre a subjetividade e o caráter pessoal dos relatos com a estrutura social em que os entrevistados se inserem; o que no caso específico de Belterra interfere diretamente no modo com ocupam e interpretam a posse do espaço (GONÇALVES & LISBOA, 2007, p. 87).

Quanto à tipologia das fontes, o material é constituído quase exclusivamente por depoimentos orais, compondo um corpo de 40 entrevistas semiestruturadas realizadas durante todo o período

da pesquisa e dirigidas em conjunto pela equipe. Os depoimentos foram originalmente colhidos em vídeo e posteriormente transcritos. Esta exclusividade de fontes orais deve-se à indisponibilidade de acesso à documentação escrita, que impossibilita o cotejamento com outros tipos de fonte e dificulta a formulação de uma hipótese global de explicação da saúde na região por restringir o olhar do pesquisador às possibilidades de um único tipo de fonte (LE GOFF, J. 2001. p.27). Documentos como prontuários, registros de contratação, demissão e escrituras não estavam disponíveis *in loco* uma vez que a Companhia Ford recolheu grande parte de sua documentação quando abandonou a empreitada amazônica em 1945. Além disso, a documentação referente à saúde que permaneceu no Hospital Henry Ford deteriorou-se após o encerramento das atividades e o abandono da edificação, que foi destruída em um incêndio no ano de 2005. O pouco que foi preservado encontra-se hoje alocado no Centro de Memória de Belterra.

É com base no material acima citado que buscaremos, através da perspectiva dos próprios moradores, compreender como se deram e ainda se dão as relações sociais num meio tão singular quanto uma cidade planejada para ser simultaneamente uma unidade de produção e um modelo moral baseado na cultura estadunidense da década de 1920 incrustada na Amazônia brasileira.

### **Perspectivas amazônicas na cidade dos americanos**

Uma das maiores dificuldades da pesquisa foi obter relatos dos americanos que participaram dos empreendimentos da Ford. Os principais motivos para tal foram o fato de a imensa maioria ter regressado aos Estados Unidos após o término das atividades no Brasil; e principalmente a distância temporal entre os acontecimentos e a pesquisa, que fez com que todos os que estavam diretamente envolvidos com os projetos amazônicos no início do século XX já tivessem falecido.

A equipe teve acesso a uma pessoa da família de um dos funcionários norte-americanos da Companhia Ford que permaneceu no Brasil após o fracasso de Fordlândia e Belterra, e que viveu na região até o fim de sua vida. Por meio de seu relato, é possível ter

uma visão de quais eram as expectativas dos estrangeiros em relação ao que construíram.

*Martha Jones<sup>5</sup>: E o papai, ele passou por uma seleção, começou nos Estados Unidos. Na época o Ford fez uma divulgação sobre esse projeto dele pra Amazônia, no caso por causa da seringa, da plantação de seringa, porque ele tinha a posseção de carros, né! Então, ele [Henry Ford] pensou nos fabricantes de pneu... esse negócio de não abarcar só num projeto o automóvel, mas os acessórios todos. Aí fez a seleção para esse projeto que foi muito divulgado, e muitos americanos se interessaram porque ele pagava muito bem, era uma perspectiva muito boa vir pra cá e formar no Brasil uma colônia americana. Era uma cidade americana dentro da selva. Pra isso ele trouxe todas as coisas que podia precisar pra essa construção: engenheiro, médico, enfermeiro, cozinheiro, meu pai era o padeiro, tomava conta da parte da cozinha.*

*IB: Então ele não trabalhava na Companhia Ford nos Estados Unidos?*

*Martha Jones: Não. Todos os que vieram não trabalhavam lá. Pra vir pra cá ele selecionou pessoas que tinham realmente esse desejo de vir pra cá, porque era uma aventura que eles não sabiam como ia ser. Podia dar certo, podia não dar... tanto que o papai veio na primeira viagem e depois vieram outros, e aí eles foram primeiro pra Fordlândia. Fundaram Fordlândia no estilo de uma colônia americana mesmo, uma cidadezinha americana, como é que diz... um povoado, com tudo que eles abriram da selva, e fizeram casas, hospitais, escolas, tudo que você podia necessitar pra você se manter, pra você se fixar ali... eles construíram ali e aí foi quando eles começaram a empregar pessoas daqui. (...)*

*Aí depois deles centralizarem Fordlândia, eles vieram pra Belterra, porque era mais perto de se comunicar com Santarém, já que Fordlândia ficaria muito mais distante. E o contato com Fordlândia era só barco, já Belterra tinha as estradas mesmo precárias, que era só caminhão ou pau-de-arara, não tinha ônibus, mas já se comunicava via terrestre. E fundaram Belterra, eles procuraram locais de clima semelhante ao deles. Por exemplo, em Fordlândia o clima é bem melhor, bem mais ameno, é mais quen-*

5 A entrevistada solicitou que sua identidade fosse preservada. Assim sendo, a fim de garantir seu anonimato na transcrição desta entrevista foi utilizado um pseudônimo.

*te que Belterra, Belterra é central, é fria.* (informação verbal)<sup>6</sup>

Fica claro no relato da entrevistada que os funcionários originários dos Estados Unidos tinham consciência, ainda que um tanto vaga, de qual era o foco principal da fundação de Fordlândia. A referência ao conceito de autossuficiência em produção de borracha voltada à linha automobilística é bastante consistente. Além disso, a noção de que Fordlândia era parte do território estadunidense e voltada para os interesses americanos tem um efeito determinante no convívio local. Considerar os brasileiros como empregados estrangeiros, não como cidadãos efetivos, gera toda uma política de imposição de valores. Ritmo de trabalho, remuneração e mesmo de traços marcadamente culturais, como hábitos alimentares, são subitamente impostos e rigorosamente controlados pela Companhia Ford do Brasil.

Isso gera diversos conflitos, sendo um dos mais notórios ocorrido ainda em Fordlândia. Chamado popularmente de “Quebra-Panels”, o movimento teria tido origem nos refeitórios de Fordlândia devido à imposição de hábitos alimentares estrangeiros. Os nutricionistas americanos julgavam mais apropriado para uma boa saúde uma alimentação que incluísse itens como a soja e o espinafre, mas os brasileiros, em sua maioria descendentes de indígenas e nordestinos, tinham como base alimentar o peixe e derivados de mandioca. Tendo esta questão como estopim, eclode nos refeitórios e posteriormente toma a cidade um grande motim. Este culmina com a perseguição do corpo administrativo americano pela mão-de-obra armada com facões, o que os obrigou a fugir a nado pelo rio Tapajós, só retornando após alguns dias. O episódio tem como resultado uma reconsideração da posição dos americanos em relação aos hábitos locais, tornando-os mais flexíveis (BARKEMEYER, R.&FIGGE, F. 2011. p. 73).

Esta hierarquização entre americanos e brasileiros, e também entre as diferentes categorias de funcionários brasileiros é evidente na distribuição espacial de Belterra desde sua planta original elaborada pela Companhia Ford. A cidade é dividida em diversas vilas, no-

<sup>6</sup> Entrevista concedida por JONES, Martha. Entrevista I.[mai.2010]. Entrevistadores: Suzana Cesar Gouveia Fernandes, Cibele Cintia Barbarini, Myriam Elizabeth Velloso Calleffo e Carlos Eduardo Dias. Santarém, 2010. 2 arquivos .MOD (35 min).

meadas originalmente de acordo com a categoria de funcionários a que se destinavam. A Vila Americana, que abriga as casas de maior tamanho e estrutura mais elaborada, foi construída como reduto residencial para os funcionários de origem estadunidense. A Vila Mensalista era destinada aos brasileiros que ocupavam cargos intermediários, como auxiliares administrativos e capatazes; enquanto que a Vila Operária destinava-se à mão-de-obra menos qualificada, composta pelos seringueiros e demais trabalhadores, como os responsáveis pela manutenção e auxiliares de enfermagem. Com o passar dos anos e a saída dos americanos, muitos locais foram apropriados pelos moradores, recebendo denominações locais relacionadas a pessoas e eventos neles ocorridos.

O modo como Belterra foi originalmente planejada consta em documentos escritos. Uma das poucas fontes do tipo é o relatório Plantações de Borracha, de autoria do primeiro diretor da Companhia Ford Industrial do Brasil, mas que não tem disponíveis as informações exatas sobre a data e o local em que foi elaborado. Um trecho do documento foi transcrito abaixo:

Belterra é dividida em blocos quadrados de 40 acres cada, postes estão colocados diagonalmente, com os 4 lados de frente para os diferentes blocos a um ângulo de 45 graus. Os blocos são numerados e o número dos clones da seringueira são pintados na frente do poste. As estradas são em intervalo de 6 blocos, que também são enumeradas, as estradas de sentido leste e oeste têm os números ímpares 1 -3 -5 – etc., enquanto as estradas de sentido norte e sul são 2 – 4 – 6 – etc.

O relato de Oti Santos, ex-prefeito que viveu boa parte de sua vida em Belterra, é esclarecedor em relação ao planejamento destas vilas.

*IB: A 129 é uma das vilas mais bem estruturadas de Belterra, não?*

*Oti Santos: É, todas elas que foram feitas pela Companhia Ford eram bem estruturadas. A Estrada 8 era bem estruturada também. O coração da Estrada 8 você ainda vê que era bonito. E tinha uma linha de casas na confluência com a Estrada 7 que chamam Vila Curica... ali era só casa de madeira, bonitinha, tinha comércio, armazém. Ali era*

*um núcleo, na Vila Curica, tinha um núcleo habitacional, com comércio, e comércio forte! A 129 tinha um comércio, talvez o mais forte de Belterra nos anos 1950. Deixa eu lhe dizer para você entender: como a gente tinha dificuldade de transportes, na época, a Companhia Ford seccionou a cidade para que as pessoas ficassem perto do local de trabalho, com cantina, posto de saúde, escola, igreja, tudo nos núcleos. Todos os núcleos tinham tudo isso. Não tinha necessidade de vir para o centro, para a Estrada 1. (informação verbal)<sup>7</sup>*

Fica evidente, por meio do relato de Oti, que a Ford ambicionava desde o início uma considerável autonomia para as diferentes vilas que compunham sua concessão. Deste modo, cada vila era praticamente uma cidade separada, contando com infraestrutura completa no que se refere a educação, saúde, comércio local e também lazer. O transporte, tanto dentro da concessão quanto dela até as cidades mais próximas, era bastante precário. A locomoção só era viável por barco, sendo as estradas uma melhoria feita posteriormente. Assim sendo, uma vez que estes trabalhadores estavam inseridos em um sistema produtivo que tinha como uma de suas bases um controle rigoroso do tempo, a proximidade com suas moradias foi a solução adotada pela Companhia.

Apesar das inevitáveis mudanças ocorridas com o tempo, o princípio hierárquico em relação às vilas originais persiste na memória popular. As Vilas Americana, Mensalista e Operária mantêm seus nomes originais, e as duas primeiras conservam ainda parte de seu prestígio entre os moradores.

Uma das entrevistadas, Maria Madalena Silva Farias, contou à equipe sobre as dificuldades que enfrentou para mudar-se de uma área destinada aos trabalhadores (a entrevistada era auxiliar de enfermagem no antigo Hospital Henry Ford) para a Vila Mensalista, já em meados da década de 80 do século XX.

*IB: Como era essa história de ocupar as casas?*

*Maria Madalena: Olha, essa parte aqui foi um desafio com a Mensalista histórica. Porque o Oziel Carneiro,*

<sup>7</sup> Entrevista concedida por SANTOS, Oti Silva. Entrevista II. [mai. 2010]. Entrevistadores: Fan Hui Wen, Myriam Elizabeth Velloso Calleffo, Cibele Cintia Barbarini, Suzana Cesar Gouveia Fernandes e Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias. Santarém, 2010. 1 arquivo .MP3 (97 min).

*foi um candidato a governador, ele me convidou para ajudar na campanha eleitoral dele andando num jipe pelas redondezas. Esse Oziel Carneiro perdeu. Mas aí ele me chamou e disse: 'Dona Madalena a senhora trabalhou muito por mim, e eu vou lhe dar um presente. Eu vou desafiar a Mensalista, os governantes, mas eu vou lhe dar. Escolha nessa área nobre um lugar pra senhora fazer a sua casa'. Aí eu escolhi.*

*IB: Só o pedaço de terra, não tinha casa ainda?*

*Maria Madalena: Só, não, isso tudo era mato.*

*IB: E o formato da casa era conforme o padrão do lugar?*

*R: Era o padrão; o alinhamento e as cores. A madeira também, aquela madeirinha trabalhada né, não podia ser qualquer madeira.*

*IB: Foi em 1986 então?*

*Maria Madalena: Foi, quando eu me mudei, em 86. Eu ganhei o terreno e passei 2 anos fazendo a casa.*

*IB: Então eram os políticos que davam as casas para as pessoas?*

*Maria Madalena: Não. Ele era político, mas além disso ele era lá o chefe do Ministério da Agricultura<sup>8</sup>. Então ele me deu esse terreno aqui. Mas foi uma dificuldade, a gente ia ali, o pessoal todo com raiva da gente porque achava que a gente não tinha merecimento para fazer uma casa aqui. Por isso a Bernadete brigou tanto no ônibus com um homem que disse: 'Mas a Madalena fazer casa na Vila Mensalista, ela não acha que é muito atrevimento?'. Mas eu acho que todo mundo é igual, né?' (informação verbal)<sup>9</sup>*

Mas era sobre os trabalhadores menos qualificados que a hierarquização e seus efeitos no controle do espaço mais se faziam sentir. Todos os trabalhadores eram encaminhados ao Hospital Henry Ford para uma triagem, que tinha por função assegurar à Companhia que se encontravam em plenas condições físicas para exercer suas funções. A partir de lá tinham então contato com a administração, que prosseguia com a contratação e encaminhava-os para os locais em que residiriam. Estes locais, como já explicado anterior-

8 Durante alguns anos, antes de tornar-se Município autônomo de Santarém, Belterra, assim como Fordlândia, foram administradas pelo Ministério da Agricultura.

9 Entrevista concedida por FARIAS, Maria Madalena Silva. Entrevista III. [out. 2009]. Entrevistadores: Fan Hui Wen, Myriam Elizabeth Velloso Calleffo e Cibele Cintia Barbarini. Belterra, 2009. 5 arquivos .AVI (63min).

mente, ficavam deliberadamente próximos às porções dos seringais pelos quais seriam responsáveis.

A equipe teve acesso a um entrevistado que representa bem a parcela nordestina da população, e cujo relato elucidava como era a situação dos recém-chegados. O depoimento é do senhor José Porfírio da Silva, antigo laboratorista do Hospital Henry Ford, originário do Ceará.

*José Porfírio: Quando eu cheguei do Ceará nós éramos em 7 rapazes, um mais velho, o outro mais novo, eu e o primeiro, que morreu. Assim que chegamos fomos ali atrás do mercado, onde tem uma casa do Piauí, que vende tudo quanto é coisa. Ali era um barracão, que a gente via quando chegava aqui. Nos alojávamos naquele barracão, e depois íamos para o posto fiscal para nos alistar. Eles [funcionários da Companhia Ford] nos davam almoço e depois distribuía todo mundo já alistado. Então, chegamos os 7, e todo mundo já ia cortar seringa.*

*Até quando fui me alistar, o médico disse: 'Você podem sair, você fique sentado aí'. Na hora pensei 'Minha Nossa Senhora, eu tô doente!', como eu vim lá do interior do Ceará, lá não se sabia de nada, ainda mais naquele tempo. Quando eles saíram, ele me disse: 'Rapaz, sabe por que eu mandei você ficar?', era um médico forte, o Dr. Bernardo, ele disse: 'Porque eu vi que tu não dá para esse trabalho de seringa não, é muito pesado, tu é muito franzino, tu não quer trabalhar aqui na rede com a gente, no Hospital?'. Então fiquei e aí que eu comecei como servente, servente de salão, depois passei a trabalhar na sala de cirurgia, farmácia, aí eu comecei a estagiar no laboratório, depois passei 1 ano e 4 meses trabalhando nesse Posto 2, lá na 7 [Estrada 7]. (informação verbal)<sup>10</sup>*

O relato de uma segunda entrevistada, Maria de Lurdes França Santos, permitiu compreender com maior clareza como se dava a dinâmica de trabalho nos seringais. Esta noção é muito importante, visto que foi visando a exploração de seringa que toda a divisão espacial da cidade de Belterra foi definida. Nota-se, em sua entrevista, que o sistema de trabalho elaborado pela Companhia Ford incluía um controle rígido, não apenas do espaço, mas também do tempo,

10 Entrevista concedida por SILVA, José Porfírio da. Entrevista IV. [nov. 2008]. Entrevistadores: Suzana Cesar Gouveia Fernandes e Fan Hui Wen. Belterra, 2008. 1 arquivo .AVI (44 min).

resultando numa alocação de mão-de-obra dividida por tarefas.

IB: Desde cedo a senhora *começou a trabalhar com o corte da seringa? Como era o dia-a-dia do trabalho?*

*Maria de Lurdes: Era capinar, roçar. A pessoa pegava o terçado, se fosse pra roçar de terçado ia roçar o meio da linha, até as moitas. O seringal era desse tamanho [faz gesto indicando altura], a senhora pegava um cambitinho, tirava o feijão pro plantio, pra ficar limpo. Ficava limpinho. E eu trabalhei em quatro funções. A única coisa que eu não fiz na Companhia [Ford] foi enxertar. Tinha o enxerto, pegava-se aquele pedaço de árvore da seringa onde tinha aquele “olho” [nó na madeira], e media com o canivete. A gente abria o seringal assim nesta altura [indica com a mão], e fazia os cortes. Então colocava aquele “olho” lá dentro, e para terminar enrolava em parafina. Quando passava um mês, 40 dias, eram 40 dias, era hora de verificar se o enxerto tinha pegado ou não. Se tivesse pegado já era hora de remover a parafina. Ali o enxerto ia crescendo, crescendo, crescendo. Então a gente pegava a juta, o tarugo, que era deste tamanho [gesto indicando comprimento], e uma escada alta para colocar aquele enxerto lá dentro, pro seringal crescer. Aí em poucos anos o seringal estava em ponto de corte.*

IB: *Se a senhora não trabalhou no enxerto, como é que a senhora sabe de tudo isso?*

Maria de Lurdes: *Trabalhei, trabalhei tudo com isso. Cortei seringa, e no final eu trabalhei na escola. Cortei seringa por 42 anos!*  
(...)

IB: *Dona Maria, mais uma coisa: a senhora comentou que o trabalho era muito tranquilo, que a senhora gostava do trabalho. Mas muita gente falou que o trabalho era muito pesado, que se acordava muito cedo. Conta mais um pouquinho de como era o trabalho, no dia-a-dia.*

*Maria de Lurdes: Nós saíamos de casa pro serviço antes das seis horas. Nós tínhamos que estar às seis e meia no ponto. Nós começávamos o serviço às seis e meia. Eles davam tarefas por piquetes, dividindo o seringal a comparação, aí é o piquete. Eles contavam 22 pés de seringa de cada lado, aí a tarefa era tirar [as moitas] dos dois lados. Se fosse para bater [carpir] à noite, no meio da linha; eles davam uma linha para bater de um piquete a outro. Não era pesado, porque às vezes tinha muitas [moitas], mas também tinham linhas que quase nem*

*tinham muitas, de repente a gente já tinha terminado a tarefa.*  
*IB: Então terminava o dia quando terminava a tarefa?*  
*Maria de Lurdes: Pois é. Eu fiz vários serviços aqui na Companhia. O único que eu não fiz foi enxertar; mas eu fazia poda de enxerto, de tudo eu fiz. Trabalhei no grupo[escolar] (...). (informação verbal)<sup>11</sup>*

E é sobre estas bases lançadas pela malsucedida empreitada comercial da Ford que se organiza e distribui a população de Belterra. Mesmo localizada em plena Amazônia brasileira, através de sua memória e de boa parte de seus costumes, a população descendente dos operários de Henry Ford busca preservar a ordem trazida pelos americanos às margens do Tapajós.

A Companhia Ford se retira das terras brasileiras no ano de 1945. Belterra passa então a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura que nas primeiras décadas dá continuidade ao estilo de vida ali instaurado, incluindo o paternalismo em relação às necessidades dos moradores; e nenhum dos planos de adaptação econômica estabelecidos mostra-se eficaz. Até aproximadamente a década de 1980 a cidade sobrevive da exploração não racionalizada dos seringais, que de fato foram abandonados muito antes de atingir o ápice de sua capacidade produtiva, através de iniciativas individuais voltadas à venda do látex para o mercado interno brasileiro. A desordem e a baixa capacitação dos seringueiros levam ao fim da produtividade das árvores, pois o emprego de uma técnica incorreta lesiona irreversivelmente o caule da seringueira.

Após uma demorada ação de movimentos sociais locais, Belterra emancipa-se do município de Santarém em 1997. Com poucas opções para desenvolver-se economicamente, o município atualmente busca explorar seu potencial turístico, mas a renda da maioria da população empregada ainda provém de cargos públicos. Entre os inúmeros desafios inerentes à administração de um local tão peculiar encontra-se precisamente um grande sentimento saudosista, que faz com que grande parte da população ainda espere interferência das autoridades para resolver mesmo suas necessidades cotidianas.

11 Entrevista concedida por SANTOS, Maria de Lurdes França. Entrevista V. [mai. 2014]. Entrevistadores: Suzana Cesar Gouveia Fernandes e Myriam Elizabeth Velloso Calleffo. Belterra, 2014. 6 arquivos .AVI (105 min).

Um segundo ex-prefeito, Geraldo Pastana, também foi entrevistado pela equipe e conta-nos um pouco sobre estas dificuldades e os avanços obtidos em relação a elas.

*IB: A iniciativa é grande, mas a arrecadação é muito pequena [IPTU]?*

*Geraldo Pastana: Muito pequena! E essa cultura da Companhia [Ford], do paternalismo, também acaba contribuindo muito e dificultando pra se resolver a situação. Por exemplo, o problema da água, a maioria da população ainda acha que tem que ser como no tempo da Companhia, que eles acham que não precisavam pagar. Na verdade, na Companhia havia um sistema no qual eles pagavam pela água, mas como não saía diretamente do bolso todo mês, então eles acham que era de graça (...).*

*IB – Então isso não é só pra água, porque a gente fica pensando nos outros serviços básicos para a comunidade, como coleta do lixo, limpeza de ruas, essa parte de urbanismo, isso também deve ser uma coisa complicada para a Prefeitura.*

*Geraldo Pastana: Não, não tem realmente, não existe coleta de lixo, por exemplo. Essas contribuições que são criadas em Prefeituras para melhorar calçada, nem se pensa isso aqui. A gente ainda está vendo se consegue se pagar água, que se faça uma coleta do lixo selecionada.*

*IB: E instituindo então o IPTU, como é que a população reagiu quanto a isso?*

*Geraldo Pastana: A gente percebe que essa mudança de mentalidade realmente está acontecendo com uma velocidade maior do que esperávamos. Porque não é apenas a contribuição do IPTU, que apesar de ser ainda pequena está crescendo. Também em outros aspectos da administração, por exemplo quando nós fizemos o asfalto, colocamos para a população que se eles participassem poderíamos fazer o trabalho em uma escala maior. Várias vilas, várias ruas se prontificaram a ajudar com mão-de-obra ou comprando material, algumas vilas decidiram comprar material para a construção de escolas. Teve uma participação muito forte. (informação verbal)<sup>12</sup>*

12 Entrevista concedida por OLIVEIRA, Geraldo Irineu Pastana de. Entrevista VI. [mai. 2013]. Entrevistadores: Fan Hui Wen, Suzana Cesar Gouveia Fernandes, Myriam Elizabeth Velloso Calleffo, Cibele Cintia Barbarini, Beatriz Oliveira e Giuseppe Puerto. Belterra, 2013. 1 arquivo .AVI (69 min.).

## Considerações finais

Considerando as informações oriundas das entrevistas e as observações feitas durante o trabalho de campo, a palavra que melhor definiria a atual situação de Belterra seria “transição”. É notória uma forte tendência à mobilização política, em busca de maiores recursos do Estado e maior representatividade na região. Completam o quadro as ainda tímidas iniciativas de aproveitamento do potencial turístico da região, o fim das possibilidades de aproveitamento dos seringais e as novas tensões em torno da posse da terra geradas com a chegada do cultivo de soja. Convivem assim as antigas tradições, herdadas tanto dos americanos quanto dos antepassados nativos, com os novos horizontes abertos pelo maior acesso à educação formal. Vê-se então uma cidade que se orgulha de manter viva a memória de suas origens tão peculiares, enquanto busca adaptar-se às demandas da atualidade.

As próprias circunstâncias da fundação de Belterra refletem o modo como as autoridades brasileiras encaravam a região amazônica. Vista no início do século passado como um polo de atraso a ser desbravado e civilizado e o contraste com seu atual status de riqueza nacional, alvo de inúmeros esforços para que se mantenha intocada é bastante enriquecedor para uma abordagem da política nacional voltada para a região e seus habitantes.

Sua ocupação territorial, moldada de forma completamente direcionada para o trabalho em um espaço que era efetivamente propriedade particular, preenche o cotidiano e as lembranças de seus moradores e é o uso da História Oral que permite o acesso não apenas ao que era o plano de trabalho proposto pela Companhia Ford, mas ao modo como este foi vivenciado, e aos significados a ele atribuídos até hoje por seus operários quando estes exercitam a memória.

## Referências bibliográficas

ALBERTI, V. Manual de história oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BALDIN, N. & MUNHOZ, E.M.B. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba, PR: PUC-PR, 2011.

BARKEMEYER, R. & FIGGE, F. Fordlândia: Corporate Citizenship or Corporate Colonialism. In: Corporate Social Responsibility and Environmental Management Special Issue: Teaching Cases on Trade-offs in Corporate Sustainability. Volume 19, Issue 2, pp. 69–78, Março/Abril 2012.

DEAN, W. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. São Paulo: Livraria Nobel S.A. 1989.

FERNANDES, S.C.G. et al. Centro de Memória de Belterra: um espaço de reflexão para a comunidade. In: CARVALHO, L. G. (Org). Patrimônio Cultural na Amazônia: inventários e intervenções. Santarém: UFOPA, 2013.

FREITAS, S.M. História Oral: procedimentos e possibilidades. São Paulo: Associação Editorial Humanitas. 2002.

GONÇALVES, R. C. & LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. In: Rev. katálysis, Florianópolis, v.10, n. spe, pp. 83-92, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000300009&lng=en&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300009&lng=en&nrn=iso)>. Acesso em janeiro/ 2016.

GRANDIN, G. Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco. 2010.

JOHNSTON, A. Plantações de Borracha. Tradução de Antônio Frapuan Sena Nogueira.

LE GOFF, J. A História Nova. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

LOURENÇO, E. Americanos e caboclos: encontros e desencontros em Fordlândia e Belterra – PA. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universi-

dade de São Paulo. São Paulo, 1999.

WEINSTEIN, B. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.



# A geografia da invisibilidade dos catadores de materiais recicláveis: lixo como luxo

*Luciana Ziglio<sup>1</sup>*

*Michael Dias de Jesus<sup>2</sup>*

## **Resumo**

O artigo descreverá sobre o catador de material reciclável e qual seu espaço dentro da sociedade brasileira. A coleta de dados na pesquisa empírica teve o intuito de mostrar que o catador tem desempenho fundamental, tanto para sociedade quanto para o meio ambiente, mas que infelizmente ele não tem o seu devido reconhecimento, seja pela sociedade ou pelo poder público. O artigo utiliza-se da pesquisa empírica e da técnica de entrevista simples, assim como, apóia-se em pesquisas de fontes secundárias para legitimar as definições propostas. Como resultados têm-se a necessidade do fim da geografia da invisibilidade, o término das relações de preconceitos em relação aos catadores de materiais recicláveis e a efetividade da preservação dos espaços ambientais.

## **Palavras-chave**

catador, espaço ambiental, geografia da invisibilidade, lixo, material reciclável.

---

1 Doutora em Geografia Humana – USP. Docente no curso de Licenciatura em Geografia- Faculdade de São Paulo -Centro Novo. lziglio@usp.br.

2 Graduado em Licenciatura em Geografia- Faculdade de São Paulo- Centro Novo. maicon.social@gmail.com.

*The invisibility geography of whaste pickers:  
waste or recyclable materials?*

**Abstract**

The article describes about the collector of recyclable materials and what your space in Brazilian society. The empirical research shows that the collector he has a fundamental role both for society and for the environment, but unfortunately it does not have its due recognition is by the society or by the government. The article has simple interview technique and is based on research of secondary sources to legitimize the proposed definitions. The results are the need of the end of geography of invisibility, of prejudice relations with regard to waste pickers and the effectiveness environmental protection.

**Keywords**

recyclable material collectors, environmental space, invisible geographic, waste, recyclable material, invisibility.

## Introdução

A sociedade contemporânea produz resíduos<sup>3</sup>, tais como: papéis, sobras de alimentos, plásticos, latas de bebidas, tecidos, metais, resíduos de atividades comerciais, industriais e mais uma infinidade de outros materiais. Todos esses resíduos gerados são descartados, impondo uma gestão. Essa dinâmica de produção e descarte de resíduos acontece porque a sociedade adotou a perspectiva de que é uma sociedade de consumo e, por conseguinte, uma sociedade de resíduos.

Por adotar esta direção, tais materiais descartados tornaram-se elementos inerentes à humanidade, que repete, ciclicamente, a busca de recursos naturais em todas as partes do mundo e os transforma em resíduos após consumi-los. Deste modo, se existe a preocupação, em uma escala global, pelo acesso aos recursos naturais, em seguida, surgirá a preocupação ambiental na escala internacional para a gestão dos resíduos.

A questão ambiental diante da sociedade capitalista é discutida nos tempos atuais, ora por alguns autores como necessidade de regulação do próprio sistema, ora para outros como a percepção da sociedade para a importância da preservação dos recursos naturais. Pensar sobre a regulação e o acesso aos recursos fundamentais torna-se de vital importância para a perpetuação desta sociedade de consumo. A problemática central reside em equacionar a incessante busca para a reprodução dos recursos naturais por parte da sociedade capitalista a fim de manter sua atual configuração e expandir suas formas de consumo e produção de bens sempre que desejar. O acesso maior aos recursos naturais garante a produção de produtos e, por consequência, a perpetuação da sociedade de consumo. Os resíduos surgem, portanto, como a possibilidade de reprodução dos recursos naturais por parte desta sociedade ansiosa por novas fontes de energia e materiais para seu processo produtivo. Direciona-se na

---

3 Por resíduos entende-se neste artigo materiais descartados por atividades humanas. Suas principais origens são: rural, urbana, industrial, comercial e domiciliar. IN: RIBEIRO, Wagner; ZIGLIO, Luciana. Produção de resíduos e sociedade de consumo. ESPADOTTO, Cláudio; RIBEIRO, Wagner. (Org.). *Gestão de Resíduos na Agricultura e Agroindústria*. 1 ed. Botucatu: FEPAP, 2006, v. 1, p. 21-34.

discussão abordada por Fry (2009, p.103) ao colocar que:

O artificial como nossa condição naturalizada e, portanto, autêntica: como tudo aquilo que conhecemos e fabricamos; como materiais e produtos do processo industrial; como tecido e forma do ambiente construído; e como totalidade do espaço manufaturado onde vivemos, trabalhamos e descansamos, é o responsável pela continuidade da destruição das coisas de que ele próprio depende (transferidas para o artificial com o nome de natural). (...) Para garantir o bem-estar da chamada natureza, cumpre elaborar um artificial que quando pode, deixa o “que é” ser sem as consequências destrutivas que solapam sua capacidade de sustentar a vida.

No século XXI, por tanto, um dos maiores desafios se configura na redução dos milhões de toneladas de resíduos que nossa civilização produz. O Brasil gera 125 mil<sup>4</sup> de toneladas de resíduos domiciliares diariamente e 40% desse total poderia ser reciclado, gerando o valor de 8 bilhões<sup>5</sup> anuais no mercado com esta atividade. Todavia apenas 3% são reciclados, e ainda com a baixa participação dos catadores de materiais recicláveis.

A geração excessiva de resíduos sólidos afeta o cenário urbano e a redução depende de mudanças nos padrões de produção e consumo da sociedade em todas as escalas. As tentativas de gestão dos resíduos sólidos na esfera do cidadão, da cidade, dos países são horizontes de intervenção. Tudo começa na geração dos resíduos na esfera do indivíduo, que avança na dimensão urbana e que assume a esfera planetária.

A importância do catador de material reciclável se estende para uma escala global, ele é um protagonista, mas que paradoxalmente está invisível nesta lógica para a conservação do meio ambiente que por meio dos seus serviços evitam grandes impactos ambientais. Em 2014 entrou em vigor a Política Nacional de Resíduos Sólidos<sup>6</sup> para incentivar a reciclagem de todo tipo de material, seja ele da rua,

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. (2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pnsb/pnsb.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

5 Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. IPEA. (2010). *Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para a gestão dos resíduos sólidos*. <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100514\\_relatsau.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100514_relatsau.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2016.

6 Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei 12.305/2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2016.

comércio, indústria e domicílios, todavia timidamente implantada pelas instâncias municipais ou estaduais.

### **Os espaços ambientais e a invisibilidade dos catadores urbanos**

Os seres humanos desde seu nascimento formam relações sociais e produzem frutos destas relações. Ou seja, desde quando nascemos produzimos resíduos, desdobramentos de nossa produção material decorrente do modo de vida adotado pela sociedade na qual estamos inseridos.

A sociedade contemporânea usufrui dos espaços ambientais e cria sua produção material por meio de sua cultura, que como de costume, o que não é mais utilizado de sua produção material vira resíduo. Os objetos são consumidos e depois se tornam resíduos, quando não estão mais ligados a uma função ou à necessidade definida. Baudrillard (1995) relembra da existência do consumo e da abundância, criada pela multiplicação dos objetos, dos serviços e dos bens materiais, originando uma categoria de mutação fundamental na ecologia da espécie humana. Os homens, para a conquista da opulência, estão mais cercados de objetos do que mesmo de pessoas.

Pode-se afirmar que essa opulência cada vez mais é considerada um grande fator de poder e segurança aos indivíduos. Tenha-se, por exemplo, a compra de um lar por uma família e, logo em seguida, a compra de um computador. Ambos os objetos traduzem poder e segurança para essa família e multiplicam-se, conforme este grupo social achar prudente manter seu consumo. Em Bourdieu (2000, p.28),

Ligada à família como lugar que ela habita, à sua permanência, no tempo, que visa garantir e pressupõe a compra da casa é, pois, em simultâneo, um investimento econômico – ou, pelo menos, uma forma de entesouramento, enquanto elemento de um patrimônio durável e transmissível, além de um investimento social, na medida em que encerra uma aposta no futuro, ou mais exatamente, um *projeto de reprodução* biológica e social.

Perpetuar o processo de consumo na sociedade em que vivemos é o propósito do sistema econômico capitalista. Não bastassem os

aspectos citados, a produção de objetos na dimensão capitalista predominante também torna o espaço ambiental um fator central para a reprodução do capital. Esta afirmativa é confirmada por Ribeiro (2010, p.10). Para ele,

um modo baseado na produção contínua de objetos, que os torna passíveis de ser descartados, mesmo que em total condição de uso, necessita repor a base material usada para fabricá-los, além de muita energia para alterar as condições naturais de recursos, como a bauxita, e transformá-la em objetos complexos como aeronaves, satélites, ou em folhas finas que recobrem alimentos, como os chocolates.

Esta contradição que se estabelece na produção dos objetos e no uso e consumo dos mesmos é abordada por Rolnik (2010:4) de uma maneira que se julga pertinente neste trabalho. Para ela,

O problema é que a gente tem sinais contraditórios na nossa política e os sinais mais fortes nunca são os de preservação ambiental. Os sinais mais fortes são da lógica do capital, escolha feita pela sociedade atual.

Deste modo, pensar na coleta dos materiais recicláveis realizada pelos catadores é extrair a invisibilidade social diante do universo da reciclagem e, ao mesmo tempo, contribuir para a busca da preservação dos espaços ambientais. Quando a transformação de resíduos novamente em matérias-primas para a produção industrial torna-se o discurso central, tem-se a diminuição da geografia da invisibilidade e o protagonismo dos catadores e dos espaços ambientais que eles circulam realizando a coleta dos materiais recicláveis.

Outras formas de minimização da dilapidação dos espaços ambientais são lembradas por Portilho (2008) como, por exemplo, uma possível redução do uso de recursos naturais no processo industrial, ou ainda, uma redução de consumo por parte dos indivíduos. No entanto, como bem lembra a autora, são saídas encontradas dentro do próprio sistema capitalista diante do binômio da racionalidade econômica com a problemática ambiental.

### **Quando seu lixo torna-se meu luxo**

A milionésima fração da potencialidade do mercado de 8 bi-

lhões de reais gerados com a reciclagem de resíduos sólidos no Brasil torna-se a forma de sustento de diversas famílias. O descarte do lixo por seus consumidores, que os julgam como não sendo mais útil, ganha vida e destino nas mãos dos catadores de materiais recicláveis. “Toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2006, p. 68).

É desse material que irá sair sua renda para sustentar sua família e conseguir viver em sociedade. Ser catador no Brasil ainda é muito difícil pelo preconceito socialmente vigente, devido à falta de compreensão acerca do universo da reciclagem. Para tanto, os autores deste artigo – em visita ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis<sup>7</sup> – entrevistaram um catador que vive a exclusão social no dia-a-dia e que relata já ter sofrido diversas formas de preconceito.

O entrevistado começa sua entrevista dizendo o motivo de tornar-se um catador. “A minha vida como catador começa com uma fase de desemprego, aonde [sic] que foi nos anos 80 e 90 onde que eu comecei catar papel”<sup>8</sup> (FERREIRA, 2015). Logo de início, o catador enfatiza o título do presente artigo e, por conta de não estar empregado, ele procurou alternativas para sobreviver, e foi por meio do lixo que conseguiu uma renda para sustentar sua família, assim, diante do que para a sociedade era lixo se transforma em luxo para o catador.

O lixo é a “válvula de escape” para o entrevistado, pois, ser catador também é digno e os tornam trabalhadores. Foi com este princípio que ele decidiu ser catador de material reciclável e integrou-se em uma cooperativa destinada a ao trabalho com esses materiais, que tinha acabado de ser inaugurada: “quase participei da fundação e foi lá que tudo aprendi na questão da reciclagem, na questão do meio ambiente, fui para lá por uma questão de sobrevivência”, de-

7 MNCR ou Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis é um movimento social que há cerca de 12 anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil. Lê-se o histórico deste movimento em: <[http://www.mncr.org.br/box\\_1/o-que-e-o-movimento](http://www.mncr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento)>. Acesso em: 18 abr. 2016.

8 Cabe esclarecer que todos os relatos provenientes do entrevistado são apresentados de modo a prezar pela manutenção da forma original como foi proferido, a despeito das regras normativas do idioma Português. Julgamos não ser produtiva qualquer espécie de tratamento, “higienização” dos registros obtidos.

clara Ferreira, (2015).

Diante dessa fala é possível desconstruir a idéia recorrente de que o catador de material reciclável sempre seria usuário de drogas ou mendigo. “O preconceito na época era grande, antigamente quem catava papel, essas coisas, era considerado como mendigo, ladrão e maloqueiro” (FERREIRA, 2015). O entrevistado fala que esse olhar preconceituoso tinha grande força nas décadas de 1980 e 90, o catador relata essa idéia como exclusão, pois mesmo com seu papel fundamental dentro da sociedade ele era bombardeado a todo o momento pelo preconceito, como Tião nos faz refletir com essa frase em seu livro: “Difícil não foi nascer no lixo. Difícil foi não virar lixo” (SANTOS, Tião, 2014, p.10).

Em relação à década de 1990, o entrevistado relata que o preconceito contra ele foi diminuindo, mas até nos dias atuais ele ainda não estaria extinto. O catador sente a necessidade de estar unido, começam a organizar-se em cooperativas que têm papel fundamental para desconstruir o preconceito: afinal, “não é porque a pessoa está puxando um carrinho que ele deixa de ser um trabalhador, ele é como um médico, doutor, ele é um profissional, está exercendo uma profissão, além de exercer essa profissão ele está colaborando com o meio ambiente” (FERREIRA, 2015).

Assim esses profissionais vêm buscando seu espaço dentro da sociedade, mostrando o seu papel com o lema de que também são cidadãos.

Como dito anteriormente, o catador trabalha diretamente com o meio ambiente, e é justamente por meio de sua atividade de coletar os materiais recicláveis que meio ambiente e sociedade são beneficiados, a partir do momento em que toneladas de resíduos que iriam para o aterro sanitário ganham um novo destino na forma de preservação e, ainda, de renda. Mesmo não tendo o devido reconhecimento o catador evita diversos problemas ambientais. Esses profissionais conseguem com que diversos produtos saiam da cadeia da degradação ambiental e ganhem outro destino, um material coletado e reciclado devidamente evita doenças relacionadas à sua não correta gestão; detritos nas ruas; deslocamento desse material para rios com águas limpas; poluição urbana, entre outros problemas.

Assim sendo, não importa o tipo de material reciclado, ele sempre irá gerar um impacto positivo de diminuição do uso dos recursos naturais.

Nesse momento do texto, cabe refletir que, ao longo deste artigo, a palavra lixo fora utilizada inúmeras vezes. Esta palavra tem a definição de descarte, daquilo que não pode ser reutilizado, portanto, tal concepção não existe, não seria a mesma, para os catadores. É por isso que a partir desse momento a palavra material reciclável ganhará espaço, e, com este conceito transformado o catador vem construindo sua inserção social já que não depende do lixo para sobreviver, depende unicamente do material que será coletado e gerará renda para seu sustento, ou seja, não existe catador de lixo, pois o lixo não é reciclado, existe catador de material reciclável. Deste modo, legitima-se a expressão “somos catadores de material reciclável e não de lixo”. Neste contexto, o lixo de um indivíduo torna-se “luxo” para os catadores.

### **O espaço da invisibilidade e o catador na sociedade**

É de suma importância sabermos o espaço geográfico do catador dentro da sociedade. Além disso, é preciso identificar se de fato eles têm seu papel reconhecido em todas as instâncias públicas e privadas. A despeito de ao longo dos anos o preconceito vir sendo desconstruído, ele ainda predomina dentro de nossas casas, de nossos convívios. O catador vai contra essa visão preconceituosa como o entrevistado afirma que: “também mudou a visão dos catadores, hoje temos catadores que estudam, que fazem faculdade” (FERREIRA, 2015).

Durante décadas os catadores de materiais recicláveis brasileiros vêm aprimorando-se para conseguir seu devido espaço, em décadas passadas essa visão de estudar, de inserir-se na academia não era comum, esse espaço conquistado ganha força, estar em uma universidade derruba mais uma vez o preconceito, também pode conquistar e utilizar qualquer espaço como qualquer outro cidadão. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório” (SANTOS, 2006, p.63).

Essa formação e interação fortalece a luta contra o preconceito, a

desvalorização e o desrespeito, diariamente o catador enfrenta uma guerra social e urbana para conquistar seu espaço, dentro do social quer ser visto como um profissional que coleta material reciclável, não como um mero catador de lixo, ele quer gozar de todos os direitos cívicos e trabalhistas. A guerra urbana por espaço ocorre, na maioria das vezes, justamente por contra do preconceito, o catador precisa estar na rua, precisa fazer a coleta do material e infelizmente a sociedade ainda não aceita dividir o espaço, exemplo disso é o catador que está em uma rua ou avenida com sua carroça e certamente irá ouvir diversas buzinas direcionadas a ele, assim como palavras de baixo calão, no momento em que introduz sua carroça em uma avenida torna-se um excluído. Para a sociedade ele não pode estar ali, mas ao mesmo tempo a sociedade não faz uma reflexão e não consegue identificar que o papel do catador é fundamental e que merecem o máximo de respeito.

Ao longo dos anos o catador luta firmemente para ocupar seu espaço seja social ou urbano, é preciso entender que o catador deve ter um espaço priorizado na sociedade, o Estado precisa visar o catador como a “menina dos olhos”, é preciso a valorização de qualquer catador, seja ele cooperado ou avulso (FERREIRA, 2015). Assim, “o cidadão seria tão forte quanto o Estado” (SANTOS, 1997, p.133).

Existe, contudo, uma diferença entre o catador que faz parte de uma cooperativa e o que faz sua coleta por contra própria, independente dele ser cooperado é catador como afirma o entrevistado “catador é catador” (FERREIRA, 2015). A cooperativa de catadores define-se como um grupo de catadores autogestionários da coleta, separação e venda dos materiais recicláveis advindos de programas de coleta seletiva públicos ou privados<sup>9</sup>.

A diferença do catador organizado para o não organizado são as vantagens que o organizado tem, sem contar que quando qualquer categoria está unida a força é sempre maior, mas infelizmente no Brasil só 10% dos catadores são organizados, a maioria ainda não faz parte de nenhuma associação ou cooperativa. Os que fazem parte de uma cooperativa ou associação ganham alguns direitos

9 Lei. 12.690/2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm)>. Acesso em: 09 jan 2016.

como, por exemplo, o direito do voto e de opinar sobre as diretrizes da cooperativa que têm seus direitos e deveres, assim as decisões devem ser tomadas no coletivo, o fato é que o catador organizado sempre terá mais vantagens, quando organizado ele vai para rua com o uniforme da cooperativa, ele trabalha com o EPI<sup>10</sup> e isso são coisas fundamentais para o trabalhador em questão. O entrevistado também afirma a importância desses instrumentos: “isso dá outra visibilidade para a categoria, não vê a categoria como o coitadinho ou mendigo” (FERREIRA, 2015).

As cooperativas exigem do poder público o recebimento pelo serviço prestado para a sociedade através da Lei 11. 445/07<sup>11</sup> essa lei determina que as cooperativas de catadores ou associações possam prestar serviço de coleta seletiva sem passarem por licitação, porém esse pagamento depende da vontade política de cada cidade, os catadores lutam para que isso seja feito em todo território nacional, isso seria bom para os catadores e para as cidades, algumas cidades já pagam os catadores organizados pelo serviço prestado. O catador organizado consegue uma renda mais alta por conta de vender o material reciclado diretamente para grandes indústrias, o avulso não consegue essa ligação com a indústria tendo que vender seu material para o chamado atravessador<sup>12</sup> que seriam donos de pontos que compram esse material por um preço que é abaixo do que as cooperativas vendem para a indústria. Os donos desses pontos que compram esse material acabam por realizar a função da cooperativa ou de associações, eles revendem para as indústrias, por isso são chamados de atravessadores por quebrarem um processo em que o catador venderia diretamente para indústria, por isso é de suma importância o catador fazer parte de uma cooperativa, pois, o montante de material será maior, assim como o valor recebido, além da vantagem de estar organizado e também por poder vender diretamente para as indústrias, e conseguirem uma visibilidade maior para lutar por direitos e pela valorização do trabalho destes indivíduos.

10 Lê-se: Equipamento de Proteção Individual – EPI.

11 Lei 11. 445/2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm) > Acesso em: 09 jan. 2016.

12 Compreende-se por atravessadores as empresas que compram materiais recicláveis de catadores e vendem para indústrias recicladoras.

## Considerações finais

As formas de preconceito e discriminação associadas aos catadores de materiais recicláveis são reais e a geografia da invisibilidade deve ser a premissa inicial para sua desconstrução social. Para tanto a sociedade, compreendida em seus cidadãos, tem a difícil missão de criar ideologias para além da sociedade de consumo.

A sociedade de consumo é pré-condição para a sociedade produtora de resíduos. Esta correlação entre consumo e produção de resíduos reforça o modo de produção capitalista e manifesta-se no desejo dos indivíduos na lógica constante da busca de aquisição de bens diversos.

Deste modo, a sociedade de consumo associada ao modo de produção capitalista legitima a exclusão, a invisibilidade e a não proteção ambiental. O catador de material reciclável, em busca da sobrevivência neste sistema, inicia, com a sua simples ação de coleta dos materiais – ao transitar pelas ruas organizado em cooperativas de catadores, novos horizontes neste modelo de sociedade. Sendo assim, o lixo de porcentagens da população brasileira torna-se “luxo” nas mãos dos catadores de materiais recicláveis. Além disso, converte-se no passaporte para o aparecimento de milhares de indivíduos que contribuem para a indústria da reciclagem no país e para a preservação dos espaços ambientais. Para finalizar, vale sugerir que se pense, muitas das vezes, em sua ação cotidiana referente ao seu lixo produzido diariamente... Seria mesmo isso somente lixo?

## Referências bibliográficas

BRASIL. Lei 12.305/2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 09.01.2016.

BRASIL. Lei. 12.690/2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm)>. Acesso em: 09.01.2016.

BRASIL. Lei 11. 445/2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em: 09.01.2016.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.213 pg.

BOURDIEU, Pierre. As estruturas sociais da economia. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. 285pg.

ESPADOTTO, Cláudio., RIBEIRO, Wagner. (Org.). Gestão de Resíduos na Agricultura e Agroindústria. 1ª ed. Botucatu: FEPAP, 2006, v. 1, p. 21-34.

FERREIRA, Eduardo. Catador e a sua inserção social . [Depoimento]. São Paulo, 13 de outubro de 2015. Depoimento concedido a Maicon Dias.

FRY, Tony. Reconstruções. São Paulo: EDUSP, 2009. 230pg.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. (2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>>. Acesso em: 18.04.2016.

Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. IPEA. (2010). Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para a gestão dos resíduos sólidos. <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100514\\_relatpsau.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100514_relatpsau.pdf)>. Acesso em: 18.04.2016.

PORTILHO, Fátima. Consumo “verde”, democracia, ecológica: Possibilidades de diálogo? Revista de Estudos Interdisciplinares em Psicologia Analítica, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v3n3/v3n3a05>>. Acesso em: 18.04.2016.

ROLNIK, Raquel. As tragédias são frutos das opções políticas. Revista Fórum 82, 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/02/17/as-tragedias-sao-frutos-das-opcoes-politicas-entrevista-com-raquel-rolnik/>>. Acesso em: 2.4.2011.

RIBEIRO, Wagner. (2010) Teorias socioambientais: em busca de uma nova realidade. Revista Estudos Avançados, 2010, Vol 24. 68. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142010000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17.01.2016.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. et. al. O preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1996/1997.

SANTOS, Tião. Tião do Lixão ao Oscar. São Paulo: Editora Leya, 2014.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. O que é o movimento? Disponível em: <[http://www.mncr.org.br/box\\_1/o-que-e-o-movimento](http://www.mncr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento)>. Acesso em: 18. 04. 2016.

{Provocações



# Autoria em oralidade: em busca de um protocolo

*José Carlos Sebe Bom Meihy<sup>1</sup>*

O tema da autoria em estudos da oralidade, em particular em história oral, é dos mais complexos. Mesmo em entrevistas regulares, acordadas entre as partes, a definição dos emissores e receptores dilata tensões que colocam um terceiro elemento no jogo das partes: o mediador que, por sua vez, põe a público os resultados. Assim, se assenta como crucial a pergunta definidora de quem é quem nessas relações. Afinal, quem manda na própria história: o colaborador/emissor, pessoa que se dispõe a contar sua vida ou versão dos fatos, ou o diretor do projeto e/ou o entrevistador/receptor, pessoa que se responsabiliza pela condução das gravações e/ou comando do projeto? Será que se esgotaria no emissor ou no receptor o papel das responsabilidades? E o que fazer de casos onde figuram múltiplos entrevistados? A existência de documentos delegando autorizações por um ou muitos narradores resolveria todos os entraves? Questões de ordem jurídica e moral se abraçam colocando o problema autoral como dos mais desafiadores e urgentes. Um desdobramento alarmante desses dilemas indica uma racionalização progressiva e consequente: a presença dos comitês de ética que, padronizado em plataformas autoritárias, sendo muitas vezes dirigidos por pessoas inexperientes no campo de entrevistas de história oral, se valem de pressupostos de outras áreas para orientar pesquisas com fontes orais.

Algumas estratégias se apresentam como indicadoras de alternativas para o contorno da questão. Na aparência, há simplificações como nos casos em que há circunstâncias de riscos. Frente à iminên-

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História pela Universidade de Taubaté (1969) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1975). É professor titular aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Coordenador do NEHO (Núcleo de Estudos em História Oral da USP) e Professor Adjunto 1 do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – Interhumanitas/PPGHCA – UNI-GRANRIO. Email: jcarlosbm@hotmail.com

cia de temeridades, a busca de proteção dos narradores se impõe e em entrevistas que de alguma forma indicam possibilidades de perigos, seja de saúde, de ameaças psicológicas ou de outros comprometimentos variados, a mudança de indicadores – nomes, endereços, situações identificáveis – permite variações, desde que explicadas na introdução do trabalho publicado. Sob o crivo de “história oral de pessoas anônimas”, tal estratégia é aceita e justificável. O mesmo se diz de casos de menores e de pessoas consideradas relativamente incapazes. Este tipo de atitude ressalta que, mais importante do que a novidade dos conteúdos gravados, o bem-estar dos colaboradores é sagrado. Integram as alternativas amenizadoras da revelação explícita das pessoas a substituição de nomes por números, o mote ficcional ou mesmo a eliminação de nomes ou qualquer outro referente.

Outro ponto perturbador remete ao caso de analfabetos e pessoas que desconhecem a língua de textos traduzidos. O mesmo se diz de tipos com os quais se perde o contato ou pessoas que não se apresentam para legitimar o processo de passagem do oral para o escrito. E o que fazer com situações de pessoas que morrem sem deixar firmado o termo de cessão? A par de implicações judiciais, a necessidade das autorizações aos projetos clama por soluções. A prudência, por sua vez, reforça o significado de lapso de tempo entre a entrevista e a finalização do processo de passagem do estado oral para o escrito/documental. E nesses casos, que sejam validados os vetos requeridos, as mudanças propostas e redefinidas por quem assina autorizações. Neste ponto, sem dúvida, reconhece-se a autoria de quem permite sua versão, mas e depois?

Existem situações, porém, ainda mais complicadas, como o caso de narradores múltiplos ou narrativas compactuadas e comunitárias. Pensemos nas condições de clãs reclusos em matas ou que, mesmo morando em cidades, expressam tradições da oralidade. Não se pode deixar de considerar casos de possessões, de entrevistas com espíritos, fatos que, independentemente das lógicas racionais, existem. Em oportunidades de transmissão de saberes, relatos de lendas, prescrições de medicamentosas ou mesmo de receitas de comidas, condições em que a originalidade dos preceitos é indefinida, como fazer? No momento, exatamente quando florescem os estudos

das coletividades griôs, a emersão dessa problemática ganha foros alarmantes, pois a ela são apresentados protocolos jurídicos reguladores. A autoria de peças derivadas da chamada cultura popular ou do que filtram tradições melódicas, cantos, lendas, orações e dizeres ancestrais não podem mais ficar sem responsabilização.

Um dos casos mais salientes da aventura autoral remete aos grupos tribais. Em casos de detentores de oralidades primárias, os coletores de casos se veem em situações conflitantes, pois além da existência de relatos múltiplos, as raízes das tradições não são identificáveis. Como não mais cabe o problema do silêncio, a possível saída indica a formulação de um responsável que, afinal, se encarrega das eventuais demandas jurídicas ou de prestação de conta moral pelos relatos. Este é o caso deste texto. Frente à decisão de publicar um relato indígena, na impossibilidade de definir autoria, assume-se o risco de colocar o problema a público e convidar os leitores à reflexão.



# Uso da terra e espaços ambientais Jaexa, Nhemiapo, Guarani - Visão e experiências Guarani

*Cristiane dos Santos Carvalho (Organizadora)*

O presente material foi elaborado conjuntamente pelos educadores, lideranças e caciques da etnia Guarani Mbyá, de aldeias do Estado de São Paulo – Aldeias Tekoa Aguapeú e Tekoa Itaóca, localizadas em Mongaguá e Aldeias Tekoa Ytu e Tekoa Pyau, localizadas na capital. Seu conteúdo visa fornecer um panorama sobre os costumes e tradições guaranis a respeito do uso da terra. Além da sua relação ancestral com o solo, como sagrado, o texto apresenta também as inovações que são somadas às práticas primordiais e, também, a importância das demarcações de terras indígenas, garantidas constitucionalmente.

## **Resumo**

O presente artigo foi escrito de forma conjunta por lideranças, educadores e caciques da etnia Guarani Mbya, que moram em aldeias do Estado de São Paulo, Brasil.

O objetivo é permitir que a realidade indígena venha a ser conhecida de forma mais ampla, no que diz respeito à relação com a natureza, os espaços ambientais e o manejo da terra.

Para tanto, foi descrito de forma detalhada o modo sagrado de vida Guarani (Nhandereko) e sua visão tradicional sobre essa temática, bem como os conflitos e as contradições que enfrentam e que impedem que esse modo de viver seja realizado em sua plenitude.

De forma profunda, foi abordada a questão da importância das demarcações das terras indígenas, para que a cultura não se perca, mas também para expressar a preocupação com a natureza e o ser humano como um todo, independentemente de raça, cor, crenças, origens. Respeito e preservação. Raízes e futuro. Cuidado e atenção.

Foram descritas, também, as práticas atuais de utilização dos es-

paços ambientais em algumas aldeias e como a etnia tem incorporado as técnicas de agrofloresta, e outras, sempre em coerência com a sua forma tradicional de relação com a terra.

*“Relacionar-nos com os espaços ambientais, nos relacionar com a terra, é mais do que simplesmente subsistir. É fortalecer nosso espírito, é ampliar nossa sabedoria, é estarmos integrados à mãe, que nos cuida, zela e alimenta. A ela respeitamos, agradecemos e também cuidamos. Ela é para nós e para todos, por isso tudo é tão urgente e precisamos que nos ouçam - é nosso dever, nossa tarefa mais importante, juntos: respeitar e cuidar!”*

### **Palavras-chave**

Guarani, Índigena, Tradição, Constituição, Natureza.

Todo o conteúdo desse material foi elaborado conjuntamente e está autorizado para a análise e publicação na Revista Oralidades, do NEHO - Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – USP.

Sua realização aconteceu com a participação dos integrantes das aldeias Guarani Mbyá do Estado de São Paulo, conforme relacionado abaixo:

### **Aldeia Tekoa Aguapeú, Mongaguá – SP**

*Sergio Martins da Silva Popyguá – Cacique*

### **Aldeia Tekoa Itaóca, Mongaguá – SP**

*Verá Danilo - Cacique*

### **Aldeia Tekoa Pyau, Vila Clarice/Jaraguá – São Paulo, capital**

*Alizio Gabriel Tupã Mirim – Coordenador Cultural e Liderança*

*Jaxuká de Quadro - Educadora*

*Pedro Macena - Educador*

*Tupã Mirim – Liderança*

*Vitor Fernandes Soares Guarani – Liderança*

**Aldeia Tekoa Ytu, Vila Clarice/Jaraguá – São Paulo, capital**

*David Martim Popyguá - Liderança*

*Sonia Barbosa Ara Mirim – Liderança*

**Aldeia Tekoa Krukutu, B.Parelheiros – São Paulo, capital**

*Olívio Jekupé – Educador (participação na aprovação do texto)*

*Land use and environmental spaces  
Jaexa, Nenbiapo, Guarani – Vision and  
experiences Guaraní*

The present material was elaborated jointly by educators, leaders and caciques of ethnic Guarani Mbyá, from native villages of the State of São Paulo - Indigenous Villages Tekoa Aguapeú and Tekoa Itaóca located in Mongaguá and Indigenous Villages Tekoa Ytu and Tekoa Pyau, located in the capital. Its content is intended to provide an panorama about the customs and traditions Guaraní regarding land use. In addition to its ancestral relationship with the ground, as sacred, the text also presents the innovations that are added to the original practices and also the importance of the demarcation of indigenous lands, guaranteed constitutionally.

**Abstract**

The present article was written jointly by leaders, educators and caciques of ethnic Guarani Mbya, who live in villages of the State of São Paulo, Brazil.

The goal is to allow that the indigenous reality will be known more widely, with regard to the relationship with the nature, environmental spaces and land stewardship.

Therefore, was described in detailed manner the sacred way of life Guarani (Nhandereko) and their traditional vision about this subject, as well the conflicts and contradictions they face and that impede that this way of life be realized in it's fullness.

Deeply, was dealt the subject of importance of the demarcation indigenous land, so that their culture will be not lost, but also to express the preoccupation about the nature and the human being as a whole, independently of race, color, faiths, origins. Respect and preservation. Roots and future. Care and attention.

Were described, also, the current prctices of utilization of the enviromental spaces in some villages and how the ethnic group have incorporated the agroforestry technics and others, always in coherence with their traditional form of relationship with the land.

“Our relate with enviromental spaces, our relate with the land,

it's more than simply subsist. It's strengthen our spirit, is enlarge our wisdom, is be integrated to mom, that cares, watches over, feeds. Her, we respect, we thank and we also take care. She is for us and for all, and because of that is so urgently and we need to be listen - it's our duty, our most important task, together: to respect and take care!"

### **Keywords**

Guarani, Indigenous, Tradition, Constitution, Nature

## **Ser da Terra – Ser a Terra**

Uma voz ancestral sussurra, fala e, por vezes, grita dentro de cada um de nós: “somos povo indígena, somos Guarani Mbyá”.

Ouvir essa voz, reconhecer sua força e seguir, é nosso caminho, é nossa vida.

Ser Guarani é ser a própria terra, sem limites nem divisões.

É nascer dela, aprender com ela, cuidar incessante e incansavelmente, até chegar o momento de voltarmos a ser dentro dela.

Ser Guarani é enxergar a vida que palpita desse solo que chamamos terra. O primeiro passo da criação e, sobre ela, tudo o que vive, todos os seres, todos os elementos, toda natureza e toda a gente.

A terra é a mãe, de onde tudo brota. E tudo o que brota tem um espírito próprio. As árvores, o vento, as cachoeiras, o fogo, cada um, cada coisa, com seu espírito ligado ao espírito primeiro.

Diante de tudo isso, seguimos atentos. Nossa atitude é de reverência e respeito, por tudo o que é oferecido, por tudo que aprendemos.

Nosso NHANDERECO (modo de vida Guarani) é baseado no respeito à natureza e no ensino desse respeito, desde cedo.

O uso da terra e a relação com os espaços ambientais são baseados na observação, na escuta, na compreensão de como a natureza se comporta, se manifesta, como nos revela seu funcionamento.

Muito antes da chegada dos portugueses, das fronteiras entre os países e desse suposto descobrimento, essa já era a nossa prática. Praticamos desde sempre tudo o que hoje é veiculado como urgente e necessário, dentro da consciência e das atitudes definidas como ecologicamente corretas.

Desde sempre nossa relação com a terra é pautada na consciência. Não precisamos passar por um processo de destruição para chegarmos à conclusão de que é necessário ter consciência. Ela sempre esteve presente, para nós ela é óbvia.

## **Tradição – Natureza em Ciclos**

Nosso olhar sobre a natureza nos permitiu criar um calendário próprio, onde os ciclos são respeitados, de acordo com as estações,

as fases da lua, o ritmo que se apresenta.

Há momento de fazer plantações. Fazemos isso de modo restrito, em pequenas roças, para alimentar algumas famílias.

O xeramoi (líder espiritual) determina os limites do solo a ser capinado, o que deve ser cultivado e, depois de um tempo semeando e colhendo sobre o mesmo espaço, o devolvemos à natureza, para que se recupere.

As pequenas roças são nossa garantia de que os ciclos não serão alterados. Dessa forma, não esgotamos a terra. Usufruímos de um solo fértil e respeitamos o tempo para que ele se regenere.

Essa é uma grande diferença que percebemos sobre o modo de vida do juruá (não índio). O que vemos é que se esgota, envenena, desrespeita e maltrata a terra em sua forma de cultivar.

Não somos ingênuos, sabemos da necessidade de alimentar grandes populações. Porém, somos convictos que há outras formas de atingir o objetivo sem que tanta destruição seja gerada.

No próximo ciclo, chega o momento de caçar. Vamos colocar na mata as armadilhas, de modo que seja o suficiente para nos alimentar seja capturado.

Temos respeito pelos animais que nos serão oferecidos e, no tempo da reprodução das espécies, retiramos essas armadilhas, para que a vida possa continuar.

É difícil para nós acreditar e aceitar que atitudes desrespeitosas e inconsequentes levem ao ponto de exterminar definitivamente alguns animais. A extinção de um ser que foi criado e tinha sua função – como é possível não enxergar?

Dentro do ciclo, o próximo momento será o de pescar. Vamos à piracema e, mais uma vez, assim iniciada a fase de reprodução dos peixes que nos alimentam, cessamos essa prática e vamos ao novo passo, agora à busca dos frutos que a floresta oferece.

Ainda parte do ciclo, chega o tempo de retirar da natureza as fibras, sementes e todos os elementos que utilizamos para o artesanato e a produção de utensílios e adornos.

Esse seria o resumo de nossa relação com a terra, onde a palavra “uso”, tema dessa matéria, nem sempre traduz o que é nossa prática verdadeira.

Esse seria o resumo do modo de viver Guarani (Nhandereko), da nossa relação original, ancestral, tradicional com a natureza.

### **Ser da Terra, Sem Direito à Terra?**

A voz interna que nos move, conduz para que possamos retornar à essa prática. Porém, desde o tempo que essa terra nem era vista ou entendida como um país, e nem mesmo tinha outro nome além de “solo sagrado”, enfrentamos o que apenas se agrava, a falta de espaço suficiente para vivermos nosso Nhandereko.

Enfrentamos muitos problemas e preocupações, que aparecem de forma distinta, porém similar dentro das diversas aldeias e mesmo entre as diferentes etnias.

Antigamente, o aprendizado dessas práticas tradicionais se dava pela transmissão oral dos ensinamentos e, ao mesmo tempo, pela observação, a escuta real, no contato com a própria natureza.

Hoje, em algumas aldeias, permanece apenas o aprendizado teórico, baseado na imaginação de como seria se pudéssemos viver de acordo com as tradições de nosso povo.

Não há mata, não há espaço onde a natureza se apresente em sua forma original, para que as crianças possam observá-la, para que os adultos possam escutá-la.

O vazio externo, essa não existência de espaço, passa a acontecer também dentro de cada guarani.

O vazio da natureza interna, onde não há lugar para seguir o aprendizado, é para nós motivo de grande tristeza, que combatemos com nossa força e a certeza espiritual de que não podemos deixar nossa cultura morrer.

Porque, para nosso povo, relação com a natureza tem ligação íntima com aprendizado, escuta, observação, que permitem que a sabedoria continue e se amplie.

E se não temos o que observar?

E se as cidades continuam avançando?

E se a natureza segue a ser devastada?

Onde vamos chegar?

Como estarão as crianças, os jovens e a nossa cultura, dentro de 20, 30, 50, 100 anos?

Insistimos, persistimos, somos um povo guerreiro, que resiste.

Porém, temos uma incompreensão imensa sobre o porquê nosso modo de viver é tão desrespeitado pelo não índio. Por que não somos acolhidos em nosso pedido?

Nosso pedido e nossas necessidades, na verdade, são direitos garantidos pela Constituição e não beneficiam apenas a nós mesmos.

De todas as etnias desse país gigantesco, o cuidado e respeito na relação com a terra são garantia de futuro, são de grande valor para todo o humano. Nossa visão não admite exclusões.

Por tudo isso, a urgência das demarcações, a segurança da terra e das práticas tradicionais, para que possamos seguir protegendo as crianças, os jovens e, com eles, a permanência de nossas tradições, de nossa cultura, e também a continuidade da própria natureza, para todos.

### **Nhandereko – O Visível e o Invisível Guarani**

Relacionar-nos com os espaços ambientais, nos relacionar com a terra, é mais do que simplesmente subsistir. É fortalecer nosso espírito, é ampliar nossa sabedoria, é estarmos integrados à mãe, que nos cuida, zela e alimenta. A ela respeitamos, agradecemos e também cuidamos.

Existe um espaço dentro de cada guarani, que o não índio desconhece. Sem a terra, não há possibilidade de existência do Nhandereko, porém ele segue vivo dentro desse espaço, dentro da gente, e nos move a lutar para que nossas crianças, mesmo que em um futuro não tão próximo, possam vivê-lo plenamente.

Terra e vida são indissociáveis, desde o nascimento de uma criança guarani, quando a placenta é enterrada dentro da aldeia, até o final da vida e retorno à terra.

Símbolos de uma ligação profunda, iniciada com o surgimento de um novo ser em contato com o solo sagrado, a união do espírito guarani com a terra. O sentido de fazer parte e pertencer. A sua orientação espacial dentro da mata e dentro da aldeia, como uma bússola interna indicando para onde a criança deve retornar. Uma vez ligada à terra não há o que temer, é impossível que se perca.

O solo é sagrado por guardar a vida que se inicia e a que se finda.

Faz parte de nosso Nhandereko, o cuidado com o solo onde viveram nossos antepassados. Solo que para nós se torna sagrado, que não podemos simplesmente abandonar.

Os estudos antropológicos e os processos de demarcação devem considerar essa nossa visão, pois onde nascem as nossas crianças e onde viveram nossos antepassados, ali está nossa história e sabedoria.

Esse solo sagrado, morada dos ancestrais, transforma-se em Nhandereko, faz parte de nós e por ele vamos continuar a zelar. Por ele resistimos e seguimos lutando. Ele que é cada um de nós.

A escuta sobre os ensinamentos dos mais velhos, hoje, dentro de nossas Casas de Reza (Opy). Nossas lembranças sobre a sabedoria dos mais velhos, que já se foram. Tudo é Nhandereko. Tudo está impresso em nosso espírito e a terra é o cenário vivo onde nossa alma segue, nutrida e nutrindo. Essa é a essência do ser e permanecer Guarani.

### **Crianças e Jovens Guaranis – Caminhos e Desafios do Aprendizado**

Durante todas as práticas desse nosso modo de viver, as crianças são envolvidas a observar, aprender, participar.

No que diz respeito especificamente à relação com a produção de alimentos, as crianças também estão presentes, acompanhando os pais principalmente na elaboração das roças.

Em aldeias como a Tekoa Aguapeú e Tekoa Itaóca, no litoral paulista, elas têm oportunidade de observar e aprender dentro da própria natureza, além dos ensinamentos sempre presentes, que recebem nos temas desenvolvidos nas escolas, que ficam dentro das aldeias.

Criança - durante o roçado, o plantio, a colheita e a distribuição dos alimentos - aprende como criança. Nada é obrigatório. Cada uma delas terá a chance de participar conforme sua própria característica, idade, envolvimento.

Algumas gostam de observar os adultos, algumas gostam de participar de forma mais ativa, principalmente no momento de colocação das sementes no solo, nos cultivos de feijão e milho, por

exemplo.

Todas interagem independentemente da idade. Junto com os pais e os outros adultos da aldeia, desde cedo são integradas à forma guarani de enxergar a natureza. A importância da terra fará parte do desenvolvimento de sua alma desde cedo e, também, do fortalecimento de seu espírito.

Já em aldeias como a Tekoa Ytu e a Tekoa Pyau, que estão localizadas na região do Pico do Jaraguá, em São Paulo, a situação é totalmente diferente, uma vez que a capital avançou de tal maneira que já não há presença de terra disponível para o desenvolvimento das roças, nem para caça e pesca.

Nesse ambiente, nós educadores nos desdobramos para ajudar as crianças a aprender, dentro da tradição oral dos ensinamentos e a imaginar, como seria sua realidade se as práticas fossem possíveis.

Toda oportunidade é motivo de grande satisfação. Uma caminhada no Parque do Jaraguá, a visita de algum animal silvestre que apareça nas aldeias, as poucas árvores presentes entre as casas. Tudo nos motiva a inserir as crianças em um momento de observação e aprendizado, mesmo que essas chances de convívio verdadeiro com a natureza pareçam cada vez mais raras.

As crianças seguem crescendo e, no momento da puberdade, a exigência quanto ao aprendizado passa por uma transformação. O jovem será inserido de forma intensa em todas as atividades relacionadas à cultura tradicional.

Seja dentro da natureza ou apenas a partir de informações teóricas como no caso das aldeias do Jaraguá, o jovem precisará aprender não apenas o cultivo de alimentos, a caça e a pesca, mas também a maneira de extrair os elementos necessários para a construção de sua futura casa, levando em consideração cada etapa desse feito, de acordo com as fases da lua e estações do ano.

Esse aprendizado garante que os jovens, tanto meninos quanto meninas, poderão formar suas famílias e viver de acordo com os costumes.

Nesse aspecto, os desafios para o povo guarani, e acreditamos para grande parte dos povos indígenas, são gigantesco.

A proximidade entre as aldeias e os centros urbanos causa grande

impacto sobre os jovens, que aprendemos a denominar “adolescentes”.

Eles sofrem influências, principalmente através da música, das redes sociais e da televisão. Muitas vezes querem reproduzir em seu comportamento o estereótipo não indígena, o que desencadeia uma fase de desinteresse pelos costumes e cultura tradicionais.

Quanto mais próximas das cidades, mais as aldeias sofrem com essa questão. Isso obriga uma constante orientação desses jovens, principalmente por parte dos pais e, também, pelas atividades, debates, trabalhos dentro da escola.

Mesmo com todo nosso empenho, esse é um tema que causa muitas dificuldades. Nem sempre os pais e familiares estão preparados para lidar com o impacto gerado por essas interferências, que chegam através da cultura do rock, do funk, desses movimentos de ostentação que em nada colaboram com a continuidade de nossa cultura.

Percebemos que, nessa fase, os jovens estão preocupados em ser aquilo que não são, tentando refletir em seu comportamento, atitudes, modo de vestir e falar de um universo totalmente diferente de suas raízes e que nos parece bem pouco natural, mesmo para o não indígena.

Percebemos também que, passada essa fase, alguns dos jovens retornam a cultura, resgatam seu interesse. Isso nos dá a certeza que as sementes plantadas na época da infância vieram a brotar, e assim podemos ter esperança na continuidade de nossa cultura, pelo menos durante os próximos anos.

Apesar disso, seguimos atentos e preocupados, pois temos consciência de que a cultura Guarani está em risco e que, realmente, poderá desaparecer nas próximas décadas, caso as terras não sejam demarcadas e a influência sobre os jovens se intensifique.

Na tentativa de diminuir esses riscos e ampliar nosso aprendizado, trabalhamos incessantemente com os jovens e seguimos abertos a conhecer outras formas de uso da terra, sem nunca esquecer nossa visão particular.

## Uso da Terra – Práticas e Novos Aprendizados

A garantia da demarcação permite nos relacionarmos tradicionalmente com a terra e, também, aprender e associar novas práticas, quando as consideramos alinhadas com os costumes e com nosso princípio primordial de respeito para com a Mãe Terra.

Essas práticas modificam as formas de manejo das culturas, em terras demarcadas e homologadas, como acontece nas Aldeias Tekoa Aguapeú e Tekoa Itaóca. Os caciques descrevem a realidade dessas duas aldeias, localizadas na cidade de Monaguá, região litorânea de São Paulo.

Na primeira delas, há o cultivo de alimentos tradicionais, como a mandioca, a batata doce e o milho típico guarani, do qual as sementes são preservadas para a manutenção dessa espécie do vegetal. São produzidas também a melancia, a laranja, a goiaba, a banana, a jaca, entre outros.

Nessa aldeia, tanto no que se refere a esses vegetais quanto às frutas mencionadas, o plantio familiar ou coletivo destina-se a subsistência dos moradores, que hoje somam cerca de 150 pessoas, aproximadamente 30 famílias em duas regiões ao longo do rio Aguapeú.

Na mesma localidade, temos o cultivo de roças familiares de palmito pupunha e de banana. Essas se destinam a venda e cada família administra seu próprio plantio, colheita, entregas e manutenção, com a colaboração da FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

Essa instituição fornece as mudas iniciais, sendo que a pupunha e a banana são nosso maior foco atualmente, acompanhado por nossas experiências com cultivo familiar de orquídeas, onde também levamos em consideração os aprendizados recebidos.

Tradicionalmente, uma região para cultivo era escolhida, roçada e havia a queima antes do plantio das sementes ou mudas. A roça poderia ser mista ou de cultura única, porém sempre havia queimada e, em épocas alternadas, era preciso deixar a terra descansar para que não se esgotasse.

Hoje, com a orientação oferecida pela FUNAI, compreendemos melhor as possibilidades de ajudarmos a própria terra a preservar os nutrientes e adotamos as técnicas de Agrofloresta, sistema que soma antigos conhecimentos de povos tradicionais de várias partes do

mundo, com novas visões observadas através da ciência de microfauna e microflora, que irão interferir favoravelmente nos plantios.

Atualmente, numa mesma área plantamos, por exemplo, a pupunha e a banana conjuntamente. Deixamos sobre a terra as fibras, folhas e troncos não aproveitados na colheita, e todos esses elementos criam uma biodiversidade que alimenta a própria plantação, através da presença de micro-organismos benéficos para as plantas.

Dessa forma, o período de desenvolvimento até que a pupunha chegue ao ponto correto para a colheita passou dos 3-4 anos anteriores para 1-2 anos. Com esse acréscimo dos adubos naturais que permitem essa nutrição, percebemos uma forte interferência nos resultados, sem desrespeitarmos nossa visão tradicional de relação com a terra.

Tudo o que é plantado é orgânico e os sistemas para repelir as pragas também são naturais. Aprendemos, também, a utilizar algumas plantas que fornecem sombra e colaboram no desenvolvimento das espécies.

Utilizando as técnicas de Agrofloresta e permanecendo ligados à nossa cultura, temos certeza que não estamos gerando desequilíbrio dentro da natureza.

Para nós é motivo de grande tristeza, por exemplo, não encontrarmos dentro da mata com a mesma facilidade de antes, o palmito juçara. Foi uma opção não produzir esse tipo de palmito, pois seu desenvolvimento é bastante lento até que seja possível sua retirada da natureza, mas acompanhamos a realidade da extração indiscriminada, que levará a extinção dessa espécie, se nada for feito com urgência.

Dessa nova forma de cultivo e boa parceria com a FUNAI, percebemos uma mudança no envolvimento e interesse em aprender das pessoas da aldeia. Quando uma família decide por iniciar uma roça, muitas pessoas da aldeia se reúnem para dar início à abertura da área e limpeza inicial. Após isso acontecer, a família fica responsável pelo seguimento da produção.

As práticas mais intensas têm permitido uma realidade material um pouco mais tranquila para as pessoas dessa região.

Porém, preservando a característica de um povo guerreiro e de-

terminado, continuamos atuantes para que novas terras possam ser demarcadas e nossos irmãos guaranis possam encontrar o espaço para continuidade de nossa cultura, vivendo assim em paz com nossos costumes.

Para nós guaranis, não há vida possível sem a garantia da terra. Para nós, o ser humano precisa acordar. Para nós, cada ser vivo tem seu protetor.

Desmatar e destruir gera uma falta tão grande de equilíbrio que pode voltar contra nós mesmos e contra toda a humanidade. Por isso, nossa imensa preocupação com a maneira que a terra é tratada atualmente. Por isso, a vontade de ensinar nossa forma de relacionamento com a terra e o que ela pode nos oferecer, sem necessidade de tanta destruição e, ainda assim, garantindo a subsistência da humanidade, mas controlando também os desperdícios.

Nas aldeias onde é possível cultivarmos a terra, temos o cuidado de roçar apenas a área necessária para o cultivo de alimentos suficientes para o número de moradores. Não há produção desperdiçada e não geramos desmatamento.

O mesmo acontece no período de caça, quando definimos qual número de animais serão necessários para nos alimentar e, assim, produzimos e colocamos na mata um número restrito de armadilhas, para capturar apenas o que é de necessidade.

Consideramos, também, os períodos onde as espécies não estão acasalando nem cuidando de seus filhotes, para que nossa caçada mais uma vez não gere extermínio das espécies.

Temos rituais específicos para esses momentos. Basicamente, primeiro pedimos ao protetor de alguma espécie que possa nos oferecer um animal e, quando isso acontece, agradecemos ao protetor e ao criador de toda a natureza, por nos alimentar.

O mesmo acontece no momento do ano que nos dedicamos a pesca, com atenção as fases de reprodução dos peixes que temos costume de utilizar para o consumo.

Na Aldeia Tekoa Itaóca, a realidade é um pouco diferente, o solo não é fértil suficiente devido à presença de areia na região, o cultivo se concentra na mandioca e banana, por vezes, na produção de milho.

As roças são principalmente familiares e se destinam a complementar a alimentação que, muitas vezes, conta com a presença de produtos industrializados.

O maior foco de cultivo é do palmito juçara. Apesar de seu longo período para desenvolvimento, que chega a 7 anos para o corte, percebemos que essa espécie responde bem ao solo local, sendo também uma forma de colaborarmos com a preservação da espécie, ao mesmo tempo que as famílias produtoras acrescentam sua renda.

Nessa aldeia, o período de caça é bastante restrito, pois não há animais em abundância na mata. Atualmente, são encontrados o tatu, a paca, a capivara e a cotia e, apenas uma vez por ano e com poucas armadilhas, a caça ainda é praticada.

O mesmo acontece com a extração de matéria-prima para cestaria, sendo difícil encontrarmos a taquara e os cipós, comumente utilizados na produção dos objetos tradicionais, sejam utensílios, adornos ou de decoração.

As lideranças e moradores das aldeias seguem atentos para novas possibilidades de aprendizado e, atualmente, outra prática que tem chamado nossa atenção e que consideramos ser possível integrarmos, é a Permacultura.

Essa está totalmente alinhada com nossa visão, pois considera a origem da matéria-prima e permanência dos recursos naturais, a manutenção da natureza e daquilo que ela nos oferece, ao mesmo tempo em que estejam garantidas as formas de viver, morar e se alimentar dos seres humanos, hoje e no futuro.

Aprendemos, recentemente, a forma de construção de casas desenvolvida com as técnicas de Permacultura.

Tradicionalmente, a construção das nossas casas é feita com estruturas de madeira, que recebem externamente uma mistura de barro amassado com folhas de taquara e cinzas recolhidas das fogueiras, para afastar o bicho barbeiro.

Antigamente era possível utilizarmos tipos diversos de madeira. Hoje em dia utilizamos principalmente o eucalipto para as paredes e, para as vigas, usamos a taquara.

A cobertura antiga era feita com sapé, praticamente inexistente hoje em dia na maioria das terras indígenas. Outra possibilidade

ainda em prática é a taquara amassada, como cobertura.

Todos esses itens são extraídos da natureza em épocas certas, observadas as fases da lua para a maior durabilidade dos materiais e o não esgotamento da matéria-prima.

Após o posicionamento da madeira acontece a cobertura de barro, sendo que esperamos a época do verão, quando o clima é mais quente e permite a perfeita secagem da mistura.

Esse é um momento de grande interação entre as pessoas da aldeia, um momento de brincadeira e alegria pela nova casa que irá surgir.

A cobertura funciona como sistema de ventilação, deixando o interior da casa fresco em períodos de calor intenso e servindo de isolante térmico, durante o inverno, bastando acender uma pequena fogueira em seu interior. Isso possibilita que o calor seja retido, minimizando o frio.

Todas as amarrações tradicionais eram feitas com um cipó específico, que chegava a durar cerca de 40 anos. Isso acontecia dada a inexistência de ferramentas como martelos e pregos, disponíveis e utilizadas hoje em dia.

Respeitadas todas as fases da construção, uma casa tradicional pode durar de 30 a 40 anos. Porém, hoje em dia, não é possível construirmos dessa forma, dada a escassez de matéria-prima ou a não autorização de sua extração, por conta da não demarcação das terras.

A escassez nos impulsiona a buscar novas formas de construção e vimos na Permacultura uma possibilidade de integração com nossa forma original.

Essa técnica também utiliza a madeira na estrutura das casas e possibilita mudanças na forma de cobertura e colocação do barro.

As casas são revestidas com uma mistura de barro e cimento, aumentando sua durabilidade. Esse tipo de reboco, como foi possível observarmos, permite que a casa respire, acontecendo a regulação da temperatura de forma bem natural. A cobertura é feita com um sistema que cria um espaço para plantio de grama, hortaliças e verduras.

Basicamente, a cobertura de madeira recebe um revestimento de

plástico e, sobre ele, terra, adubos naturais e grama. Isso também permite isolamento térmico, além de um sistema de alimentação de cisterna, a partir das águas da chuva.

As águas são captadas nos telhados verdes e levadas a um reservatório com camadas de pedra e areia, que possibilitam sua filtração. A água filtrada e pronta para o uso é armazenada em cisternas, localizadas na lateral das casas, e podem ter diferentes tamanhos, conforme as necessidades da família e da comunidade.

Em Santa Catarina já existem aldeias que adotaram esse sistema de construção e, também, outras regiões no país já reúnem casas construídas com essa técnica, as Ecovilas. Tudo de acordo com nossa reverência à natureza e, também, mais viável economicamente.

Alguns moradores das aldeias de São Paulo tiveram oportunidade de conhecer e aprender as técnicas e planejam experiências, que devem ser iniciadas a partir de fevereiro desse ano. Uma vez aprovado, o método poderá ser aplicado em diversas aldeias do estado.

Existe uma empresa brasileira que dará toda a assessoria para realização dessa experiência. Temos grande respeito pelo trabalho desenvolvido por ela, e pelo fato de utilizarem matéria prima de sua própria área de reflorestamento, além de contar com doações de materiais e parcerias, como por exemplo, para a produção de adubos para as coberturas verdes, que vem principalmente de serragem que seria descartada por madeireiras.

Existem outras formas de construção presentes nas aldeias, inclusive a alvenaria comum, que foge um pouco da visão tradicional, mas às vezes é a resposta possível à necessidade de moradia.

Outra forma que também chama nossa atenção é a desenvolvida pela etnia Munduruku, original das áreas central e norte do país. É denominada cabanagem e utiliza principalmente o bambu como elemento de base para o feitiço das casas.

Retornando a Permacultura e as formas inovadoras de utilizar os elementos da natureza, outras práticas poderão ser integradas a realidade das aldeias: plantio em cestas de taquara e hortas fixas feitas com bambu trançado, por exemplo.

A Permacultura também nos dá boas respostas quanto ao desafio da presença de lixo não orgânico nas aldeias, fruto da interação com

a realidade não indígena.

Temos grande preocupação com o manejo desse lixo, com sua reciclagem e descarte.

Aprendemos e devemos em breve integrar à realidade da aldeia, o feitio de hortas suspensas a partir do uso de garrafas pet e, também, de bebedouros para várias espécies de pássaros através do uso das latas de alumínio.

Assim seguimos, preservando os costumes originais e aprendendo com as novas tecnologias. Às vezes observamos e nos recusamos a adotá-las. Às vezes observamos e aprovamos, integrando-as, adaptando-as e, assim, evoluímos em nossos costumes dentro de uma visão moderna, mas sem contradições.

## **GUARANI – Cultura Viva**

O caminho trilhado nesse texto, que contou com profundo envolvimento e colaboração de lideranças, caciques e educadores, de diversas aldeias do Estado de São Paulo, mostra claramente o quanto permanece viva nossa cultura, apesar de todas as dificuldades e adversidades.

É dolorosa para nós a pressão sofrida, principalmente nesses últimos dez anos. Pressão baseada em desinteresse, mentiras, em desconhecimento, preconceito e desrespeito.

É doloroso para nós ouvir de deputados, de empresários, de políticos e até mesmo de estudantes e educadores, que as práticas ligadas aos nossos costumes tradicionais apenas permanecem como um modo de exibição, para atingirmos outros interesses que não o de nossas práticas originais.

Seguimos cantando, dançando, rezando, nos reunindo em torno de nossas fogueiras, conversando, interagindo, educando nossas crianças, aprendendo com nossos anciões. Seguimos, diariamente, em nossas Casas de Reza, ouvindo uns aos outros e planejando nossas ações.

Seguimos vivos e, se é que existe algo de passivo em nossa atitude, é apenas essa espera obrigatória, que já atravessa séculos, sobre o respeito a nossa existência e a garantia de nossos direitos.

Todos nós, todos os povos indígenas, independente da etnia,

temos direito garantido a terra. Direito constitucionalmente garantido. Nossa visão não é, e nunca foi de posse sobre ela, mas de cuidado e convívio. Dentro de nós sempre esteve, presente e clara, a consciência de quem é verdadeiramente “dono”.

Ser “dono” da terra implica criá-la, ter o poder de fazer surgir uma nova planta, uma nova montanha, um novo riacho ou animal. Fazer surgir a partir do nada e isso, não somos capazes de realizar.

Diante dessa imensa criação de vida, podemos simplesmente agradecer, compartilhar e zelar. Podemos simplesmente contribuir, para que todos os seres que dependem da natureza e que vivem sobre a terra possam dela usufruir em paz.

Uma voz ancestral continua a gritar: “somos povo indígena, como povo livre”.

Persistirmos durante mais de 500 anos prova apenas que não existe dominação. Existe, infelizmente, extermínio e exclusão, mas não dominação.

Atentos a essa voz, seguimos e aguardamos.

Aguardamos rezando e nos fortalecendo.

Aguardamos, aprendendo e praticando.

Aguardamos aquele, ou aquela, que terá a decência e a coragem de oferecer sua assinatura, num ato que na verdade nos é imposto, sobre um documento que nos é imposto, nessa necessária e fundamental homologação das terras, as indígenas e originais terras.

Somos obrigados a esperar. Esperamos lutando.

{Linha & Ponto



# Entre a história oral como “disciplina”, o “testemunho” e a “memória coletiva”: elementos conceituais para estudos de religião e política

*Leandro Seawright Alonso*<sup>1</sup>

## **Resumo**

Procurei demonstrar que a história oral se desenvolveu no âmbito de uma *disciplinaridade*; Analisei o gênero narrativa recentemente apresentado pela história oral e chamado de “história oral testemunhal” conforme proposto por José Carlos Sebe Bom Meihy. Sobre a memória coletiva, mencionei Maurice Halbwachs e seus escritos, bem como Charles Wright Mills e José de Souza Martins, para falar de “costura artesanal” com base no “artesanato intelectual” como conceito. Com base em outras abordagens teóricas e metodológicas, propus um caminho para a análise dos temas: religião e política.

## **Palavras-chaves**

História, teoria, memória, política, religião.

---

1           Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. É pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral, NEHO/USP e professor da Faculdade Sumaré. Foi pesquisador da Comissão Nacional da Verdade, CNV, entre os anos de 2012 e 2014. E-mail: leandroneho@gmail.com

*Between oral history as “discipline”, the  
“testimony” and “collective memory”:  
conceptual elements for studies of religion and  
politics*

**Abstract**

I attempted to show that oral history has developed as part of a disciplinary; I analyzed the narrative genre recently presented by the oral history and called “witnesses oral history” as proposed by José Carlos Sebe Bom Meihy. I mentioned the fundamental writings of Maurice Halbwachs on collective memory. I also mentioned the writings of C. Wright Mills and José de Souza Martins, to support the “handcrafted fashion” based on “intellectual craft” as a concept. Based on other theoretical and methodological approaches, proposed a way for the analysis of topics: religion and politics.

**Keywords**

History, theory , memory, politics, religion.

## História oral: conceitos e disciplinaridade

Uma parte dos oralistas desconsiderou praticar a história oral como “ferramenta, técnica e forma de saber”. Grande parte a pratica, pois, como “metodologia”<sup>2</sup>. Coube-me a reflexão acerca dos seus *procedimentos* a partir da organização “estatutária” e “epistemológica” da história oral conforme sugerida por Meihy e Holanda (2013, p. 63-79). Entre as definições que consideraram a história oral como uma “metodologia” ou, alternativamente, como uma *disciplina*, escolhi esta última por *duas razões*. A *primeira* porque considerei que a história oral “se constitui com objeto definido, com procedimentos operacionais claros e preestabelecidos que a justificam como uma *disciplina* dos tempos modernos”, segundo disseram Meihy e Ribeiro. Com isso, valorizei a “moderna eletrônica” como “alternativa para a produção de saber” e sua “integração na questão disciplinar da história oral”. Conforme Meihy e Ribeiro, essa definição “ousada” estabeleceu “a memória oral” como o seu “objeto da matéria, com método de condução e finalidade claros”. A *segunda* porque, em minhas pesquisas, a utilização das entrevistas não é meramente instrumental; não requer inclusive que sejam “avaliadas em separado, com destaque” e, sequer, que sejam tão somente “pinçadas” do *corpus documental* (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 36)<sup>3</sup>.

Em sentido contrário, Marieta de Moraes Ferreira disse em seu importante texto, intitulado “História oral: velhas questões, novos desafios”, que “a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho” e, por isso, “é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar* questões, ou seja, formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas”; as soluções e suas consequentes explicações, para a autora, “devem ser buscadas na historiografia e na teoria da história” que se dedicam a “pensar os *conceitos* de história e memória, assim como as complexas *relações* entre ambos” (FERREIRA, In: CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 170-171). Para Ferreira, a história oral é, portanto, uma metodologia que está mais ligada ao ofício de historiador que, evidentemente,

2 Esta tem sido a maior tendência dos pesquisadores do NEHO/USP.

3 Este artigo remete o leitor a conceitos utilizados em minha pesquisa de doutorado, intitulada: “Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro”. Daí, as menções subsequentes à minha experiência de pesquisa.

especializa-se nos campos historiográficos, epistemológicos. Donde, pergunto-me: se as explicações devem ser buscadas estritamente na historiografia e na teoria da história, por que fazer história oral? Mesmo assim, Ferreira analisou o que denominou dois “caminhos possíveis” à história oral como *disciplina* e, por suposto, ambos foram considerados como “problemáticos”. Para a autora, esses “problemas” se desenvolveram baseados no esquecimento “das questões de caráter teórico, deixando de abordá-las em nossos trabalhos” ou quando se tenta “encontrar respostas para elas apenas no âmbito da história oral”. No *primeiro caso*, que trata dos esquecimentos relativos às “questões de caráter teórico”, a autora propôs que as conclusões dos trabalhos de história oral *disciplinar* são “óbvias” porque são “coladas aos dados das entrevistas, sem possibilidade de maior capacidade de análise”. Ferreira perguntou, assim: “seria mesmo preciso fazer uma pesquisa para chegar a isso?”; cumpriu-lhe nova perspectiva das entrevistas na condução do projeto de pesquisa: “são trabalhos que se limitam a reproduzir as palavras dos entrevistados, que exploram uma ideia já comprovada (utilizando trechos de entrevistas para corroborá-la), que não conseguem problematizar qualquer aspecto da pesquisa”. No *segundo caso*, em que trata do problema de encontrar respostas no âmbito de uma história oral suficiente, a autora o considerou “danoso” porque, segundo ela, não se deve “explicar algo sem meios adequados para fazê-lo” (Ibid., 2012, p. 170-171).

Alternativamente, proponho – nos moldes de Meihy e Holanda – que exista “um estatuto independente para a história oral, que deixaria de ser adjetiva para ser sujeito de ações de transformação social” por meio do estabelecimento de um *corpus documental* analisável. O suporte documental em história oral não “entra em disputa” com os outros possíveis aportes teóricos e não pode ser “rebaixado” em relação aos instrumentos de análises encontrados na teoria da história ou em quaisquer outros “quadros epistemológicos”. Porque as entrevistas oriundas do trabalho de campo nada devem às teorias sacramentadas pela grande História; não são concorrentes e tampouco avocam um “lugar conservador” em face de outras “fontes”, “ciências” e “recursos auxiliares”. Há muito não se fala das “catego-

rias antigas” de “ciências auxiliares da história” e, por isso, torna-se mais antiquado pensar em um novo recurso “instrumental” e “auxiliar” da grande História<sup>4</sup>. Assim, a história oral como *disciplina* não reflete a compreensão de uma “disciplina auxiliar” da grande História e que

Em termos práticos, supondo que para muitos a história oral tem se restringido à aplicação de entrevistas dialógicas, o que se nota é o uso delas enquanto “meio” e não como “fim”. A redução do uso das entrevistas à condição de fonte ou documento auxiliar rebaixa a potencialidade dos textos resultantes de gravações de maneira a neutralizá-los como se fosse um aposto aos outros suportes documentais. (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 76)

Sem me resignar em um “mundo isolado, e à parte”, adiro, por lógico, ao diálogo entre as “humanidades”, desde as ciências sociais até a história e a sua produção historiográfica como desejáveis para uma “costura acadêmica” em uma história oral autônoma. Impôs-se, porém, a necessidade de escolhas procedimentais: deve-se escolher entre partir das “entrevistas propriamente” ou, por outro lado, de “referenciais teóricos cristalizados” para a realização de enquadramentos. A alternativa que considero é, evidentemente, partir das entrevistas – “costurá-las” de forma hermenêutica e segundo a experiência de campo sem perder as noções de *colaboração* e de *autoria*. Parto das entrevistas que não são um “fim” em si mesmas, mas um “meio” que permite análises na construção compartilhada de conhecimentos entre os *colaboradores* e eu. Abduco, assim, da voz “superior”, “autorizada” e de “historiador capacitado”; volto-me, pois, para um “outro” posicionamento acadêmico de respeito às alteridades e – neste caso – às diferenças religiosas, políticas e experienciais, conforme costumeiramente apresentadas pelos narradores. Com liberdade, considero que a história oral *disciplinar* está mais voltada, neste sentido, ao “caráter profético” com efeitos sociais e com vistas às políticas públicas do que para o “caráter sacerdotal”, “oficial”, “autorizado”, “legitimador” da produção de conhecimento. Mais do que “esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou

<sup>4</sup> Ainda assim, Rogério Forastieri da Silva procurou demonstrar que o historiador já teve como função reunir documentos, classificá-los e com base nas antigas “ciências auxiliares” da história proceder com a análise das suas fontes (SILVA, 2001, p. 196).

elucidados de outra forma”, por meio dos “depoimentos de anal-fabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos”, como propôs Ferreira, os oralistas que praticam a história oral *disciplinar* procuram de forma respeitosa os *colaboradores* diversos no interior de coletividades (In: CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 171). E também valorizam a *memória coletiva* com proposições ul-teriormente voltadas às políticas públicas.

Abalizaram Meihy e Holanda que

Um dos argumentos centrais para quem postula a inde-pendência disciplinar da história oral diz respeito à função social e prática dessa experiência intelectual que teria uma dimensão pública importante. Fala-se do conhecimento como militância, como ação de fomento às ações políticas decorrentes da determi-nação de certos problemas sociais. Os defensores da estatura nova, disciplinar, da história oral consideram de fundamental importân-cia o fato de tratar de casos pouco considerados pela oficialidade das demais disciplinas [...] Uma leitura cuidadosa dos fundamen-tos da história oral, pois deixa entrever que desde o início é a pre-ocupação da história oral com o compromisso social marcado pela “*voz dos excluídos*”, revelação de aspectos desconhecidos, ocultos e desviados, não expressos nos documentos oficiais e escritos e, so-bretudo, a denúncia do sofrimento extremo de grupos maltratados por situações variadas. (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 78-79)

Sem me utilizar da expressão “historiador oral” – para quan-tos pesquisam com “apoio deste campo de estudos” – escolho me apropriar da expressão “oralista” que está presente tanto nas pro-posições de Meihy, quanto nas investidas acadêmicas do NEHO/ USP<sup>5</sup>. Por isso, Meihy escreveu que se a “história oral é algo novo, um dos primeiros compromissos de quem se propõe a ser oralista é se posicionar como tal, acima e sobre qualquer aposto disciplinar” (MEIHY, 2006, 196). Meihy valorizou com isso as razões apresentadas por Philippe Joutard para suas investidas em história oral, quais foram: “1 - *Escuchar la voz de los excluidos*; 2 - *Sacar a la luz las realidades ‘indescritibles’*; 3 - *Dar testi-monios de las situaciones de sufrimiento extremo*” (JOUTARD,

5 Ao admitir a expressão “historiador oral”, deve-se também empregá-la em suas apropriações possíveis por diferentes áreas. Donde, se teria: “sociólogo oral”, “antropólogo oral”, “filósofo oral”, “teólogo oral” – entre outras variáveis.

1999, p. 151). Para Meihy,

Joutard não está sozinho na postura de comprometimento da história oral com a transformação da sociedade. Com diferentes vieses autores como Trebitsch e François, elegem o caráter oralístico de entrevistas como forma alternativa de proposta para uma história diversa da habitual feita sobre bases documentais “tradicionais”. O importante desta constatação é a especificidade dos fundamentos da história oral que, de raiz, seriam diferentes dos objetivos de qualquer outra disciplina das áreas de humanidades. Por esta indicação, não fica restrito à História – com “H” maiúsculo – o monopólio da história oral. Nem a qualquer outra área do conhecimento, diga-se. E isto coloca em tela de juízo a questão dos “novos rumos” [...] Por que se endossa a proposta de Joutard, pressupõe-se o enfrentamento do incômodo debate sobre o adjetivo “oral” ao sujeito “história” e, nesta senda, cabe notar que a apropriação dos historiadores deste recurso a submete a uma perversa utilização das narrativas orais à condição de “fonte” [...] O império dos historiadores sobre as fontes orais, aliás, reproduz os maus tratos notados entre estes e os sociólogos, antropólogos e demais grupos useiros da oralidade como recurso para suas tarefas analíticas. (MEIHY, 2006, p. 195-196)

A história oral como *disciplina* tem “procedimentos operacionais claros e preestabelecidos”, como disse Meihy, ao mesmo tempo em que não rebaixa as entrevistas a um papel de “coadjuvante” na análise relegando a pesquisa de campo para um lugar de inferioridade em relação às “grandes teorias”. Um trabalho de história oral se justifica pelo estabelecimento de um projeto que demonstre *procedimentos* para a construção de um *corpus documental* formado por entrevistas materializadas por meio da transposição “da oralidade ao código escrito”. As alternativas e as variáveis da *memória coletiva*, encaminham o oralista às análises que transpõem não apenas a exclusividade da antiga “verdade historiográfica”, mas a singularidade de “teorias transplantadas” para dentro da edificação textual. Por isso, a minha escolha prática não foi pela simples alternativa de “pinçar as entrevistas” do *corpus documental* como acessório ou como “recurso auxiliar” para utilizá-las como concorrentes das importantes citações de autores acadêmicos. Deve-se considerar os riscos possíveis da prática de “pinçar as entrevistas” e submetê-las à aprecia-

ção exclusiva e soberana de teorias consagradas pela academia<sup>6</sup>. Na análise das entrevistas com os cruzamentos teóricos e historiográficos, deve-se, ainda, *proceder* com cuidado para não desqualificar as impressões, as subjetividades e os contornos não convencionais da *memória coletiva*. Ao buscar – em “status nascendi” – uma forma de escrever, procurei “coser com os fios das entrevistas” como parte de uma “costura hermenêutica” e de uma “experiência de costura” em história oral. Recordo-me de dois importantes textos que forjaram a minha atitude *disciplinar* de “costura hermenêutica”, quais sejam: o *primeiro* foi “Um apólogo”, de Machado de Assis; o *segundo* foi “O artesanato intelectual”, de Charles Wright Mills. O *primeiro* foi uma indicação de Meihy durante uma situação de “diálogo orientador”. E o *segundo* adveio das recomendações que intelectuais como José de Souza Martins têm sugerido sobre um lugar ampliado para a literatura em “Uma sociologia da vida cotidiana”, entre outras obras (2014, p. 16).

No *primeiro texto*, Machado de Assis apresentou uma “querela entre a agulha e o novelo de linha”:

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

— Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

— Deixe-me, senhora.

— Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

— Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.

— Mas você é orgulhosa.

— Decerto que sou.

— Mas por quê?

— É boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?

— Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose?

<sup>6</sup> Entre os meus *colaboradores*, porém, estão acadêmicos como Leonildo Silveira Campos, Ana Maria Ramos Estevão e Jorge Pinheiro. Mas a minha utilização das suas memórias e narrativas não servem como meras citações instrumentais. Porque em história oral o narrador fornece a “matéria prima” para a composição do *corpus documental*.

Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?

— Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

— Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás, obedecendo ao que eu faço e mando...

— Também os batedores vão adiante do imperador.

— Você é imperador?

— Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto... (MACHADO DE ASSIS, 1994)

Quando a “costureira chegou à casa da baronesa”, estava estabelecida a disputa narrativa entre a agulha e o novelo de linha – simulacro do real. Antes de iniciar seu trabalho, a costureira “pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha” e, depois, “entrou a coser”:

[...] uma e outra iam andando orgulhosas, pelo pano adiante, que era a melhor das sedas, entre os dedos da costureira, ágeis como os galgos de Diana — para dar a isto uma cor poética.

E dizia a agulha:

— Então, senhora linha, ainda teima no que dizia há pouco? Não repara que esta distinta costureira só se importa comigo; eu é que vou aqui entre os dedos dela, unidinha a eles, furando abaixo e acima. (MACHADO DE ASSIS, 1994)

A linha e a agulha se calaram e não “se ouvia mais que plic-plic plic-plic da agulha no pano”, conforme Machado de Assis. No quarto dia de trabalho, porém, a costureira havia terminado o vestido da baronesa e ajudou-a a se vestir e a fazer os ajustes necessários. E “quando compunha o vestido da bela dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha”, perguntou-lhe:

Ora agora, diga-me quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá. Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha:

— Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixi-

nha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico. (MACHADO DE ASSIS, 1994)

Durante a experiência de “diálogo orientador” oferecido por Meihy, aproveitei-me do *caderno de campo* para anotar as minhas impressões. Apesar de a costureira ter evidentemente o seu lugar e a agulha também, torna-se impreterível apresentar “o vestido da baronesa”, o fundamental para a pompa da festa: o *corpus documental* costurado cuidadosamente tem como virtude primordial aquelas que “vão ao baile”, *as entrevistas*. Não sem análise, porém. Sem ser imóvel embora colocada em um “lugar determinado”, a análise funciona como a “alfinetada do alfinete”, que disse à agulha: “anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico” (MACHADO DE ASSIS, 1994). No entanto, a “costura hermenêutica” demonstrada com o trabalho da costureira, sua paciência que resiste à “passagem do tempo” e seus ajustes podem se assemelhar ao “artesanato intelectual” estudado por Martins, entre outros, na obra de Mills. Juntados os termos “costura” e “artesanato”, torna-se possível dizer da “costura artesanal” que é aquela que pretende o trançado manual da linha que ganha sentido na “unidade da vestimenta”.

Ao considerar a “costura artesanal” eu procurei “coser as narrativas”, as subjetividades, as experiências místicas e as convicções políticas. Resulta dessa experiência acadêmica, a intersubjetividade como “filosofia do encontro” em que se relacionam alternadamente entre “Eu-Tu”. E Mills valorizou a experiência do pesquisador no “artesanato intelectual”, pois aduziu que até mesmo os mais admiráveis “dentro da comunidade intelectual” não “separam seu trabalho de suas vidas”. Nesse sentido, “o artesanato é o centro de si mesmo, e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual de que se ocupe”. Ao assumir que se “pode ‘ter experiência’ significa que seu passado influi e afeta o presente, e que define a sua capacidade de experiência futura”, e, como pesquisador, “terá de controlar essa interinfluência bastante complexa, saber o que experimenta e isolá-lo; somente dessa forma pode esperar usá-

-la como guia e prova de suas reflexões, e no processo se modelará como artesão intelectual” (MILLS, 2004).

Porque Mills prevê o êxito no “artesanato intelectual” por meio da organização do que ele considerou “um arquivo”, que quer dizer entre outras coisas: “faça um diário” –para a manutenção da “reflexão sistemática” exigida no trabalho de “costura hermenêutica” e na “experiência de pesquisa”. Os oralistas brasileiros e os antropólogos chamaram o “arquivo” de Mills de “caderno de campo” ou “diário de campo”. Segundo Meihy, “sugere-se que o caderno de campo funcione como um diário em que o roteiro prático seja anotado”, pois interessa saber “quando foram feitos os contatos, quais os estágios para se chegar à pessoa entrevistada, como correu a gravação, eventuais incidentes de percurso”. Além disso, o caderno de campo “deve funcionar como um diário íntimo no qual são registrados inclusive os problemas de aceitação das ideias dos entrevistados, bem como toda e qualquer reflexão teórica decorrente de debates sobre aspectos do assunto” (MEIHY, 2005, p. 187).

Quando funciona como um “diário íntimo”, um caderno de campo estimula “a captura dos “pensamentos marginais”: várias ideias que podem ser subprodutos da vida diária, trechos de conversa ouvidos na rua ou, ainda, sonhos”, segundo Mills. Lembrou-me de anotações que fiz em momentos variados da minha pesquisa de doutorado, tanto em viagens e “antes” ou “após” as entrevistas, quanto no *itinerário* percorrido sozinho ou junto com os integrantes do GT sobre o “Papel das igrejas na ditadura”, da CNV. Não foram raros os “pensamentos marginais” que, depois, ganharam significado na leitura e releitura das entrevistas, assim como na reflexão sobre as histórias traumáticas ouvidas em audiências públicas do GT. Escrevi, igualmente, sobre as minhas realizações na trajetória da pesquisa, mas também acerca dos meus sentimentos de indignação com as histórias dos sofrimentos de torturados, de exilados, de “desaparecidos políticos” e suas famílias. Mills explicou que anotar as percepções pessoais durante a pesquisa contribui para “um raciocínio mais sistemático” e para o estabelecimento de uma “experiência mais direta”, pois a sua “manutenção é uma produção intelectual”: “é um armazenar crescente de fatos e ideias, desde os mais vagos

até os mais precisos”. Ademais, Mills apontou para a relevância do “artesanato intelectual” com o seu programa de estudos sobre a elite a partir de o que chamou de “um rascunho tosco” (MILLS, 2014).

Sobre isso, Martins disse:

[...] pode ser importante o recurso artesanal do diário do pesquisador e de sua autobiografia. É um modo de dialogar objetivamente consigo mesmo. É uma forma de utilizar a própria memória, as próprias lembranças e esquecimentos como fontes de dados sociológicos, para que um autor se situe socialmente e compreenda sociologicamente sua circunstância. E desse modo se capacite para observar o outro e o social. (MARTINS, 2014, p. 33)

Depois de um trabalho de “artesanato intelectual”, Martins garantiu ainda: “ninguém faz sociologia impunemente” e, em seguida, disse “ninguém sai ileso do trabalho de sociólogo”. Isto porque o “artesanato intelectual” é “mais do que a mera técnica de obtenção de dados”, pois “não é uma técnica, é uma troca”. Ligado a “uma visão de mundo, está vinculado à “concepção do outro”, da alteridade. Ao destacar a “prontidão” para o trabalho de campo e para o “artesanato intelectual”, Martins me provocou à paráfrase: “ninguém faz história oral impunemente” e, por lógico, sem limites para as humanidades, “ninguém sai ileso do trabalho de oralista”. Essa falta de “impunidade” e a “costura hermenêutica”, com a experiência de campo, conduziram-me para uma forma costurada no “âmbito da exposição”, no “estilo de expor e de explicar” (Ibid., 2014, p. 34 e 41): coser as entrevistas na perspectiva da *memória coletiva* porque são elas que “vão para o baile” da “agulha habilidosa” e depois de “alfinetadas conceituais”.

### **Memórias religiosa e política em “história oral testemunhal”: narrativas de traumas**

Com Maurice Halbwachs, compreendo que a *memória coletiva* sinaliza para toda “lembrança que, por mais pessoal que seja, até as de acontecimentos de que apenas nós fomos testemunhas, até as de pensamentos e de sentimentos não expressos, está em relação com todo um conjunto de noções que muitos outros além de nós possuem”. Nela estão “pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas

da linguagem, também com raciocínios e ideias, ou seja, com toda a vida material e moral das sociedades das quais fazemos ou não fazemos parte” (HALBWACHS, 1994, p. 38). Por isso, Halbwachs incluiu em suas conceituações a existência de “quadros coletivos” da memória, que são: “elementos que induzem e organizam a lembrança individual”. Esses “quadros coletivos” indicam “pontos de referência no espaço e no tempo, noções históricas, geográficas, biográficas, políticas, dados da experiência corrente e modos de ver familiares”, segundo Danièle Hervieu-Léger e Jean-Paul Willaime (2009, p. 221).

Sem ser a mera soma de “memórias individuais”, a *memória coletiva* “tira sua força e sua duração no fato de ter por suporte um conjunto de homens” no interior de uma “massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra”; a “memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Depreendo, portanto, que a memória individual do *colaborador*, em história oral, sustenta-se pela *memória coletiva*, mas esta se sobrepõe àquela sem se confundir com ela.

A *memória coletiva religiosa* dos entrevistados, no entanto, carregou a marca do “dogma lembrado” que “assim como o culto, não tem idade: ele imita, no mundo mutante da duração, a eternidade e a imutabilidade de Deus, conforme a possibilidade dos gestos, das palavras e dos pensamentos humanos” (HALBWACHS, 1994, p. 191)<sup>7</sup>. Ao mesmo tempo, a *memória coletiva religiosa* “é, por essência, uma memória sempre mais totalizadora e, portanto, sempre mais conflituosa” porque busca a manutenção do dogma ou a tentativa de retorno às “origens das crenças primitivas”. Daí, encontrei nos religiosos *três tendências* constatadas em entrevistas de história oral, pois alguns *colaboradores* fazem apologias ao dogma e à “petrificação dogmática da memória” ao passo que outros interlocutores cumprem as suas funções de “contestadores místicos”;

7 Para Hervieu-Léger e Willaime em alusão às concepções de Halbwachs sobre a memória coletiva religiosa, “toda a substância do cristianismo consiste, desde que Cristo não mais se mostrou sobre a terra, na lembrança de sua vida e de seu ensinamento” (HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009, p. 234).

alternativamente, outros desestabilizaram a “memória autorizada” por meio de memórias reelaboradas a partir de traumas sofridos porque aderiram às ideologias políticas de esquerda. Os *primeiros* são notadamente dogmáticos que creram na continuidade da “igreja primitiva” e na “apologia à verdade”, enquanto os *segundos* são místicos que acreditaram inusitadamente de que poderiam retornar às “origens das crenças primitivas”. Mas as *memórias coletivas religiosas*, e “autorizadas”, puderam ser frequentemente questionadas pelos místicos que pretenderam “reconduzir a religião a seu princípio e a suas origens, tanto quando procuram reproduzir a vida da comunidade cristã primitiva, como quando pretendem abolir a duração e entrar em contato com Cristo”. A sensação de “contato com Cristo”, e com o Espírito Santo, é forte tanto quanto aquela “dos apóstolos que o viram, tocaram, e aos quais, depois de sua morte, ele se manifestou” (Ibid., 1994, p. 241).

Mas os *terceiros* destoaram das concepções religiosas, das vivências espirituais de dogmáticos e místicos *ortodoxos* ao mesmo tempo em que se diferenciaram das ideologias políticas conservadoras. Esses protestantes entrevistados formaram a rede dos *heterodoxos comunistas*, “resistentes”, como se consideraram, ao caráter ditatorial do Regime Militar no Brasil. E grande parte dos “resistentes” enfrentou traumas que marcaram as suas vidas como em suas *memórias coletivas religiosas*. Foram referidas experiências de prisões arbitrárias, de torturas, de exílios, de “desaparecimentos” e de mortes reconhecidas em diferentes momentos das lembranças dos *colaboradores*. Entre os *heterodoxos comunistas* e Jorge Pinheiro – um trotskista *convertido ao protestantismo depois do Regime Militar Brasileiro* – cinco sofreram com prisões arbitrárias. Destes, quatro foram torturados por meio de diferentes procedimentos utilizados no período da ditadura militar. De todos os *heterodoxos comunistas*, quatro foram exilados. Segue abaixo uma tabela com os nomes dos entrevistados, as denominações, as organizações e as violações que sofreram – prisão, tortura, exílio.

Nome	Denominação	Organização	Prisão	Violências físicas	Exílio
Anivaldo Pereira Padilha	Metodista	AP	Sim	Sim	Sim
Ana Maria Ramos Estevão	Metodista	ALN	Sim	Sim	Sim
Leonildo Silveira Campos	Presbiteriano independente	Não	Sim	Sim	Não
Mozart Noronha	Luterano	AP	Não	Não	Sim
Paulo Ayres Mattos	Metodista	PCB	Não	Não	Não
Adahyr Cruz	Metodista	Não	Sim	Não	Não
Jorge Pinheiro	Batista	MNR/ MIR	Sim	Sim	Sim

As graves violações de direitos humanos às quais foram submetidos os *colaboradores* durante o Regime Militar me remeteram à história oral testemunhal como *gênero narrativo*. Quando iniciei a pesquisa referida anteriormente eu não tinha certeza sobre a escolha necessária acerca do referido gênero narrativo. Considerei a possibilidade de realizar um estudo de história oral de vida, mas, depois de terminar a composição do *corpus documental*, e, movido pela “força dramática do tema”, tornou-se possível definir o *gênero narrativo* escolhido. Logicamente, as histórias de vida são entrecruzadas com as histórias testemunhais. Busquei, então, definições. Para Meihy e Ribeiro a história oral testemunhal é

caracterizada por narrativas afeitas às vivências dramáticas e de consequências graves, a história oral testemunhal, mais do que documentar e permitir análises, dimensiona ações voltadas ao estabelecimento de políticas públicas inerentes à “reparação”. Trata-se, pois, de propostas de cunho político, mas nem por isso menos histórico ou social. Desconhecido e pouco explorado ainda, os procedimentos operacionais de situações de traumas reclamam lugar que qualifique a pesquisa sobre situações-limite (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 85)

Em razão dos traumas sofridos, a “história oral testemunhal se

faz imperiosa em caso de entrevistas com pessoas ou grupos que padeceram torturas, agressões físicas relevantes, ataques, exclusões, marcas que ultrapassam a individualidade”. A *rede dos heterodoxos comunistas* sofreu violações de direitos humanos, dramas pessoais e as consequências de “marcas” que ultrapassaram a individualidade de cada entrevistado, perpassaram a *comunidade de destino* e tocaram em parte da sociedade brasileira a partir de uma “memória maior”, de uma *memória coletiva* conforme preconizou Halbwachs<sup>8</sup>. A dor causada por traumas diversos machucou a *memória da rede dos heterodoxos comunistas* que sofreu as violações de direitos humanos conforme me contou Anivaldo Pereira Padilha com “lágrimas nos olhos”: *“eu não estava destruído quando deixei a prisão, mas estava muito fragilizado corporalmente e psicologicamente. Estava um caco! Havia espectros das memórias da tortura aliadas aos medos de ser preso novamente. Se fosse preso novamente... Estaria morto... Não era tanto o medo da morte, mas principalmente o medo de não aguentar as torturas e contar aquilo que sabia sobre os companheiros. A morte não poderia ser concebida como um ser pesado e temido naquele momento. Só que eu estava profundamente abalado, fragilizado, fisicamente e psicologicamente. Eu tinha experimentado o inferno!”*

Tanto em história oral de religiosos, quanto na compreensão corrente entre os protestantes, o testemunho está relacionado à Palavra falada, pregada, ritualizada. Os protestantes tem o hábito de “dar testemunho” – como dizem. Em um culto protestante, pastores e leigos corriqueiramente “recorrem aos altares” para descreverem os seus dramas relacionados às diferentes situações traumáticas e como puderam superá-las com a ajuda da divindade. Considere a expressão “*τραύμα*” (trauma), em sua raiz etimológica grega, como ferida, lesão ou machucado provocado pelas consequências de eventos dramáticos que afetam com diferentes intensidades as percepções dos *colaboradores*. No entanto, percebi que os traumas dos *colaboradores heterodoxos comunistas* foram marcados por eventos que machucaram a *memória coletiva* de parte da sociedade brasi-

8 Meihy e Ribeiro consideram que a história oral testemunhal pode permitir o “estabelecimento de políticas públicas inerentes à reparação”. Por isso, considero importante evidenciar os traumas e as consequências desses eventos para as pessoas, suas famílias, comunidades e para a sociedade brasileira (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 85).

leira; especificamente, os traumas dos *colaboradores* machucaram as *memórias religiosa e política* das suas *redes* de enunciações.

Meihy discorreu acerca dos “traumas no Brasil”, em sua entrevista para Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho e para Marta Gouveia de Oliveira Rovai e, segundo ele, “por não termos casos explícitos como o Holocausto, a qualificação do que é trauma nos é diferente, sutil” (FILHO; ROVAI, 2010). Resguardadas as proporções devidas, as histórias dos *colaboradores heterodoxos comunistas* em suas recordações sobre o período do Regime Militar brasileiro apontaram para as sutilezas da experiência traumática articuladas às violações de direitos humanos referidas em diferentes entrevistas. Disse Meihy que “estamos em fase de caracterização do que seria trauma no coletivo brasileiro” e, por isso, considero que as experiências dramáticas que afetaram a *memória coletiva nacional* durante a ditadura militar brasileira também provocaram sofrimentos particulares às memórias individuais. Para Paul Ricoeur, as noções de “trauma ou de traumatismo, de ferida e de vulnerabilidade pertencem à consciência comum e ao discurso ordinário”, porém podem ser “doenças da memória” sentidas individualmente e ligadas às catástrofes históricas que afetam a “memória coletiva” (RICOEUR, 1996).

Do grego koiné “*μάρτυρας*” (mártir), a palavra traduzida como testemunha tem significado intrincado para o *gênero narrativo* da história oral escolhido<sup>9</sup>. Por definição, mártir é todo aquele que sofreu violências por meio de agressões físicas até à morte para sustentar as suas crenças diante de algozes, de perpetradores<sup>10</sup>. Quem testemunhou, de outra forma, os seus sofrimentos esteve disposto

9 O léxico do Novo Testamento grego/português de F. Wilbur Gingrich definiu a palavra em sua origem etimológica grega, relacionando-a aos diferentes textos bíblicos que lhe conferem sentido experiencial e religioso: “μαρτυρέω—1. at.—a. dar testemunho, testificar, ser testemunha Mt 23.31; Jo 1.75, 15; 5.33; 8.13s, 18; 15.27; At 22.5; 26.5; 2 Co 8.3; Gl 4.15; 1 Tm 6.13; Hb 11.4; Ap 22.18.—b. testificara, declarar, confirmarão 3.11, 32; 1 Jo 1.2; 5.10; Ap 1.2; 22.20.—c. testificar favoravelmente, falar bem (de), aprovar com dat. Lc 4.22; Jo 3.26; At 13.22; 14.3; 3 Jo 12b.—2. pass.—a. ser testemunhado Rm 3.21; Hb 7.8, 17.—b. ser bem falado, ser aprovado At 6.3; 10.22; 16.2; 22.12; Hb 11.2, 4s, 39; 3 Jo 12a [martirizar]” (GINGRICH; DANKER, 1984, p. 130).

10 O primeiro “mártir do cristianismo”, segundo tradição neotestamentária, foi Estevão. Depois do seu testemunho aos judeus, Estevão teria sido fortemente possuído pelo Espírito Santo e, no decurso da sua narrativa, foi apedrejado por Saulo de Tarso. Ver Atos dos Apóstolos 7: 1 – 60.

a “morrer por dentro”, esteve disposto a ser “mártir” por convicções religiosas e políticas. Contar um testemunho é, portanto, fazer uma narrativa com sentido duplo: busca-se “sepultar as lembranças” anteriores às experiências das conversões religiosa e política, assim como “ressuscitar as esperanças redentoras” da memória pós-traumática. É mesmo a “morte”, a abolição, dos traumas de menor ou de maior alcance do “eu”, da subjetividade, como forma de ruptura terapêutica com os machucados passados. Uma espécie de “cura da história de vida” e da memória por meio da “morte do velho estado traumatizado” em uma busca por soluções “narrativas” e “religiosas”. Nesse sentido, os “mártires testemunhais”, que foram marcados anteriormente pelos traumas, reorganizam as suas lembranças segundo as crenças na “morte da velha vida, da velha história”. As narrações dos traumas, e principalmente das conversões religiosas ou políticas, são alternativas protestantes para as curas das “doenças da memória” na afirmação de uma “nova vida”, de um “novo estado político”. São “vinhos novos em odres novos”, dizem os protestantes. Para Ricoeur, as “doenças da memória” devem ser tratadas inclusive segundo as categorias do perdão que “propõe a cura” e conduz ao esquecimento como “espaço de redenção”. Disse Ricoeur, ainda, que o perdão “tem início na região da memória” e “continua na região do esquecimento” (RICOEUR, 1996, p. 1).

Assim, os protestantes se lembram da “velha vida” no momento da conversão e nos momentos testemunhais em que comemoraram os “pecados perdoados”, e “lançados no fundo do mar”, bem como a ressurreição para novas construções experienciais<sup>11</sup>. Os religiosos *ortodoxos anticomunistas* entrevistados estiveram dispostos ao martírio ora em razão das suas profissões de fé, ora em razão de suas profissões de fé na “pátria amada” necessitada de redenção dos “espectros diabólicos do comunismo”; eles não negaram a Jesus de Nazaré ou ao Espírito Santo em adesão à ideologia comunista. Os

11 Por esses motivos, os crentes acreditam que as conversões acontecem no momento derradeiro em que a “antiga vida morre”. Subsequentemente, o batismo – por imersão nas águas – demonstra, como rito de passagem, que o crente morreu para uma velha vida (no momento da imersão), e nasceu para uma nova vida (no momento da emersão). Também o batismo por aspersão tem significado simbólico fundamental. Para os pentecostais renovados, foi no batismo do Espírito que os significados místicos foram aperfeiçoados no consolo divino para os machucados da memória.

religiosos *heterodoxos comunistas*, entretanto, converteram-se às novas convicções no horizonte da teologia política com base em diferentes origens teóricas e com predisposições ao martírio em tempos ditatoriais – eles não negaram as crenças nas propostas políticas à esquerda. Oposto a Deus, o Diabo, para os protestantes *ortodoxos*, esteve ligado à batalha pela memória: “quer jogar o passado traumático na cara”<sup>12</sup>. Essa dualidade demonstra, por sua vez, a permanência do moderno “maniqueísmo” da luta entre as boas memórias e as más memórias. As experiências da *rede* de *convertidos depois do Regime Militar Brasileiro* demonstraram que as “desorganizações subjetivas”, nos invólucros das “crises existenciais”, ganharam novas interpretações na batalha pela “nova memória”; pela “memória convertida” que fez “morrer o ex-policial Cláudio Guerra”, que fez “morrer o guerrilheiro Jorge Pinheiro” em sentido obviamente não literal por meio da mística e da crença em um futuro de esperança cristã.

Depreendemos, então, que – em sentido religioso – a “palavra do testemunho” resulta em “testemunho da Palavra” da *rede* de *ortodoxos anticomunistas* – falada, cantada, profetizada, às vezes “glossolálica” ou simplesmente “visionária” (WILLIAMS, 1970). E que o testemunho do trauma pela *rede* de *heterodoxos comunistas* ora significou as suas crenças em um evangelho baseado em teologias políticas, ora significou uma nova conversão das crenças *ortodoxas* – do evangelho às certezas políticas. São negociações que nem sempre foram toleradas pelas instituições religiosas e pelo Regime Militar em seu caráter repressor. Importa-me, portanto, seguir as tendências ritualísticas da Palavra para ouvir os protestantes, as tendências políticas dos entrevistados e a história oral testemunhal que se concentra essencialmente na experiência traumática reelaborada narrativamente. Testemunhar, para os protestantes conservadores, é conduzir a si e aos outros à “nova vida” e, ao mesmo tempo, firmar um lugar terapêutico da *memória religiosa*. Foi Jorge Pinheiro quem disse ter adquirido aquilo que denominou de “trauma de guerra”

12 Diabo, do grego διάβολος, ou: “caluniador, difamador” e consta nas seguintes passagens bíblicas, entre outras: “1 Tm 3.11; 2 Tm 3.3; Tt 2.3. Como um subst. ó δ. o caluniador, especificamente o Diabo Mt 4.1, 5, 8, 11; Jo 13.2; At 13.10; Ef 4.27; 1 Tm 3.7; 1 Pe 5.8” (GINGRICH; DANKER, 1984, p. 53).

que ainda o incomoda. Ele disse: *“saí do Chile com trauma de guerra e esse trauma demorou anos, muitos anos. Minha esposa, Naira Pinheiro, sabe disso, não sei se me curei totalmente, entende? Vejo a ação de Deus em sincronia daquilo que eu sou, daquilo que eu faço e pronto, entende? Eu creio que a Bíblia ensina isso”*. Disso resultou que, entre o passado traumático e a conversão depois do Regime Militar, instaurou-se uma negociação entre novas certezas religiosas e antigos machucados da memória.

## Referências bibliográficas

- BUBER, Martin. *Eu e Tu*. Editora Moraes: 1974.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. *Léxico do novo testamento: grego/português*. São Paulo: Vida Nova, 1984.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1994, p. 38.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia e religião*. Aparecida: Idéias & Letras, 2009.
- JOUTARD, Philippe. “Algunos retos que se le plantean a la historia oral del siglo XXI”. *HISTÓRIA, ANTROPOLOGIA Y FUENTES ORALES*, nº 21, 1999.
- MACHADO DE ASSIS. *Um apólogo*. São Paulo: DLC Editora, 2014.
- MARTINS, José de Souza. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª,ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro*. *Revista de História* 155, 2º, 2006.
- \_\_\_\_\_; HOLANDA, Fabíola. *História Oral, como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- \_\_\_\_\_; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MILLS, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2004.
- RICOEUR, Paul. *O perdão pode curar?* Lusofia: press, 1996.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru: Edusc, 2001.
- WILLIAMS, C. *Tongues of the Spirit. A Study of Pentecostal Glossolalia and Related Phenomenon*. Cardiff: University of Wales Press, 1970.



{ História oral de vida ou  
entrevista



# História de vida e ambientalismo: narrativas de um homem público da cidade de Niterói

*Juniele Rabêlo de Almeida*<sup>1</sup>

*Cainã Carneiro Gusmão*<sup>2</sup>

Na década de 1980 uma agenda ambientalista internacional começou a reverberar de maneira mais concreta em alguns espaços sociais e nos meios de comunicação; as instituições políticas tornavam-se mais abertas às demandas sociais. É nesse contexto que o entrevistado, Axel Grael (nascido em 1958), cria, ainda adolescente, o Movimento de Resistência Ecológica – MORE, com seus amigos. Fundado em agosto de 1980 e registrado oficialmente no dia 9 de janeiro de 1981, o MORE veio a se tornar, sobretudo entre os anos de 1987 e 1989, um dos mais influentes movimentos ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro, tendo atuado, sobretudo, em Niterói. Chegou a ter cinco mil associados, um programa na Rádio Fluminense FM (denominado “Verde que te quero ver”) e alguns de seus representantes integraram o programa “Baleia verde” da TVE (TV Educativa).

Em 1989, desavenças entre Eduardo Lins, então presidente do movimento, e Axel Grael, dentro do movimento e do Partido Verde, geraram uma divisão no MORE. O entrevistado se desligou do movimento, juntamente com uma parte de seus integrantes, para fundar o Movimento Cidadania Ecológica (MCE), assumindo uma atuação de caráter mais político e técnico.

Grael e a rede de ativistas constituída no MORE (e depois no MCE) participaram dos principais debates políticos de âmbito municipal da época, atuando na disputa pela aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Niterói (1987), da Lei Orgânica Muni-

1 Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

2 Mestrando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

cipal (1990) e do Plano Diretor (1992). Estiveram envolvidos na criação do Partido Verde (PV) juntamente com o Carlos Minc e o Fernando Gabeira, criando o diretório do partido em Niterói. Tiveram, ainda, desempenho decisivo na campanha que resultou na criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca (1991), na região de Niterói-Maricá.

Na luta pela aprovação do parque, Axel Grael se tornou presidente do Instituto Estadual de Florestas em 1991, ao integrar a campanha que elegeu Leonel Brizola governador do Rio de Janeiro numa coligação entre o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PV. Após isso, seguiu carreira na gestão pública, tendo presidido a FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – em duas gestões (1999-2000 e 2007-2008). Foi Subsecretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e é funcionário público de carreira, aprovado em concurso público para engenheiro florestal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMAC (Secretaria Municipal de Meio Ambiente). Atualmente é vice-prefeito do município de Niterói pelo PV, eleito em 2012 na coligação “Vamos Niterói”<sup>3</sup>.

Sua narrativa demonstra uma confluência entre o campo das instituições estatais e o movimento ambientalista, em termos de valores e de recursos retóricos (BOURDIEU, 2014). Assim, sua fala é atravessada pela lógica suprema do Estado: o interesse no desinteresse<sup>4</sup>, a construção de si enquanto defensor daquilo que é de interesse público e universal.

As construções narrativas de Axel Grael, a partir do trabalho de memória – permeado por lembranças, silêncios e esquecimentos – ocorre a partir das preocupações do presente. Os movimentos ambientalistas se configuram como espaço de socialização (local de participação e suporte para registros da vida cotidiana) e como espa-

3 A coligação envolve os seguintes partidos: PRB, PT, PMDB, PSC, PSDC, PHS, PSB, PV e PC do B.

4 Bourdieu define o interesse como a imersão em um jogo social, de forma a reconhecê-lo como um jogo que merece ser jogado. É, portanto, “essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social”. O “interesse no desinteresse” seria, portanto, a imersão em um jogo em que representar-se como agente desinteressado é parte das regras de legitimação e, portanto, de acesso e acumulação de capital simbólico. (BOURDIEU, 1996)

ço de memória<sup>5</sup>. A origem do Movimento de Resistência Ecológica, na narrativa de Grael, remonta a sua iniciativa, na juventude, de combater a poluição da Baía de Guanabara, na busca por suprir a ausência tanto de movimentos sociais organizados para combater o problema, quanto a ausência de organismos oficiais do Estado capazes de se ocupar da questão. Assim, sua fala produz a ideia de que o movimento incorpora a tarefa estatal de inspecionar o mundo social, construindo para si a virtude política que legitima os mandatários do Estado, qual seja, o desinteresse, o papel de responsável pelo atendimento aos “interesses gerais”.

A organização do movimento a partir de manifestações e de ações de enfrentamento para combater as fábricas de sardinha de Jurujuba<sup>6</sup> é apresentada como o início daquilo que ele constrói como sendo a primeira fase do movimento: um momento que funde, por um lado, a imaturidade de indivíduos que querem mudar a realidade através da luta, desconhecendo os meandros do sistema e, por outro, a capacidade de produzir mobilização e diálogo com a sociedade civil, atuando de maneira orgânica em âmbito local. Nesse momento, a militância ambientalista é narrada como a busca ingênua pela proteção da natureza e pelos interesses da população niteroiense ameaçados, sobretudo, pela poluição das fábricas de sardinha e pela especulação imobiliária em articulação com o setor viciado do poder público.

A segunda fase do movimento é apresentada como o momento de maturidade, quando parte dos integrantes do MORE assumem uma postura mais atuante nos meios da política institucional e com domínio do conhecimento técnico e legal, o que implicou no racha do movimento e na criação do Movimento Cidadania Ecológica. Nesse momento, teria se consolidado a crença de que para mudar a sociedade seria necessário disputar a política institucional.

Axel Grael, nesse processo de construção do passado no presente (entrecruzando memória e narrativa), tende a deslocar eventos no tempo para reforçar e distinção entre maturidade e imaturidade que são encarnadas, respectivamente, pelo MCE e o MORE. Assim, a luta pela implementação da Lei Orgânica, aprovada quase um ano e

5 Conferir: LE GOFF, 1996; NORA, 1993; POLLAK, 1989.

6 Bairro localizado na enseada da Baía de Guanabara, em Niterói.

meio depois do racha do MORE, é lembrada como um dos motivos que acirrou as tensões entre a parte do MORE “mais amadurecida” (a qual ele pertencia) e um grupo que se negava a ter uma atuação nos meios institucionais, o que teria levado, posteriormente, à separação do movimento.

Esse processo de amadurecimento, teria levado ao ingresso dos integrantes do MCE ao poder público, levando pautas e anseios do movimento para dentro do Estado, o que teria resultado em mudanças e melhorias concretas, apesar de limitadas pela própria burocracia e jogos de interesses inerentes ao sistema político.

A narrativa expressa como o domínio da lógica do universal, que permeia a construção de si enquanto defensor dos interesses gerais, foi central para que o movimento disputasse pautas principais na política municipal, obtendo resultados concretos (que implicaram transformações simbólicas e materiais no espaço social em disputa) que retroalimentaram o processo de legitimação da entidade e de parte de seus integrantes, marcando o decurso de transformação do movimento e culminando na ocupação de cargos ligados a questão ambiental na máquina de governo municipal e, posteriormente, estadual. Além disso, a entrevista permite observar como o olhar de um gestor público, já permeado pela lógica do Estado, reconstrói sua trajetória de militância e de domínio gradual das regras e das aptidões técnico-legais necessárias para o ingresso no poder público.

A narrativa de Axel Grael integra o projeto “Lideranças ambientalistas em Niterói: história e culturas políticas (1973-2002)”, financiado pela FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), idealizado pela professora Juniele Rabêlo de Almeida. A entrevista encontra-se no acervo “Lideranças ambientalistas de Niterói”, no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI-UFF). A entrevista textualizada que se segue é resultado do encontro com Axel Grael no dia 16 de setembro de 2014, em seu gabinete em Niterói.

### **Entrevista com Axel Grael**

A minha família é de velejadores. A influência da família nesse caminho ambiental foi muito em função da vela. Eu já era estudan-

te de engenharia florestal na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, quando eu comecei as primeiras mobilizações pelo meio ambiente. Na época por um motivo muito pessoal. Havia três fábricas de sardinha em Jurujuba que não tinham nenhum tratamento dos refluente. A enxada toda fedia a peixe podre... Os clubes são do outro lado da enxada, ali na estrada Leopoldo Fróes, e o vento sul levava aquela borra que ficava boiando para lá. Eu ia velejar e sempre que eu voltava tinha que ficar um tempão limpando o barco tirando aquilo, porque inclusive se você não limpasse, praticamente corroía.

Na época todo mundo reclamava mas ninguém fazia nada. A minha primeira iniciativa foi procurar quem poderia fazer alguma coisa. E vi na época que não tinha a quem delegar o problema. Isso foi no final da década de 1970. A FEEMA [Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente], órgão pioneiro da política ambiental estatal no país, tinha acabado de ser criada. A FEEMA foi criada em 1975, na época da fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio. Foi um momento na administração pública bastante rico. Com a junção dos dois estados, se repensou muita coisa. Daí veio a ideia da criação do órgão ambiental. Mas por outro lado, era uma confusão. Era difícil fazer com que o órgão pudesse efetivamente produzir resultados. O órgão estava muito voltado para si próprio. Ele estava criando os mecanismos de gestão ambiental pública que até hoje se usa. Não existiam grupos ambientalistas ativos em Niterói. Existiam algumas poucas iniciativas... Um professor que falava nisso, mas não era propriamente uma ação mais estruturada. Nós vimos que não tinha a quem delegar. Ou a gente fazia alguma coisa ou a gente ia continuar convivendo com a poluição daquelas fábricas.

Na época eu mobilizei as pessoas com que eu convivia, que era o pessoal da vela. Mas foi interessante porque nós juntamos um grupo de pessoas. Eram dois jornalistas: o Luís Antônio Mello, que foi da “Maldita”, da Rádio Fluminense FM, que foi muito boa; e o Jardel Ferre, que era editor de um jornal chamado “Ligue”, um jornal de fim de semana. Essas pessoas não tinham nada a ver com a vela. Tinha um advogado chamado Hilário Alencar e um biólogo, Erick

Fischer, que hoje em dia é funcionário do IBAMA.

Nós organizamos uma manifestação contra a poluição! Talvez tenha sido a primeira manifestação pela Baía de Guanabara. A gente começou a estruturar isso em 1979. Foi uma regata de protesto que aconteceu em 1980. Foi interessante, porque na época o programa Fantástico, na televisão, tinha acabado de começar... Aí eles cobriram, mandaram uma equipe. As pessoas escreveram nas velas “abaixo a poluição” e tal. Juntaram além dos velejadores, os pescadores, enfim, outros atores sociais ali. Teve uma boa repercussão, porque saiu na TV. Nós éramos todos muito jovens, na faixa dos 17, 18 anos. Ficamos até um pouco supresos com aquela repercussão toda. Então aconteceu aquele evento, os velejadores continuaram gravitando em torno, mas o pessoal não tinha muita vontade, tradição, enfim. Esse grupo inicial continuou se reunindo. Pensamos em qual seria o próximo passo. Foi aí que surgiu um grupo ambientalista chamado MORE, Movimento de Resistência Ecológica. Um nome bem década de 1970, bem... Pós-adolescente.

Na época, eu tinha lido bastante sobre o Green Peace, sobre sua trajetória. Esse conceito da resistência era muito em função do Green Peace, que também surgiu de uma luta sobre o mar. A primeira mobilização deles foi pela questão das baleias. É uma coisa interessante, porque na verdade o Green Peace não surgiu como um grupo ambientalista, mas como um grupo pacifista. Eram contra a guerra do Vietnã e pediam pelo fim da guerra, que os EUA saíssem ... E houve uma grande perseguição contra essas pessoas. Elas, inclusive, fugiram para o Canadá para não serem obrigadas a se alistar e ir para o Vietnã. A propaganda do governo americano é que eles eram covardes, pessoas que estavam fugindo. Eram anti-patriotas, desertores. A ideia do Green Peace era que as pessoas estavam dando a vida delas por uma causa, mas que não era a causa da guerra. Então eles se lançavam entre o arpão e as baleias, colocando a vida em jogo para mostrar que a questão não era a covardia, mas a causa.

Na época, eu lembro que tudo isso influenciou muito a nossa atuação nessa questão...Fazer manifestações, essas coisas. Na verdade era muito apropriado. Era uma época em que o assunto ambiental não estava em pauta. O que a gente fazia era visto muito como

uma novidade. As pessoas tinham muito mais curiosidade. A própria matéria do Fantástico era vista quase como uma curiosidade: esses meninos de Niterói falando sobre a Baía de Guanabara.

O grupo começou pequeno, num encontro... Nossa primeira reunião foi lá na Gavião Peixoto, perto de um restaurante das antigas... Stake House! Surgiu numa reunião no Stake House. Aí a gente começou a se reunir regularmente. Primeiro as nossas reuniões eram na casa de uma das participantes. Aliás era a Márcia Silveira, que é irmã do Jorge Roberto Silveira. Aliás era na casa da Beth, a prima da Márcia.

A maioria dos integrantes eram dos bairros Icaraí e São Francisco. Mas o grupo cresceu muito. Chegamos a ter mais de 5 mil associados. Como a gente lidava muito com mobilizações, tínhamos uma preocupação de ter muita gente, para respaldar aquilo que estávamos fazendo. E realmente, a gente tinha uma boa capacidade de mobilização. Quando realizávamos eventos, juntava muita gente.

Começamos com a causa da Baía de Guanabara e depois fomos agregando outras causas. Por exemplo, na nossa luta contra a fábrica de sardinha, a gente fazia coisas do tipo: pegava aquela porcaria que eles jogavam no mar, juntava aquilo tudo e colocava na porta da fábrica. Nós impedíamos a entrada e saída dos caminhões com montanhas das porcarias que eles jogavam no mar.

Já naquela época falávamos das ciclovias. A gente fazia bicicletadas pela cidade. Depois começamos uma campanha pela Serra da Tiririca. E eram as três grandes campanhas: a Baía de Guanabara, a Serra da Tiririca, e a questão da mobilidade, com bicicletas...

Fizemos várias atividades no Campo de São Bento (parque localizado no bairro Icaraí). Ali foi a única causa que a gente abraçou que eu acho que estávamos errados. A nossa grande briga lá foi contra o cercamento do Campo de São Bento. Éramos contra o discurso da privatização, como se a gente tivesse o nosso direito ao parque impedido, não queríamos que trancassem com cadeado. Mas na realidade foi muito bom para o parque, melhorou a segurança. Hoje você tem canteiros, coisa que antes não tinha como ter, porque você poderia entrar de qualquer lugar. Acho que o parque está mais bonito, mais protegido. Então acho que de todas as cam-

panhas que a gente desenvolveu até hoje, aquela foi a única que estávamos errados.

A gente fazia muita manifestação no Campo de São Bento, achávamos que se cercassem o parque não iriam deixar a gente manifestar mais. A principal campanha que a gente fazia no Campo de São Bento era contra o lixão do Morro do Céu. Porque o lixão inicialmente era no Bumba, ali no Viçoso Jardim. Aliás, acho que existe algum marqueteiro do mal aí, porque todo lixão tem nome bucólico. A gente brigava pelo fim do lixão do Viçoso Jardim e contra a transferência para o Morro do Céu, que virou um outro lixão, que só agora está sendo controlado. O coreto do Campo de São Bento era muito o nosso espaço de manifestações.

No movimento, a nossa primeira ansiedade era ter muitos associados. A gente botava barraquinha no calçadão da praia de Icaraí, no Campo de São Bento, em Itacoatiara. Isso para ter associados. Eles não pagavam. Quer dizer, a gente não tinha nem estrutura para cobrar. Durante muito tempo, inclusive, não tinha nem conta bancária. Tipo assim, a gente vai fazer uma manifestação e vai ter que comprar o material para fazer as faixas e tal. A gente fazia um rateio ... Depois que a gente foi se estruturando melhor.

Tinha uma coisa interessante que a gente percebeu. O próprio perfil das pessoas foi se modificando. Quando surgiu o MORE éramos todos estudantes. Aos poucos a gente foi chegando ao final do curso, formando. Já éramos profissionais, cada um em uma área diferente. Eu me formei em 1983 e já era engenheiro florestal, outros se formaram em biologia e tal. A coisa naturalmente foi migrando de uma ação mais de manifestação para um caráter mais técnico, que foi agregado à militância. Mas essa transição foi interessante.

Apesar de muita gente ter se focado e interessado em causas tipo “defesa da Amazônia”, “oceanos” e temas mais gerais, a gente repara que sempre que a prioridade nas reuniões era para esses temas, o número de pessoas presentes nas reuniões ia lá embaixo. Quando os assuntos eram “Lagoa de Piratininga”, “Baía de Guanabara”, enchia de gente. Ou seja, nós fomos aprendendo que a característica do grupo era de uma ação local. Por exemplo, eu mesmo como

engenheiro florestal puxava muito essa discussão da Amazônia, e eu acabei participando, para além do MORE (eu era presidente), eu entrei pra o CNDDA (Conselho Nacional de Defesa não sei o que lá da Amazônia) [refere-se a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia], que era liderado por um geógrafo chamado Orlando Valverde. Então quando eu tava interessado na minha militância na Amazônia, Mata Atlântica e tal, eu ia para outros grupos. O nosso ficou com o foco mais em Niterói.

O nosso grupo era forte. Obviamente a gente não tinha um grupo de 5 mil pessoas atuantes, mas a gente tinha reuniões com aproximadamente 50 pessoas. Qual é a associação de moradores ou o partido político que, fora época de eleição, consegue ter reuniões regulares com esse número de pessoas. Era bastante orgânico, a gente foi se organizando, a coisa foi se estruturando mais. E a gente (através dessas pessoas que tinham um bom canal com a imprensa) aprendeu a lidar com a imprensa. Lançamos uma campanha que se chamava “os tubarões da sardinha”, foi a primeira... O logotipo era um peixe comendo um peixinho.

A gente sempre manteve a campanha pela Baía de Guanabara, e fomos agregando as outras campanhas, que foram agregando outras pessoas. Inicialmente a maior campanha foi a da Baía de Guanabara. Depois a da Serra da Tiririca ficou maior. E a Serra da Tiririca é interessante porque, na época, foi criado no Rio de Janeiro, que foi pioneiro nisso, uma curadoria do meio ambiente no Ministério Público. Foi a primeira do país. Muito em função de uma pessoa que era bastante ativa conosco, que se chamava... João Batista Petersen, que era um promotor do Ministério Público. Só que ele era o curador do meio ambiente e tinha que tomar conta do meio ambiente do estado todo, não tinha nem uma secretária, não tinha nada e muitos de nós fomos chegando como voluntários.

Já éramos todos recém-formados, mas já no exercício da profissão. A gente fazia tudo... “Ah, teve um desmatamento não sei aonde e tem que fazer um laudo. Quem é que pode?”. “Eu!”. “Fulano pode!”. Alguém ia lá e fazia para ele. E a Serra da Tiririca começou assim... ali foi a primeira ação civil pública do Brasil. Era uma ação contra a VEPLAN, que queria fazer um condomínio na

encosta, ali no Córrego do Colibri. Ali esse grupo de pessoas que eram do MORE, mas que eram colaboradores do Petersen... A gente fez, com a orientação dele, toda uma argumentação mostrando que aquela área tinha vocação e tinha uma restrição legal para ser uma área protegida, e não um condomínio. Então usamos o código florestal, usamos toda a legislação... Aquela garotada toda ficou lá, a gente argumentou isso tudo, fomos várias vezes ao local e fizemos essa defesa. Ele entrou com a ação civil pública, que foi vitoriosa, e o empreendimento não acontece. Mas aí o seguinte: se não vai ser loteamento, isso tem que ser alguma coisa, vai ser o que? Vai ser parque. A gente começou a trabalhar o conceito do parque. O Petersen focado nas outras lutas dele e a gente pegou aquela questão da Serra da Tiririca e começamos a trabalhar e fomos mobilizando outros grupos. E mais uma vez aconteceram manifestações.

As manifestações eram diversas. A gente fazia muitas caminhadas para o Alto Mourão; levando a imprensa, que era para mostrar a importância da áreas, a beleza, mostrar que a área tinha que ser protegida... Funcionava muito. Eu acho que na grande imprensa quem dava mais espaço era o Jornal do Brasil. Ele deu algumas vezes matéria de primeira página. A gente também teve espaço na Rádio Fluminense, a “Maldita”. Nós tínhamos um espaço que era umas inserções rápidas que a gente entrava e falava alguma coisa. Eram duas ou três frases, do tipo: “A Serra da Tiririca é do povo”, ou “Não vamos deixar privatizar a Serra da Tiririca”. Alguma coisa assim, uma frase pela Baía de Guanabara...

No [jornal] O Fluminense também, mas menos. Porque na época, quando a gente começou, era o final da ditadura... E houve muita reação. Primeiro a gente era comunista, depois éramos contra... As fábricas de sardinha fizeram uma campanha grande junto a população de Jurujuba, que até dificultou muito a nossa ação. Porque eles começaram a dizer que nós íamos acabar com os empregos deles. Aí teve uma reação grande. Houve até uma ação orquestrada... Tacaram pedras e quebraram os vidros da Ribeiro, que era uma das fábricas. Eram três fábricas: Atlantic, aquela primeira quando você chega na parede vermelha; A Ribeiro, um pouco mais a frente; e a Santa Iria, que era lá no final em Jurujuba. Então quebraram os

vidros da Ribeiro e disseram que a gente tinha feito aquilo. E foram eles mesmo. Disseram: “Está vendo só esses terroristas!”. Houve uma reação forte. Jurujuba hoje em dia não é tanto, mas na época era tudo pescador, e todo mundo ou trabalhava nas fábricas ou trabalhava para as fábricas, pescando e vendendo sardinha para as fábricas. A gente ficou muito tempo sem conseguir ir em Jurujuba. E o nosso discurso era: “Não somos contra a fábrica, queremos que se implantem equipamentos para o controle da poluição e tal”. Mas muitas vezes nos pintaram como radicais, comunistas, coisas desse tipo.

Em termos políticos, ninguém tinha grande atuação partidária, ou grande atuação nos movimentos de esquerda. Éramos todos com algum tipo de simpatia ou militância. Eu tinha participado, por exemplo, do processo de fundação do PT lá na Universidade Rural, lá no começo de tudo. Eram pessoas com o perfil mais de esquerda... Foi esse até o motivo do racha da organização. Porque nós passamos a ter uma atuação mais política. Por exemplo, a Lei Orgânica de Niterói, o capítulo de meio ambiente foi todo escrito por nós. Na época o vereador era o Marcos Gomes, que hoje é o presidente do caminho Niemeyer, ele era vereador. Ele era uma pessoa oriunda mais da área de cultura, era uma pessoa mais sensível. Era a pessoa através da qual a gente passava todas as reivindicações. Aí nós fizemos a Lei Orgânica, depois começamos a participar do Plano Diretor da cidade e tal. Naquele momento, muitos de nós participamos da criação do PV [Partido Verde].

Mas no MORE havia um grupo anti-político e um grupo mais politizado. Eles consideravam que a nossa atuação na Câmara de Vereadores pela Lei Orgânica era uma atuação política. E era mesmo, não era uma atuação partidária, mas era uma atuação política. E a gente defendia que, cada vez mais, a gente precisava ter uma ação política. Para você transformar a realidade você precisava aprovar leis, influenciar o legislativo, o executivo... Mas essas pessoas eram mais assim, “Não, vamos fazer bicicletada, mas não vamos nos meter com os políticos”, entendeu? Era um pouco assim. E isso começou a formar dois grupos. Até que houve uma divisão. Nós criamos um outro grupo, chamado Movimento Cidadania Ecológi-

ca. Basicamente, eram todas as pessoas mais ativas do MORE, que migraram para essa nova organização... E foi engraçado, porque... Houve essa briga, mas como as pessoas que mais carregavam o piano saíram, quer dizer, o grupo que ganhou a disputa e ficou com o MORE acabou saindo também.

Foi curioso, porque tinha uma garotada mais ligada ao PCdoB. Vinham mais do movimento estudantil. Eles tinha acabado de chegar no MORE e não entenderam nada. Eles entraram e foi uma briga-lhada do caramba. Um grupo saiu e o outro grupo desapareceu. Aí eles ficara: “ué?”. Acabou que eles sobraram. A coisa ficou inativa durante uns anos e esses meninos acabaram reativando o MORE, mas não teve mais nenhuma relevância no movimento ambiental e social em Niterói.

Na época, também, a gente tinha uma atuação muito junto com as associações de moradores. Tinham algumas lideranças comunitárias, principalmente quando a gente começou com essa atuação mais no Plano Diretor de Niterói, e a gente passou a fazer essas coalizões com eles... As grandes lideranças eram a Angela Fernandes, que faleceu; o Pedro Maciel, que também trabalha aqui no Caminho Niemeyer. Eles eram presidentes da AMAI, Associação de Moradores Amigos de Icaraí, e eles eram muito fortes. Era uma época em que o movimento comunitário era muito forte, muito articulado, orgânico. Foi logo assim no final da ditadura, no processo de democratização. Foi uma época muito interessante.

Já como Cidadania Ecológica, a gente avançou na questão da argumentação para proteger o parque. E aí, proteger como? Pode ser um parque, pode ser uma reserva biológica, podiam ser várias modalidades de área protegida. Então nós fizemos um projeto de criação de um parque. Foi um trabalho técnico mesmo.

O Cidadania era um movimento mais maduro. No MORE, quando a gente tinha que fazer uma mobilização, era maior problema. A gente tinha que mandar 5 mil cartas no correio. Carta para caramba... A gente fazia, rodava as convocações em mimeógrafo, e virava a noite rodando. A gente fazia camisetas para vender e com o dinheiro da camiseta pagava a próxima circular. Era bem artesanal, bem mesmo. O Cidadania já era bem mais maduro, digamos. No

estatuto já era claro que nós éramos políticos sim, embora apartidários. Com uma visão priorizando uma atuação mais técnica. A nossa tese era a seguinte: o governo é incompetente. A gente faz e empurra para frente. Se fosse esperar o governo fazer o Parque da Serra da Tiririca não ia sair nunca. Nós fizemos o projeto para a criação. Nós redigimos o projeto de lei e levamos para o presidente da comissão de meio ambiente da assembléia legislativa, que era o Minc. Já levamos e o que saiu era *ipsis literis* o que a gente escreveu. O Minc pegou aquilo e apresentou como projeto de lei. O nosso trabalho era percorrer o gabinete dos deputados e convencer da importância, fazer o lob pela criação. E imprensa, imprensa, imprensa. Era caminhada todo o final de semana na Serra da Tiririca. Sempre cobrando, cobrando, cobrando.

Então houve uma fase nova, que é o seguinte: na eleição do segundo governo Brizola... O PV fez parte da coligação que elegeu o Brizola. A gente fez um esforço muito grande na campanha eleitoral de dar muita visibilidade para a campanha da Serra da Tiririca. Quando o Brizola foi eleito nós fomos cobrar dele. E foi muito engraçado, o Brizola convidou o PV para conversar e eu não participei dessa reunião, mas o pessoal do PV levou entre as reivindicações a criação do parque e levaram a matéria de primeira página do Jornal do Brasil. No topo da página era uma foto nossa lá no Alto Mourão, com faixas, “queremos a criação do parque”. Aí o Brizola perguntou: “Quem é que não para de falar nesse negócio, não aguento mais ouvir falar nisso”. Falaram: “Ah, é o Axel”. Então ele me chamou para ser o presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Foi até engraçado, porque o Brizola não era assim, digamos, um ambientalista, achava tudo isso uma frescura, tinha uma visão meio pejorativa disso. Quando eu estive lá com ele, ele falou: “Você ficou falando aí fora, quero ver agora, aqui dentro, fazer”. E eu virei presidente do IEF. O projeto de lei que a gente fez nascer do lado de fora foi aprovado finalmente quando eu fui o presidente do IEF e tinha a responsabilidade de cuidar do parque. Foi interessante, porque a gente começou tudo de um lado da mesa e... Várias pessoas do Cidadania Ecológica foram comigo. Nós acabamos virando governo, né. Isso acabou desmobilizando o Cidadania Ecológica. A

lei de criação do parque foi aprovada em 91... Não, foi em 92, um pouco antes da Eco-92.

Nós participamos muito da Eco-92. Eu já com os dois chapéus, né, tanto como ambientalista como governo. Eu participei bastante desde as discussões oficiais no Rio-centro como no Fórum Global, que era aqui no Aterro do Flamengo. Eu acho que a Rio-92 foi um grande aprendizado. Eu sempre cito como uma coisa que a gente tem que tomar cuidado, com a Rio-2016. Porque foi um momento em que, de uma hora para outra, todo mudo virou ecologista. Todo mundo, até reunião de condômino dep rédio, falava em sustentabilidade e tal, o termo era uma novidade.

Houve uma certa saturação do tema. Eu acho que a gente não ganhou a musculatura que a gente esperava e sofremos um revés forte. Por um lado o tema cresceu muito, mas a postura anti-ambientalista também. Gilberto Mestrinho na Amazônia distribuindo motoserras para os ribeirinhos. Ele capitalizou muito esse sentimento anti ambientalistas. Começou aquela coisa de chamar a gente de “ecochato” e tal, passaram a rotular muito. Teve uma série de reações. E eu acho que o movimento ambientalista andou para trás depois daquilo.

No pós Rio-92, houve um... Porque aconteceram vários aspectos ali. Se você olhar o próprio documento oficial do Brasil, se você pegar o relatório que o Brasil fez para a Rio-92, o nosso capítulo de movimento ambientalista foi escrito pelo Viola e eu acho que foi muito ruim. A visão dele, a descrição que ele fez do movimento ambientalista, era uma visão de quem não era do movimento ambientalista e de quem não entendeu o movimento. Ele classificou o movimento em três grupos. O grupo dos profissionais, que eram a SOS Mata Atlântica, essas grandes ONGs estruturadas, organizadas, eficientes; as semi-profissionais; e um bando de maluco que éramos nós.

Eu acho que você hierarquizar o movimento pela sua capacidade de captar recursos ou de se organizar ou de se profissionalizar foi um grande erro, uma percepção errada. O SOS Mata Atlântica, eu sou muito simpático, sou muito próximo às pessoas de lá e tal, mas eles tiveram a CLABIN por trás... Até não recrimino, mas é um outro

perfil. O nosso era muito mais o Grassroot, que o americano chama. Eram grupos de base efetivamente, fazendo uma atuação focada em Niterói. E essa ideia acabou prevalecendo muito, e nós caímos numa armadilha. Dali para frente, começou isso: ONG boa é ONG profissional, que consegue apresentar propostas. Esse negócio de ficar reivindicando, subindo em árvore, isso é ecochato. O bacana é o cara que apresenta relatórios. Eu acho que houve essa valorização excessiva da atuação profissional, que apesar de nós termos esse tipo de atuação, a gente se identificava muito mais com os grupos de base do que com... Com as King ONGs, que a gente chamava na época.

Eu me lembro de uma coisa bem sintomática, e que mostra como isso foi ruim para o movimento ambientalista e como isso elitizou o movimento ambientalista. Existia uma garotada que era do Morro do Cavalão, e eles tinham uma luta bem objetiva: eles eram contra uma linha de transmissão que passou ali e que desmatou, está até hoje lá. Eles eram meninos, com o nível de escolaridade mais baixa, mas estavam lá fazendo o papel cidadão deles. Tiveram várias reuniões, eles participavam também e tal. Tempos depois eu encontrei com eles e perguntei: “ué, o que houve com vocês, vocês sumiram”. Eles falaram: “A gente ia para aquelas reuniões, diziam que a gente não entendia nada, bacana era biólogo, engenheiro florestal, não sei o que”. Essas reuniões não eram do Cidadania, eram de várias outros grupos, havia toda uma tentativa de reunir a ação... E eles se sentiam assim “Ah, você não entendem nada!”. E eles acabaram abandonando também a linha de transmissão para lá. E foi muito isso mesmo, acho que nós caímos nesse conto.

Acabou que esses grupos mais orgânicos e estruturados foram se desmobilizando, começaram a surgir várias organizações com características diferentes, que eram quase escritórios de consultoria vestidos de ONG, e mudou muito o perfil. Realmente, houve uma certa desvalorização dessa ação mais comunitária e começou a surgir um monte de organizações.

Hoje em dia, você pode ver assim: quem são as pessoas de mais visibilidade no movimento? Primeiro, você ainda conta nos dedos ambientalistas hoje em dia. Você vê o Mário Moscateli. Ele cumpre

um papel importante, mas ele não tem uma organização por trás. O Mário é o Mário. Aqui em Niterói, os ambientalistas seriam... Para você ver como mudou o perfil. Uma pessoa bastante atuante é o Cássio Garcez, que tem um grupo de caminhadas. Mas é uma pessoa que é mais presente nos debates. Você tem algumas pessoas atuantes na... A Kátia Vallado, que foi ligada ao SECROM e tal, mas ela tem um trabalho bem feito. Existe um conselho da bacia de Piratininga e Itaipu, que é um braço, uma filial lá do Comitê da Baía de Guanabara. Ela é uma guerreira, militante e tal, mas não tem um movimento por trás. Você tem a Alba, que vem lá da época do MORE e está no gabinete do Minc... Ela é atuante, mas hoje muito mais na agenda do deputado Minc do que numa agenda...

O movimento comunitário também, que teve na época da redemocratização do país, que era forte, era orgânico, articulado e tudo, hoje em dia é muito... Foi um período diferente, um período que a gente vinha daquela mobilização pela redemocratização do país, uma militância mais acalorada. Depois acho que a gente se perdeu numa pulverização de partidos, a gente passou a gastar uma energia enorme nas disputas, as vezes por filigranas ideológicas, eu acho que o movimento como um todo se perdeu muito.

O PV não conseguiu também ... atrair a maioria dos ambientalistas. Durante muito tempo a maioria dos ambientalistas estava muito mais no PT do que no próprio PV. O PV demorou muito a ter as suas teses repercutindo no campo partidário, da política partidária. Eu acho que a temática ambiental cresceu muito mais por outros instrumentos. Cresceu na mídia, na educação, na escola. Eu acho que a gente pode ter tido uma influência formadora disso, mas não fomos nós que fizemos a diferença. Eu acho que o legado desse processo todo foram essas causas de produtos da resistência. O Parque da Serra da Tiririca está aí. O movimento ambientalista formou quadros que estão hoje em posições importantes. A própria Marina, candidata à presidente, ela vem não propriamente do movimento ambientalista puro sangue, mas do movimento de seringueiros, que é um movimento sempre próximo. O próprio Chico Mendes foi um ícone importante que uniu muito a causa e tudo, mas ele não era do PV, ele era do PT. E especificamente aqui em Niterói, o PV, é

uma longa história, mas o PV foi, em parte, o causador do racha no MORE.

Fazendo uma avaliação retrospectiva, acho que minha trajetória pessoal sempre foi muito caótica. Eu comecei ainda na época de faculdade como militante ambientalista, seguindo pelo movimento ambientalista, criando o MORE, criando o Cidadania Ecológica e tal. Depois participando dessa parte inicial tanto no PT quanto, logo depois, no PV. Eu segui uma carreira profissional também, na área ambiental, que foi meio transitando entre a iniciativa privada, a área governamental... Eu sempre que, mais ou menos, mantive essas coisas quase que simultâneas. A carreira profissional com a carreira de militante... A carreira de gestor público, eu fiz concurso público, fui aprovado, eu sou servidor público concursado da prefeitura do Rio. E mesmo assim, no movimento sócio-ambiental... Depois que o Cidadania... O Cidadania acabou fechando por falta de quorum também. A vida das pessoas muda: um casou, o outro foi morar não sei aonde, o outro está no governo... A vida foi mudando. A gente já não tinha aquele... No início eram duas reuniões por semana, atividades, a gente botava muita energia... Aí as pessoas começam a ter que cuidar da carreira, do filhinho que nasceu, aquelas coisas né... Vai dissipando muito. Eu ajudei a fundar e presidi o instituto Baía de Guanabara, que tem um perfil muito diferente, mais técnico. O IBG nunca teve o objetivo de fazer mobilizações e tal. Teve o objetivo de dar contribuições técnicas. Depois, de um tempo para cá, nós criamos o Projeto Grael, que continua tendo uma atuação ambiental na Baía de Guanabara e tudo, mas é um projeto muito mais de unir esporte com a inclusão social... É uma linha muito mais social do que uma linha ambientalista puro sangue...

Em 2012 enveredei para um lado que eu nunca tive interesse e nunca tinha andado para esse lado, que é o lado eleitoral. Foi muito em função do convite do prefeito para que entrasse com ele nessa campanha, nessa luta por Niterói... Eu estou gostando muito do que eu estou fazendo. Eu tenho um respaldo muito grande do prefeito. Eu hoje atuo na coordenação técnica, apesar de estar num cargo eleitoral, a minha atuação é muito mais técnica do que política, em termos eleitorais. Eu coordeno muito mais os projetos de

mobilidade, os projetos ambientais, os projetos na área... A gente criou aqui na vice-prefeitura um escritório de gestão de projetos. Melhorou muito a capacidade de captar recursos, toda a captação de recursos é feita por nós. Nos vamos implantando toda uma cultura de gestão de projetos que a prefeitura não tinha. Então é isso o que tem pela frente... É natural que o prefeito seja candidato à reeleição e eu devo estar com ele nisso. Daí para frente o que vem eu não sei bem. Eu não tenho muita vontade... A área político-partidária, apesar de eu ter filiação partidária desde muito jovem, tive uma atuação meio periférica nos partidos e tudo, mas não é uma coisa que me motiva muito assim não. Não sei o que vem pela frente e não digo que dessa água não beberei, mas não é uma coisa que me motiva. Não acho que vou seguir carreira, acho que tem coisas mais legais para fazer.

## Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela, COSTA, Valeriano, et al. “O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil”. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia; UFSC, Florianópolis, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. “É possível um ato desinteressado?”. In: *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP, ed. Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. “As duas faces do Estado”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, jan. 2012, p. 14-17.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. 1ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2014
- FERREIRA, Marieta de M., AMADO, J., 1996, *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- NORA, Pierre. *Entre história e memória. A problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989
- \_\_\_\_\_. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente?” - Projeto História. São Paulo, PUC/SP, n14, 1997



{Resenhas





Márcia Nunes Maciel

# O espaço lembrado:

experiências de vida  
em seringais da Amazônia

EDUA  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

*MACIEL, Márcia Nunes. O espaço lembrado: experiências de vida em seringais da Amazônia. Manaus: EDUA (Editora da Universidade Federal do Amazonas), 2013, 207p. ISBN 978-85-7401-651-1; CDU 930.2(811.3)*

## Família, seringal e pesquisa: amazonas construtoras de narrativas

Diógenes Nicolau Lawand<sup>1</sup>

*O espaço lembrado: experiências de vida em seringais da Amazônia* é o resultado de pesquisa de Mestrado, realizado na Universidade Federal de Rondônia, e possibilita pensar a situação do seringal a partir do olhar de pessoas que o viveram. A escolha da autora foi de tratar sobre os espaços, no caso os seringais, construídos nas memórias das pessoas. Estes espaços que foram vivenciados por elas e marcaram sentidos em suas vidas, mesmo quando estiveram distantes deles. MACIEL tem como base a História Oral através de procedimentos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (Neho – USP).

Com entrevistas de quatro mulheres que passaram por experiências de deslocamentos em comum, a pesquisadora associa as construções dos espaços de seringais, não descartando as razões econômicas e políticas, mas salientando a subjetividade e singularidade de suas experiências que são indicadas nas escolhas para os deslocamentos, com sentidos individuais e ao mesmo tempo coletivos. A pesquisa aponta para o contraste entre a história oficial, que coloca os seringueiros como subjugados, e a narrativa da experiência do seringal contada por quem a vivenciou.

Uma explicação para o contraste é que o tempo do seringal lembrado pelas colaboradoras (conceito caro para o Neho – USP, que indica as pessoas que foram entrevistadas) não era somente da produção de borracha como única atividade econômica. Entretanto, é destacado que a principal diferença é o lugar de quem conta a história.

Doutora em História Social pelo Departamento de História da USP, Márcia Nunes Maciel desenvolve, com sensibilidade e habilidade intelectual, o trajeto de suas colaboradoras. Ela também é

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela FE – USP – membro do Centro de Memória e Acervo Histórico da SEE-SP

integrante deste barco, de construção de narrativas, que atravessa o rio Madeira. Francisca Nunes Maciel, Maria da Glória de Souza Miranda, Ester Soares Pinto e Izolina Nunes Maciel completam a equipe de tal travessia e compartilham conosco aspectos de suas memórias. O leitor é convidado para participar desta travessia.

A pesquisa brotou na vida familiar da pesquisadora. Na convivência com as colaboradoras, MACIEL constrói, com elas, as narrativas que são o corpus documental interpretadas na Dissertação. Optando pela História Oral de Vida, com colaboradoras que vivenciam seringais na Amazônia, e cuja rede (mais um conceito importante do Neho – USP, que trata da orientação para as escolhas das pessoas entrevistadas) foi formada a partir da avó da pesquisadora. Esta relação, em termos do significado para a pesquisa, foi desenvolvida quando Francisca, avó de Márcia, contava histórias sobre o espaço do seringal, portanto ligada à afetividade da autora, mas que envolve experiências de uma coletividade.

Na introdução de *O espaço lembrado*, são apresentadas as escolhas, na perspectiva do Neho – USP (que foi criado e é dirigido pelo Professor José Carlos Sebe Bom Meihy), que MACIEL realizou durante a pesquisa, entre a constituição até o desenvolvimento do projeto. Posteriormente, temos duas partes: na primeira, Memória narrada, as narrativas são colocadas na totalidade. Isto é, o processo da entrevista, que envolve a transcrição, a textualização e, por fim, a transcrição (outro termo caro para o Neho-USP, construído a partir de Haroldo de Campos), é apresentado na sua etapa final. As entrevistadas verificam a transcrição e podem sugerir alterações. Com as alterações incorporadas, temos as narrativas apresentadas no livro. Na segunda parte do livro, com base nas memórias narradas, a autora realiza uma reflexão sobre a representação dos espaços afetivos, a percepção de uma comunidade afetiva, as experiências coletivas e individuais.

Descreve o processo das entrevistas, demonstrando o quanto a intimidade favorece a relação de vinculação com as entrevistadas, possibilitando que as construções das memórias pudessem acontecer na perspectiva de experiências vividas. Assim, as narrativas das memórias entram, também, no contexto do estado onírico. As nar-

rativas não estão na dimensão da verdade científica, mas estão na dimensão da historicidade, no sentido que uma possível narrativa ficcional está em contexto histórico.

Partindo de Paul Ricouer, a autora propõe que o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre temporal. No ato da narração é criada a memória. E, apoiando-se em Ecléa Bosi, Márcia Nunes Maciel aponta para a temporalidade das lembranças construídas nas narrativas, pelas colaboradoras, no contexto das suas juventudes e nos momentos de passagem para a vida adulta. A infância não foi desenvolvida nas falas das colaboradoras. Com Michel de Certeau, a autora afirma que o presente é a fonte do tempo instaurador da memória.

Francisca, Glória, Ester e Izolina, as quatro colaboradoras, possuem experiências de vida compartilhadas. São experiências de deslocamentos. Entretanto, as singularidades em suas narrativas são verificáveis. A autora procura sempre destacar que o conjunto das quatro narrativas formam um corpo documental, com percepções individuais e coletivas, no caso sobre o seringal. E, as narrativas, revelam que o espaço do seringal está além das relações econômicas, mas é um espaço como lugar de experiência.

Muito mais que a localização geográfica de Uruapiara, lugar em que as quatro colaboradoras nasceram e viveram até tornarem-se adultas, o que importa é o espaço como lugar de experiência. E a pesquisadora realiza uma análise do espaço, a partir das narrativas, que engloba a representação, o afeto, a moradia e a experiência. O enraizamento e o desenraizamento estão nas narrativas, e são elementos de análise de MACIEL.

Claramente a pesquisa trabalha com pessoas interagindo com o meio ambiente, que apresentam espaços e experiências vivenciadas. Existe nas colaboradoras o desejo pela perpetuação da experiência vivida, naquele espaço que viveram, para outros espaços e outras experiências, sobretudo, possuem o desejo de voltar para aquele espaço e para aquelas experiências que relatam. É uma resistência em relação à vida urbana e aos novos valores colocados no ritmo urbano contemporâneo à realização das entrevistas.

A pesquisadora conviveu e escutou as experiências de mulhe-

res que possuem relação de parentesco. Aqui podemos sublinhar a contribuição desta pesquisa para a reflexão sobre a relação do pesquisador com sua pesquisa, no caso sobre sua família. Em diversos momentos a autora demonstra a relação. Não esconde. E de outro lado, procura desenvolver argumentos pautados em pensadores e estudiosos dos diversos temas que perpassam a Dissertação.

São cinco Amazonas que se apresentam nesta obra. A pesquisadora e as quatro colaboradoras. Identidades próximas e singularidades. Mulheres que elaboram narrativas expostas de lutas e desejos. Construtoras de liberdade a partir da construção de valores que o próprio projeto de História Oral possibilita. MACIEL e suas colaboradoras elaboram um trabalho com o ritmo da poesia de suas vidas. A transcrição permite ao leitor o questionamento da construção das narrativas e as opções tomadas, a começar pelos estímulos que a pesquisadora decidiu realizar. Acredito que nas narrativas, depois de transcritas e validadas, podemos buscar os rastros da ação da pesquisadora. Assim, podemos pensar não somente nas quatro colaboradoras e o indicativo da coletividade maior. Mas perceber a presença da pesquisadora.

Como qualquer outro tipo de pesquisa, o pesquisador deixa seus rastros. Inclusive com os diálogos que estabelecem em suas pesquisas. MACIEL dialoga com vários estudiosos. Dentre eles, destaco Bachelard, Ricouer, Certeau, Benjamin e Alberto Lins Caldas. Espaço e narrativa, no contexto da História Oral, são os temas destes diálogos. A pesquisadora aponta para a relação entre Odisséia e a viagem percorrida pelas colaboradoras, e o desejo delas de retorno. Percorre os espaços de seringais até as regiões urbanas, locais percorridos por Francisca, Glória, Ester e Izolina. Mulheres, estas, que permitem o desenvolvimento de histórias sobre as experiências delas, ou semelhantes experiências. Compartilharam vivências religiosas vinculadas à diversão. De curas que, pelas cinzas das fogueiras, eram alcançadas.

Estas mulheres que se arriscam em entrar na embarcação do estabelecimento de narrativas, percorrendo as águas das lembranças do rio Madeira, construindo identidades, abrindo espaços para que, na leitura de *O espaço lembrado: experiências de vida em seringais da*

*Amazônia*, naveguemos no rio da construção de narrativas, pensando sobre a elaboração das transcrições e imaginando possibilidades que não foram realizadas. Para esta aventura, é necessário nos apropriarmos de sensibilidade que exige o trabalho com História Oral.



*Interstellar (Interstellar 2014). Direção: Christopher Nolan. Roteiro: Jonathan Nolan e Christopher Nolan. Produção: Emma Thomas; Christopher Nolan e Lynda Obst. Gênero: Ficção científica. EUA. Colorido. Distribuição: Paramount Pictures; Warner Bros. 169 min. Blu Ray.*

## Resenha do filme Interstellar

*Michel Gomes da Rocha*<sup>1</sup>

A ficção científica é um gênero cinematográfico que nos dispõe, entre tantos elementos, imagens de um futuro onde a capacidade humana dilata as possibilidades de nosso presente. Por outro lado, oferece também imagens distópicas onde a ganância humana provocou um juízo final em cenários pós apocalípticos motivados por guerras que trazem a escassez de elementos básicos a vida, como a água, uma atmosfera saudável, o meio ambiente, bem como são permeados com a presença de elementos externos (muitas vezes com uma inteligência superior) que são combatidos por humanos em uma espécie de resistência. Neste sentido, a ficção científica elucida metaforicamente possibilidades de conscientização quanto à trajetória humana e a forma em que esta é conduzida.

O filme de Christopher Nolan, se descrito em uma palavra, pode ser visto como ousado. Não apenas por ter utilizado uma refinada teoria da física sobre a relação tempo/espço do físico Kip Thorne, ou mesmo ter combinado de forma excelente elementos técnicos de composição como trilha sonora, edição e mixagem de som, bem como efeitos visuais que lhe trouxe a premiação do Oscar na categoria, além de grande reconhecimento em outras premiações e uma crítica especializada muito positiva. Interstellar converge elementos ficcionais, melodrama e referências ao imaginário americano do século XIX da chamada marcha para o oeste (metaforicamente nas expressões “pioneiro, exploradores, desbravadores”), adaptando para sua história, a trajetória de um pai que deseja salvar seus filhos, e num ato de altruísmo viaja entre outras galáxias em busca de possibilidades para os humanos.

A narrativa começa com um plano sequência (sequência de imagens distintas) onde vemos uma estante de livros com miniaturas de espaçonaves sendo cobertas por uma espécie de poeira, um campo de plantação de milho em um ângulo panorâmico e uma senhora

<sup>1</sup> Michel Gomes da Rocha é mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da USP.

em enquadramento close up (enquadramento de seu rosto no plano), que descreve um planeta terra assolado por limitações ambientais que puseram em risco a vida humana, logo em seguida vemos uma espaçonave em plano aberto tentando irromper o céu, trata-se de uma reminiscência do agricultor Cooper (Matthew McConaughey), que anteriormente as novas condições limitadas da terra, fora astronauta da NASA, ao se acordar, ele vê sua filha, Murphy e a pede que retorne a seu quarto. O agricultor levanta-se e observa com pesar seu horizonte pensando que saída terá para aquele estado de coisas.

O diretor prossegue sua narrativa com justaposição de planos com pessoas idosas descrevendo as condições limitadas da terra (estes planos possuem uma fotografia comum em documentários, e muito similar a entrevistas de histórias de vida), como a necessidade de usar máscara para não aspirar poeira, e de como aquele quadro trouxe privação alimentar, diminuindo a população, bem como obrigando os sobreviventes a serem trabalhadores braçais para se adaptarem a realidade. Cooper, que antes fora engenheiro e astronauta, e no momento era um agricultor, vivia em sua fazenda com um casal de filhos e seu sogro. Cooper é composto na trama como um homem inteligente e preocupado com o futuro das gerações, não aceitando que as mesmas sejam de um todo braçais, abrindo mão da inventividade que fez com que humanos descobrissem e construíssem todo um legado que os tornaram pioneiros.

Curiosamente o quarto de Murphy começa a apresentar fenômenos como a queda de livros da estante, bem como a poeira vinda com vento produz formas retilíneas e homogêneas no chão, levando a crer que a gravidade possa estar provocando o fato. Investigando o que possa estar fazendo aquilo (para a menina seu quarto tinha um fantasma), eles suscitam que seja a emissão de um código, e utilizando a escala binária, pai e filha descobrem as coordenadas que os levam a uma base secreta da NASA, onde são recepcionados por uma comitiva de cientistas que revelam que vinham estudando possibilidades para salvar os humanos. Liderados pelo professor John Brandt (Michael Kane), junto a este, sua filha bióloga Amélia Brandt (Anne Hathaway), o cientista Romilly (David Gyasi) e o físico

planetário Doyle (Wes Bentley), que descrevem a Cooper que a cerca de quarenta e oito anos, surgira próximo aos anéis de saturno um “buraco de minhoca” (Wormhole: algo como um portal para outras galáxias, criado por alguma civilização de inteligência superior que os cientistas chamam de ‘Eles’), que para os mesmos parecia ser uma possibilidade concreta de salvar os humanos.

Neste contexto, o governo americano financiou de forma secreta a pesquisa do professor Brandt, com a esperança de que fosse encontrado um novo planeta com as condições similares a da terra antes desta ser devastada pelas pragas, para que houvesse uma migração em massa. O plano consistia em visitar outra galáxia em busca do planeta habitável, todavia, estas viagens demandariam tempo suficiente para que se não pudessem se salvar os humanos, o próprio Cooper coloca a questão como indagação, é aí que o “Buraco de minhoca” aparece como fator positivo, uma vez que ele permitiria viajar entre galáxias encurtando de forma intangível o tempo. Neste momento é revelado a Cooper que missões empreendidas anteriormente tiveram o propósito de sondar possíveis mundos compatíveis a vida humana, e foram realizadas por astronautas que tinham que enviar pareceres dos seus respectivos mundos, que em homenagem, foram nomeados com seus nomes, as missões Lázarus (em referencia a história bíblica do homem que retorna dos mortos) foi realizada por pessoas que doaram suas vidas por esta causa, pois não haveria condições logísticas de resgatar todos os astronautas.

Brandt propõe então que Cooper pilote a nave Endurance, onde inicialmente teria o papel de coletar os dados dos astronautas que ainda enviavam informações de mundos promissores, bem como descubra o que aconteceu com eles. A missão com propósito de salvar a raça humana tinha dois planos como o próprio Brandt descreve; No Plano A: procurava-se descobrir o que aconteceu com os astronautas que viajaram antes, coletar os dados para se traçar a rota do possível “novo lar”, enquanto Brandt ficaria incumbido de resolver uma equação que daria conta das novas características da gravidade, e permitiria acessar um conhecimento avançado em física dimensional e sobre o tempo (abstraia-se que mediante a posição, os novos planetas possuíam características peculiares de tempo), desta

forma, seria possível o lançamento de uma estação espacial de forma segura com os humanos sobreviventes.

Por outro lado, fracassando o Plano A em algumas das circunstâncias descritas por Brandt, o Plano B constituir-se-ia da salvação da raça humana através de embriões fertilizados, eles poderiam ser transportados em uma capacidade muito maior e não seriam dependentes da reprodução entre os tripulantes da *Endurance*. Seriam fertilizados no planeta mais compatível e a cada geração mais fertilizações seriam possíveis com o crescimento populacional, bem como a reprodução natural no novo lar. Cooper em um ato de altruísmo em relação a seus filhos aceita a incumbência da missão frustrando sua filha que se nega a despedir-se do pai, que diz não saber quando irá voltar. O diretor compõe de forma bem didática estas sequências, onde inicialmente a história é apresentada com planos sequências mais abertos se detendo nos diálogos e apresentando as contingências da trama, para após fixarem-se em planos mais intensos, que explorem os sentidos e sentimentos dos protagonistas, neste sentido as imagens são em sua maioria dispostas com planos próximos (busto e rosto) e em close up.

A missão *Endurance* parte então para o “Buraco de minhoca” com a intenção de coletar dados em três mundos, são eles: Miller, Mann e Edmonds. Inicialmente visitando Miller, os astronautas são alertados por Romilly que por estar próximo ao Buraco, à relação temporal do planeta se estabelece de forma muito distinta da terra, onde a cada hora transcorrida em Miller equivalia há sete anos na terra, desta forma, eles tinham de ser eficientes. O planeta constituía-se de um grande oceano raso, com periódicas ondas de grande porte, a insistência de Amélia em coletar os dados pôs à missão em risco, e de forma trágica a morte de Doyle. De forma melancólica eles retornam a *Endurance* e se passaram vinte e três anos na terra.

A frustração em relação aos anos transcorridos é latente em Cooper que ao chegar à nave observa a comunicação realizada por seus filhos já adultos, vendo o neto que nasceu; a filha que se tornou cientista. A cena composta em um enquadramento de câmera em plano próximo produz um ápice melodramático com o choro do pai distante, que observa o rumo da vida dos filhos. A catarse recebe

um tom deprimido quando Murphy revela a Cooper que não existe Plano A (suscitando que o pai abandonou-a). No leito de morte, o professor Brandt revela a moça que já tinha resolvido a equação há anos e não via a possibilidade de salvar os humanos da terra, e que para mobilizar uma missão para salvar a raça humana, com o suposto Plano B, teria possivelmente pouca adesão, criando a mentira de um salvamento para cooptar adesões. Com as contingências em Miller, os tripulantes só teriam a opção de visitar mais um planeta para prosseguir em sua missão, eles optam por Mann. Ao chegar ao planeta, deveras inóspito, eles acordam o astronauta que em sua solidão e egoísmo enviou dados falsos para ser resgatado por alguma equipe. Mann planta uma armadilha que traz a morte de Romilly e tenta matar Cooper para assim ter acesso à nave de apoio e partir para Endurance, tendo fracassado, ele morre.

Com poucos recursos e possibilidades, Cooper e Amélia decidem tentar a ultima alternativa, que é viajar até Edmonds (com quem Amélia revela ter tido um relacionamento e ainda o amava), os astronautas estavam com pouco combustível daí aproveitam um buraco negro próximo a qual chamam de “Gargantua” e arremesam a Endurance. Cooper ao se aproximar da “Gargantua” lança um dos robôs da missão; Tars, na tentativa que este fosse capaz de captar dados que poderiam ajudar a NASA a encontrar uma solução diferente da defendida pelo professor Brandt. Ainda no intuito da realização do Plano B, Cooper faz outro grande sacrifício, ele se desloca da nave, se lançando no espaço com o intuito de diminuir o peso e aumentar as chances de Amélia de chegar a Edmonds, o astronauta acreditava que seria o fim de sua vida, mas se vê incorporado ao “Tesseract” (uma singularidade gravitacional do buraco de minhoca, onde as leis de espaço/tempo são ilimitadas. Acredita-se que esta realidade fora criada pela civilização desconhecida até então chamada de ‘Eles’).

Nesta sequencia, Cooper levita como em um estado de gravidade zero e sendo captado com alternância de enquadramentos em objetiva e panorâmica ele observa diversos momentos em uma linha do tempo do quarto de sua filha. Desta forma nos é revelado dois elementos; ele é o suposto comunicante com as mensagens (Tars

capta dados da singularidade e dispõe a Cooper), que inicialmente dão as coordenadas da NASA e após envia códigos em Morse ao relógio ao qual ele deu a filha (para que ela acompanhasse sua jornada), este serviu de mediação para as informações coletadas que permitiriam a realização do Plano A. Na terra Murphy (adulta) entende que os dados são códigos e decifra a equação não realizada por Brandt. Entre planos e contra-planos do momento decisivo, o diretor vislumbra imagens oníricas do espaço e do desfecho que fará de Murphy a realizadora da migração humana da terra. O segundo elemento revelado é que ‘Eles’ são humanos no futuro com uma compreensão de passado, presente e futuro e domínio do tempo que criaram o ‘Buraco de minhoca’ e o ‘Tesseract’ para que Cooper e sua filha resolvam o problema da singularidade da gravidade e assim promovam a redenção humana migrando do planeta terra.

Cooper após sair do ‘Tesseract’ é deslocado de volta ao ‘Buraco de minhoca’ (o fato é comprovado quando em *flash back* ele cumprimenta Amélia que viaja na Endurance para o início da missão) e é encontrado no espaço e levado para uma estação espacial próxima a Saturno, lá ele fica sabendo que sua filha foi responsável pelo êxodo humano e é uma senhora de mais de cem anos que o espera, as sequências em tom claro e sereno trazem a catarse antes contida do pai que desejava salvar seus filhos. O esforço custou a Cooper ser um homem jovem (devido à experiência nas singularidades temporais em que esteve) e ter sua filha como uma senil pioneira que o recomenda viajar em busca de Amélia que se preparava para colonizar Edmonds. Murphy diz ao pai que não é natural que os mesmos velem seus filhos e que dessa forma, por ser um pioneiro ele deve ir ao encontro de Amélia. O conselho da filha remonta a frase do pai: “*Os homens nasceram na terra, e seu fim não necessariamente está ligado a ela. Somos pioneiros, um outro lugar pode ser o futuro*”. Este é o sentido que Cooper traz a inventividade humana que o fez ser um pioneiro de novas trajetórias. É notável que o roteiro do filme faça alusão a elementos constitutivos do imaginário americano, que é permeado por tais valores, desde o milho cultivado no início da narrativa, que é consagrado no dia de Ação de Graças; o *Thanksgiving*. Uma data das mais significativas para os estadunidenses, um

momento de festa em que o elemento cívico e religioso se mistura com muita clareza. O *Thanksgiving* celebra a primeira colheita em solo colonial e a sobrevivência dos *pilgrims*, os primeiros colonos, refugiados religiosos. O *Thanksgiving* representa sem dúvida uma afirmação ritual da vitória sobre a natureza.

Aparentemente, Cooper tem seu nome referendado na trama a uma importante figura da literatura que difundiu a expansão do povo americano na marcha para o oeste e seus mitos. Seu nome pode ser visto como uma homenagem a James Fenimore Cooper que entre suas obras mais famosas estão “*O ultimo dos moicanos*”. Cooper foi considerado um dos primeiros escritores profissionais dos Estados Unidos, difundindo o gênero *Leatherstocking Tales* (Contos dos Desbravadores). Tal literatura debruçou-se sobre o tema da fronteira que é metaforizado no filme perante a fronteira ultima dos seres humanos, o espaço, tema já visitado em tantas outras narrativas ficcionais, mas que em Interstellar ganha contornos refinados com o trato do espaço/tempo. Nolan constrói assim uma narrativa que visita elementos imaginários e futuristas para compor um melodrama do amor de um pai aos filhos e a quebra dos limites que se mostra como essência da existência humana.

---

# {Normas de Publicação

1. A Revista Oralidades recebe textos inéditos, em fluxo contínuo. São aceitos artigos em português, inglês e espanhol. Dossiês e números temáticos terão chamada e normas especiais.

2. São aceitos trabalhos nas seguintes modalidades: Artigos, Resenhas, Histórias de vida, Informes de pesquisa, Entrevistas e Ensaios. Artigos traduzidos podem ser enviados, desde que não publicadas no Brasil.

3. Entrevistas/histórias de vida e artigos traduzidos devem ser acompanhados de autorização de uso. Em ambos os casos, preferem-se autorizações formais por meio de carta de cessão. Autorizações informais (gravação em fita/mp3, escrito ou e-mail) e entrevistas anônimas passarão pelo conselho editorial para avaliação dos riscos legais.

4. Os originais (exceto resenhas e ensaios) devem ter entre 21.000 e 42.000 caracteres (contando espaços), fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5, devendo ser acompanhados de resumo (máximo 10 linhas) e palavras-chave (entre 3 e 5). Resenhas de livros deverão conter no máximo 12.000 caracteres. Ensaios têm apenas limite máximo de caracteres (42.000).

5. Título, resumo e palavras-chave devem ser apresentados em português ou espanhol e inglês.

6. As referências bibliográficas deverão obedecer à seguinte orientação: A) As remissões bibliográficas deverão figurar no corpo do texto, devendo constar, entre parênteses, o sobrenome do autor seguido da data de publicação da obra e número da página. Exemplo: (CARVALHO, 1998, p. 128); B) As referências bibliográficas deverão ser listadas em ordem alfabética no final do artigo.

7. Os autores brasileiros deverão seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial a NBR 6023 e a NBR 10520 que tratam, respectivamente, das referências bibliográficas e da apresentação de citações em documentos.

8. A publicação reserva-se o direito de devolver aos autores os textos fora dos padrões descritos.

---

9. A publicação reserva-se o direito de executar revisão ortográfica e gramatical nos textos publicados.

10. A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

11. As imagens devem ser enviadas separadamente em arquivos JPG com resolução de 300 dpi.

12. O nome do autor deve ser acompanhado por titulação, filiação institucional e função exercida no momento do envio do texto.

13. Todos os artigos apresentados dentro das normas serão analisados pela comissão editorial.

14. O processo de avaliação segue as normas internacionais de peer review. Os textos recebidos são encaminhados a dois pareceristas integrantes do conselho editorial, consultivo ou a convidados “ad hoc”. Em casos especiais, pode-se consultar um terceiro revisor. É mantido o anonimato do autor e dos consultores.

15. Em conformidade com a proposta de avaliação por pares, os autores com titulação mínima de Doutor que tenham textos aprovados podem ser incluídos no corpo de consultores “ad hoc” da revista.

16. Os textos devem ser enviados para: [oralidades.neho@gmail.com](mailto:oralidades.neho@gmail.com).

---

# {Editorial rules

1. The Oralidades Journal receives unpublished writings in ongoing flood. Articles are accepted in Portuguese, English and Spanish. Dossiers and thematic volumes will have special convocation and rules.

2. Productions are accepted in the following sorts: articles, reviews, life histories, research reports, interviews and essays. Translated articles may be sent as long as they haven't been published in Brazil.

3. Interviews/life histories and translated articles must be followed by an authorization of use. In both cases, formal authorizations are preferred by using letter of cession. Informal authorizations (recording on tape/mp3 or any sound file type, writing or e-mail) and anonymous interviews will be sent to the editorial council for evaluation of legal risks.

4. The original papers (save reviews and essays) must have from 21.000 to 42.000 characters, in Times New Roman font, size 12, space between lines 1,5, followed by an abstract (maximum of 10 lines) and 3 to 5 keywords. Book reviews must have a maximum of 12.000 characters. Essays have only a maximum of characters (42.000).

5. Title, abstract and keywords must have both Portuguese and English versions.

6. The bibliographical references must submit to the following orientation: A) The bibliographical quotations must be in the text body, with the author's last name, the publishing date and the page, using parenthesis. Example: (CARVALHO, 1998, p. 128); B) The bibliographical references must be listed alphabetically at the end of the article.

7. The publication has the right to return the articles to its authors without the patterns listed above.

8. The publication has the right to review the writings both orthographically and grammatically.

9. The sending of the writings implies authorization for pu-

---

blishing and remission of copyrights.

10. Pictures must be sent individually in JPG files with 300 dpi quality.

11. The author's name must be followed by academic background, institutional links and position hold at the current moment of the sending.

12. The editorial commission will analyze all articles presented within these rules.

13. The analysis process follows the international rules of peer review. The writings received are given to two different people from the editorial council, consultants or guests "ad hoc", who pass sentence upon the work. In special cases, a third reviewer can be consulted. Both the author and consultants' anonymity are kept.

14. The papers must be sent to: [oralidades.neho@gmail.com](mailto:oralidades.neho@gmail.com).

---

# {Normas editoriales

1. La Revista Oralidades recibe textos inéditos, en flujo continuo. Dossiers y números temáticos tendrán llamada y normas especiales.

2. Son aceptos trabajos en las siguientes modalidades: Artículos, Reseñas, Historias de Vida, Informes de investigación, Entrevistas y Ensayos. Artículos traducidos pueden ser enviados, desde que no publicados en Brasil.

3. 3. Entrevistas/historias de vida y artículos traducidos deben ser acompañados de autorización de uso. En ambos casos, son preferibles autorizaciones formales por medio de carta de cesión. Autorizaciones informales (registro en fita/mp3, escrito o correo electrónico) y entrevistas anónimas serán enviadas a el consejo editorial para la evaluación de los riesgos legales.

4. Los originales (excepto reseñas y ensayos) deben tener entre 21.000 y 42.000 signos, fuente Times New Roman, tamaño 12, espacio entre líneas 1,5, debiendo ser acompañados de resumen (máximo 10 líneas) y palabras-clave (entre 3 y 5). Reseñas de libros deberán conter como máximo 12.000 signos. Ensayos sólo tienen un máximo de caracteres (42.000).

5. Título, resumen y palabras-clave deben ser presentados en español y inglés.

6. Las referencias bibliográficas deberán obedecer a la siguiente orientación: A) Las remisiones bibliográficas deberán figurar en el cuerpo del texto, debiendo constar, entre paréntesis, el apellido del autor seguido de la data de publicación de la obra y el número de la página. Ejemplo: (CARVALHO, 1998, p. 128); B) Las referencias bibliográficas deberán ser listadas en orden alfabética al final del artículo.

7. La publicación reservase el derecho de devolver para los autores los textos fuera de los patrones descriptos.

8. La publicación reservase el derecho de ejecutar revisión ortográfica y gramatical en los textos publicados.

9. La simple remesa de textos implica autorización para publi-

---

cación y cesión gratuita de derechos autorales.

10. Las imágenes deben ser enviadas separadamente en archivos JPG con resolución de 300 dpi.

11. El nombre del autor debe ser acompañado por titulación, filiación institucional y función ejercida en el momento del envío del texto.

12. Todos los artículos presentados dentro de las normas serán analizados por la comisión editorial.

13. El proceso de evaluación sigue las normas internacionales de peer review. Los textos recibidos son encaminados a dos examinadores integrantes del consejo editorial, consultivo o a invitados “ad hoc”. En casos especiales, se puede consultar a un tercero revisor. Es mantenido el anonimato del autor y de los consultores.

14. Los textos deben ser enviados para: [oralidades.neho@gmail.com](mailto:oralidades.neho@gmail.com).